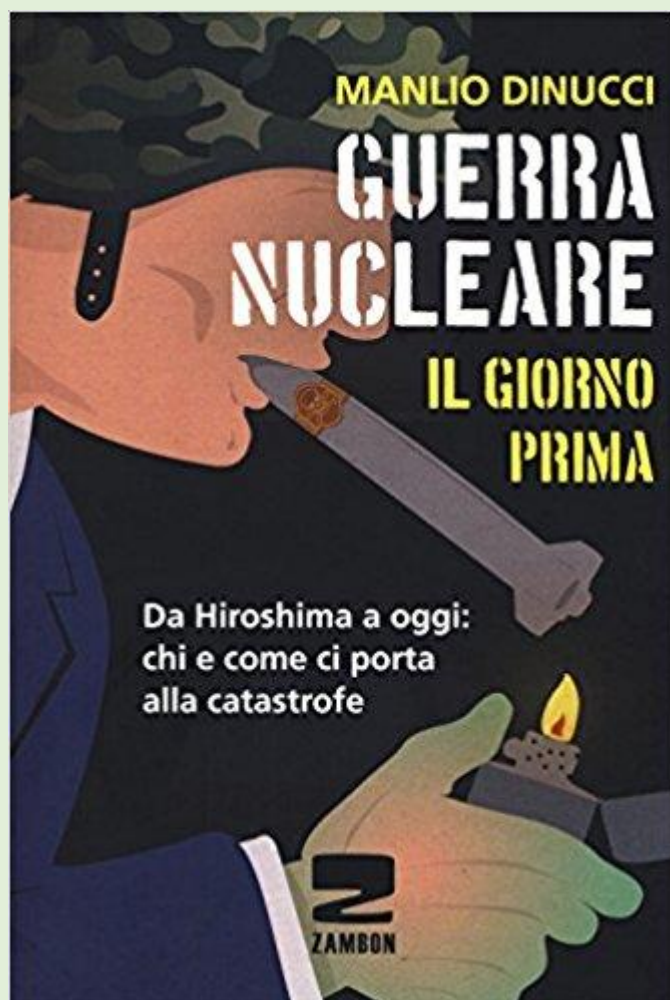


MANLIO DINUCCI



“Copyright Zambon Editore”



GUERRA NUCLEAR

O DIA ANTERIOR

De Hiroshima até hoje:

Quem e como nos conduzem à catástrofe

Manlio Dinucci

Artigos

[FRANÇAIS 419](#) [ITALIANO 350](#) [ESPAÑOL 362](#) [ENGLISH 265](#) [PORTUGUÊS 178](#) [DEUTSCH 182](#) [عربي 84](#) [РУССКИЙ 18](#) [ΕΛΛΗΝΙΚΑ 20](#) [فارسی 28](#) [TÜRKÇE 156](#) [POLSKI 15](#) [ČEŠTINA 16](#) [NEDERLANDS 13](#)
[NORSK 43](#) [ROMÂNĂ 18](#) [中文 4](#)

OBRAS

Geógrafo e geopolítico. Últimas publicações: [Laboratorio di geografia](#), Zanichelli 2014 ; [Diario di viaggio](#), Zanichelli 2017 ; [L'arte della guerra / Annali della strategia Usa/Nato 1990-2016](#), Zambon 2016, [Guerra Nucleare. Il Giorno Prima 2017](#); [Diario di guerra](#) Asterios Editores 2018.

Tradutora dos livros e artigos de Manlio Dinucci

de italiano para PT europeu:

Maria Luísa de Vasconcellos

luisavasconcellos2012@gmail.com

ÍNDICE

[Nota sobre o Autor](#)

1 O nascimento da Bomba

1.1 O bombardeamento atômico de Hiroshima e Nagasaki

1.2 Os efeitos da explosão nuclear sobre uma cidade

1.3 Os efeitos da chuva radioactiva

1.4 O inverno nuclear

2 A corrida aos armamentos nucleares

2.1 O confronto nuclear USA-URSS

2.2 Os mísseis balísticos intercontinentais

2.3 A crise dos mísseis em Cuba e a introdução da China entre as potências nucleares

2.4 A planificação do ataque nuclear

2.5 O Tratado do Espaço Exterior e o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares

2.6 Os mísseis balísticos com ogivas múltiplas

2.7 A bomba N

2.8 O Tratado dos Mísseis Anti-balísticos e da limitação das armas estratégicas

2.9 A Bomba secreta de Israel -- Parte 1 + Parte 2 + Parte 3

2.10 A introdução da África do Sul, da Índia e do Paquistão entre as potências nucleares

3 O barril de pólvora nuclear

3.1 Um milhão de Hiroshimas

3.2 A «maleta nuclear»

3.3 Os falsos alarmes de ataques nucleares

3.4 Os acidentes com armas nucleares

3.5 Poluição radioactiva dos ensaios e das instalações nucleares

3.6 A ligação entre o nuclear militar e civil

3.7 Os acidentes nas centrais nucleares

3.8 Os movimentos anti-nucleares durante a guerra fria

4 As guerras após a guerra fria

4.1 O mundo numa encruzilhada

4.2 Golfo: a primeira guerra após a guerra fria

4.3 As armas de urânio empobrecido

4.4 A reorientação estratégica dos Estados Unidos

4.5 A reorientação estratégica da NATO

4.6 A intervenção da NATO na crise balcânica e guerra contra a Jugoslávia

4.7 Campo de teste de bombardeiros de ataque nuclear e uso maciço de armas de urânio empobrecido

4.8 A superação do Artigo 5 e a confirmação da liderança dos EUA.

4.9 O «Novo Modelo de Defesa» da Itália

4.10 A expansão da NATO para Leste, para a Rússia

5 A encenação do desarmamento

5.1 As armas nucleares e o "escudo anti-míssil" na reestruturação das forças dos EUA

5.2 Os tratados START sobre redução de armas estratégicas

5.3 Proibição de testes nucleares e de testes "sub-críticos"

5.4 O Tratado de Moscovo e o novo START

5.5 A introdução da Coreia do Norte nas potências nucleares

5.6 Outros países capazes de fabricar armas nucleares

5.7 As armas químicas e biológicas

6 A nova ofensiva USA/NATO

6.1 11 de Setembro: grande-ataque terrorista via satélite

6.2 11 de Setembro: as falhas da versão oficial

6.3 Afeganistão: o início da «guerra global ao terrorismo»

6.4 A segunda guerra contra o Iraque

6.5 A guerra contra a Líbia

6.6 A guerra oculta contra a Síria e a formação do ISIS

6.7 O golpe de estado na Ucrânia

6.8 As guerras secretas com um rosto humanitário

7 A Europa na frente nuclear

7.1 A Europa no rearmamento nuclear do Prémio Nobel da Paz

7.2 Itália: porta-aviões nuclear USA/NATO no Mediterrâneo

7.3 A B61-12, a nova bomba nuclear USA para a Itália e para a Europa

7.4 A 'escalation' USA/NATO na Europa

7.5 O «escudo» USA sobre a Europa

8 Os cenários do Apocalipse

8.1 A 'escalation' qualitativa do confronto nuclear

8.2 A preparação do 'first strike' nuclear

8.3 Armas electro-magnéticas e laser e aviões robot espaciais para a guerra nuclear

8.4 A ameaça mortal do plutónio e o aviso não escutado de Fukushima

8.5 A ameaça do terrorismo nuclear

8.6 As nano-armas: potenciais detonadores potenciais da guerra nuclear

9 No dia anterior, enquanto estamos a tempo

9.1 A estratégia do Império Americano do Ocidente

9.2 O sistema bélico planetário dos Estados Unidos da América

9.3 A atracagem da Itália à máquina de guerra USA/NATO

9.4 A desatracagem da Itália da máquina de guerra USA/NATO,

para uma Itália soberana e neutra, liberta de armas nucleares

APÊNDICE

Nota da Redacção

Capítulo 1

O NASCIMENTO DA BOMBA

1.1.O bombardeamento atómico de Hiroshima e Nagasaki

«Há dezasseis horas, um avião americano deixou cair uma bomba sobre Hiroshima, uma base importante do exército japonês. [] É uma bomba atómica. É uma consolidação da energia fundamental do universo. A força da qual o Sol extrai a sua energia»: assim anuncia o Presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, na [declaração de 6 de Agosto de 1945](#). Três dias depois, no discurso radiofónico de 9 de Agosto, explica que «a primeira bomba atómica foi lançada sobre Hiroshima, uma base militar, porque neste primeiro ataque queríamos evitar, o mais possível, o massacre de civis».

Na realidade, Hiroshima não é uma base militar, como também não é Nagasaki, a cidade japonesa sobre a qual os Estados Unidos lançaram a segunda bomba atómica, em 9 de Agosto, o mesmo dia em que o Presidente Truman pronuncia o discurso radiofónico.

A bomba atómica de urânio de 15 kiloton (igual à potência explosiva de 15 mil toneladas de TNT) lançada sobre Hiroshima, sarcasticamente designada de Little Boy (rapazinho), matou imediatamente e nos seis meses seguintes, cerca de 140.000 pessoas - civis, na esmagadora maioria. Mas outras pessoas morreram nos anos seguintes, depois dos efeitos das radiações, embora muitos dos sobreviventes, os *hibakusha*, tenham sofrido

efeitos biológicos a longo prazo. O número total de vítimas da bomba de Hiroshima, nos decênios seguintes, é estimado em mais de meio milhão.

A bomba atômica de plutônio de cerca de 22 kiloton, lançada sobre Nagasaki, (humoristicamente denominada Fatman = gorducho), mata imediatamente e nos meses seguintes 75.000 pessoas, na grande maioria civis, aos quais se juntaram muitos outros nos anos seguintes, enquanto muitos dos sobreviventes, sofreram os efeitos biológicos a longo prazo.

A justificação oficial do bombardeamento atômico de Hiroshima e Nagasaki é que só assim os Estados Unidos podem forçar o Japão à rendição, sem ter de pagar um preço elevado em vidas americanas. Na realidade o Japão está no limite extremo e não há necessidade de recorrer à bomba atômica para impô-lo a rendição. A verdadeira razão é outra. Enquanto Truman está na Conferência de Potsdam (7 de Julho a 2 de Agosto de 1945), juntamente com Churchill e Stalin, é-lhe comunicado secretamente que, a 16 de Julho, foi detonada em New Mexico, a primeira bomba atômica. O Projecto Manhattan, conduzido no máximo segredo desde Junho de 1942, tinha alcançado a sua meta. Truman tem agora a possibilidade de acabar a guerra com o Japão da maneira mais favorável aos Estados Unidos, impedindo que a União Soviética participe na invasão do Japão, decidida em Potsdam e de expandir, desse modo, a sua influência à região do Pacífico.

Para isso, ordena secretamente que a bomba atômica seja utilizada o mais rápido possível. Em 24 de Julho, dois dias antes da Declaração de Potsdam, na qual se intima o Japão à rendição incondicional, são escolhidas secretamente, como possíveis objectivos, quatro cidades japonesas: Hiroshima (com mais de 250 mil habitantes), Nagasaki (cerca de 200 mil), Kokura e Niigata (cada uma com 150 mil). As condições meteorológicas mais favoráveis, em 6 de Agosto, fazem cair a primeira escolha em Hiroshima. Três dias depois, a escolha cai sobre Nagasaki.

«A decisão de destruir Hiroshima e Nagasaki foi uma decisão política e não, uma decisão militar» (ou seja, não foi ditada pela necessidade de derrotar militarmente o Japão), escreve a jornalista americana, [Diana Johnstone](#). «A posse demonstrada dessa arma dava a Truman uma sensação de poder sentir-se livre para romper a promessa feita aos russos e de pressionar Moscovo, na Europa, de maneira ameaçadora. As bombas de Hiroshima e Nagasaki não mataram, apenas e sem motivo, centenas de milhares de civis. Elas abriram o caminho à Guerra Fria».

Os Estados Unidos procuram tirar a máxima vantagem do facto de, naquele momento, serem os únicos a possuir a arma atómica. Depois de tê-la definido, «a maior conquista que a ciência organizada já tinha realizado na História», Truman sublinha na declaração de 6 de Agosto que, «mesmo não sendo habitual este governo esconder os seus conhecimentos à comunidade científica mundial, nas actuais circunstâncias, não se pretende divulgar os processos técnicos de produção.»

Ele sublinha, em seguida, que «a energia atómica pode exercer uma influência eficaz para a manutenção da paz mundial». O sentido é claro: dado que os Estados Unidos não pretendem divulgar os processos técnicos de produção, isto significa que serão eles, uma vez terminada a Segunda Guerra Mundial, a garantir a «paz mundial» servindo-se do monopólio das armas nucleares.

1.2 Os efeitos da explosão nuclear sobre uma cidade

A bomba de Hiroshima, à luz dos sucessivos desenvolvimentos de tais armamentos, aparece como a chave da era nuclear. Com um terço do urânio 235 usado para o *LITTLE BOY*, construíram-se, não muito tempo depois, dispositivos 8 a 9 vezes mais potentes que, se forem usados para activar uma bomba de hidrogénio, produzem uma explosão mil vezes mais

destruidora. A relação potência-peso (a medida padrão de eficiência de um dispositivo explosivo), que na bomba de Nagasaki é de cerca de 5.000, é elevada a 3.500.000.

Para perceber quais são os [efeitos destruidores de tais armas](#), toma-se como exemplo, o de uma única explosão nuclear sobre uma cidade: a unidade adoptada para tais cálculos – efectuados sobre a base da experiência de Hiroshima e Nagasaki e das explosões nucleares experimentais – é, em geral, uma bomba de 1 megaton (MT), semelhante à explosão de uma tonelada de TNT (para cujo transporte, foi calculado ser necessário um comboio de mercadorias de 500 km de extensão). É uma arma cuja potência equivale a 75 bombas de Hiroshima.

No cálculo deve considerar-se, em primeiro lugar, os factores variáveis, dos quais depende o fluxo e o tipo de efeitos da explosão nuclear. Uma explosão no solo concentra uma onda de choque (onda de pressão do ar, produzida pela explosão) e calor, mais intensamente a nível do solo, reduzindo os efeitos, mas aumenta o dano da queda de partículas radioactivas no solo e incêndios. Uma humidade mais elevada da atmosfera reduz os danos dos incêndios, mas aumenta notavelmente a radioactividade. Durante o verão ou num clima quente, nota-se um maior número de queimados, pois que muitas pessoas encontram-se ao ar livre e com roupas ligeiras. Num dia feriado, regista-se maior número de vítimas, pelo encerramento dos escritórios, fábricas e escolas.

Calcula-se que a devastação máxima seria provocada pela detonação de uma bomba nuclear de 1 megaton a uma altitude de 2.000 metros, num dia feriado durante o horário de trabalho, num dia quente de verão límpido, seco e ventilado.

Os efeitos da explosão são calculados, com base numa série de anéis (coroas circulares compreendidas entre duas circunferências concêntricas de raios) em volta do *ground zero*, o hipocentro, o ponto da superfície terrestre sob a vertical da explosão. Cada um de nós, com um mapa e um

compasso, pode calcular quais os efeitos que provocaria sobre o seu próprio território, a explosão de uma bomba nuclear de 1 megaton.

No primeiro anel, num raio de de 2,8 km do *ground zero*, a destruição e a letalidade são totais. A onda de choque, devida à compressão do ar a seguir à explosão, exerce uma pressão excessiva compreendida entre 20 a 200 psi (psi = libra-força por polegada quadrada), provocando o esmagamento, o colapso e a explosão mesmo dos edifícios mais sólidos em aço e cimento armado. A deslocação do ar, com ventos de 800 km/h, transforma-os em projecteis mortíferos. A irradiação térmica da esfera de fogo (esfera de gás incandescente produzida pela explosão nuclear), na ordem de mais de 27 milhões de graus Fahrenheit – cujo brilho a mais de 100 km de distância é 30 vezes mais intenso do que o Sol tropical ao meio dia – vaporiza as pessoas e as coisas na zona do hipocentro, derrete na área circundante o aço e o vidro, faz explodir o cimento. Todas as pessoas dentro deste anel, morrem quase instantaneamente: vaporizadas, esmagadas, carbonizadas. Dada a ausência de sobreviventes, não há problemas médicos.

No segundo anel, compreendido entre 2,8 e 4,2 km do *ground zero*, picos de pressão excessiva de 10 a 20 psi e ventos de 450-550 km/h, suficientes para lançar com força um homem de oitenta quilos a 100 metros de distância, provocam a morte a 50% dos habitantes por lesões de choque: caixas torácicas esmagadas, fracturas do crânio, feridas penetrantes do tórax e do abdomen, lesões dos pulmões e de outros órgãos internos, lesões da medula espinal, lacerações múltiplas e hemorragias internas. Todas as pessoas expostas sofrem queimaduras de terceiro grau, a menos que se tenham refugiado num edifício que permaneça suficientemente inteiro (a irradiação térmica antecede a onda de choque). O calor faz evaporar os caixilhos de alumínio e incendiar as roupas.

No terceiro anel, compreendido entre 4,2 e 7 km do *ground zero*, pressões excessivas de 5 psi, suficientes para exercer uma pressão de 180 toneladas contra uma parede de um edifício de dois andares e ventos de 280 km/h danificam gravemente mesmo os edifícios mais sólidos. Fragmentos de

cimento, aço, vidro viajam a velocidades letais. O calor, cerca de 40 calorias por centímetro quadrado, derrete o asfalto das estradas, incendeia a madeira e os tecidos no interior das habitações. Predominam ainda as lesões produzidas pela onda de choque. Ao mesmo tempo, todas as pessoas ao ar livre, sofrem queimaduras de terceiro grau. A maior parte das pessoas expostas indirectamente à esfera de fogo, ficam temporariamente cegas pelo brilho: muitas referem queimaduras da retina com cegueira parcial ou total, muitas ficam surdas pela ruptura dos tímpanos.

No quarto anel, compreendido entre 7 e 7,8 km do *ground zero*, pressões excessivas de 4 psi e ventos de 250 km/h – uma força maior do que a de um furacão - destroem as casas de tijolos, mas deixam de pé os edifícios mais sólidos, os quais, no entanto, alimentam os incêndios provocados pela irradiação térmica (25 calorias por cm², suficientes para incendiar tecidos e provocar queimaduras de terceiro grau sobre a pele desprotegida), e a detonação de tubos de gás, gasolina e gasóleo.

No quinto anel, compreendido entre 7,8 e 10 km do *ground zero*, pressões excessivas de 3 psi e ventos de 160 km/h são ainda bastante fortes para empurrar as pessoas para fora dos edifícios. O calor é ainda suficientemente forte para provocar queimaduras de terceiro grau em 80% das pessoas que não estão resguardadas e de incendiar erva e folhas secas, jornais e vestuário de nylon. A percentagem de mortos, nesta área, reduz-se a cerca de 5%, mas a dos feridos graves permanece alta: cerca de 45%. Como no quarto anel, também neste desenvolvem-se incêndios violentos.

No sexto anel, compreendido entre 10 a 13,6 km do *ground zero*, pressões excessivas de 2 psi e ventos de 100-130 km/h são ainda bastante fortes para partir os vidros das janelas e transformar os detritos mais pequenos em projecteis letais, derrubar cerca de 30 % das árvores e de postes de iluminação, danificar as casas de tijolos. O calor, de 5-7 calorias por centímetro quadrado, provoca queimaduras de terceiro grau a uma pessoa em cada cinco, que estejam ao ar livre e queimaduras de segundo grau em 70% da população dessa área.

Os efeitos destruidores da irradiação térmica e da onda de choque de uma bomba nuclear de 1 megaton estendem-se, em seguida, circularmente até cerca de 14 km do *ground zero*. Se a bomba que explodir for um engenho de 2 megaton, a área de destruição e mortalidade total estende-se num raio de 4,8 km em volta da *ground zero* e é aquela em que se relatam queimaduras de terceiro grau na epiderme exposta, até um raio de 17 km. Se explodir uma bomba de 20 megaton, a área de destruição e mortalidade estende-se num raio de cerca de 14 km do *ground zero* e os efeitos destruidores vão até um raio de 60 km. Engenhos ainda mais potentes provocam, proporcionalmente, destruições num raio ainda maior.

Mas não é suficiente. Se, como é muito provável, numa grande cidade atingida por uma explosão nuclear, se cria uma «tempestade de fogo» - um incêndio enorme, intenso mas estacionário, que envolve temperaturas superiores a 800° C, absorvendo o ar frio e criando ventos de 300 km/h - a área letal aumenta 50 vezes e o número de queimados aumenta enormemente.

Aos efeitos da irradiação térmica e da onda de choque juntam-se os das radiações. Não é em tal alto grau que a irradiação nuclear inicial - um intenso fluxo de neutrões e raios gama - aumenta o número das vítimas, na medida em que as pessoas expostas são mortas pela irradiação térmica e pela onda de choque antes da irradiação nuclear instantânea.

Só no caso de explosão de um engenho de radiação intensificada (a bomba de neutrões), a área da irradiação letal de neutrões e raios gama é mais alargada do que a da irradiação térmica e da onda de choque.

1.3 Os efeitos da chuva radioactiva

O maior número de vítimas é provocado pelo fallout, ou seja, a recaída ou chuva radioactiva. Cerca de metade dos materiais radioactivos produzidos pela explosão nuclear, voltam a cair no solo dentro de vinte e quatro horas: a outra metade, constituída por partículas mais leves, espalha-se na

atmosfera. Depois da explosão no solo de uma bomba de 1 megaton, as pessoas que permanecem ao ar livre ficam expostas a doses mortais de radiações – radiações gama externas, produzidas por materiais radioactivos e radiações beta pelo contacto do fallout sobre a pele – numa área de cerca de 2.000 quilómetros quadrados e a doses perigosas numa área de 10.000 km².

Um número crescente de pessoas, que permanecem aparentemente ilesas, começam a apresentar sintomas indicadores do síndrome da radiação.

No caso de síndromas que afectam o sistema nervoso central, causada por forte radiação, a vítima é afectada por enxaqueca, seguida rapidamente por um estado de sonolência, profunda letargia e apatia, um tremor generalizado e perda de coordenação muscular, entra num estado de coma, acompanhado de convulsões e a morte ocorre dentro de 48 horas. Não existindo nenhum tratamento possível, o resultado é fatal.

No caso de síndrome gastrointestinal, provocado por irradiação aguda, a vítima é atingida por náuseas, vômitos, diarreia hemorrágica, acompanhada de um estado grave de desidratação e febre alta. No espaço de uma ou duas semanas verifica-se a morte por enterite, septicemia, toxemia ou desequilíbrio dos líquidos orgânicos.

Um síndrome hematopoiético, devido a doses menores, provoca na vítima, uma fase inicial de náusea e vômito, que se prolonga por 24 horas, à qual se segue uma semana de incubação em que o indivíduo parece normal. Neste ponto inicia-se um estado de mal-estar difuso, acompanhado de febre e de forte diminuição dos glóbulos brancos em circulação. Petéquias e hemorragias das gengivas não tardam a manifestar-se, enquanto cai o número das plaquetas sanguíneas e se determina um estado de anemia devido a insuficiência medular e hemorragias. Dependendo do grau de exposição e da extensão das lesões da medula óssea, a pessoa pode restabelecer-se em algumas semanas ou alguns meses, ou caso contrário,

morrer por hemorragia ou septicemia, devido à supressão das defesas imunitárias.

O destino daqueles que, encontrando-se no raio de destruição da bomba nuclear, tiveram a má sorte de não morrer imediatamente, descrevem-no os sobreviventes de Hiroshima e Nagasaki por [tê-lo visto com os seus próprios olhos](#). Michito Ichimaru - um estudante de Medicina que, no momento da explosão da bomba sobre Nagasaki, se encontra a dois quilómetros e meio do hipocentro, não tendo podido ir para a aula devido ao descarrilamento de um eléctrico - conta «À 11 da manhã, enquanto estava no quarto com um companheiro de estudos, senti o ruído de um B-29 que passava sobre as nossas cabeças. Pouco depois, o ar acendeu-se com uma luz amarela brilhante e sentimos um enorme golpe de vento. Aterrorizados, precipitámo-nos para nos escondermos no gabinete. Mais tarde, quando me recuperei, vi que no tecto se tinha produzido um buraco, todos os vidros se tinham quebrado e uma lasca tinha-me feito uma ferida no ombro, que sangrava. Ao sair, vi que o céu de azul se tinha tornado negro e tinha começado a cair uma chuva negra. Pouco depois, tentei chegar à minha Escola de Medicina, em Urakami, mas não consegui por causa dos incêndios que surgiam por toda a parte. Encontrei muitas pessoas que regressavam de lá. Tinham as roupas rasgadas e farrapos de pele que pendiam do corpo. Vagueavam como fantasmas.

«No dia seguinte consegui alcançar Urakami. Restavam, unicamente, as estruturas em cimento e ferro. Avizinhand-me da escola, vi cadáveres negros e carbonizados, que mostravam o branco dos ossos. Dentro do edifício escolar destruído, encontrei alguns dos meus companheiros ainda com vida, mas incapazes de se moverem. Mesmo os mais fortes estavam caídos por terra. Falei com eles e disseram-me que iriam recuperar, mas, na realidade, todos morreram dentro de poucas semanas. Nunca mais posso esquecer o olhar daqueles olhos nem o som daquelas vozes. Subi a pequena colina atrás da escola. As árvores tinham perdido a folhagem, a

colina verde tinha-se tornado castanha. Encontrei muitos estudantes, médicos e enfermeiras e alguns pacientes fugidos do hospital. Estavam muito fracos e sedentos, gritavam: «Dá-me, água, água, suplico-te». Tinham as roupas em farrapos, sujas e ensanguentadas. O seu estado era gravíssimo. Levei amigos pela colina abaixo, carregando-os nos meus ombros. Servindo-me de um carrinho puxado por uma bicicleta, levei-os para casa. Morreram todos dentro de poucos dias. Alguns amigos morreram com febre elevada, em delírio. Outros lamentavam-se de um mal estar geral, e tinham diarreia com sangue. Em todas as escolas públicas que visitei, encontrei muitos sobreviventes levados para lá, por pessoas com saúde. É impossível descrever o horror daquela cena. Recordo-me das vozes que gritavam de dor e de um fedor terrível. Eu lembro-me disto como sendo o inferno. Também todas estas pessoas morreram em poucas semanas.»

O testemunho deste estudante de Medicina indica o que mais tarde será cientificamente verificado. A *International Physicians for the Prevention of Nuclear War* (A Associação Internacional de Médicos para a Prevenção da Guerra Nuclear) – fundada em 1980 pelo americano, Bernard Lown e pelo soviético, Evgueni Chazov e premiada, em 1985, com o Prémio Nobel da Paz, pela sua «informação credível» sobre as consequências da guerra nuclear – demonstra que, depois de um bombardeamento nuclear, a assistência médica às vítimas das radiações consiste, unicamente, em aliviar o seu sofrimento enquanto estão a morrer, a prestar-lhes [«a última ajuda»](#).

Com efeito, depois de um bombardeamento nuclear, seria muito difícil, se não impossível, assistir os feridos graves e os moribundos. Médicos e enfermeiros, que restassem na zona, apesar de saberem o perigo mortal das radiações, deveriam trabalhar na condição caótica de uma cidade destruída e em chamas, com os poucos medicamentos que restassem, privados de energia eléctrica e de telecomunicações. O impulso

electromagnético, produzido pela explosão nuclear, de facto, colocaria fora de uso todos os aparelhos eléctricos e electrónicos não protegidos. Num ataque em grande escala, bastaria uma explosão nuclear a uma altitude de 100 km para colocar fora de uso esses aparelhos, num raio de 1.000 km.

Em 1945, o jovem Michito Ichimaru, enquanto assiste impotente, à morte dos amigos pelo efeito da «chuva negra» radioactiva, não pode saber que tantas outras pessoas morreram sucessivamente, também em zonas longínquas, sempre por causa do bombardeamento nuclear de Hiroshima e Nagasaki. As partículas radioactivas, que a explosão de uma bomba nuclear dispersa na estratosfera, tornam a cair no solo depois de algumas semanas, depositando-se num círculo amplo em volta da Terra, à mesma latitude da explosão. A percentagem de radioactividade desta recaída intermédia aumenta, se o engenho nuclear é de potência menor, pois que grande parte das partículas radioactivas produzidas pela explosão fica na troposfera, mais sujeita a turbulência e, depois de ter dado várias voltas em torno da Terra, torna a cair no solo. Depois de alguns meses ou anos, também as outras partículas radioactivas tornam a cair sobre toda a Terra.

Calcula-se que numa cidade de um milhão de habitantes – onde todos, no momento da explosão, se encontrassem dentro dos edifícios com um factor de protecção igual a 5 (ou seja, capaz de reduzir a um quinto, a dose de radiações que receberiam se estivessem no exterior) – a recaída local de uma explosão nuclear de 1 megaton a nível do solo provocaria cerca de 230.000 vítimas, 85.000 das quais morreriam no decurso dos primeiros meses. Com um factor de protecção igual a 1,5 - as vítimas da radiação intensa seriam 510.000, 190.000 das quais morreriam nos primeiros meses; como consequência a longo prazo, 30.000 pessoas morreriam de tumores malignos provocados pelas radiações, e outras 9.000 poderiam transmitir danos genéticos aos seus próprios descendentes.

Ainda mais amplos seriam os efeitos do bombardeamento nuclear de uma central nuclear, que aumentaria enormemente a quantidade de radionuclídeos de longo prazo. Se um reactor fosse atingido por uma bomba nuclear, a sua radioactividade espalhar-se-ia juntamente com a da bomba. Dado que ela contém uma quantidade relativamente pequena de compostos radioactivos de curto prazo, a sua destruição não contribuiria sensivelmente para o aumento da radioactividade do ambiente, na primeira semana. Os efeitos mais graves seriam a longo prazo, enquanto a destruição do reactor provocaria a dispersão de quantidades de [Estrôncio-90](#) e [Césio-137](#), cuja radioactividade perdura por muito mais tempo e espalha-se por uma área muito mais vasta.

A população das áreas expostas à recaída intermédia seriam sujeitas a irradiação interna, principalmente por causa do [Iodo-131](#), contido no leite dos animais que tivessem pastado em zonas contaminadas. Atingiria principalmente as crianças e os fetos das mulheres grávidas, que teriam a tiróide danificada. Radionuclídeos como o Estrôncio-90 e o Césio-137 exporiam os habitantes da zona contaminada ao perigo de radiações a longo prazo.

1.4 O inverno nuclear

Durante mais de trinta anos depois do bombardeamento atómico de Hiroshima e Nagasaki, cientistas de todo o mundo concentraram os seus estudos sobre os efeitos de uma simples explosão nuclear: irradiação térmica, onda de choque, queda radioactiva local, intermédia e a longo prazo. Só no início dos anos oitenta, começaram a indagar sobre as [consequências de um uso em vasta escala de armas nucleares](#). Os modelos científicos que elaboraram, fornecem-nos – embora com diferenças notáveis uns dos outros, uma indicação fundamental inequívoca. Uma guerra nuclear provocaria não só o que aconteceu em Hiroshima e

Nagasaki multiplicado por mil ou um milhão, mas algo ainda mais grave: a desorganização dos equilíbrios climáticos e dos eco-sistemas.

Num conflito nuclear em vasta escala, desenvolver-se-iam, ao mesmo tempo, em áreas urbanas e florestais, milhares de incêndios violentos, cada um dos quais estendido até centenas de quilómetros. Não tendo tido nunca, incêndios deste tipo e de tão vastas proporções, é difícil estimar com exactidão, a quantidade de fumo que seria emitida. De qualquer maneira, acredita-se que até a combustão de uma pequena parte dos materiais inflamáveis provocaria consequências gravíssimas.

Bastaria a combustão de um terço de mais de 10 biliões de toneladas de madeira e de papel – concentrados nas áreas urbanas e industriais – da América do Norte, Europa e Rússia – para produzir uma quantidade de fumo estimada, desde dezenas de toneladas e, ulteriormente, mais centenas de milhões de toneladas, constituída por um quarto ou um terço de carbono elementar amorfo.

A combustão dos materiais inflamáveis concentrados nas áreas urbanas e industriais – madeira, papel, petróleo, gasolina, querosene, gasóleo, produtos químicos, materiais plásticos, fibras sintéticas, borracha, asfalto e outros – produziria centenas de milhões de toneladas de fumo muito fuliginoso, constituído por mais de 50% de carbono elementar amorfo.

Os incêndios de grandes áreas florestais, na ordem de dezenas o centenas de milhares de km², adicionariam, em quantidade variável dependendo da estação e do tipo de vegetação, outras dezenas de milhões de toneladas de fumo, o qual teria, em relação ao produzido pelos incêndios urbanos, um coeficiente mais elevado de absorção da radiação solar.

Esta enorme quantidade de fumo fuliginoso – constituído de partículas com diâmetro de 0,1 a 1 micron, formado de uma mistura de carbono elementar

amorfo, hidrocarbonetos condensados, detritos minúsculos e outras substâncias – seria transportado rapidamente para a atmosfera, a uma altitude de 10-15 km, por violentas correntes ascendentes geradas pelos incêndios. Se bem que uma parte caísse no solo, depois de algum tempo, com as precipitações atmosféricas, uma outra parte ficaria muito tempo suspensa na atmosfera, exercendo uma forte acção absorvente da radiação solar.

No hemisfério Norte, no período que vai da Primavera ao início do Outono, a temperatura média da superfície poderia cair de 20°C para - 40°C dentro de poucos dias, provocando fortes perturbações. Nas latitudes médias, a temperatura média de verão à superfície poderia cair a níveis outonais ou de princípio de inverno por períodos de semanas ou mais. Nas zonas interiores dos continentes poderia existir períodos caracterizados por temperaturas muito rígidas, de pleno inverno. Fortes correntes de ar frio poderiam dirigir-se para o sul, para regiões onde raramente ou nunca, há condições de gelo.

O manto de fumo poderia permanecer na atmosfera durante um ou mais anos, e determinar à escala mundial, um arrefecimento a longo prazo com a duração de anos, com um declínio de vários graus das temperaturas médias, em particular depois dos oceanos terem arrefecido significativamente. Em tais condições, poderia verificar-se uma notável redução da precipitação.

Um outro fenómeno que se produziria na estratosfera, poderia ter graves efeitos biológicos e ecológicos. Os óxidos de azoto gerados pela explosão nuclear, atingindo a estratosfera, catalisariam reacções químicas que, dentro de alguns meses, poderiam reduzir de 10 a 30% a camada de ozono. Como consequência, a radiação ultravioleta biologicamente activa, logo que se reduzisse o manto de fumo, atingiria a superfície terrestre com maior intensidade.

Outros efeitos resultariam da emissão nas camadas baixas da atmosfera de grandes quantidades de monóxido de carbono, óxido de azoto e de enxofre, ácido clorídrico e de outras substâncias, produzidas pela combustão de milhares de toneladas de produtos de celulose e combustíveis fósseis. Tais substâncias, algumas das quais muito tóxicas, poderiam ser nocivas, directa ou indirectamente, para muitas formas de vida.

As consequências de todos estes fenómenos seriam devastadoras. O declínio da radiação solar e da temperatura teria um impacto imediato sobre a possibilidade de sobrevivência dos sobreviventes, os quais, privados em grande parte, de abrigos adequados, de combustíveis e de energia eléctrica, deveriam de enfrentar durante semanas ou meses, temperaturas baixíssimas em condições de obscuridade e grandes tumultos climáticos.

Efeitos a médio e longo prazo, também irreversíveis, aconteceriam na vegetação, em particular na das zonas tropicais e subtropicais, que pode existir apenas dentro de uma faixa muito restrita de temperatura e iluminação. Ao mesmo tempo, o fitoplâncton e o zooplâncton seriam destruídos, quer pela queda das radiações, quer pelo aumento das radiações ultravioletas, produzindo efeitos chocantes em todos os ecossistemas marinhos.

A agricultura também seria gravemente atingida. Ao verificar-se episódios, mesmo de breve duração, de congelamento durante a estação de maturação, duração insuficiente da própria estação de maturação, falta de temperatura para o crescimento trariam a perda de colheitas completas. Tal possibilidade é demonstrada não só em experiências de laboratório, mas também do estudo de grandes erupções vulcânicas.

A erupção do Tambora, na Indonésia, em 1815, projectou na estratosfera 150 quilómetros cúbicos de matéria pulverizada. No ano seguinte, em 1816, foi definido como «o ano sem verão»: Na América do Norte e na Europa nevou em Junho e houve temperaturas baixíssimas em Julho e Agosto; seguiu-se uma grande carestia, a qual, provavelmente, favoreceu a epidemia de cólera que, surgiu em Bengala, chegou primeiro ao Cáucaso e, em seguida, à Europa e à América.

De grande duração, pior seria esta situação, se caísse sobre a Terra o «inverno nuclear».

Os aprovisionamentos de cereais, seriam suficientes em teoria, para manter a vida dos sobreviventes durante alguns anos, só nos maiores produtores, mas mesmo nesses países, em rapina devido a convulsões sociais, seria praticamente impossível um funcionamento regular dos sistemas de distribuição. No resto do mundo, compreendendo a maioria dos países e das populações, as reservas alimentares durariam poucas semanas ou poucos meses. Como consequência, se a produção alimentar fosse interrompida durante uma ou mais estações e ao mesmo tempo fossem interrompidas as importações, não haveria comida suficiente para manter os sobreviventes vivos.

A desnutrição, as doenças galopantes e o caos que dominaria em quase toda a parte, provocariam o declínio global da [espécie humana](#).

Capítulo 2

A CORRIDA AOS ARMAMENTOS NUCLEARES

2.1 O confronto nuclear USA-URSS

Apenas um mês, após o bombardeamento de Hiroshima e Nagasaki, em Setembro de 1945, no Pentágono já calculavam que seriam precisas 200 bombas nucleares contra um inimigo da dimensão da Rússia. Em 5 de Março de 1946, o [discurso de Winston Churchill](#) sobre a «cortina de ferro» abre oficialmente a 'guerra fria'.

Logo a seguir, no dia 1 e 25 de Julho de 1946, Os EUA efectuavam os dois primeiros ensaios nucleares (*Able* e *Baker*), no atol de Bikini (Ilha Marshall, Oceano Pacífico) para verificar os efeitos sobre um grupo de navios em desarmamento e milhares de cobaias. Participam na operação, denominada [Crossroads](#), mais de 40.000 militares e civis americanos, com mais de 250 navios, 150 aviões e 25 mil detectores de radiações.

Em 1949, o arsenal americano aumenta para cerca de 170 bombas nucleares. Neste ponto os EUA estão seguros de poder ter, dentro em breve, bombas nucleares suficientes para atacar a União Soviética. Elas podem ser transportadas pelas super fortalezas voadoras B-29, usadas no bombardeamento de Hiroshima e Nagasaki.

No entanto, naquele mesmo ano, desvanece-se o sonho americano de conservar o monopólio das armas nucleares. Em 29 de Agosto de 1949, a União Soviética efectua a sua primeira explosão experimental de um engenho de plutónio. Agora também a URSS tem a Bomba. Começa neste ponto, a corrida aos armamentos nucleares entre as duas super potências.

Naquele mesmo ano, em 4 de Abril de 1949, é fundada a NATO, compreendendo, durante a guerra fria, dezasseis países: Estados Unidos da América, Canadá, Bélgica, República Federal da Alemanha, Grã-Bretanha, Grécia, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Portugal, Espanha e Turquia. Através desta aliança, os EUA mantêm o seu domínio sobre os aliados europeus, usando a Europa como primeira linha no confronto, também nuclear, com o Pacto de Varsóvia. Este último, em 14 de Maio de 1955 (**seis anos depois da NATO**), compreende a União

Soviética, a Bulgária, a Checoslováquia, a Polónia, a República Democrática da Alemanha, Roménia, Hungria, Albânia (de 1955 a 1968).

Não se sabe com exactidão, o número de armas nucleares que se acumula nos arsenais dos EUA, na União Soviética e noutros países. Os números que fornecem são baseados em estimativas, retidos apenas os mais confiáveis, publicados pela Federação dos Cientistas Americanos (FAS) no [Boletim dos Cientistas Atómicos Americanos.](#)

Na fase inicial, os EUA mantêm uma vantagem nítida: entre 1949 e 1951 o arsenal deles era cerca de 170 a 440 armas nucleares, e o do arsenal soviético de 1 a 25. Valendo-se de tal superioridade, o Pentágono começa a distribuir armas nucleares e prepara planos para o seu emprego eventual. Em Setembro de 1950, três meses depois da explosão da guerra da Coreia, transfere para a ilha de Guam (Micronésia, Oceano Pacífico) dez bombardeiros com bombas nucleares a bordo. Em 1951, o comando americano prepara uma retaliação nuclear contra as forças soviéticas na Manchúria, caso atacassem na Coreia.

Enquanto se inicia o confronto nuclear entre os EUA e a URSS, a Grã Bretanha e França, ambos membros da NATO, diligenciam dotar-se de armas nucleares. A primeira a conseguir é a Grã-Bretanha: enquanto colabora no programa nuclear dos Estados Unidos, inicia em 1945 um programa próprio destinado à produção da bomba de plutónio. Embora uma lei, aprovada em Washington em 1946, lhes impessa (ao menos oficialmente) de aceder às informações sobre o desenvolvimento das armas nucleares americanas, em 3 de Outubro de 1952, consegue efectuar na Austrália, a sua primeira explosão experimental.

Isto aumenta a vantagem da NATO, que aumenta posteriormente, quando, no dia 1 de Novembro do mesmo ano, os Estados Unidos fazem explodir a sua primeira bomba H (de hidrogénio). No dia 1 de Março de 1954, os EUA conduzem o teste Bravo no atol de Bikini, no Pacífico, fazendo explodir uma bomba H de 17 megaton, 1.300 vezes mais potente do que a

de Hiroshima. Naquele momento, os EUA têm quase 850 armas nucleares, enquanto a URSS possui cerca de 50.

Os EUA também estão em vantagem no campo dos bombardeiros estratégicos: em 1955, começam a distribuir os bombardeiros B-52, especialmente concebidos para o ataque nuclear. Podem voar 14.000 km, à velocidade de 1.000 Km/h, a uma altitude de 15.000 metros, transportando 30 toneladas de bombas. De 1945 a 1961, construíram 744. **Grupos de B-52 do Comando Aéreo Estratégico, armados de bombas nucleares, são mantidos em vôo vinte e quatro horas sobre vinte e quatro, prontos para o ataque.**

Ao mesmo tempo, em 22 de Novembro de 1955, a União Soviética faz explodir a sua primeira bomba H, centenas de vezes mais potente do que a de Hiroshima e, no início de 1957, distribui o bombardeiro estratégico TU-95 Bear [Urso](segundo a designação ocidental), também concebido para o ataque nuclear: pode transportar por uma distância de 13.000 km, 12 toneladas de bombas. É inferior, no que respeita a capacidade, mas não menos temível: é um Tu-95V que, no teste de 31 de Novembro de 1961, lança uma bomba H de 60 megaton, cuja potência equivale a 4.600 bombas de Hiroshima.

Entre 1955 e 1960, o arsenal dos EUA aumenta de 2.400 para 18.600 armas nucleares; o soviético, de 200 para 1.600 armas nucleares; o britânico, de 10 para 100. Também fazem parte deste último país, desde 1957, bombas H.

Em 1960, os países da NATO que possuem armas nucleares são três, quando a França faz explodir em 13 de Fevereiro, no Sahara, a primeira bomba nuclear de plutónio. A França chega à Bomba, começando em 1953, com um plano quinquenal de desenvolvimento da energia atómica destinado, oficialmente, à produção de energia eléctrica. Os reactores nucleares produzem, não só electricidade, mas também uma quantidade de plutónio, na ordem de 50 Kgs/ano, suficiente para construir

6-8 bombas. Isto é tornado possível pelo programa militar que, lançado secretamente em 1956, permite-lhe efectuar em Fevereiro de 1960 a primeira explosão nuclear experimental.

2.2 Os mísseis balísticos intercontinentais

Inicia-se, neste período, a distribuição dos transportadores nucleares mais mortíferos: os mísseis balísticos intercontinentais, lançados de terra ([ICBM](#)).

O primeiro ICBM americano é o Atlas, que é exibido numa série de testes em 1957-58: tendo um alcance de 12.000 km, pode atingir com a sua ogiva nuclear, qualquer objectivo no interior da União Soviética. A URSS desenvolve, no mesmo período, o seu primeiro ICBM, o R-7/SS-6 Sapwood, que, tendo um alcance de 10.000 km, pode atingir, por sua vez, os EUA com uma ogiva nuclear de 3-5 megaton.

Em 1961, os EUA possuem um ICBM mais desenvolvido, o Titan II. No mesmo ano, a URSS dispõe de um novo míssil, o R-16/SS-7 Saddler. Com um alcance de 13.000 km e uma ogiva nuclear até 6 megaton.

Os Estados Unidos continuam, em simultâneo, um programa que prevê a produção em massa e a distribuição de um novo ICBM, simples e confiável, capaz de destruir objectivos de qualquer tipo: é o Minuteman, que um consórcio de cinco indústrias constrói em quatro modelos sucessivos, um melhorado em relação ao outro. Na primeira fase, pensa-se instalar parte dos mísseis em rampas de lançamento móveis, que deveriam circular, continuamente, ao longo da rede ferroviária, de modo a fugir a um eventual ataque soviético.

Depois de ser efectuada uma série de provas em 1960, decide-se instalá-los todos em silos (poços reforçados, contendo a rampa de lançamento), espalhados no território à distância de 5-11 km uns dos outros. Os silos,

em grupos de dez, estão ligados aos centros de controlo de lançamento, em bunkers subterrâneos reforçados, em cada um dos quais, vinte e quatro horas sobre vinte e quatro, estão dois oficiais prontos a lançar os mísseis, logo que seja recebida a ordem. Os primeiros Minuteman tornaram-se operacionais em 1961.

Como resposta, a União Soviética dispõe do ICBM R-36, designado no Ocidente como SS-9 Scarp, com um alcance de 12.000 kms, uma ogiva de 12-18 megaton: são destinados a atacar os 100 centros de controlo de lançamento dos 1.000 mísseis Minuteman, espalhados nos Estados Unidos.

Prosseguem, a par e passo, o desenvolvimento e a distribuição dos mísseis balísticos lançados do mar ([SLBM](#)) O primeiro é o americano Polaris A1, testado em 20 de Julho de 1960, quando foi lançado de um submarino em imersão, o George Washington. Em Novembro do mesmo ano, o George Washington torna-se operacional. É o primeiro submarino do mundo a propulsão nuclear, armado de mísseis balísticos para o ataque nuclear. Pode avizinhar-se submerso da União Soviética ou da China e, ao lançar os seus 16 mísseis Polaris, pode atingir qualquer objectivo sobre esses territórios.

Em 1961, são armados de mísseis Polaris de segunda geração (A2) seis submarinos de ataque nuclear. Os Polaris A2 são substituídos pelos Polaris A3, no início de 1964, pois têm uma dimensão menor e um alcance maior (mais 4.000 km).

Também a União Soviética constrói mísseis balísticos lançados de submarinos: os R-21/SS-N-5 Serb, que se tornam operacionais em 1963. Contudo, são inferiores aos americanos, dado que têm um alcance menor (1.400 km) e cada submarino «só» pode levar três.

A Grã-Bretanha inicia, em 1955, o desenvolvimento de um míssil balístico de alcance intermédio (4.000 km) armado de uma ogiva nuclear, sucessivamente, a partir de 1968, distribui uma força de quatro submarinos armados de mísseis Polaris, fornecidos pelos EUA. Também a França constrói uma série de transportadores nucleares: o bombardeiro supersónico Mirage IV, que começa a ser distribuído em 1964; os mísseis balísticos lançados do solo, S-2 e Pluton, e o M-20 lançado do mar, que na primeira metade dos anos 70, formam o nervo da *force de frappe*.

2.3 A crise dos mísseis em Cuba e a introdução da China entre as potências nucleares

Enquanto está em pleno desenvolvimento a corrida aos armamentos nucleares, explode em Outubro de 1962 a crise dos mísseis em Cuba: depois da falhada invasão armada da ilha, em Abril de 1961, obra de refugiados políticos apoiados pela CIA americana, a URSS decide fornecer a Cuba mísseis balísticos de alcance médio (1.000 a 3.000 km) e intermédios (3.000 a 5.500 km). Os Estados Unidos efectuam então, o bloqueio naval da ilha e colocam em alerta as forças nucleares: mais de 130 mísseis balísticos intercontinentais Atlas e Titan estão preparados para lançamento; 54 bombardeiros com armas nucleares a bordo juntam-se aos 12 que o Comando Aéreo Estratégico mantém sempre em voo, vinte e quatro horas sobre vinte e quatro, prontos para o ataque nuclear.

Os Estados Unidos dispõe, naquele momento, de mais de 25.000 armas nucleares, às quais se juntam cerca de 210 britânicas, enquanto a Rússia possui cerca de 3.350.

A crise, que leva o mundo ao limiar da guerra nuclear, é desactivada pela decisão soviética de não instalar os mísseis, a troco do compromisso dos EUA retirarem o bloqueio e respeitarem a independência de Cuba.

Nesse mesmo período, [a China mobiliza-se para a aquisição de armas nucleares](#). A ideia de que ela também a devia possuir, nasce em Pequim durante a guerra da Coreia (1950-1953), quando voluntários chineses vão ajudar as forças norte-coreanas e os Estados Unidos ameaçam com uma nova Hiroshima. Também a China, como a França, inicia com um programa de pesquisa sobre os usos civis da energia nuclear, em particular para a produção de electricidade. Mas, em 1951, Pequim assina um acordo secreto com Moscovo, em que se estabelece uma permuta nuclear: a China fornece urânio à URSS e esta fornece-lhe, em troca, assistência para a pesquisa nuclear.

A decisão final de construir armas nucleares foi tomada em Pequim, em 1956. Mas, três anos depois, em seguida a divergências políticas crescentes, Moscovo quebra o acordo e, em 1960, começa a retirar os peritos soviéticos da China. No entanto, esta aprendeu a caminhar sobre as suas pernas e, continuando a percorrer o caminho nuclear, chega à Bomba.

A China faz explodir a sua primeira bomba nuclear de urânio, em 16 de Outubro de 1964, e após nem sequer três anos, em 14 de Junho de 1967, a sua primeira bomba H. Quatro anos depois, já está em funcionamento a cadeia de produção de armas nucleares que, em 1974, também lhes permite fabricar em série, bombas de hidrogénio. Ao mesmo tempo, a China começa a construir mísseis balísticos intercontinentais com ogivas nucleares, entre as quais a DF-5 que, com um alcance de 10 – 12.000 km, é capaz de atingir o Ocidente dos USA.

2.4 A planificação do ataque nuclear

Em 1965/1967, o arsenal americano atinge um máximo superior a 31.000 armas nucleares, às quais se juntam mais 300 britânicas e 35 francesas, levando o arsenal global da NATO a mais de 31.500. A URSS supera as 8.000 armas nucleares, enquanto a China possui 25.

A par e passo com o crescimento do próprio arsenal, o Pentágono desenvolve planos operacionais detalhados de guerra nuclear contra a URSS e a China. Um portefólio/pasta de 800 páginas tornado público em 2015 pelo National Archives and Records Administration (NARA)⁷, <https://www.nytimes.com/2015/12/23/us/politics/1950s-us-nuclear-target-list-offers-chilling-insight.html> o arquivo do governo dos EUA; contém uma lista(até àquele momento top secret) de milhares de objectivos na URSS, Europa Oriental e China, que os EUA se preparavam para destruir com armas nucleares, durante a guerra fria. **Em 1959, o ano a que se refere a «target list» redigida em 1956, os EUA dispunham de 12 mil ogivas nucleares e mais 80 britânicas, enquanto a URSS possuía cerca de mil e a China ainda não tinha nenhuma. Sendo superior também nos meios de transporte das mesmas armas nucleares. (bombardeiros e mísseis), o Pentágono considera viável, um ataque nuclear.**

O plano prevê a «destruição sistemática» de 1.100 campos de aviação e 1.200 cidades. Moscovo seria destruída com 180 bombas termonucleares; Leningrado, com 145; Pequim, com 23. Muitas «áreas povoadas» seriam destruídas pelas « explosões nucleares ao nível do solo, para aumentar a recaída/queda radioactiva. Entre estas, Berlim Oriental, cujo bombardeamento nuclear comportaria «implicações desastrosas para Berlim Ocidental». O plano não é levado a cabo, porque a União Soviética adquire rapidamente a capacidade de atingir os Estados Unidos.

Apesar disso – referirá sucessivamente Paul Johnstone, durante dois decénios (1949-1969), analista do Pentágono para a planificação da guerra nuclear – entre os estrategas americanos está, naquele período, «um consenso geral que, se bem que uma troca nuclear provocasse graves danos aos Estados Unidos, com muitos milhões de mortos e uma capacidade baixa imediata de sustentar a guerra, os EUA continuariam a existir como nação organizada e vital e, finalmente, prevaleceriam, enquanto a União Soviética não seria capaz de fazê-lo.

No Pentágono, durante a guerra do Vietnam, há também aqueles que querem usar armas nucleares táticas contra as forças vietnamitas. Tal possibilidade é examinada por um grupo de 40 cientistas consultores que, em 1966, redige um relatório secreto com o título «Armas Nucleares Táticas no Sudeste Asiático». No contexto vietnamita, afirma o relatório, seria útil para destruir os restantes aeroportos e pontes do Norte, as bases e os principais sistemas de túneis do Viet Cong no Sul, mas seriam ineficazes contra as forças que se movem de forma incerta na floresta. Mais ainda, se os EUA usassem primeiro, armas nucleares táticas, a União Soviética e a China poderiam fornecer ao Vietnam do Norte, que podiam atingir com elas, as bases americanas no Sul. Uma vez excedido o limiar nuclear, não se pode prever o resultado final, que poderia também ser uma guerra conclui o relatório, que poderia também ser uma guerra nuclear generalizada. Por todas estas razões, o grupo de cientistas desaconselha o uso de armas nucleares táticas na guerra do Vietnam.

No entanto, os EUA continuam, nos anos sessenta, a deslcar as suas bases avançadas na Europa, Turquia e Ásia, mísseis e caças bombardeiros com capacidade nuclear que, por terem um raio menor de acção, dali podem atingir a União Soviética, os outros países do Pacto de Varsóvia, bem como a China. No período culminante, no final dos anos sessenta e início dos setenta, os EUA têm cerca de 9.000 armas nucleares espalhadas fora do seu território: cerca de 7.000 nos países europeus da NATO, 2.000 nos países asiáticos (Coreia do Sul, Filipinas, Japão). Além dessas, têm 3.000

armas a bordo dos submarinos e outras unidades navais que, a qualquer momento. Podem lançar contro a União Soviética e outros países.

A URSS, que não tem bases avançadas fora do seu território, próximas dos Estados Unidos (de quem pode avizinhar-se, mas só com submarinos nucleares), procura demonstrar que, se fosse atacada, poderia lançar uma represália devastadora. Para confirmá-lo, faz explodir, num teste conduzido em 20 de Outubro de 1961, a bomba de hidrogénio mais potente, jamais experimentada, a «Czar», de 58 megaton, equivalente a quasi 4.500 bombas de Hiroshima.

A união Soviética prepara, ao mesmo tempo, uma nova arma espacial: um míssil (R.360 Fobs) que, se colocado em órbita em volta da Terra, pode atingir a qualquer momento, os Eua com uma ogiva nuclear de 5 megaton. Ao mesmo tempo, a meio dos anos sessenta, efectua testes de vôo de uma arma ainda mais potente (Ur-500 Proton) uma bomba de hidrogénio orbital de 100-150 megaton.

2.5 O Tratado do Espaço Exterior e o

Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares

Neste ponto os EUA, colocados numa posição difícil, propõe à União Soviética um tratado sobre o uso pacífico do Espaço Exterior, tomando como modelo o [Tratado do Antártico](#) estipulado no dia 1 de Dezembro de 1959 pelos EUA, a URSS e outros dez países, esse Tratado estabelece o uso pacífico da Antártida e proíbe qualquer actividade militar, inclusive as explosões nucleares experimentais.

Inicialmente Moscovo não aceita a proposta, porque quer associar a negociação sobre o uso pacífico do Espaço à das bases avançadas, pelas

quais os EUA podem atingir a União Soviética. Finalmente, acaba por aceitar. Assim, é assinado em 27 de Janeiro de 1967, o [Tratado sobre o Espaço Exterior](#), aberto à adesão de outros Estados: o mesmo impede os signatários de colocarem armas nucleares ou outro género de armas de destruição em massa na órbita terrestre, sobre a Lua ou sobre outros corpos celestes ou ainda, estacioná-los no espaço extra-atmosférico. O Tratado consente a utilização da Lua e de outros corpos celestes, exclusivamente para fins pacíficos, e proíbe expressamente o uso para efectuar testes sobre armas de qualquer género, conduzir manobras militares ou estabelecer instalações militares.

Imediatamente a seguir, em 1 de Julho de 1968, é estipulado o Tratado de Não-Proliferação de armas nucleares ([TNP](#)). Promovem-no os EUA, a Grã-Bretanha e a União Soviética que, preocupados com o facto de outros países quererem entrar no círculo das potências nucleares, decidem estabelecer uma regra simples: quem está dentro, fica dentro; quem está fora, fica fora. Aderiram ao Tratado de Não-Proliferação, inicialmente, outros 59 países, mas não a França e a China, que o assinaram só em 1992. Não aderiram a Índia, o Paquistão e Israel.

O artigo 1 estabelece: «Cada um dos Estados militarmente nucleares, que faça parte do Tratado, compromete-se a não transferir a quem quer que seja, armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos, ou o controlo sobre tais armas e engenhos explosivos, directa ou indirectamente; compromete-se a não assistir, nem encorajar, nem incitar, de maneira nenhuma, um Estado militarmente não nuclear a produzir ou a obter armas nucleares ou outros engenhos nucleares explosivos, ou o controlo sobre tais armas ou engenhos explosivos».

O Artigo 2 estabelece: «Cada um dos Estados militarmente não nucleares, que façam parte deste Tratado, compromete-se a não receber de quem quer que seja, armas nucleares ou outros engenhos nucleares explosivos, nem o controlo sobre tais armas e engenhos explosivos, directa ou

indirectamente; compromete-se também a não produzir nem a obter armas nucleares ou engenhos nucleares explosivos, e a não pedir ou receber ajuda para o fabrico de armas nucleares ou de outros engenhos nucleares explosivos». O Tratado obriga os Estados que não possuem armas nucleares a submeter-se às inspecções da Agência Internacional para a Energia Atómica (IAEA), encarregada de verificar que as instalações nucleares sejam usadas para fins pacíficos e não para a construção de armas nucleares (Art.3).

As potências nucleares comprometem-se, no Tratado da sua promoção, a «processar negociações de boa fé, sobre medidas eficazes para a interrupção da corrida aos armamentos nucleares a curto prazo e ao desarmamento nuclear, e sobre um Tratado que estabeleça o desarmamento geral e completo sob controlo internacional rigoroso e eficaz». (Art. 6) Também se comprometem, como os outros signatários, a «renunciar, nas suas relações internacionais, à ameaça e ao uso da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer Estado». (Preâmbulo). Por outras palavras, as potências nucleares fazem um juramento solene de acabar com o fortalecimento qualitativo e quantitativo dos seus arsenais e, ao mesmo tempo, a reduzi-lo cada vez mais até à eliminação completa e verificada, dos armamentos nucleares à face da Terra.

2.6 Os mísseis balísticos com ogivas múltiplas independentes

Quando as palavras correspondem os factos, demonstram-no os Estados Unidos que, apenas dois anos após ter assinado o **TNP**, começaram a distribuir os ICBM Minuteman III com ogiva nuclear **MIRV** (Multiple independently targetable reentry vehicle) : cada míssil transporta três «veículos de retorno», ou seja, três ogivas nucleares que, lançadas no

apogeu da trajectória balística, **ao tornar a entrar na atmosfera, dirigem-se, independentemente, sobre os respectivos objectivos.** Com a tecnologia MIRV, cada míssil está, a partir deste momento, capaz de atingir mais objectivos, distantes uns dos outros, multiplicando assim a sua mortandade. Também a União Soviética lança, pouco depois, mísseis de ogivas MIRV, são os R-36M/SS-18 Satan, cada um armado de 8-10 ogivas nucleares independentes.

Desenvolve-se uma competição análoga no campo dos mísseis balísticos lançados do mar. Já a partir de 1964, os Polaris americanos da terceira geração, chegam armados, cada um, de três ogivas nucleares independentes: isso permite a um único submarino atingir com os seus 16 mísseis, 48 objectivos. Em 1969, a União Soviética reduz a vantagem nos confrontos dos EUA, instalando nos seus próprios submarinos, mísseis mais eficientes, os R-27/SS-N-6 Serb: um submarino nuclear da classe Yankee pode transportar 16 daqueles mísseis e lançá-los quando está submerso. Alguns anos depois, em 1975, são instalados os mísseis R-27 MIRV, cada um com três ogivas independentes. Neste ponto, também um único submarino soviético pode atingir 48 objectivos a mais de 3.000 km de distância.

Entretanto, **no início de 1971**, os EUA começam a distribuir os novos mísseis SLBM Poseidon C3, aumentando a sua vantagem: cada míssil pode transportar até **14 ogivas nucleares independentes.** Isto significa que um único submarino com os seus 16 mísseis, pode atingir 200 objectivos. A URSS responde, distribuindo em 1974, nos seus submarinos da classe Delta, os mísseis R-29/SS-N-8 Sawfly, com um alcance de 9.000 km, e sucessivamente os R-29 RM/SS-N-23 Skif, cada um com 4-10 ogivas MIRV. Um único submarino soviético pode, assim, atingir, com os seus 16 mísseis, até 160 objectivos. No entanto, os EUA, passam, neste ponto, para uma nova geração de mísseis lançados do mar, os Trident C-4, que começam a instalar nos seus submarinos em 1979. Um único submarino, armado de 24 mísseis Trident com ogivas MIRV, pode atingir 200 objectivos.

Perto do fim dos anos setenta, a URSS ultrapassa os EUA em número de armas nucleares: mais de 26.000 em confronto às 24.000 dos Estados Unidos, segundo as estimativas relativas a 1978. A Grã-Bretanha, naquele ano, possui 500 armas nucleares; a França, 230; a China, 190.

De geração em geração, os mísseis balísticos intercontinentais tornam-se cada vez mais precisos: O seu CEP (provável erro circular, dentro do qual caiem metade das ogivas nucleares) restringe-se a 4 km, a menos de 500 metros.

Além dos mísseis balísticos intercontinentais (com um alcance superior a 5.500 km), os EUA e a URSS distribuem mísseis balísticos de menor alcance: alcance intermédio (3.000-5.500 km), alcance médio (1.000-3.000 km) e curto alcance (até 1.000 km). **Estes mísseis com ogivas nucleares, quando se avizinham dos objectivos, podem ter efeitos análogos aos dos mísseis intercontinentais.**

2.7 A bomba N

Em 1977 os EUA decidem construir a [bomba de neutrões](#), a arma nuclear que provoca menor destruição e contaminação residual, de modo a poder ocupar, sucessivamente a área atingida, mas de mortandade mais elevada, devido à forte emissão de radiações imediatas, constituídas na maior parte por neutrões velozes de modo a penetrar mais profundamente nos materiais.

A possibilidade de desenvolver uma arma táctica nuclear deste tipo, tinha sido identificada pouco depois da invenção da bomba de hidrogénio. Alguns cientistas, empenhados nos estudos das armas nucleares, principalmente no Lawrence Livermore Laboratory, tinham trabalhado dos anos cinquenta aos sessenta, em torno do conceito de uma ogiva de radiação intensificada.

A ogiva nuclear de radiação intensificada ou a bomba de neutrões ou a bomba N, é considerada pelos estrategas americanos, uma arma «mais limpa» e de mais fácil emprego. Por cada quiloton de potência explosiva detonado, esta arma é capaz de matar um número de inimigos superior ao dos outros engenhos nucleares. Ao mesmo tempo, minimiza os danos nos edifícios e nas culturas, permitindo, depois de um certo tempo, a reutilização do território atingido.

Nos planos dos EUA, a bomba N é destinada a ser empregue numa guerra terrestre, na Europa, entre os países da NATO e os do Pacto de Varsóvia. Prevê-se o emprego, sobretudo, contra os soldados no interior de meios couraçados. Os tanques são resistentes, a uma certa distância do hipocentro da explosão, ao calor e à onda de choque. A sua couraça, por sua vez, é penetrada pelo fluxo de neutrões que matam os homens que estão dentro deles. Prevê-se, no entanto, que todos sejam imediatamente postos fora de combate: uma parte, depois de um ataque de náuseas, poderão recuperar as forças durante dias ou semanas antes de morrer, e sabendo que estão no fim, poderão combater até à morte.

Muitos expoentes militares americanos sustentam que o uso destas ogivas de radiações intensificadas, é mais preciso e aperfeiçoado, permitiriam uma «guerra nuclear limitada», circunscrevendo os danos ao campo da batalha.

2.8 Os tratados sobre mísseis anti-balísticos e sobre a limitação das armas estratégicas

É nesta fase que, em 26 de Maio de 1972, os EUA e a União Soviética assinam o [Tratado dos Mísseis Anti-Balísticos \(ABM\)](#), que proíbe a distribuição de sistemas de mísseis destinados a interceptar os mísseis balísticos intercontinentais. A razão do tratado é clara: se uma das duas partes conseguisse realizar sistemas capazes de interceptar e destruir os mísseis da outra, iria adquirir uma vantagem nítida, pois que, nesse ponto,

podia lançar um ataque surpresa, confiante sobre a capacidade dos próprios sistemas anti-míssil de neutralizar ou atenuar os efeitos de uma eventual represália da parte do país atingido. O Tratado, que entra em vigor em 1976, permite, a cada uma das duas partes, instalar uma única bateria de mísseis de interceptação, em volta da capital ou de uma única área onde se encontram as rampas de lançamento dos mísseis balísticos intercontinentais com base em terra (ICBM).

Igualmente, em 26 de Maio de 1972, os EUA e a URSS assinam um acordo, provisoriamente, sobre a limitação das armas ofensivas estratégicas ([SALT I](#)), comprometendo-se a não construir outras rampas de lançamento de ICBM e a limitar as dos mísseis balísticos lançados do mar. Ao SALT I, segue-se o [SALT II](#), assinado em 18 de Junho de 1979, com o qual os EUA e a URSS se empenham a efectuar reduções imediatas. O SALT II não foi ratificado. As duas partes, enquanto nos anos oitenta se acusam, uma à outra, de não respeitar o acordo, mas, comprometem-se, verbalmente, a limitar as suas próprias armas ofensivas.

Como demonstração de quanto valem esses compromissos, em 1982 os EUA aumentam a produção das bombas de neutrões, elevando para 2.200, o seu número global no arsenal dos EUA e na NATO; e, em 1986, começam a distribuir uma nova geração de mísseis balísticos intercontinentais, os Peacekeeper, cada um armado com 10 ogivas nucleares independentes. Dois anos depois, em 1988, a União Soviética começa a distribuir os novos ICBM RT-23/ SS-24 Scalpel (segundo a denominação da NATO), sobre rampas lançadoras móveis que circulam continuamente, ao longo de uma rede ferroviária de 145.000 km.

Em 1986, o arsenal soviético atinge um máximo, superior a 40.000 armas nucleares, em confronto com as 23.000 dos EUA. Naquele momento, a Grã-Bretanha e a França possuem, cada uma, 350. A China tem 220. O arsenal mundial chega assim ao nível máximo de 65.000 armas nucleares. Fazem

parte do mesmo, as armas nucleares de um sexto país – Israel – que, sem declará-lo, possui já, em 1986, meia centena de armas nucleares.

2.9 A Bomba secreta de Israel

Enquanto os EUA, a Grã-Bretanha e a União Soviética procuram impedir, com o Tratado de Não-Proliferação, que outros países entrem no club nuclear, do qual fazem parte, em 1968, cinco membros, um sexto país infiltra-se no círculo das potências nucleares, conseguindo não só entrar pela porta de serviço, do nuclear civil mas, uma vez lá dentro, a tornar-se oficialmente invisível: o convidado de pedra é Israel. No mesmo momento em que, em 1968, se torna aberto às assinaturas o Tratado de Não-Proliferação, ele está já a distribuir em segredo, as suas primeiras armas nucleares. A história sobre como [Israel consegue construí-las, sem nunca revelar a sua existência](#), desenvolve-se no mundo escuro dos assuntos nucleares.

O programa nuclear militar começa no mesmo ano do nascimento de Israel; em 1948, sob ordens do Ministro da Defesa, um grupo de cientistas efectua prospecções no deserto do Negev, à procura de urânio. Encontrado um mineral de baixo teor de urânio, aperfeiçoam um processo para extraí-lo e desenvolvem, também, um novo método para extrair água pesada, que serve de moderadora nos reactores nucleares. Neste ponto, Israel tem necessidade de um reactor. Para obtê-lo, volta-se secretamente para a França, com a qual já colabora no sector nuclear: cientistas israelitas participaram, no início dos anos 50, na construção de um reactor de água pesada e num projecto de reprocessamento, em Marcoule.

A resposta de Paris chega, sempre num envelope selado, no Outono de 1956, poucas semanas antes das forças israelitas invadirem o Sinai egípcio, para dar à França e à Grã-Bretanha a maneira de ocupar a zona do Canal

do Suez, depois da nacionalização do mesmo, decidida por Nasser. Para recompensar Israel, logo que acaba a crise do Suez, o governo francês envia os seus técnicos para construir, no máximo segredo, um bunker subterrâneo em Dimona, no deserto do Negev, um reactor nuclear de 24 megawatt de potência. Para fazer chegar os componentes ao reactor, em Israel, o governo francês envolve-se em contrabando, declarando à sua própria alfândega, que são partes de uma fábrica de dessalinização, destinada, no quadro da cooperação internacional, a um país da América Latina.

As autoridades israelitas também fazem o seu melhor para esconder a verdadeira natureza dos trabalhos de construção, que são fotografados em 1958, antes que um espião aéreo americano, sem temer contradizer-se, declarara que se trata de uma fábrica têxtil, depois diz ser uma estação agrícola, em seguida, um centro de pesquisa metalúrgica. Ao mesmo tempo adquirem da Noruega, por baixo da mesa, 20 toneladas de água pesada com base num contrato, tornado conhecido, 30 anos depois, que vincula a parte que a adquire, a usá-la unicamente para fins pacíficos. O governo norueguês foi verificar só uma vez, quando a água pesada, chegada a Dimona, ainda estava nos bidões, no exterior da fábrica. Depois não foi lá mais, fiando-se na palavra dada em segredo, pelo governo israelita.

Porém, logo depois, em Maio de 1960, o Presidente De Gaulle, temendo que um eventual escândalo, enfraquecesse a posição internacional da França, no momento delicado em que estava comprometida com a guerra da Argélia, pede ao Primeiro Ministro israelita, Ben Gurion, para tornar o projecto do conhecimento público. Porém, este recusa. O contencioso resolve-se com um compromisso formal: a França completará o fornecimento dos componentes do reactor e da matéria físsil; em troca, Israel revelará a existência do reactor e empenhar-se-á a usá-lo só para pesquisa nuclear civil. Em Dezembro de 1960, Ben Gurion anuncia ao

mundo a existência do reactor, garantindo que será usado para fins exclusivamente pacíficos.

Sobre a cena em que se recita a comédia do nuclear pacífico, entra nesta altura, outro actor, o governo dos EUA, que pede oficialmente a Israel para submeter o reactor de Dimona a inspecções internacionais. O governo israelita aceita, pondo uma única condição; as inspecções devem se efectuadas pelo governo dos EUA, que depois comunicará os resultados aos outros. Assim, entre 1962 e 1969, chegam a Dimona, em várias ocasiões, os inspectores enviados por Washington. São alguns dos maiores peritos nucleares. No entanto, eles são bastante ignorantes ou desonestos, para não notar que os locais que estão a visitar são uma 'mise-en-scène', com instrumentos falsos que imitam processos inexistentes do nuclear civil, e que sobre o pavimento está um enorme bunker de oito andares onde se constroem armas nucleares. Com base nos resultados das inspecções, quer o Presidente Lyndon Johnson, quer o Presidente De Gaulle, asseguram oficialmente, que a instalação é usada apenas, para fins pacíficos. Entretanto, em 1965, na *Nuclear Materials and Equipment Corporation*, uma empresa americana com sede em Apollo (Pennsylvania), são «perdidos» 90 kgs de urânio altamente enriquecido, que, com toda a probabilidade, reaparece em Israel.

Deste modo, as instalações de Dimona são completadas e, provavelmente, em 1966, começam a produzir armas nucleares. Para protegê-las, são instalados à sua volta, 25 mísseis antiaéreos Hawk, fornecidos pelos EUA. Em 1967, Israel já tem, pelo menos, duas bombas nucleares, que distribui secretamente na Guerra dos Seis dias. Os vectores que as podem transportar (entre os quais os caças A-4E Skyhawks e o F-4E Phantoms) foram também fornecidos pelos EUA. O Egipto, antes da guerra, procura obter armas nucleares da União Soviética, mas Moscovo não lhas dá.

Israel prepare-se de novo para usar armas nucleares quando, na fase final da Guerra do Kippur, em Outubro de 1973, as suas forças se encontram em dificuldades devido ao ataque egípcio e sírio. A decisão foi tomada secretamente, pela Primeira Ministra, Golda Meir e pelo Ministro da Defesa, Moshe Dayan: ogivas nucleares de 20 kiloton estão prontas a ser lançadas sobre o Egipto e sobre a Síria pelos mísseis Jericho 1 (construídos em Israel sob projectos franceses) e por caça bombardeiros fornecidos pelos EUA. A história completa, compreendendo o número de ogivas nucleares, será, em seguida, voluntariamente vazada pelos serviços secretos israelitas, para advertir os países árabes que Israel tem armas nucleares e que está pronto a usá-las. Depois da guerra do Kippur, o programa nuclear israelita acelera, desenvolvendo um processo mais rápido para o enriquecimento do urânio e a miniaturização das ogivas nucleares, para poder usá-las também nos canhões 175 e 203 mm, fornecidos pelos EUA.

Que Israel possui uma capacidade nuclear militar desenvolvida, embora não o admitindo, nesta altura já não é segredo. No entanto, o governo israelita não se contenta em desenvolver as suas próprias armas nucleares. Procura por todos os meios, conservar o monopólio dessas armas no Médio Oriente, impedindo que os países árabes desenvolvam programas nucleares, com os quais um dia podiam construí-las. Fundamentados nesta estratégia, seguramente concordada por Washington, em 7 de Junho de 1981, Israel lança um ataque contra o reactor Tammuz-1, que está para entrar em funções em Osiraq, no Iraque: 8 caças F-16, acompanhados de 6 F-15, fornecidos pelos EUA e guiados pelo sistema americano de satélites, atingem o reactor com 15 bombas de mais de 900 kgs, destruindo-o. É o primeiro ataque no mundo, contra um reactor nuclear, para mais pertencente a um país, que ao contrário de Israel, aderiu ao Tratado de Não-Proliferação de armas nucleares (O Iraque assinou e, 1968 e ratificou em 1969) e que também pode ser submetido às inspecções da Agência Internacional da Energia Atómica (IAEA).

Poucos dias depois, Israel rejeita a resolução 487 com a qual, em 19 de Junho de 1981, o Conselho de Segurança das Nações Unidas lhe ordena, entre outras coisas, de colocar todas as suas instalações nucleares sob a jurisdição da IAEA. Rejeita também as cinco resoluções que a Assembleia Geral emite, entre 1981 e 1989, sobre o armamento nuclear israelita. Na resolução de 15 de Dezembro de 1989 (44/121), a Assembleia Geral «reitera a sua condenação à recusa de Israel em renunciar à posse de armas nucleares; exprime profunda preocupação pelo facto de Israel continuar a produzir, desenvolver e adquirir armas nucleares e a experimentar os seus transportadores; convida todos os Estados e organizações que não o haviam ainda feito, a não cooperar mais com Israel e a não lhe dar assistência no campo nuclear; pede, mais uma vez, que esse Estado coloque todas as instalações nucleares sob a alçada da jurisdição da Agência Internacional da Energia Atómica; reitera o seu pedido para que a IAEA suspenda toda e qualquer cooperação com Israel, que possa contribuir para a sua capacidade nuclear; pede, mais uma vez, ao conselho de Segurança, para tomar medidas urgentes e eficientes para que Israel se adapte à resolução 487 do mesmo Conselho». Nada disto acontece.

Para abrir uma brecha no muro de silêncio e conviência que esconde os segredos (que agora, na verdade, já não existe) de Dimona, não é uma grande potência mas um pequeno homem. É um técnico israelita, na ocasião com cerca de trinta anos, Mordechai Vanunu, que trabalha de 1976 a 1985, nas instalações nucleares de Dimona. Quando, depois de algum tempo, percebe que se produzem armas nucleares, Vanunu decide recolher provas, conseguindo, também, tirar algumas fotografias. Depois de ter deixado Dimona, em 1986, gradua-se em Filosofia e converte-se à religião anglicana. Decide, então, tornar públicas as provas recolhidas. Vai para

Londres, onde contacta o jornal *The Sunday Times*. A redacção, antes de publicar o testemunho, fá-las examinar por alguns dos maiores peritos de armas nucleares.

Frank Barnaby, um físico nuclear que trabalhou no centro de pesquisas britânico sobre armas nucleares, depois de ter entrevistado Vanunu, na tentativa de encontrar alguma lacuna científica no seu depoimento, concluiu: «O seu testemunho é completamente convincente». Theodore Taylor, que trabalhou no projecto da primeira bomba americana e, em seguida, dirigiu o programa de experiências de armas nucleares do Pentágono, depois de ter examinado as provas de Vanunu, declara: «O programa israelita de armas nucleares é notavelmente mais avançado do que quanto foi indicado em qualquer relatório ou conjectura precedente». Estes e outros peritos calculam que Israel tinha fabricado, até àquele momento, 100-200 armas nucleares, com uma potência global, dez vezes maior, do que a estimada anteriormente.

[The Sunday Times](#) decide publicar as provas na edição de 5 de Outubro de 1986. Mas, antes de Vanunu ver o seu testemunho publicado, a mão comprida do Mossad, o serviço secreto israelita, apanha-o em Londres: uma mulher bonita marca-lhe um encontro em Roma, em 30 de Setembro de 1986. Quando, em 5 de Outubro, *The Sunday Times* publica com o título «*Revelado: os segredos do arsenal nuclear de Israel*» e o relatório contendo as provas, Mordechai Vanunu já tinha sido transportado para Israel. Aqui, enquanto estava dentro de um automóvel, consegue escrever na mão «fui raptado em Roma» e, premindo-a contra o vidro da janela, faz ler a mensagem aos jornalistas. O tribunal israelita condena-o, em Março de 1988, a 18 anos de reclusão. Três meses depois, a magistratura italiana encerra o caso do seu rapto em Roma «por falta de provas».

O processo de Mordechai Vanunu é definido como «um dos mais estranhos recordados na jurisdição de um país civil». De facto, ele é acusado e condenado, com base no código penal, por ter revelado a existência de algo

que o governo israelita nega que exista: ninguém explica como pode ele ter posto em perigo a segurança do Estado, divulgando informações secretas e ajudando assim um inimigo em guerra com Israel, se a fábrica de armas nucleares não existe.

Tentando justificá-lo sem algum fundamento, o Ministro da Justiça israelita salienta, numa carta datada de 4 de Julho de 1989, que «a lei israelita proíbe a divulgação de qualquer informação que diga respeito à segurança, mesmo que ela seja falsa» e, «segundo quanto declarou o Ministro da Defesa, não pode ser fornecida ao tribunal nenhuma prova à cerca da veracidade ou falsidade da informação dada pelo senhor Vanunu». O verdadeiro crime de Vanunu, escreve [A.Cohen](#), « não consiste no que disse, mas no facto que o disse: a sua verdadeira culpa, foi falar abertamente sobre as armas nucleares de Israel». Ele quebrou, deste modo, a compreensão tácita entre os governantes e a opinião pública de Israel, de não discutir as questões nucleares».

Por tal razão, Mordechai Vanunu é mantido numa cela de isolamento durante 12 anos e, nos primeiros dois anos, com a luz acesa dia e noite e controlado por uma câmara de video vigilância. Pode receber, só uma vez por mês, durante uma hora, visitas de um familiar ou de um sacerdote, com o qual pode falar sob a vigilância de um guarda e separado por uma grade. As suas condições de detenção são definidas pela Amnestia Internacional como “cruéis, desumanas e degradantes». Quando, em Dezembro de 2002, pede para ser solto sob palavra, dois anos antes de terminar a pena, foi-lhe negado com base no parecer dos serviços secretos que «Vanunu, mesmo depois de 16 anos de cárcere, pode ainda possuir segredos nucleares vitais».

Mordechai Vanunu sai da prisão em 2004, mas desde então está submetido a graves restrições à sua liberdade: não pode ter contactos com cidadãos estrangeiros, sem a autorização do Ministro do Interior, não pode

aproximar-se das embaixadas e consulados, não pode possuir um telemóvel nem aceder à Internet, não pode deixar o Estado de Israel. Por ter contactado jornalistas e [vultos de organizações humanitárias](#), foi preso outra vez.

No conteúdo desta história de proliferação comum, entrelaçada com mentiras oficiais e cumplicidade escondida, coloca-se o «caso Vanunu»: a escolha de um homem que, consciente dos riscos envolvidos, decide gritar a verdade e infringir o tabu nuclear.

A SEGUIR:

2.10 A introdução da África do Sul, da Índia e do Paquistão entre as potências nucleares

A África do Sul do apartheid, embora tenha saído da Commonwealth em 1961, continua a ser sustentada pela Grã-Bretanha e goza, ao mesmo tempo, do apoio dos Estados Unidos que a consideram de importância estratégica, quer pelos seus minerais (em particular, o urânio), quer pela sua posição geográfica.

Portanto, não é surpreendente que se acredite na palavra da África do Sul quando, depois de ter recusado subscrever o Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares, inicia em 1969 um programa nuclear, declarando oficialmente que se destina a fins pacíficos. Na realidade, Washington é que conhece bem o verdadeiro objectivo do programa sul africano, assim como sabe que Israel está a fabricar armas nucleares.

Sobretudo, graças ao apoio de Washington, que permite, através de outros, que a África do Sul ignore o embargo dos fornecimentos militares em 1977, decretado pelo Conselho de Segurança da ONU. A África do Sul fornece a Israel, pelo menos 550 toneladas de urânio (metal do qual possui grandes reservas) e, em troca, recebe de Israel o know-how tecnológico que lhe permite construir seis bombas nucleares. No início de

1975, são efectuados secretamente, dois testes subterrâneos conjuntos, na parte sul africana do deserto de Kalahari e, em 22 de Setembro de 1979, um teste no Oceano Pacífico. Deste modo, também a África do Sul adquire a capacidade de construir armas nucleares. Depois, uma vez terminado o apartheid em 1990, será o único país a renunciar ao armamento nuclear: o desmantelamento das seis bombas nucleares em sua posse, será confirmado em Março de 1993.

Entretanto, também outro gigante do «terceiro mundo» asiático, a Índia, consegue entrar no círculo das potências nucleares <http://defenceforumindia.com/forum/threads/indias-nuclear-weapons-program-1944-1999-full-history-must-read.68475/>. A decisão de construir a Bomba é tomada em Nova Dehli, no início dos anos sessenta, quando as relações com a China estão muito tensas devido a uma disputa de fronteiras. Tanto a Índia, como a China, entram no clube nuclear passando pela porta de serviço da pesquisa do nuclear civil. Sobre esta base, desenvolve um programa militar, através do qual constroi o seu primeiro engenho nuclear de plutónio (4-6 kiloton de potência efectiva), que faz explodir em Maio de 1974. Depois, intensifica a produção de plutónio, principalmente com o reactor Cirus de Trombay, construindo um arsenal que, no final dos anos oitenta, é estimado em 12-20 bombas nucleares e cerca de 300 kgs de plutónio. A produção de plutónio é tal que permite a construção de outras dezenas de ogivas nucleares. Em 1989, a Índia efectua o lançamento experimental do míssil balístico Agni de alcance médio (2.500 km) que, podendo transportar uma tonelada, pode ser armado com uma ogiva nuclear de grande potência.

Ao mesmo tempo, mobiliza-se para entrar no clube nuclear, outro país do «terceiro mundo» asiático, o Paquistão. <https://fas.org/nuke/guide/pakistan/nuke/> Tal como a Índia, sua acérrima rival, também este país acede pela porta de serviço: nos anos sessenta, envia centenas de jovens cientistas em viagem de instrução à Europa, Estados Unidos e Canadá, onde se especializam na pesquisa nuclear civil.

Depois o Paquistão compra ao Canadá o primeiro reactor para a produção de energia termonuclear. Inicialmente alimenta a via da produção de plutónio, constuindo, com a ajuda determinante da França e da Bélgica, fábricas de tratamento do combustível dos reactores nucleares civis. Em seguida, aponta para o enriquecimento do urânio. A pessoa que 'resolve inesperadamene a situação' chama-se Abdul Qadeer Khan: depois de ter trabalhado na primeira metade dos anos setenta, numa central nuclear holandesa, regressa ao Paquistão em 1975, levando consigo o projecto de construção. Pode assim realizar uma fábrica de centrifugação que é a cópia exacta da holandesa. A maquinaria é fornecida pelas mesmas firmas holandesas, alemãs, suíças e britânicas que construíram a central original.

No início, os EUA, olham com suspeita, o programa nuclear paquistanês e exercem pressão para que seja interrompido: para esse fim, suspendem a assistência técnica e económica a Islamabad. Mas depois das forças soviéticas terem invadido o Afeganistão, em 1980, mudam de ideia: o Paquistão, nesta altura, é indispensável para o recrutamento, adestramento e armamento dos *mujaidin* que combatem contra as tropas soviéticas no vizinho Afeganistão. Deste modo, Washington retoma a assistência militar, fornecendo a Islamabad entre outros, 40 caças F-16 que podem ser armados com bombas nucleares. Ao mesmo tempo, fecha um olho (e as vezes os dois), quando o Paquistão, compra nos EUA, nos anos oitenta, tecnologia para o seu próprio programa militar. No entanto, o Islamabad joga em várias mesas, estipulando, também, um acordo de cooperação atómica com a China. Com toda a probabilidade, é esta que fornece ao Paquistão o projecto da bomba nuclear de 25 kiloton que, em 25 de Maio de 1983, é explodida no polígono chinês de Lop Nor, com a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros paquistanês. O Paquistão revelará a posse de armas nucleares, construídas anteriormente, quando, em 28 e 30 de Maio d 1998, efectuou seis explosões nucleares subterrâneas.

A seguir:

Capítulo 3

O Barril de Pólvora Nuclear

3.1 Um Milhão de Hiroshimas

De 1945, o ano em que se inicia a corrida aos armamentos nucleares, até 1991, o ano em que a destruição da União Soviética assinala o fim da guerra fria, estão fabricadas no mundo cerca de 125.000 ogivas nucleares <https://thebulletin.org/2013/september/global-nuclear-weapons-inventories-1945-2013> : destas, mais de 53% (mais de 65.000) dos EUA, 44% (55.000) da União Soviética. Das fábricas dos EUA saem, no período 1959-1961, 6.500 armas nucleares por ano, uma média de cerca de 25 por dia laboral. As fábricas soviéticas trabalham ao mesmo ritmo.

Cada uma das duas super potências apretacha-se, desta maneira, de um arsenal nuclear que lhe dá a capacidade de destruir a outra: é a estratégia da «mutua destruição assegurada» (na sigla inglesa «MAD», «louco»).

Cerca de 3.500 armas nucleares são fabricadas globalmente pela França (1.260), Grã-Bretanha (1.250), China (600), Paquistão (100-120), Índia (90-100), Israel (80-400) e África do Sul (6).

A despesa é enorme e prossegue até depois da guerra fria. Estima-se que os EUA gastaram em armamento nuclear, no período de 1940-1996, mais de 5.800 biliões de dólares (referido ao valor constante do dólar em 1996). Se essa soma fosse constituída por notas de um dólar, amarradas em pacotes, podia-se construir um muro de dólares com a altura de 2,5 metros que circundava a Terra 100 vezes, sobre o Equador. Juntando as despesas com os armamentos nucleares da União Soviética/Federação Russa e dos outros países, podia-se, no mínimo, duplicar a altura do muro de dólares em volta da Terra.

Acumula-se assim no mundo um arsenal nuclear que, nos anos oitenta, atinge provavelmente os 15.000 megaton, equivalente a mais de um

milhão de bombas de Hiroshima. É como se cada habitante do planeta estivesse sentado sobre 3 toneladas de TNT. A potência do arsenal nuclear supera 5.000 vezes a de todos os engenhos explosivos usados na Segunda Grande Guerra mundial. Cria-se, pela primeira vez na História, uma força destruidora que pode aniquilar da face da Terra, não uma, mas muitas vezes, a espécie humana e quase todas as outras formas de vida.

Para o fabrico das armas nucleares, são produzidas, durante a guerra fria, mais de 250 toneladas de plutónio: bastavam 150 kgs, oportunamente distribuídos, para provocar o cancro do pulmão a toda a população humana. Produzem-se, sempre para fins militares, 2.200 toneladas de urânio altamente enriquecido (HEU).

Uma herança mortal, que a corrida aos armamentos nucleares deixa às gerações futuras. O período de redução para metade (o tempo que ocorre para que a radioactividade se reduza à metade da inicial) é, para o plutónio, 24.000 anos. Isto significa que essas 2.200 toneladas de urânio enriquecido (HEU) permanecem perigosas durante 250.000 anos, um período de tempo correspondente a 10.000 gerações humanas.

3.2 A «maleta nuclear»

O perigo da situação explosiva deriva dos mesmos procedimentos do emprego das armas nucleares, definido no decurso da guerra fria.

Os mísseis balísticos intercontinentais, uma vez lançados, levam 3-5 minutos para acelerar na fase ascensional, 8-10 minutos para atingirem o apogeu fora da atmosfera, 20 minutos para percorrer o trajecto intermédio, durante o qual as ogivas nucleares se separam. Então, elas tornam a entrar na atmosfera, empregando 30 segundos, na fase terminal, para atingir os objectivos à velocidade de 28.000 km/h. Cerca de 30 minutos depois do lançamento, as ogivas explodem sobre os objectivos a mais de 10.000 km de distância.

Dado estes tempos muito curtos, o Presidente dos Estados Unidos, onde quer que vá, é acompanhado de um oficial que leva a «maleta nuclear». O oficial, que está sempre a poucos passos do presidente, tem de ter a patente «Yankee White», que é concedida depois de um rigorosíssimo exame à vida pessoal do candidato, dos familiares e dos amigos, que devem ser absolutamente imunes a qualquer influência estrangeira.

A «maleta nuclear» contém um rádio satélite que funciona continuamente e o *SIOP (Single Integrated Operational Plan) Decision Book*, um manual ilustrado com o [plano de guerra nuclear](#) e o procedimento para lançar os mísseis. Dado que o primeiro SIOP foi denominado em código, «Dropkick» - o pontapé de ricochete, no futebol americano, que faz passar a bola sobre a trave da baliza adversária - a «maleta nuclear» é chamada por brincadeira, «Football». O manual do «Football», explica ao Presidente, Comandante Chefe das Forças Armadas, quais são as opções para o ataque nuclear. Ele pode escolher um ou mais dos seguintes objectivos no país inimigo: as forças nucleares, as forças convencionais, a liderança militar e política, os centros económicos e industriais. Mas também há uma quinta opção: a de usar, numa crise regional, as armas nucleares contra um inimigo que ataca as Forças Armadas americanas com armas convencionais (não-nucleares).

O manual, redigido pelos Chefes do Estado Maior reunidos, o órgão militar supremo, permite ao Presidente não ser ele mesmo a lançar os mísseis, carregando em qualquer botão, mas de fazer-se identificar, transmitindo códigos especiais de modo a poder, eventualmente, partilhar a ordem de lançamento aos chefes militares. São estes que têm o verdadeiro controlo dos mísseis nucleares e o poder efectivo de lançá-los. O mesmo acontece nos outros países que possuem armas nucleares.

O tempo para decidir o lançamento dos mísseis nucleares, no caso de um ataque do inimigo ou presumido como tal, é tão breve que torna impossível

uma decisão política ponderada. Menos de 30 minutos, quando os satélites militares assinalam o lançamento provável de mísseis balísticos intercontinentais da parte inimiga – e menos de 10 minutos, se a lançar está, ou aparenta estar, um submarino avizinando-se da costa ou uma unidade em posição avançada, com mísseis balísticos de alcance intermédio – os responsáveis políticos dos países sob ataque, verdadeiro ou presumível, devem verificar se é um lançamento real e deliberado, ou um falso alarme ou mesmo um lançamento accidental e decidir lançar os seus próprios mísseis nucleares.

No entanto, são também as chefias militares a ter a palavra decisiva, porque, admitindo que haja tempo de ponderar a decisão, os responsáveis políticos são chamados a decidir com base na informação fornecida pelos militares. Estes, por sua vez, recebem-na dos sistemas automáticos, tipo radar e sensores de satélites.

Em tal situação, existe a possibilidade real de poder deflagrar uma guerra nuclear accidental, depois de um erro ou incidente. Demonstram-no milhares de falsos alarmes, [alguns dos quais muito arriscados](#).

3.3 Os falsos alarmes de ataque nuclear

Na noite de 25 de Novembro de 1961, todas as comunicações entre a NORAD (Comando de Defesa Aérea Norte Americana) e o SAC (Comando aéreo Estratégico) interromperam-se devido a uma sobrecarga das linhas. Dado que poderia ser o início de um ataque soviético, o NORAD lança o alarme alfa, o nível máximo de alerta, preparando-se para dirigir contra a URSS os bombardeiros B-52 e lançar mísseis nucleares.

Na manhã de 9 de Novembro de 1979, salta um outro alarme nuclear, quando um oficial do NORAD, introduz, inadvertidamente, num computador

ligado à rede radar, uma fita com um programa registado, usado nos exercícios contra um ataque soviético. Sobre os visores dos radares aparecem, então, bombardeiros e mísseis intercontinentais soviéticos a dirigir-se para os EUA.

Novo alarme nuclear no NORAD na noite de 3 de Junho de 1980, quando, devido a uma falha nos computadores, aparecem 4 Algarismos que indicam o número de mísseis soviéticos a chegar, no lugar de um zero aparece um dois, assinalando a chegada dos dois primeiros e depois, duzentos mísseis.

Na noite de 26 de Setembro de 1983, surge outro alarme nuclear também na URSS. Naquele momento, o comando de um centro de controlo, perto de Moscovo, está o Tenente Coronel Stanislav Petrov, um analista que substitui um dos militares profissionais. Quando se acende uma luz vermelha, assinalando o lançamento de um míssil de uma base americana contra a URSS, Petrov e a sua equipa verificam a operacionalidade do sistema, o que é regular. De repente, acendem-se outras luzes vermelhas, indicando o lançamento de outros mísseis da mesma base. Segundo o protocolo, neste ponto, Petrov deveria dar o alarme às autoridades civis e militares, que tinham apenas 12 minutos para lançar o contra ataque nuclear. Em vez disso, considerando irreal um ataque americano proveniente de uma única base, comunica às referidas autoridades que se trata de um mau funcionamento do sistema de controlo soviético. O momento é dramático: tem de aguardar o escoar de meia hora a partir do presumível lançamento, para ter a confirmação se é, efectivamente, um falso alarme. O que provocou o sucedido, foi um reflexo de luzes sobre as nuvens, que um satélite tinha assinalado como sendo o brilho dos foguetões dos mísseis balísticos intercontinentais, lançados dos Estados Unidos contra a União Soviética.

Estes são apenas, alguns dos numerosos alarmes nucleares durante a guerra fria. As informações que possuem são incompletas, dado que as

autoridades, mesmo quando são forçadas a admitir tais episódios, não fornecem pormenores. Então, na maior parte dos casos, não se sabe qual era o seu grau de perigo, nem como se chegou ao alarme cessado.

Outros riscos derivam do estado mental, mais do que dos governantes aparentemente são, dos militares que operam com armas nucleares. Nos EUA, entre 1973 e 1990, foram afastados 66.000 militares: 40% por abuso de álcool e drogas e 20% por problemas psiquiátricos. Certamente, verificaram-se casos análogos na União Soviética e em outros países com armamentos nucleares.

Nem mesmo é de descartar a possibilidade que alguém, das altas esferas militares, forneça deliberadamente informações falsas sobre um ataque inimigo, em acção ou iminente, para poder lançar um ataque nuclear.

Há também o risco de ameaça de usar armas nucleares, utilizada como bluff, ser interpretada pelo adversário como a intenção real de atacar. Neste campo, o record da inconsciência pertence ao Presidente Richard Nixon. Em 13 de Outubro de 1969, ele ordena o estado de alerta das forças nucleares americanas a escala mundial: é um bluff para fazer crer à URSS que os EUA estão a preparar-se para atacar o Vietnam do Norte com armas nucleares, para que Moscovo force Hanoi a interromper a ofensiva sobre o Vietnam do Sul e, desse modo, a guerra terminar, deixando o sul do país sob controlo dos americanos.

É o que Nixon define em segredo, como a «teoria do louco»: um estratagema para fazer crer aos adversários que ele é perigosamente imprevisível, pronto a alvoraçar-se, a golpear com uma força avassaladora, usando também, armas nucleares. Apenas sabem que se trata de um bluff (coisa que começará a vir à luz anos depois, no início de 1983), o conselheiro para a Segurança Nacional, Henry Kissinger, o seu ajudante, Alexander Haig e o Chefe do Staff da Casa Branca, Bob Haldeman.

Todos os outros, incluindo os responsáveis do Comando Aéreo Estratégico e dos outros comandos encarregados das armas nucleares, acreditavam que se tratava de um preparativo de guerra real contra a União Soviética. Eles colocaram as forças nucleares em alerta máximo, aumentando o número de bombardeiros tidos em voo para estarem prontos para o ataque e, no dia 27 de Outubro de 1969, efectuam no Alaska um exercício de guerra nuclear, denominado «Giant Lance» (Lançamento gigantesco). Três dias depois, os serviços secretos americanos informam a Casa Branca que o estado de alerta das forças nucleares soviéticas atingiu o nível máximo. Só neste ponto, vendo o bluff falhar, é que o Presidente Nixon revoga o estado de alerta das forças nucleares dos EUA.

A seguir:

3.4 Os acidentes com armas nucleares

O perigo dos acidentes em que estão envolvidos [armamentos nucleares](#), vem assim descrita, em 1962 , pela comissão do Pentágono para a energia atómica: «As armas nucleares são planeadas com muito cuidado, para só explodirem quando forem deliberadamente activadas e lançadas. Contudo à sempre a possibilidade que, em seguida a circunstâncias acidentais, se verifique inadvertidamente uma explosão. Mesmo que se tenham tomado todas as precauções possíveis para evitá-lo, os acidentes deste tipo podem verificar-se em áreas onde as armas estejam juntas e armazenadas, durante o carregamento e o transporte por terra, ou quando se encontram nos transportadores, como um avião ou um míssil».

Entre os contínuos acidentes deste tipo, na ordem das centenas, mais de vinte são muito graves. Em 10 de Março de 1956, um bombardeiro B-47 americano, precipita-se no Mediterrâneo tendo a bordo, cápsulas de material físsil para bombas nucleares. Em 27 de Julho de 1956, na Grã-Bretanha, um outro bombardeiro deste tipo derrapa sobre a pista e, em chamas, esmaga-se contra um depósito que contém seis bomba nucleares.

Em 15 de Dezembro de 1965, um Jet A-4E com uma bomba de hidrogénio B-43, desliza para o mar, do porta aviões americano *Ticonderoga*, a 70 milhas da ilha japonesa Ryukyu, e nunca mais é encontrado.

Muito mais grave é o acidente que se verifica em 17 de Janeiro de 1966 na Espanha meridional: um B-52 americano com 4 bombas d hidrogénio B-28 a bordo, entra em colisão com um avião cisterna, durante o abastecimento em vôo a 9.000 metros de altitude. Os dois aviões caem e as três bombas H, com uma potência entre 70 quiloton e 1,5 megaton, caem perto de Palomares, uma aldeola pobre de camponeses a cerca de 2 km da costa, enquanto a 4 bomba acaba no mar. No impacto com o solo, o explosivo não nuclear de alto potencial de duas bombas detona e a explosão espalha plutónio e outros materiais fortemente radioactivos sobre uma vasta área. Durante três meses, 1.700 militares americanos e guardas civis espanhóis trabalham na descontaminação da área, recolhendo 1.400 toneladas de terra e vegetação radioactiva que, fechada em barris, são levadas para as instalações americanas de Savannah River. Enquanto os militares americanos usam roupas protectoras, as mesmas não foram fornecidas aos espanhóis.

A única medida concretizada para proteger os habitantes de Palomares, são a lavagem das casas com detergente e o aviso que os campos podem estar contaminados pelas radiações. Dado que os camponeses continuam a cultivá-los, não se sabe quantas são as mortes atribuíveis à radiação. Uma monitoração, efectuada em 1988 sobre 714 habitantes, revela em 124 deles, uma concentração de plutónio na urina muito superior ao nível considerado seguro.

Dois anos depois do incidente de Palomares, em 21 de Janeiro de 1968, um B-52 americano com 4 bombas de hidrogénio B-28, cai perto da base de Thule, na Groênlandia. No impacto com o gelo, o reservatório do avião, com mais de 130.000 litros de carburante, explode, fazendo detonar os explosivos não nucleares de alta potência das 3 bombas H. A explosão espalha por uma vasta área, urânio altamente enriquecido, plutónio e trítio,

que permanecem presos no gelo quando este, depois de ter derretido pelo calor do incêndio, torna a congelar.

No trabalho de recuperação foram utilizados 500 civis dinamarqueses, juntamente com 200 militares americanos. Eles trabalharam durante oito meses, em completa escuridão, até Fevereiro, com ventos de 130 km/h e temperaturas que desceram a 57º C negativos. Recolheram 6.700 metros cúbicos de gelo (10.500 toneladas), de neve e gelo radioactivo e de sucata também radioactiva que, fechados em barris, enviados para as instalações americanas de Savannah River e Oak River.

Nos vinte anos que se seguiram, 100 desses 500 trabalhadores dinamarqueses que tinham efectuado a recuperação ficam doentes com cancro e outras doenças graves entre as quais, a esterilidade. Os sobreviventes pedem, em 1987, uma compensação à Força Aérea Americana, mas ela nega-o, recusando-se também a fazer o rastreio, a longo prazo, dos militares americanos que fizeram a recuperação. A quarta bomba H, que estava a bordo do bombardeiro que caiu, não foi encontrada. O Pentágono esconde o facto às autoridades dinamarquesas, que permanecem no escuro até que o jornal dinamarquês *Jillands-Posten* (13 de Agosto de 2000), revela a existência da bomba H perdida, especificando o seu número de série (78252).

Sempre em 1968, em 10 de Março, o submarino soviético K-219 de propulsão a diesel afunda-se no Pacífico a cerca de 750 milhas de Hawaii, com três mísseis nucleares SS-N-5 e dois torpedos com ogivas nucleares, a bordo. Em 27 de Maio do mesmo ano, afunda-se no Atlântico, a 400 milhas dos Açores, um submarino americano de propulsão nuclear, o Scorpion, tendo a bordo, além do reactor, dois torpedos com ogivas nucleares. Em 12 de Abril de 1970, afunda-se no Atlântico, a 300 milhas da costa espanhola, o submarino soviético K-8 a propulsão nuclear, com dois reactores e dois torpedos com ogivas nucleares.

Na noite de 22 de Novembro de 1975, no Mediterrâneo, 70 milhas a leste da Sicília, o porta aviões americano *John F. Kennedy* e o cruzador *Belknap* entram em colisão por causa do mar muito agitado. O *Belknap*, sobre o qual se verte o carburante vazado das tubagens destruídas do porta aviões, incendeia-se e arde durante duas horas. Poucos minutos depois do acidente, o Almirante no comando da Striking Force do porta aviões da Sexta Frota lança a *Broken Arrow* (Flecha Quebrada), o grau de alarme máximo, advertindo o Pentágono da «probabilidade das armas nucleares a bordo do *Belknap* sejam envolvidas no incêndio e na explosão». Neste, como nos outros casos, não se sabe de que modo a catástrofe foi evitada, nem se têm provas que não se tenha verificado um vazamento de radioactividade.

Ente os múltiplos acidentes que envolvem as unidades navais, há a que acontece em 6 de Outubro de 1986: o submarino soviético K-219 de propulsão nuclear, afunda-se quando está a navegar no Atlântico, a 600 milhas de Bermuda. Além de dois reactores nucleares, estão 34 ogivas nucleares. Elas vão juntar-se ao arsenal nuclear perdido e à contaminação radioactiva que os acidentes inevitáveis deixam às gerações futuras.

3.5 O inquinamento radioactivo dos testes e das instalações nucleares

Outra herança mortal que é deixada às gerações futuras é a radioactividade produzida pelos [testes nucleares](#). Ente 1945 e 1991, foram efectuados, oficialmente, 2.024 explosões experimentais, das quais 528 na atmosfera e 1.496 subterrâneas: os EUA efectuaram 1.030 (215 na atmosfera e 807 subterrâneas); a URSS, 715 (219 na atmosfera e 496 subterrâneas); a França 204 (50 na atmosfera e 154 subterrâneas); a Grã-Bretanha 45 (21 na atmosfera e 24 subterrâneas); a China 38 (23 na atmosfera e 15 subterrâneas). Juntam-se a estas, os dois «testes» na atmosfera, efectuados pelos EUA sobre Hiroshima e Nagasaki, em 1945.

Os primeiros a ser expostos às radiações são os militares que participam nos testes. Nos Estados Unidos, são enviados mais 200.000 nos polígonos onde se efectuam, entre 1945 e 1962, as explosões nucleares atmosféricas. Nesse momento quase ninguém dá conta do período em que é exposto e, também, porque os comandos garantem que, com as indumentárias de protecção de que dispõem, não correm nenhum risco. Só anos depois, ao ficarem doentes e, muitos, morrendo de cancro por causa das radiações absorvidas, é que se dão conta de terem sido usados como cobaias humanas, nos exercícios de guerra nuclear.

«Tinham nos dito que estávamos a 3.750 jardas (3.429 metros) do ground zero, conta um dos soldados que, em Junho de 1957, participou no teste nuclear *Priscilla*, em Camp Desert Rock, no Nevada. «No clarão da alvorada podíamos ver distintamente, preso a uma grande bola travada, um pequeno objecto a cerca de 700 pés (cerca de 200 metros) do solo. Quando é iniciada a contagem decrescente, disseram-nos para nos ajoelharmos na trincheira, com as costas voltadas para o ponto da explosão, tendo os olhos bem fechados e premindo o antebraço sobre os óculos de protecção. No momento da detonação, cerca das seis da manhã, apesar de termos os olhos fechados e os óculos seguros, vi por uns instantes os ossos do antebraço que tinha premido contra os óculos. Depois de um ou dois segundos, a terra tremeu. Mas ainda estava tudo em silêncio. Depois, um rugido indescritível. Detritos de todos os géneros, arremessados pela explosão, voavam sobre a trincheira que, em parte, se tinha desfeito, enterrando alguns de nós. Depois de 20 ou 30 segundos, disseram para nos levantarmos e olharmos para a bola de fogo. Parecia em cima das nossas cabeças e ainda ardia. Depois fizeram-nos sair das trincheiras e avançar para o ground zero. Naquela época, pensavam que era possível combater uma guerra com tais armas. Só depois de alguns anos é que me dei conta que era uma loucura oficial, conduzir estes testes e doutrinar as

tropas que participavam neles, para dizerem que tinha sido útil e também possível combater e vencer uma guerra nuclear».

Outro soldado que participou, em Julho de 1957, no mesmo polígono, no teste *Shot Hood*, com um engenho muito mais potente (80 kiloton), conta o que aconteceu quando, depois da deslumbrante explosão, lhe foi dito para se levantar: «Os meus olhos começaram a olhar para cima, sempre mais para cima, seguindo o espesso tronco de fumo e fogo ardente, na parte superior do grande cogumelo. Não consigo mover-me, se bem que tenha sido dada essa ordem. Então um sargento deu-me um pontapé no traseiro, gritando-me para eu andar. Tínhamos começado a caminhar em fila indiana em direcção ao ground zero, sempre com o olhar fixo, como hipnotizados, para aquela coluna de fumo e chamas que continuava a ferver sobre nós». O mesmo soldado, ao pensar naquele momento, escreve: «Então, eu tinha uma fé completa nas autoridades e jamais teria imaginado que me teriam metido em perigo numa situação de não combate. Claro que me enganava. O governo era descuidado com todos nós. A nossa verdadeira função, ali, era de fazer de manequins nas trincheiras. Mas para que diabo, devíamos tomar de assalto o ground zero, poucos minutos depois da explosão? O que é que restava lá para assaltar?»

Um marinheiro, que em Março de 1954 se encontra a bordo do contratorpedeiro *Philip*, a cerca de 30 milhas (mais de 55 km) do atol de Bikini, também recorda a explosão de uma bomba de hidrogénio de 15 megaton: «Tinham-nos dito para não olharmos para a esfera de fogo porque, também àquela distância, poderíamos ficar com danos permanentes nos olhos. Quando é iniciada a contagem decrescente, nós, no convés, agachámo-nos sobre o lado direito, com a cabeça entre os braços e os olhos fechados. No momento da explosão, a luz da alvorada transformou-se numa luz deslumbrante, como um sol do pino do verão. A seguir, depois de alguns minutos, Podemos ver o que o homem tinha feito. A bomba de hidrogénio tinha criado o espectáculo mais aterrorizador que

os olhos humanos jamais tinham visto. Tínhamos a visão do Apocalipse. Pudemos ver a onda de choque que se aproximava, movendo-se através da água, varrendo em direcção às nuvens, vaporizando-as. Ninguém da tripagem falava, estava um silêncio religioso, enquanto víamos a nuvem atómica em ebulição que ascendia ao céu. Recordo de ter-me dirigido ao meu superior, perguntando-lhe como alguém poderia pensar em iniciar outra guerra. Não me respondeu, apenas abanou a cabeça lentamente.»

Nos anos seguintes aos testes nucleares, o governo quase nunca reconhece que os tumores contraídos pelos soldados são devidos às radiações absorvidas. Um dos «veteranos atómicos» escreve: «Ao longo dos anos, tive de passar por várias intervenções cirúrgicas para remover as células cancerosas do rosto, do peito e dos braços. Tentei obter uma compensação, mas foi-me sempre negada». Outro escreve: «Em minha opinião, foi gasto um montão de dólares, retirados dos impostos, para redigir estudos enganosos e convencer que os testes não eram perigosos para a nossa vida e, para o que é mais importante, para a nossa saúde.»

Os testes do Nevada, também, semearam a morte entre os civis. As nuvens radioactivas das explosões espalharam-se numa vasta área elíptica, abrangendo o Utah, o Idaho, Montana e zonas ainda mais longínquas, provocando no decurso dos anos, pelo menos, 15.000 casos mortais de cancro e 20.000 não mortais.

3.5 O inquinamento radioactivo dos testes e das instalações nucleares – Parte 2

A morrer devido aos testes nucleares também estão as divas de Hollywood. Em 1954, a firma cinematográfica, RKO decide realizar um filme sobre Gengis Khan, *The Conqueror*, dirigido por Dick Powell e interpretado por John Wayne e Susan Hayward. Na impossibilidade de filmá-lo na Mongólia, sendo o período da guerra fria, o grupo de artistas vai para o deserto do

Utah, a pouco mais de 150 km do polígono do Nevada onde ocorrem testes nucleares. Permanecem aí durante três meses e, regressando a Hollywood, levam do Utah, 60 toneladas de areia do deserto para tornar mais realísticas, as cenas a filmadas nos estúdios. Nos anos seguintes, 91 dos 220 membros da trupe são atingidos por vários carcinomas. Mesmo que a causa não seja oficialmente reconhecida, o Departamento de Biologia da Universidade de Utah conclui, depois de ter estudado o caso, que a causa a provocar na trupe uma tão alta incidência de mortes pelo cancro não podia ser outra senão o fallout dos testes nucleares do Nevada.

Só em 5 de Agosto de 1963, pois que desde 1945 são efectuadas, na totalidade, 528 explosões nucleares na atmosfera, os EUA, a União Soviética e a Grã-Bretanha assinam o [Tratado de Interdição Parcial de Ensaaios Nucleares](#) (*Partial Test Ban Treaty*) que proíbe as explosões nucleares na atmosfera, no Espaço Exterior e nas profundezas marítimas. Mas, a radioactividade tinha-se espalhado na atmosfera terrestre: só os testes realizados no polígono do Nevada, entre 1951 e 1963, lançam 12 biliões de curie, uma radioactividade equivalente a cerca de 150 vezes à que foi provocada pela catástrofe nuclear de Chernobyl, em 1986.

Em cerca de metade dos testes subterrâneos, verificam-se emissões de radioactividade, mas numa medida muito menor, se comparadas às das explosões na atmosfera. Segundo um estudo efectuado pelo US Congressional Office of Technological Assessment, em 1989, 126 explosões nucleares subterrâneas, efectuadas no polígono do Nevada, entre 1970 e 1988, provocam um lançamento de radioactividade na atmosfera, quer imediatamente, quer nas semanas seguintes, devido ao gás que, ao espalhar-se, atravessa as rochas porosas e as cavidades subterrâneas, atingindo a superfície mesmo em zonas distantes.

Juntam-se a estas, as emissões radioactivas ds instalações nucleares militares: nas americanas, segundo o mesmo Departamento de Energia,

verificam-se cerca de 10.000 casos de contaminação activa do solo, das falhas aquíferas e dos edifícios. Nas instalações de tratamento de Savannah River, Hanford e Ineel, reservatórios contendo 300 milhões de litros de escórias altamente radioactivas, filtram no solo cerca de 3,8 milhões.

Só na área onde está situado o maior complexo para o fabrico de armas nucleares, a Hanford Nuclear Reservation, mais de 20.000 crianças estão expostas ao iodo-131, um isótopo radioactivo que provoca o cancro da tiróide. Dado que a radioactividade tem efeitos a longo prazo, prevê-se, a seguir aos testes e às fugas radioactivas, pelo menos outros 120.000 casos de cancro de tiróide, dos quais cerca de 6.000 mortais. É a Hiroshima dos Estados Unidos.

Ainda mais desastrosas são as consequências dos testes nucleares soviéticos. Na região de Semipalatinsk, no Casaquistão, de 1949 a 1989 efectuam-se 459 explosões nucleares – das quais, 87 na atmosfera, 26 ao nível do solo, 346 subterrâneas – com uma potência total equivalente a 1.100 bombas de Hiroshima. Os habitantes não são advertidos do perigo, nem protegidos com medidas preventivas adequadas. Cerca de 1 milhão e meio de pessoas são atingidas pela queda da radioactividade e dos gases radioactivos que se escapam durante os testes subterrâneos. A mortalidade infantil é 10% superior à média nacional; a incidência de doenças do sangue é de 30%; e casos de atraso mental, é 200%. A incidência de casos de cancro, que em 1980 é de 158 para 100.000 habitantes, aumenta um terço em 10%. Entre 1980 e 1990, as mortes por cancro de pulmão triplicam; as de cancro do intestino, aumentam oito vezes mais.

Nas instalações soviéticas, sobretudo nas «três cidades de plutónio» (Cheyabinsk-65, Tomsk-7, Krasnoyarsk – 26), onde se produz a matéria prima para as armas nucleares, verificam-se autênticos desastres. O mais grave teve lugar em Chelyabinsk. De 1949 a 1956, as descargas radioactivas do complexo de Mayak são lançadas no rio Techa, do qual se

abastecem de água, 24 aldeias. Em 1957, nas instalações de Kyshtym, explode um depósito de escórias altamente radioactivas, contaminando um território habitado por 250.000 pessoas, do qual é evacuado uma mínima parte. Dez anos depois, em 1967, quando a seca drena o Lago Karachai, no qual o complexo de Mayak lança as descargas radioactivas de 1951, uma tempestade de vento espalha a poeira radioactiva sobre um território habitado por meio milhão de pessoas.

Na região de Chelyabinsk, devido à radioactividade, 90 % das crianças contrai doenças crónicas e a duração de vida é de 50 a 55 anos. É a Hiroshima soviética, que faz mais vítimas do que as provocadas pelos bombardeamentos nucleares das cidades japonesas.

A radioactividade produzida pelos testes nucleares (sobretudo atmosféricos), dos acidentes em que estão envolvidas armas nucleares e as emissões das instalações nucleares militares, compromete a saúde de milhões de pessoas. Não se sabe com exactidão o número, pois o segredo militar reina soberano. Segundo uma das estimativas, as pessoas atingidas pelos efeitos das radiações serão 15 milhões e os mortos mais de meio milhão. No entanto, sabe-se que os efeitos das radiações continuarão a transmitir-se, de geração em geração, provocando outros milhões de mortos. Depois de Hiroshima e Nagasaki, a Bomba continua a matar.

3.6 A ligação entre o nuclear militar e civil

Já em 1943, no decurso do projecto Manhattan, descobre-se que o reactor nuclear, com que se produz o plutónio para a bomba de Nagasaki, produz energia térmica que poderia ser convertida em energia eléctrica. Torna-se evidente aos generais e aos governantes, a vantagem de construir centrais nucleares civis que, enquanto produzem energia eléctrica, podem fornecer plutónio e outros materiais físséis para uso militar e, ao mesmo tempo, amortizar os custos através da energia eléctrica produzida.

Paradigmático, é o facto, de que o anúncio do futuro nascimento da indústria nuclear ter sido feito, imediatamente após o primeiro uso militar de energia nuclear, com o bombardeamento de Hiroshima: «A energia atómica – escreve o Presidente Truman na [Declaração de 6 de Agosto de 1945](#) - poderia, no futuro, fornecer a energia que agora provém do carvão, do petróleo e da água, mas que no estado actual não pode ser produzida numa base comercialmente competitiva». A primeira energia electronuclear surge produzida experimentalmente nos Estados Unidos, em 1951 e, três anos depois, também na União Soviética.

Em 8 de Dezembro de 1953, o Presidente dos Estados Unidos, Dwight D. Eisenhower pronuncia, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o discurso «Átomos para a Paz». Antes de tudo, ele salienta que «o arsenal de bombas atómicas dos Estados Unidos, o qual aumenta mais a cada dia e supera, muitas vezes, o equivalente a todas as bombas e a todos os projecteis, aviões e canhões em todos os teatros bélicos, durante todos os anos da Segunda Guerra Mundial». Mas, acrescenta, «o terrível segredo e os aterradores instrumentos da potência atómica não pertencem só a nós.» De facto, a União Soviética realizou a sua primeira explosão nuclear experimental em 1949, e a Grã-Bretanha em 1952.

Embora os Estados Unidos tenham «acumulado uma grande vantagem quantitativa» nos armamentos nucleares, afirma Eisenhower, «o conhecimento agora possuído por alguns países será finalmente partilhado por outros, talvez por todos os outros», isto é, é possível que muitos outros países adquiram a capacidade de construir armas nucleares. Em seguida, ele propõe construir uma agência internacional, sob a égide das Nações Unidas, para o uso pacífico da energia atómica, em particular para «fornecer energia eléctrica abundante, às áreas do mundo esfomeadas de energia». Assim, todos os povos «poderão ver que, nesta era iluminada, todas as grandes Potências da Terra, seja do Leste ou do Ocidente, estão

mais interessadas nas aspirações humanas do que na construção de armamento de guerra».

Fundamentada nesta proposta que, também é aceite pela União Soviética, é constituída em 1957 a *International Atomic Energy Agency* (IAEA), organização autónoma inter-governamental, sob a égide das Nações Unidas, à qual aderem, sucessivamente, 168 Estados. Segundo o Estatuto, aprovado em 1956, a sua tarefa principal é «encorajar e ajudar a pesquisa da energia atómica para fins pacíficos, o seu desenvolvimento e as aplicações práticas, à escala mundial». Depois da conclusão do Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares, em 1968, a IAEA assume também a tarefa de «verificar que os Estados não nucleares, aderentes ao TNP, obedeçam às obrigações da não-proliferação».

Enquanto é constituída a IAEA, entra em funcionamento, em Calder Hall, na Grã Bretanha, em Outubro de 1956, a [primeira central electronuclear do mundo](#). A primeira central americana fica pronta a funcionar, em Dezembro de 1957, em Shippingport (Pennsylvania). Também essa, como a de Calder Hall, enquanto fornece electricidade, produz plutónio para as bombas nucleares. O mesmo acontece em França, onde o primeiro reactor electronuclear que começa a funcionar em Marcoule, em 1959.

O desenvolvimento indiscutível da industria electronuclear começa nos anos sessenta. Em seguida, nos anos setenta e oitenta, a indústria electronuclear atinge o [máximo desenvolvimento](#): tornam-se operacionais, neste período, 105 reactores nos Estados Unidos, 52 em França, 47 na União Soviética, 37 no Japão, 28 na Alemanha, 19 no Canadá, 17 na Grã Bretanha, 12 no Japão, 9 respectivamente na Espanha e na Coreia do Sul, 7 na Bélgica, 5 na Checoslováquia, Índia e Bulgária, 4 na Hungria, Finlândia e Suíça; 2 na África do Sul e Argentina; 1 no Brasil, México, Itália, Holanda, Jugoslávia e Paquistão.

A indústria eletrônica nuclear nasce, portanto, como uma consequência tecnológica do nuclear militar e serve, por sua vez, para o desenvolvimento deste último, permitindo produzir, às grandes potências nucleares, quantidades crescentes de plutônio e de outros materiais físséis, e de amortizar, parcialmente, os custos através da venda da energia elétrica e de centrais eletrônicas completas. Cria-se assim um mercado internacional do sector nuclear, dominado no Ocidente por um oligopólio de multinacionais como a Westinghouse, a General Electric, a Union Carbide. Deste modo, outros países estão capacitados para produzir plutônio e urânio enriquecido, cuja quantidade real pode ser facilmente subtraída ao controlo dos inspectores do IAEA: de facto, basta declarar uma produção inferior à efectiva, sobrestimando as perdas tidas nas instalações de reprocessamento do combustível dos reactores nucleares. Além disso, no ciclo de exploração do urânio, não existe uma linha nítida de demarcação entre o uso civil e o uso militar dos materiais físséis.

Uma vez extraído na mina, o Urânio 238 é enriquecido, e torna-se em U 235 numa instalação especial: 60% para reactores rápidos actuais, mais de 90% para armas nucleares (mesmo que baste exceder 20% para construir uma bomba nuclear rudimentar). Com o urânio enriquecido a 3-4%, são fabricadas as barras de combustível para os reactores térmicos. Estas são montadas e instaladas nos reactores, dos quais constituem o núcleo, permanecendo 2-3 anos. O combustível usado nas centrais eletrônicas, ainda fortemente radioactivo, forma as escórias que são, em parte, transferidas para uma fábrica de tratamento, onde são extraídos os elementos utilizáveis: o Urânio 235 e o Plutônio 239. Entretanto, o urânio extraído volta para a instalação de enriquecimento ou para a fábrica de elementos combustíveis para reactores térmicos. O Pu 239 é recolhido num depósito.

Parte deste plutônio é utilizada, juntamente com o urânio enriquecido a 60%, para fabricar as barras de combustível para os reactores rápidos. Nos

reactores auto fertilizantes rápidos, que usam como combustível o plutónio, produzindo mais material fissionável do que aquele que consomem, o urânio (U 238) transforma-se, por sua vez, em Pu 239, que vai aumentar o depósito de plutónio. Para o fabrico de armas nucleares é usado o Pu 239, proveniente do depósito de plutónio, e o U 235, proveniente da fábrica de enriquecimento. O plutónio para as armas nucleares é fornecido também pelos reactores térmicos militares que, utilizando barras de combustível metálico, produzem uma quantidade maior do que os reactores normais, que utilizam barras de óxido de urânio, mas sempre inferior à dos reactores auto fertilizantes rápidos.

Esta é a ligação estreita entre o nuclear civil e militar a favorecer a proliferação das armas nucleares. Sublinha-o, em 1976, Victor Gilinsky, membro da comissão americana que lança as concessões para a construção das centrais nucleares: ««Pelo que diz respeito ao plutónio produzido nos reactores, de facto, é possível utilizá-lo para a realização de bombas atómicas em sistemas tão diversos de desenvolvimento tecnológico. Por outras palavras, países menos desenvolvidos do que os principais países industrializados, desenvolvem programas de energia nuclear e estão a ponto de realizar bombas atómicas de qualidade não desprezível». Quando Gilinsky lança este aviso, a China e a Índia já começaram a construir armas nucleares e o Paquistão prepara-se para fazê-lo.

N.da T: *Relação das centrais nucleares actuais e do seu estado*

- [Centrales nucleares en Abu Dhabi](#)
- [Centrales nucleares en Alemania](#)
- [Centrales nucleares en Argentina](#)
- [Centrales nucleares en Armenia](#)
- [Centrales nucleares en Bélgica](#)
- [Centrales nucleares en Brasil](#)

- [Centrales nucleares en Bulgaria](#)
- [Centrales nucleares en Canadá](#)
- [Centrales nucleares en China, continente](#)
- [Centrales nucleares en Eslovenia](#)
- [Centrales nucleares en España](#)
- [Centrales nucleares en Estados Unidos](#)
- [Centrales nucleares en Federación de Rusia](#)
- [Centrales nucleares en Finlandia](#)
- [Centrales nucleares en Francia](#)
- [Centrales nucleares en Hungría](#)
- [Centrales nucleares en India](#)
- [Centrales nucleares en Irán](#)
- [Centrales nucleares en Italia](#)
- [Centrales nucleares en Japón](#)
- [Centrales nucleares en Kazajstán](#)
- [Centrales nucleares en Lituania](#)
- [Centrales nucleares en México](#)
- [Centrales nucleares en Países Bajos](#)
- [Centrales nucleares en Pakistán](#)
- [Centrales nucleares en Reino Unido](#)
- [Centrales nucleares en República Checa](#)
- [Centrales nucleares en República Eslovaca](#)
- [Centrales nucleares en RO Corea \(del Sur\)](#)

- [Centrales nucleares en Rumania](#)
- [Centrales nucleares en Sudáfrica](#)
- [Centrales nucleares en Suecia](#)
- [Centrales nucleares en Suiza](#)
- [Centrales nucleares en Taiwán](#)
- [Centrales nucleares en Ucrania](#)

3.7 Acidentes nas centrais nucleares

Central Nuclear americana The Three Mile Island

Ao período da proliferação junta-se o do [impacto ambiental das instalações nucleares](#). No seu funcionamento normal, elas emitem radioactividade em pequenas quantidades, dado que os sistemas de filtragem não podem eliminar toda a radioactividade do ar e da água, que são continuamente aspiradas e expulsas. Todavia, como demonstram várias pesquisas epidemiológicas, mesmo pequenas doses de radioactividade podem causar, a longo prazo, graves danos nos seres vivos, sobretudo formas cancerígenas e malformações genéticas. Muito maiores do que as das centrais são as emissões das fábricas de enriquecimento e reprocessamento do combustível nuclear, que descarregam em grande parte, na atmosfera, gases radioactivos. Contaminam não só a zona circundante, pois que os radionuclídeos emitidos por uma central ou uma outra instalação nuclear, podem ser transportados a grandes distâncias pelos ventos e tornar a cair no solo através da chuva, entrando no ciclo alimentar e fixando-se nos organismos dos seres vivos.

As maiores fugas de radioactividade são provocadas por frequentes [deteriorações e acidentes](#). Não obstante todas as garantias fornecidas sobre a segurança das instalações, a história da indústria electronuclear está constelada de milhares de acidentes. Os mais graves verificaram-se, em 1979, em Three Mile Island, na Pennsylvania,(USA) e,

em 1986, em Chernobyl, na Ucrânia (URSS). A de Three Mile Island, acontece em 28 de Março de 1979, em seguida a uma falha mecânica agravada por erros humanos. Às 4 da manhã, as bombas do sistema de alimentação, destinadas a fornecer água aos geradores de vapor, bloqueiam-se acidentalmente, no momento em que o reactor trabalha a 97% da potência instalada. No reservatório de refrigeração, a temperatura eleva-se de súbito, provocando um forte aumento de pressão. Neste ponto, abre-se uma válvula de segurança, que permite o escoamento do vapor e da água do reservatório e, ao mesmo tempo, no reactor, a fissão nuclear pára automaticamente. No entanto, permanece um calor residual, produzido pelo material radioactivo em decadência, que deve ser eliminado para evitar o sobreaquecimento do núcleo do reactor, contendo as barras de combustível nuclear. Um sujeito da sala de controlo, certifica-se que as bombas de emergência entrem regularmente em funcionamento; não se apercebe, no entanto, de duas luzes, as quais assinalam que, depois do fecho de duas válvulas, a água não chega aos geradores de vapor. Entretanto, tendo ficado aberta a válvula de segurança, o sistema de refrigeração continua a perder água. Numa sucessão de ordens, contra ordens e grandes erros, a situação torna-se gravíssima: às 06:54, verifica-se uma forte emissão de vapor radioactivo no exterior da central e, facto ainda mais grave, no coração do reactor forma-se uma bola de hidrogénio que corre o risco de explodir, provocando a catástrofe: a fusão do núcleo.

Os responsáveis da central, que pertencem à empresa Met Edison e a autoridade, fazem tudo para esconder o acidente, cuja notícia escapa só porque um colaborador de uma estação radiofónica local, intercepta por acodo, com a sua aparelhagem CB, uma comunicação dos bombeiros. Quando, às 13:50, se escuta na sala abarrotada de controlo, um rumor surdo provocado pela explosão do hidrogénio, no coração do reactor, os dirigentes explicam que é só o bater de uma ponte levadiça da instalação de arejamento («para não provocar o pânico», dirão depois). Entretanto, aumenta no exterior a radioactividade, acrescida do facto de que a direcção

da central, faz descarregar no rio, sem comunicar nada às autoridades, um milhão e meio de litros de água radioactiva acumulada no interior da central. Espalha-se a notícia da possível explosão do núcleo do reactor, o governador faz evacuar 3.500 crianças e mulheres grávidas e pede aos habitantes para se fecharem em casa. Mas o pânico espalha-se e outras 100 mil pessoas fogem. A América está com a respiração suspensa até 2 de Abril quando, miraculosamente, a bolha de hidrogénio do reactor é reabsorvida, evitando a explosão.

As consequências para a saúde do acidente de Three Mile Island nunca foram oficialmente reconhecidas. Segundo as autoridades, os indícios epidemiológicos, efectuados nos anos seguintes, não evidenciaram nenhum aumento de tumores e de leucemia devido às radiações. Por outro lado, numerosos pesquisadores privados, afirmam o contrário. «Diversas centenas de pessoas, no momento do acidente, acusaram náuseas, vómitos, queda de cabelo e irritações cutâneas, e muitas disseram que os seus animais domésticos morreram ou mostraram sinais de exposição às radiações», afirma um estudo publicado em 1997, pelos pesquisadores da Universidade da Carolina do Norte, os quais sublinham «ter encontrado, depois de 1979, um impressionante aumento da incidência de casos de cancro na zona sotavento, referente à central de Three Mile Island». Os pedidos de compensação, apresentados por 2.000 habitantes da zona, acompanhados de atestados médicos, foram rejeitados, em 1996, pelo juiz do tribunal da comarca distrital.

Central Nuclear Soviética de Chernobil

Ainda mais desastroso é o acidente que acontece em Chernobil, em Abril de 1986. Apenas dois meses antes, o Ministro da Energia da República Ucraniana, assegurava: «As probabilidades de um acidente no núcleo da central, são de 1 para 10.000. Temos aqui, em Chernobil, para cada reactor, três sistemas de protecção que operam de modo independente, uns dos outros. Também o ambiente exterior está protegido: os edifícios são selados hermeticamente e existem três sistemas de purificação das

escórias tóxicas, que excluem qualquer descarga na atmosfera». «O Homem e a Natureza estão completamente seguros». – garantia o Director da central - «Mas, se acontecesse o impossível, o controlo automático dos sistemas de segurança desligavam o reactor, no espaço de poucos segundos».

O acidente verifica-se às 01:23h, do dia 26 de Abril de 1986, enquanto os trabalhadores conduzem uma experiência de rotina num dos quatro reactores: um RBMK-1000 <https://pt.wikipedia.org/wiki/RBMK> de mil megawatt, adaptação para uso civil de um reactor militar, projectado para produzir material físsil para armas nucleares. Em três segundos, sem que houvesse tempo de activar os sistema de segurança, a produção de energia do núcleo elava-se 100 vezes acima do nível máximo normal, fazendo subir enormemente a temperatura. Duas explosões atravessam a placa de metal de 2.000 toneladas, que sela a parte de cima do reactor e destroem o edifício, lançando no ar os fragmentos incandescentes e altamente radioactivos do núcleo.

«Tudo acontece como num conto de fadas desconhecido» - conta sucessivamente, uma mulher de Chernobil <https://ricerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/1986/05/06>

No céu, a grande altura, apareceram de improviso, a girar, estrelas enormes que pareciam acender-se e depois, momentaneamente, despenhavam-se, caindo, como um gigantesco fogo de artifício. Ficámos fascinados a ver aquele espectáculo insólito e belíssimo, e chamamos as crianças para que elas também o desfrutassem. Depois as estrelas desapareceram e apenas permaneceu uma fuga de fumo que, ocasionalmente, se coloria de fogo. Depois fomos dormir com a esperança de que, na noite seguinte, o fenómeno se repetisse. No dia seguinte, o espectáculo da noite anterior foi o tema de todas as conversas. E quando chegou a noite, muitos habitantes de Chernobil tornaram a contemplar o céu. Mas o espectáculo não se repete, a não ser algum brilho que, de vez em quando, aparece no horizonte. No domingo quase tínhamos esquecido,

quando os primeiros rumores, vagos e confusos, alcançaram Chernobil. Diziam que tinha havido uma falha no reactor, mas que não era grave e que se estava a providenciar a sua eliminação. Visto que as autoridades locais estavam silenciosas, pareceu que fosse de proporções limitadas. O alarme estalou na segunda-feira. As crianças voltaram da escola antes do habitual e disseram que lhes tinha sido recomendado para não saírem de casa, para lavar os cabelos e mudar de roupa. Encontrei o meu marido em casa. Disse-me que tinha sido comunicado aos operários da sua fábrica para se prepararem para sair de Chernobil com as suas famílias. Só naquele momento, tivemos a sensação clara de uma catástrofe».

A catástrofe de Chernobil provoca o lançamento de uma radioactividade equivalente a 200 vezes a totalidade lançada pelas bombas de Hiroshima e Nagasaki. Na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia, contamina uma área total de mais de 160.000 km², habitada por cerca de 9 milhões de habitantes. A nuvem radioactiva espalhou-se, em grande parte, na Europa Central e Oriental e, também, na Europa Ocidental, abrangendo a Itália Setentrional e Central.

As consequências para a saúde são agravadas pelo facto de que, as autoridades soviéticas, quer centrais, quer locais, esperarem mais de dois dias antes de dar, ao meio dia de 28 de Abril, o anúncio oficial do desastre. Ao mesmo tempo as autoridades dos EUA revelam que a CIA estava ao corrente, em 26 de Abril, do acidente na central nuclear. Esta demora impede a evacuação imediata dos habitantes e atrasa a adopção de medidas de urgência, na área atingida pela nuvem radioactiva, contribuindo para aumentar o número de vítimas.

Nos dias e semanas seguintes à explosão do reactor, cerca de 13.000 crianças da região de Chernobil, respiram ar contendo níveis elevados de iodo 131, um isótopo radioactivo que se acumula na tiróide: como consequência, a incidência de tumores na tiróide das crianças, aumenta cerca de 10 vezes. Na Bielorrússia, cuja fronteira dista 50 km de Chernobil, o cancro da tiróide manifesta-se com uma frequência 285 vezes maior do

que antes. Mais de 800.000 crianças e adolescentes, na Bielorrússia e na Ucrânia, arriscam contrair a mesma doença que, de 1986 a 1995 já matou 600 dos seus conterrâneos e, por esse motivo, são tidas sob controlo médico apertado. O número de mortos por causa da contaminação radioactiva é indeterminado: as estimativas vão de 30 mil a mais de 300 mil. Segundo algumas estimativas governamentais, as mortes ligadas à catástrofe nuclear foram, num espaço de dez anos, 180 mil na Ucrânia e 120 mil na Bielorrússia. As pessoas atingidas, mais ou menos, gravemente – avalia a UNESCO – são 4.900.000. Particularmente expostos às consequências das radiações estão os bombeiros que apagam o incêndio do reactor, pois sabem quais são os riscos, e os 800 mil militares, operários e técnicos que efectuem os trabalhos de descontaminação e de construção do «sarcófago», a estrutura de betão armado e aço, construída em volta dos restos radioactivos do reactor que explodiu, compreendendo mais de 400 quilogramas de plutónio e 100 toneladas de combustível nuclear. Segundo uma avaliação confiável, morrem cerca de 10 mil, enquanto muitos outros, provavelmente mais de 250 mil, foram atingidos por doenças do aparelho reprodutor, entre as quais a esterilidade e anomalias dos espermatozoides. A experiência dos efeitos das radiações, a longo prazo, baseada em grande parte em exames clínicos dos sobreviventes de Hiroshima e Nagasaki, leva a pensar que o número de vítimas do acidente de Chernobil continuará a crescer nos próximos decénios.

Aos danos físicos provocados pela catástrofe de Chernobil, junta-se o «síndrome dos deslocados». Muitos dos habitantes, constrangidos a abandonar os lugares em que nasceram e viveram, são atingidos por formas agudas de stress psicológico e fisiológico, semelhantes aos que atingiram muitos habitantes de Hiroshima e Nagasaki, depois do bombardeamento atómico. Tal síndrome – agravado pela perda de familiares e amigos, do constante temor de ficar doente de cancro devido às radiações e há dificuldade de adaptação a um outro tipo de vida – provoca perturbações psíquicas e estados depressivos que conduzem ao

alcoolismo. Muitos, não podendo suportar viver o resto da vida nas condições de deslocados, voltam nos anos seguintes, às suas casas, mesmo sabendo os riscos que correm: num raio de 30 quilómetros em volta da central, está sepultada, em cerca de 800 fossas revestidas de argila, uma enorme quantidade (mais de um bilião de metros cúbicos) de material tornado radioactivo pela explosão do reactor. Ao drama destas pessoas, junta-se a tragédia de famílias inteiras, originárias de outras zonas que, não tendo habitações, vão ocupar as casas de Chernobil que permaneceram vazias. Este é o trágico balanço, ainda em aberto, da catástrofe de Chernobil.

3.8 Os movimentos anti-nucleares durante a guerra fria

O primeiro movimento a favor do desarmamento nuclear é o dos [Partigiani della Pace](#). No congresso constituído, ocorrido em Paris, em Abril de 1949, participam 2.287 delegados de 72 países. Não estão presentes os delegados japoneses, porque as autoridades dos Estados Unidos impediram-nos de sair do país, e os dos países de Leste, da União Soviética e da China, os quais, depois da França lhes ter negados os vistos de entrada, foram forçados a reunir-se em Praga. No seu manifesto constitutivo, o congresso pede «a interdição da arma atómica e de todos os meios de destruição de massa dos seres humanos» e o «controlo internacional efectivo para a utilização da energia atómica para fins exclusivamente pacíficos».

Promovem este movimento, apoiado pela União Soviética e pelos partidos comunistas e socialistas de todo o mundo, o físico, Frédéric Joliot-Curie, que mantém o relatório inicial, no primeiro congresso mundial e Albert Einstein, os pintores Pablo Picasso (que pinta o manifesto do congresso com a famosa «Pomba da Paz») e Henri Matisse, o escritores Jorge Amado e Pablo Neruda. Da delegação italiana ao primeiro congresso, orientada por Pietro Nenni, fazem parte os escritores Elio Vittorini e Natalia Ginzburg, o poeta Salvatore Quasimodo, o pintor Renato Guttuso.

Em Março de 1950, a Comissão do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, composto de 150 delegados de todo o mundo, lança em Estocolmo, o Apelo para a interdição da arma atómica. «Nós exigimos a proibição absoluta da arma atómica, arma de intimidação e extermínio em massa das populações. Exigimos a realização de um controlo rigoroso internacional para assegurar a aplicação desta decisão. Consideramos que o governo que, primeiro, utilizar contra qualquer país a arma atómica, cometerá um crime contra a Humanidade e deverá ser considerado um criminoso de guerra. Apelamos para todos os homens de boa vontade, de todo o mundo, a subscrever este apelo.» O Apelo é assinado, em poucos meses, por mais de 500 milhões de pessoas de todos os continentes. Em Itália, subscreveram-no quase 17 milhões de pessoas, ou seja, 35% da população.

A meio dos anos cinquenta – enquanto o movimento dos Partidários da Paz se dissolve, a par e passo, com a manifestação dos primeiros sinais de «desanuviamento», expressão, na realidade, situação de impasse entre os EUA e a URSS – entram em campo os cientistas com o Manifesto lançado em Julho de 1955, em Londres, por Bertand Russel e Albert Einstein. «A opinião pública e também muitos homens em cargos de autoridade – advertem – não se deram conta de quais seriam as implicações de uma guerra com bombas nucleares. [...]As maiores autoridades na matéria concordam em afirmar que uma guerra com bombas H, poderia por fim à [raça humana](#). O Manifesto - assinado além de Bertrand Russell e Einstein, por outros nove cientistas, entre os quais Frédéric Joliot-Curie, Linus Pauling e Joseph Rotblat – apela aos cientistas e à opinião pública mundial para pressionarem os seus governos para que resolvam com meios pacíficos as suas disputas, dado que uma nova guerra mundial seria combatida com armas nucleares e ameaçaria a existência de toda a Humanidade.

Linus Pauling, o cientista americano (Prémio Nobel da Química 1954), que recusou o convite de Oppenheimer para trabalhar no Projecto Manhattan, tornou-se um dos protagonistas da batalha anti-nuclear, empenho pelo qual receberá, em 1962, o Prémio Nobel da Paz. Joseph Rotblat – o único cientista que abandonou o Projecto Manhattan depois da confirmação, em Novembro de 1944, que a Alemanha nazi não tinha conseguido construir a bomba atómica – funda, em 1957, as [*Pugwash Conferences on Science and World Affairs*](#), um forum de cientistas que se batem pela abolição das armas nucleares e pela solução pacífica dos conflitos internacionais. Quase meio século depois, em 1995, Rotblat e o Pugwash receberam o Prémio Nobel da Paz «pelos esforços tidos para diminuir o papel desenvolvido pelas armas nucleares na política internacional e, a longo prazo, [*terminar tais armas*](#)».

Em 1958, o mesmo Rotblat e outro, fundam em Londres a *Campaign for Nuclear Disarmament* (CND), onde participam, juntamente com cientistas, organizações religiosas e ambientalistas, militantes do partido Labour e comunistas, escritores, artistas e milhares de outros pacifistas. Ao mesmo tempo, em 1957, forma-se nos Estados Unidos o *National Committee for a Sane Nuclear Policy* (SANE), que empreende uma série de iniciativas para o desarmamento e controlo das armas.

Na União Soviética e nos países da Europa Central e Oriental, operam as Comissões da Paz, organizações para-institucionais, em colaboração com o Conselho Mundial da Paz que, da sua sede em Helsínquia, promove encontros e campanhas para o desarmamento, em que participam também organizações pacifistas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental.

A pesquisa sobre as armas nucleares e sobre as políticas de desarmamento é levada a diversos institutos que se formam neste período; entre outros , a *Educational Foundation for Nuclear Science* que, constituída nos Estados Unidos, em 1949, publica o *Bulletin of Atomic Scientists*; o *Stockholm*

International Peace Research Institute (SIPRI), instituído em 1966, pelo parlamento sueco com o estatuto de fundação independente; o *Center for Defense Information* (CDI), fundado em Washington, em 1972, por antigas alta patentes americanas, sobretudo, da Marinha.

Em 1971 nasce o Green Peace, organização internacional que faz da abolição do nuclear um dos eixos de suporte do seu programa e das suas campanhas contínuas.

Em 1980 dois médicos, o americano, Bernard Lown, e o soviético, Evgueni Chazov, fundam a *International Physicians for the Prevention of Nuclear War* (IOPNW), à qual aderem cerca de 200 mil médicos de todos os continentes. A secção italiana é presidida pelo Prémio Nobel da Medicina, Daniel Bovet. Em 1985, a IPPNW recebe o Prémio Nobel da Paz pelo «considerável serviço desenvolvido a favor da Humanidade, divulgando uma informação autorizada e criando uma consciência sobre as consequências catastróficas da guerra atómica».

Apesar do esforço contínuo destes movimentos, a luta contra as armas nucleares não consegue imputar-se como uma posição das massas. As coisas mudam quando o confronto nuclear entre as duas super potências envolve directamente também a Europa. Entre 1976 e 1980, a URSS distribui no seu próprio território os RT-21M/SS-20 Saber: são mísseis balísticos de alcance médio, com ogiva nuclear simples, o MIRV (3 ogivas por míssil), muito precisos. Baseados no facto de que, do território soviético, possam atingir a Europa Ocidental, a NATO decide, em 1979, distribuir na Europa, a partir de 1983, mísseis nucleares americanos de alcance médio: 108 mísseis balísticos Pershing 2 , na Alemanha, e 464 mísseis de cruzeiro (Cruise), lançados de terra (GLCM), distribuídos na Grã Bretanha (160), Itália (112), Alemanha Ocidental (96), Bélgica (48) e Países Baixos (48).

Em Itália, a meio dos anos oitenta, além das 112 ogivas nucleares dos mísseis de cruzeiro, instalados em Comiso, chegam outras armas nucleares americanas. Segundo uma estimativa confiável, essas armas compreendiam 250 bombas para serem lançadas por aviões, 50 ogivas em mísseis terra-terra Lance, de curto alcance (120 km), 70 mísseis terra-ar Nike-Hercules de alcance curto (140 km), 22 munições de demolição atômica, 40 projecteis de artilharia de 203 mm e 15 de 155 mm, 65 bombas de profundidade, 50 ogivas para mísseis anti-submersíveis. No total, quase 700 armas nucleares, das quais uma parte de «chave dupla», ou seja, utilizáveis pelas Forças Armadas italianas sob decisão dos EUA.

A estas juntam-se as armas nucleares da Sexta Frota Americana, cujo quartel general é em Gaeta, e as dos submarinos americanos de ataque nuclear, cuja base se encontra em La Maddalena. Aqui é deslocada a nave-apoio, o USS Simon Lake, com mais 50.000 peças de substituição para as reparações e tudo o que serve para tornar a fornecer os submarinos, estando compreendidas as armas nucleares.

A Europa Ocidental encontra-se, assim, na primeira linha do confronto nuclear entre as duas super potências. A pouco mais de 10 minutos de lançamento, os Pershing 2 americanos estabelecidos na Alemanha, podem atingir as bases e as cidades soviéticas, incluindo Moscovo, com as suas ogivas nucleares de hidrogénio de 50 Kiloton. Ao mesmo tempo, os mísseis de cruzeiro implantados em Comiso e noutras bases europeias, voando à velocidade subsónica (880 km/h) a uma altitude de poucas dezenas de metros, ao longo do contorno do terreno, podem fugir aos radares e atingir as cidades soviéticas com as suas ogivas nucleares de 200 kiloton. À sua volta, os SS-20, distribuídos no território soviético podem atingir, a pouco mais de 10 minutos do lançamento, as bases e as cidades da Europa ocidental com uma ogiva nuclear de 1 megaton ou três de 150 kiloton.

Contra os «euromísseis» desenvolve-se, a nível internacional, um movimento de massas, que se inicia em Itália, em Dezembro de 1979, depois do Governo Spadolini (DC, PLI, PSDI) aprovar a instalação dos Cruise no território nacional e, em Agosto de 1981, o governo Spadolini (DC, PSI, PSDI, PRI, PLI) anunciar oficialmente a escolha de Comiso, como sendo a base para a sua instalação. Depois de uma série de iniciativas, entre as quais a Marcha Perugia-Assisi, ocorre em Roma, em 24 de Outubro de 1981, a primeira grande manifestação com a participação de meio milhão de pessoas. Grandes manifestações contra a instalação dos «euromísseis» desenvolvem-se, sempre em Outubro, em Bonn, Milão, Oslo, Bruxelas, Paris, Veneza; em Novembro, em Madrid, Atenas, Amesterdão; em Dezembro, em Berna, Copenhaga, Barcelona. Em frente às bases americanas de Greenham Common, em Inglaterra, onde foram instalados os mísseis Cruise, as mulheres estabeleceram um campo permanente para a paz, que se torna o símbolo da resistência feminina.

No movimento em Itália, desenvolvem um papel dominante, os partidos da esquerda: o PCI que, embora em fase declinante, ainda tem uma grande força de mobilização, organização e propaganda; o PdUP e o DP. Na primeira fila da luta contra a construção das bases de mísseis de Comiso e dos interesses mafiosos ligados a elas, está o Secretário regional, Pio La Torre, que é assassinado por este motivo, juntamente com a sua colaboradora, Rosario Di Salvo, em 30 de Abril de 1982, em Palermo. A direcção do PCI, enquanto de um lado apoia o movimento contra a instalação dos mísseis em Comiso, por outro lado, condiciona-o grandemente às suas escolhas políticas. O movimento, na sua expressão nacional, mantém-se assim, para a maior parte, no plano de um pacifismo genérico, pedindo a todos o desarmamento, sem colocar objectivos políticos específicos, em primeiro lugar, nos confrontos com o governo italiano, por exemplo, um apelo a um referendo sobre a instalação dos mísseis em Comiso. As sucessivas manifestações nacionais (5 de Junho de 1982 e 19 de Março de 1983) têm uma participação decrescente.

No entanto, ao mesmo tempo, começam a formar-se várias agregações autónomas: a Liga dos Objectores de Consciência, o Movimento Internacional de Reconciliação, a Liga para o Desarmamento Unilateral, Bem-aventurados os Construtores da Paz, Luta pela Paz e numerosas comissões locais, a partir da CUDIP de Comiso, fundada pelo antigo parlamentar. Giacomo Cagnes. Fortemente empenhado, é o Movimento Católico Internacional para a Pax Christi, em Itália sob a presidência do Monsenhor Luigi Bettazzi e, depois, de Don Tonino Bello. Na primeira fila das iniciativas do desarmamento está o Padre Ernesto Balducci, que promove a revista Testimonianze, as conferências «Se queres a Paz, prepara a Paz» e, subsequentemente, funda a Edizioni Cultura della Pace. Em 1982, forma-se a Unione Scienziati per il Disarmo (USPID), com o objectivo de fornecer informações e análises sobre o controlo dos armamentos e o desarmamento.

Em Comiso, no Verão de 1982, acontece o IMAC (International Meeting Against Cruise), um campo internacional para a paz que põe em contacto os pacifistas italianos com os de outros países europeus. Os participantes deste encontro pacífico, organizado pelo IMAC à volta da base de Comiso, são violentamente desalojados pela polícia em 8 de Agosto de 1983. Uma última manifestação notável ocorre em Roma, na véspera da chegada dos mísseis a Comiso, em 22 de Outubro de 1983. Participam um milhão de pessoas, mas agora, o movimento está numa fase de diminuição, se bem que vários dos seus componentes continuaram a empenhar-se na luta contra os mísseis em Comiso.

Nos anos oitenta vê-se formar ainda, um outro movimento: as organizações contra o nuclear civil. A primeira manifestação nacional, promovida pela Lega Ambiente, acontece em Roma, em 20 de Abril de 1985, contra o plano nuclear do governo Craxi (8DEC, PSI, PRI, PSDI, PLI). Mas é em 1986, depois da catástrofe de Chernobil, que o movimento toma

lanço: na manifestação nacional, que tem lugar em Roma, em 10 de Maio de 1986, há uma participação maciça de jovens. Sempre em Maio, inicia-se a campanha para três referendos revogados. Também a CGIL não participa, não obstante, muitas delas apontando para impedir a existência do nuclear em Itália. Ela é promovida por Verdi, FGCI, DP e outros, mas não pelo PCI. A CGIL também não participa, embora muitas solicitações da base sejam favoráveis à opção anti-nuclear. Em pouco tempo são recolhidas um milhão de assinaturas. Nesta altura, até o PCI se declara favorável à saída do nuclear, se bem que de maneira não completa. Ao mesmo tempo, convergem no movimento, forças pacifistas empenhadas na luta contra o nuclear militar. Centenas de cidades e comunidades, na primeira metade dos anos oitenta, declaram o próprio território «zona desnuclearizada», proibindo, simbolicamente, as instalações de armas e centrais nucleares. Quando, em 8 e 9 Novembro de 1987 acontece o referendo, a frente anti-nuclear obtém uma vitória avassaladora. Um mês depois, em 8 de Dezembro, os EUA e a URSS assinam o Tratado INF, que elimina, entre outras armas, os mísseis distribuídos em Comiso. Os dois objectivos pelos quais os movimentos anti-nucleares se tinham batido, no decorrer dos anos oitenta, são assim realizados. No entanto, a vitória contém a semente da derrota: a ilusão de que agora o perigo nuclear é evitado. Significativamente, a assembleia nacional das Instituições Locais Desnuclearizadas decide, em Outubro de 1986, constituir a Coordenação Nacional das Instituições Locais para a Paz (denominação assumida em 1991), que elimina do próprio estatuto, qualquer alusão ao nuclear.

Capítulo 4

AS GUERRAS DEPOIS DA GUERRA FRIA

4.1 O mundo numa encruzilhada

Na segunda metade dos anos oitenta, o clima da guerra fria começa a mudar. O primeiro sinal do degelo é o Tratado sobre as Forças Nucleares Intermédias ([INF Treaty](#)), assinado em Washington, em 8 de Dezembro de

1987: baseados no mesmo, os EUA empenham-se em eliminar, entre outros, os mísseis balísticos Pershing II, instalados na Alemanha Ocidental e os mísseis de cruzeiro, lançados de terra, instalados na Grã Bretanha, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica e Países Baixos; a União Soviética compromete-se a eliminar os mísseis balísticos SS-20, instalados no seu próprio território. Em Maio de 1991, são eliminados, no total, 2.692 mísseis desta categoria.

O Tratado INF é o primeiro acordo que estabelece não só um 'plafond' à instalação de uma categoria específica de mísseis nucleares, mas a eliminação de todos os mísseis de tal categoria. O limite do tratado consiste no facto de que, elimina os mísseis nucleares de alcance intermédio e curto, lançados de terra, mas não dos que são lançados do mar e do ar, que ficam no seus postos, nos navios, submarinos e aviões.

Este resultado importante é devido, substancialmente, à «ofensiva de desarmamento» lançada pela União Soviética de Gorbachev: em 15 de Janeiro de 1986, propõe não só eliminar os mísseis soviéticos e americanos de alcance médio (o que é feito sucessivamente), mas de estabelecer um programa global, em três fases, para a proibição da armas nucleares em 2000. Washington não considera factível a proposta soviética, confirma-o Colin Powell que, depois de ter sido, de 1987 a 1989, conselheiro do Presidente para a Segurança Nacional, ocupa, em 1993, o cargo de Presidente do Estado Maior Conjunto/Chairman of the Joint Chiefs of Staff, o mais alto nível da hierarquia militar. Num breve ensaio na revista [*Foreign Affairs*](#), Powell refere: «Quando era Conselheiro do Presidente Reagan para a Segurança Nacional, ele e o Presidente Mikhail Gorbachev encontraram-se cinquenta vezes em três anos, e eu estive presente em três destas ocasiões. O líder soviético falava de revolução pacífica, falava de paz mundial. Quanto mais falava e mais escutávamos, mais compreendíamos. Recordo uma reunião na qual a minha reacção não pode ser exprimidas senão com estas palavras: «Meu Deus, faça isso

seriamente!». **Em Washington sabem, portanto, que ele quer verdadeiramente o desarmamento, que ele quer, de facto, a eliminação completa das armas nucleares.** Mas sabem, também, que o processo da perestroika, posto em movimento por Gorbachev em 1986, provocou uma reacção em cadeia que está não só a desagregar o Pacto de Varsóvia, mas a própria União Soviética.

A «Queda do Muro de Berlim», em 9 de Novembro de 1989, assinala o início do fim. No dia 1 de Julho de 1991, dissolve-se o Pacto de Varsóvia: os seis países da Europa Central e Oriental que faziam parte dele, não são mais aliados da URSS. No dia 26 de Dezembro de 1991, dissolve-se a própria União Soviética: em vez de um único Estado, formam-se 15 Estados. O desaparecimento da URSS e do seu bloco de alianças cria, na região europeia e centro-asiática, uma situação geopolítica inteiramente nova. Simultaneamente, a desagregação da URSS e a profunda crise política e económica que aflige a Rússia assinalam o fim da super potência capaz de rivalizar com a americana.

Nesta altura, o mundo está numa encruzilhada. A decisão de qual dos dois caminhos escolher e seguir está substancialmente nas mãos de Washington: de um lado está a possibilidade de iniciar um verdadeiro processo de desarmamento, começando por estabelecer, consoante as linhas da proposta de Gorbachev, um programa destinado à eliminação completa das armas nucleares, que, se lançado conjuntamente por Washington e Moscovo, poderia envolver, também, as outras potências nucleares; do outro lado, está a possibilidade de aproveitar o desaparecimento da super potência rival para aumentar a superioridade estratégica, incluindo a superioridade nuclear, dos Estados Unidos da América, que permaneceu a única super potência na cena mundial. Sem um instante de hesitação, Washington tomou o segundo caminho.

«O Presidente Bush pegou nesta segunda mudança histórica», conta Colin Powell, no *Foreign Affairs*. «O Presidente, coadjuvado pelos seus Conselheiros e pelo Secretário da Defesa, traçaram uma nova estratégia da segurança nacional e construíram uma estratégia militar para sustentá-la. Em seguida, em Agosto de 1990, enquanto o Presidente Bush fazia o seu primeiro anúncio público sobre a nova maneira da América enfrentar a questão da segurança nacional, Saddam Hussein atacou o Kuwait. A sua brutal agressão fez com que puséssemos em prática a nova estratégia, exactamente no momento em que começávamos a publicá-la. **Todos os americanos poderiam assim, ver a nossa estratégia validada pela guerra**».

4.2 Golfo: A primeira guerra depois da Guerra Fria

O Iraque de Saddam Hussein que, invadindo o Iraque em 2 de Agosto de 1990 dá um motivo aos Estados Unidos para pôr em prática a nova estratégia «exactamente no momento» em que é lançada, é o mesmo Iraque que, até há pouco, era apoiado pelos Estados Unidos. Nos anos oitenta, os EUA tinham-no ajudado na guerra contra o Irão de Khomeini, naquele momento, o «inimigo número um» para os interesses dos Estados Unidos na região do Médio Oriente. O Pentágono não só forneceu armamento ao Iraque (entre outros, helicópteros militares, usados em 1988 para atacar os curdos com armas químicas) mas, secretamente, encarregou mais de 60 funcionários do DIA (*Defense Intelligence Agency*) de ajudar o comando iraquiano, fornecendo-lhe fotos de satélites sobre a distribuição das forças iranianas, planos tácticos para as batalhas e indicações dos objectivos a atingir nos ataques aéreos. Sob as instruções de Washington, também o Kuwait ajudou o Iraque de vários modos, fornecendo-lhes fotos de satélites sobre a distribuição das forças iranianas, planos tácticos para as batalhas e a indicação dos objectivos a atingir nos ataques aéreos. Sob instruções de Washington, o Kuwait ajudou mesmo o

Iraque de várias maneiras, fornecendo-lhe empréstimos avultados para a aquisição de armamentos.

Mas, uma vez terminada a guerra contra o Irão, em 1988, Estados Unidos começaram a temer que o Iraque, graças, também, à ajuda soviética, adquirisse um papel dominante na região. Recorrem, de novo, à antiga, mas sempre actual política de «*divide et impera*». A atitude do Kuwait também muda, de acordo, pois exige o reembolso imediato da dívida contraída por Bagdad e, explorando o campo Rumaila que se estende nos dois territórios, eleva a sua produção de petróleo acima da cota estabelecida pela OPEP. Deste modo, provoca uma queda de preço do petróleo bruto que prejudica, sobretudo, o Iraque, saído da guerra com um enorme e custoso equipamento militar e um débito externo de mais de 70 biliões de dólares, 40 dos quais ao Kuwait, Arábia Saudita e outras monarquias do Golfo. Neste ponto, Saddam Hussein decide fugir do impasse «tornando a anexar» o território do Kuwait que, fundamentado nas fronteiras traçadas em 1922 pelo pro-cônsul britânico, Sir Percy Cox, bloqueia o acesso do Iraque ao Golfo.

Quando o Iraque se prepara para invadir o Kuwait, os EUA (que conhecem detalhadamente o plano) fazem crer a Bagdad que querem ficar fora do litígio. Em 19 de Julho de 1990, enquanto 100.000 soldados iraquianos estão já reunidos nas fronteiras com o Kuwait, Washington aconselha o governo kuwaitiano a cancelar o estado de alerta das suas forças armadas. Em 25 de Julho, quando os satélites militares americanos mostram que, agora, a invasão já está iminente, a Embaixatriz americana, April Glasbie, encontra-se com Saddam Hussein, ao qual assegura ter recebido, directamente do Presidente dos Estados Unidos, instruções de procurar melhores relações com o Iraque. Além do mais, especifica que os Estados Unidos não têm nenhuma opinião sobre os conflitos inter-árabes, como a disputa de fronteira entre o Iraque e o Kuwait. Uma semana depois, no dia

1 de Agosto de 1990, Saddam Hussein ordena a invasão, cometendo um colossal erro de cálculo político.

Os Estados Unidos rotulam o antigo aliado como inimigo número um e, formada uma coligação internacional, enviam para o Golfo uma força de 750.000 homens, dos quais 70% são americanos, sob as ordens do General Norman Schwarzkopf, Comandante do *U.S. Central Command* (o Comando Central Americano, responsável pelas operações no Médio Oriente).

Faz parte da distribuição militar – surgirá mais tarde, em documentos desclassificados – o porta aviões USS America com a sua divisão de armas nucleares (W Division), **dotada de bombas B61 e bombas de profundidade B 57.**

Em 17 de Janeiro de 1991 tem início a operação «[Tempestade do Deserto](#)». Acaba de ser lançada contra o Iraque aquela que é definida como a mais intensa campanha de bombardeamento da História»: em 43 dias, a aviação americana e a aliada efectuem, com 2.800 aviões, mais de 110.000 saídas, lançando 250.000 bombas, entre as quais as [bombas de fragmentação](#) que lançam totalmente, mais de 10 milhões de [sub-munições](#). Em 23 de Fevereiro, as tropas da coligação, compreendendo 520.000 soldados, lançam a ofensiva terrestre que, depois de cem horas de carnificina, termina em 28 de Fevereiro com um «cessar-fogo temporário», proclamado pelo Presidente Bush.

Ninguém sabe com exactidão quantos são os mortos iraquianos na guerra de 1991: segundo uma estimativa, cerca de 300.000. entre militares e civis, seguramente muitos mais. O *Wall Street Journal* relata que «**as forças terrestres aliadas, enquanto avançavam, usavam bulldozers para enterrar milhares de inimigos mortos nas trincheiras**». Numa entrevista, o Coronel Anthony Moreno e outros militares americanos

confirmam que milhares de soldados iraquianos **são sepultados vivos nas trincheiras com tanques**, transformados em bulldozers, aplicando na parte dianteira grandes lâminas dentadas: «Colocando os nossos veículos sobre as trincheiras, era possível cobrir, em poucas horas, milhares e milhares de valas. **Os iraquianos não tinham salvação: se fugiam das trincheiras, eram varridos pelo fogo dos blindados que avançavam, se ficavam dentro das trincheiras, eram sepultados pelos tanques-bulldozers. No fim do ataque, das trincheiras cobertas, brotavam braços e pernas dos iraquianos sepultados vivos».**

Quantos foram os iraquianos sepultados, já mortos ou ainda vivos, permanece um segredo guardado nos arquivos do Pentágono. Ou melhor, ninguém se preocupou em contá-los. Pelo contrário, contam-se meticulosamente as perdas da coligação na operação «Tempestade do Deserto»: **148 soldados americanos mortos em combate e 138 em situações de não combate, mais 91 aliados.** O Pentágono sublinha, em tons triunfantes, que nunca, num campo de batalha, um exército infligiu ao inimigo tão grandes perdas, pagando um tão baixo preço de vidas.

A guerra do Golfo de 1991 distingue-se das outras, combatidas pelos Estados Unidos, no período seguinte ao segundo conflito mundial. **É a primeira guerra em vasta escala que Washington não motiva com a necessidade de conter a ameaçadora avançada do comunismo, justificação que esteve na base de todas as intervenções americanas precedentes, no «terceiro mundo», desde a guerra da Coreia à do Vietnã, da invasão de Grenada à operação contra a Nicarágua.** É a primeira guerra depois da guerra fria, através da qual os Estados Unidos não só reforçam a sua presença militar e influência política na área estratégica do Golfo **onde se encontra a maior parte das reservas petrolíferas do mundo**, mas – como explica Colin Powell – colocam em prática e confirmam a nova estratégia, exactamente no momento, em que a mesma é lançada.

4.3 As armas de urânio empobrecido

Na primeira guerra do Golfo, os Estados Unidos têm pronto para lançar, à distância de um tiro do Iraque, centenas de armas nucleares táticas. Ao mesmo tempo, estão prontas para lançamento, armas nucleares israelitas. Provavelmente é o mesmo Secretário de Estado, James Backer, a advertir o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Tariq Aziz, em Genebra, na véspera da operação 'Tempestado do Deserto', que os Estados Unidos estão prontos a usar armas nucleares, se o Iraque empregar armas químicas contra as forças americanas e aliadas.

Se bem que na guerra do Iraque não são usadas armas nucleares, são, no entanto, usadas maciçamente, pela primeira vez em larga escala, as suas «irmãs menores»: as de urânio empobrecido, armas de novo tipo, provenientes do mesmo ciclo do urânio, através do qual se produz urânio enriquecido para as armas nucleares.

As balas de urânio empobrecido (DU), graças à densidade excepcional desse metal (pesa 1,7 vezes mais do que o chumbo) e à sua natureza pirofórica (capacidade de incendiar-se espontaneamente quando exposto ao ar), podem penetrar através da couraça dos tanques, desenvolvendo no interior, temperaturas elevadíssimas. O urânio empobrecido é um subproduto do processo de enriquecimento do urânio 238, do qual conserva 70% da radioactividade. Para as indústrias que gerem as fábricas de reprocessamento é, em seguida, extremamente conveniente, em vez de suportar custos de armazenagem, vendê-lo às indústrias bélicas que o usam para fabricar balas.

Segundo dados fornecidos, posteriormente, pelo Pentágono, na zona de Bassora e no Kuwait foram usados em 1991, pelas forças aéreas e terrestres dos Estados Unidos e em tamanho reduzido das britânicas, balas de urânio empobrecido num total de 300 toneladas. Segundo algumas organizações não governamentais, a quantidade real usada é de 700-800 toneladas. Cerca de 14.000 balas DU de 120mm disparadas por tanques e cerca de

um milhão de balas de 30mm disparadas pelas «canhoneiras voadoras» A-10 e helicópteros Apache, juntam-se, de facto, milhares de ogivas de urânio empobrecido, de que são dotados os mísseis e foguetes de cruzeiro e milhares de projecteis empregados durante os exercícios no deserto saudita.

O perigo destas balas, quer para o ambiente, quer para a saúde dos habitantes da zona em que são usadas, é devido ao facto de que, no momento da explosão, o urânio transforma-se num aerosol cujas partículas radioactivas, transportadas pelas correntes convectivas e pelos ventos, espalham-se por uma vasta área e, penetrando no corpo humano através da inalação, ingestão ou contaminação das feridas, podem provocar tumores e também graves danos genéticos às gerações sucessivas.

Já em Março de 1979, mais de 10 anos antes da guerra do Golfo, um relatório publicado pelo Exército americano concluía que, no momento do impacto das balas contra a couraça de um tanque, o urânio empobrecido transforma-se em aerosol, colocando em perigo «não só as pessoas na vizinhança imediata, mas também as que se encontram à distância, a favor do vento», enquanto as partículas, transportadas pelo vento, se depositam nos tecidos pulmonares, expondo o indivíduo a uma dose tóxica crescente de radiação alfa, capaz de provocar o cancro e outras doenças mortais». Um outro estudo, encomendado pelo Exército americano na véspera da crise do Golfo, confirma que «o urânio empobrecido provoca o cancro, quando penetra no organismo e a sua toxicidade química causa danos aos rins». Apesar de se conhecer o perigo a que são expostos não só os civis iraquianos, mas os próprios soldados americanos, em 1991 decide-se usar as balas DU de maneira maciça. Dois anos depois do fim da guerra, mais de cem veteranos começam a acusar sintomas de graves patologias, tais como perda de peso, cabelos e sangramento das gengivas. São os primeiros sinais do que se torna definido como o «síndrome do Golfo». O mesmo é devido às balas de urânio empobrecido, provavelmente também às substâncias tóxicas, libertadas pelas fábricas químicas e pelos depósitos

de munições bombardeados, pelos bunkers demolidos, pelos poços petrolíferos em chamas e às vacinas contra o antrax e o botulismo.
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Botulismo>

Nos dez anos seguintes, dos 697.000 soldados americanos que combateram na guerra de 1991, cerca de 110.000 chegam atingidos pelo «síndrome do Golfo», do qual são também afectados 2.000 soldados britânicos e 9.000 morrem
http://large.stanford.edu/courses/2012/ph241/adjanto1/docs/ReportandRecommendations_ScientificProgressinUnderstandingGWVI_2004.pdf .

São numerosos os casos de malformações genéticas nos filhos deles. Seguramente, verifica-se um número maior de vítimas na população iraquiana. Nos anos seguintes, os médicos iraquianos revelam um forte aumento de casos de cancro, leucemia e malformações no nascimento, tipicamente ligadas à radioactividade. No Iraque meridional, entre a população de idade inferior aos 15 anos, verifica-se em 1990, um aumento de 6% dos casos de leucemia e 120% de tumores benignos, em particular no cérebro. O Exército dos Estados Unidos, enquanto de um lado nega oficialmente o perigo das balas de urânio empobrecido, por outro lado demonstra estar ao corrente dos seus efeitos nocivos. Um vídeo de treino militar realizado por eles, cinco anos depois da guerra do Golfo, avisa os soldados do risco do «urânio empobrecido poder ser inalado através do pó e do fumo se não se usar a máscara e, se não se usarem luvas, ingerido com a comida e com as bebidas». «Recordem – concluem as instruções – de estar sempre longe, se possível, dos equipamentos e dos terrenos contaminados».

Assim, as armas de urânio, irmãs mais novas das armas nucleares de cuja génese são originadas, continuam a matar, como continuam a matar as bombas de Hiroshima e Nagasaki e tantas outras que explodiram nos testes nucleares.

A seguir:

4.4 A reorientação dos Estados Unidos

Na primeira guerra do Golfo, os Estados Unidos têm prontas para lançar, à distância de um tiro do Iraque, centenas de armas nucleares táticas. Ao mesmo tempo, estão prontas para lançamento, armas nucleares israelitas. Provavelmente é o mesmo Secretário de Estado, James Baker, a advertir o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Tariq Aziz, em Genebra, na véspera da operação 'Tempestade do Deserto', que os Estados Unidos estão prontos a usar armas nucleares, se o Iraque empregar armas químicas contra as forças americanas e aliadas.

Se bem que na guerra do Iraque não são usadas armas nucleares, são, no entanto, usadas maciçamente, pela primeira vez em larga escala, as suas «irmãs menores»: as de urânio empobrecido, armas de novo tipo, provenientes do mesmo ciclo do urânio, através do qual se produz urânio enriquecido para as armas nucleares.

As balas de urânio empobrecido (DU), graças à densidade excepcional desse metal (pesa 1,7 vezes mais do que o chumbo) e à sua natureza pirofórica (capacidade de incendiar-se espontaneamente quando exposto ao ar), podem penetrar através da couraça dos tanques, desenvolvendo no interior, temperaturas elevadíssimas. O urânio empobrecido é um subproduto do processo de enriquecimento do urânio 238, do qual conserva 70% da radioactividade. Para as indústrias que gerem as fábricas de reprocessamento é, em seguida, extremamente conveniente, em vez de suportar custos de armazenagem, vendê-lo às indústrias bélicas que o usam para fabricar balas.

Segundo dados fornecidos, posteriormente, pelo Pentágono, na zona de Bassora e no Kuwait foram usados em 1991, pelas forças aéreas e terrestres dos Estados Unidos e em tamanho reduzido, pelas forças britânicas, balas de urânio empobrecido num total de 300 toneladas.

Segundo algumas organizações não governamentais, a quantidade real usada é de 700-800 toneladas. A cerca de 14.000 balas DU de 120 mm disparadas por tanques e cerca de um milhão de balas de 30 mm disparadas pelas «canhoneiras voadoras» A-10 e helicópteros Apache, juntam-se, de facto, milhares de ogivas de urânio empobrecido, de que são dotados os mísseis e foguetes de cruzeiro e milhares de projecteis empregados durante os exercícios no deserto saudita.

O perigo destas balas, quer para o ambiente, quer para a saúde dos habitantes da zona em que são usadas, é devido ao facto de que, no momento da explosão, o urânio transforma-se num aerosol cujas partículas radioactivas, transportadas pelas correntes de convecção e pelos ventos, espalham-se por uma vasta área e, penetrando no corpo humano através da inalação, ingestão ou contaminação das feridas, podem provocar tumores e também graves danos genéticos às gerações seguintes.

Já em Março de 1979, mais de 10 anos antes da guerra do Golfo, um relatório publicado pelo Exército americano concluía que, no momento do impacto das balas contra a couraça de um tanque, o urânio empobrecido transforma-se em aerosol, colocando em perigo «não só as pessoas na vizinhança imediata, mas também as que se encontram à distância, a favor do vento», enquanto as partículas, transportadas pelo vento, se depositam nos tecidos pulmonares, expondo os indivíduos a uma dose tóxica crescente de radiação alfa, capaz de provocar o cancro e outras doenças mortais». Um outro estudo, encomendado pelo Exército americano na véspera da crise do Golfo, confirma que «o urânio empobrecido provoca o cancro, quando penetra no organismo, e a sua toxidade química causa danos aos rins». Apesar de se conhecer o perigo a que são expostos não só os civis iraquianos, mas os próprios soldados americanos, em 1991 decide-se usar as balas DU de maneira maciça. Dois anos depois do fim da guerra, outras centenas de veteranos começam a acusar sintomas de graves patologias, tais como perda de peso, cabelos e hemorragias das gengivas. São os

primeiros sinais do que se torna definido como o «síndrome do Golfo». O mesmo é devido às balas de urânio empobrecido, provavelmente também às substâncias tóxicas, libertadas pelas fábricas químicas e pelos depósitos de munições bombardeados, pelos bunkers demolidos, pelos poços petrolíferos em chamas e às vacinas contra o antrax e o [botulinum](#).

Nos dez anos seguintes, dos 697.000 soldados americanos que combateram na guerra de 1991, cerca de 110.000 chegam atingidos pelo «síndrome do Golfo», do qual são também afectados 2.000 soldados britânicos e [9.000 morrem](#). São numerosos os casos de malformações genéticas nos filhos deles. Seguramente, verifica-se um número maior de vítimas na população iraquiana. Nos anos seguintes, os médicos iraquianos revelam um forte aumento de casos de cancro, leucemia e malformações no nascimento, tipicamente ligadas à radioactividade. No Iraque meridional, entre a população de idade inferior aos 15 anos, verifica-se em 1990, um aumento de 6% dos casos de leucemia e 120% de tumores malignos, em particular no cérebro. O Exército dos Estados Unidos, enquanto de um lado nega oficialmente o perigo das balas de urânio empobrecido, por outro lado demonstra estar ao corrente dos seus efeitos nocivos. Um vídeo de treino militar realizado por eles, cinco anos depois da guerra do Golfo, avisa os soldados do risco do «urânio empobrecido poder ser inalado através do pó e do fumo se não se usar a máscara e, se não se usarem luvas, ingerido com a comida e com as bebidas». «Recordem – concluem as instruções – para estar sempre longe, se possível, dos equipamentos e dos terrenos contaminados».

Assim, as armas de urânio, irmãs menores das armas nucleares de cuja génese são originadas, continuam a matar, como continuam a matar as bombas de Hiroshima e Nagasaki e tantas outras que explodiram nos testes nucleares.

4.5 A reorientação estratégica da NATO

Enquanto Washington celebra a grande vitória descrita na guerra do Golfo, no entanto, acontece que está preocupado: «No plano político – sublinha a Casa Branca na *National Security Strategy 1991* – é o papel da América como líder da Aliança e, com efeito, as nossas próprias alianças serão influenciadas, especialmente na Europa, pela redução da ameaça soviética. [...] As diferenças entre os aliados tornar-se-ão, provavelmente, mais evidentes, à medida que diminuir a tradicional preocupação com a segurança que os uniu no início». Por outras palavras: a seguir à «redução da ameaça soviética», os aliados europeus poderão fazer escolhas diferentes das opções dos Estados Unidos, colocando em discussão a sua liderança ou mesmo saindo da NATO, praticamente superada, pela nova situação geopolítica surgida na região europeia.

Assim, para os Estados Unidos, é da máxima urgência, redefinir não só a estratégia, mas a própria responsabilidade da NATO. Debaixo da pressão crescente exercida por Washington, a NATO começa a orientar-se para uma nova incumbência, logo após a «queda do Muro de Berlim», mesmo antes do Pacto de Varsóvia e da União Soviética se dissolverem.

«Quando falamos de redução da ameaça à segurança da Aliança, compreendida no sentido clássico - defende [Manfred Wörner](#) , Secretário Geral da NATO – não devemos descurar a importância crescente dos desafios provenientes do exterior da zona coberta pela nossa Aliança: como revelou a crise do Golfo Pérsico, podem ser originados riscos, novos e importantes, em sectores inesperados. [...] A tendência ao desarmamento e a redução das quantias para a defesa, no mundo industrializado, aumentou a importância de muitos arsenais militares do terceiro mundo que, como no caso do Iraque, assumiram uma dimensão global. Estes arsenais compreendem, cada vez mais, armas de destruição em massa, susceptíveis de ser empregadas directamente, no território da Aliança Atlântica ou para exercer pressão sobre os nossos interesses. [...] Ao longo de todo o perímetro meridional do nosso território, vai-se desenvolvendo

um arco de tensões que se prolonga, dentro de certos limites, do Magreb ao Médio Oriente. As tensões são exacerbadas, não apenas pela persistência no poder de governantes absolutos e ambiciosos, como Saddam Hussein, mas também pela queda dos problemas de desenvolvimento profundamente enraizados, alimentados pela expansão demográfica, pelas migrações, pelos conflitos pela posse dos recursos, pelo fundamentalismo religioso e pelo terrorismo. Por estes motivos, hoje menos do que nunca, podemos considerar a segurança da Aliança como qualquer coisa que termina nas nossas fronteiras, ou que diz respeito, unicamente, aos aliados que têm restrições particulares nessas regiões. Assim, define-se o conceito de segurança como algo que não está circunscrito à área norte atlântica, começando a delinear a «Grande NATO».

A prova final é a guerra do Golfo de 1991: a NATO, embora não participando como tal, fornece o apoio de toda a sua infra-estrutura às forças da coligação, 10 % das quais é constituída por tropas convidadas dos membros individuais da Aliança. Participando nos bombardeamentos, juntamente com os Estados Unidos, as forças aéreas e navais britânicas, francesas, italianas, gregas, espanholas, portuguesas, belgas, holandesas, finlandesas, norueguesas e canadianas, enquanto as forças britânicas e francesas apoiam as dos Estados Unidos na ofensiva terrestre.

Em 7 de Novembro de 1991, os Chefes Estado e de Governo dos dezasseis países da NATO, reunidos em Roma, no Conselho Norte Atlântico, aprovam e lançam «[O novo conceito estratégico da Aliança](#)». Assim, se de um lado «desaparece a ameaça monolítica, maciça e potencialmente imediata, que tem sido a principal preocupação da Aliança nos seus primeiros quarenta anos – afirma o documento – por outro lado, permanece muita incerteza sobre o futuro e sobre os riscos para a segurança da Aliança. [...] Contrariamente à ameaça do passado, os riscos que permanecem para a segurança da Aliança são de natureza multifacetada e multi-direccional, coisa que os torna difíceis de prever e de avaliar. Portanto, «a manutenção

de uma capacidade militar adequada e de uma preparação clara para agir colectivamente na defesa comum, permanecem no centro dos objectivos da Aliança». [...] A dimensão militar da nossa Aliança permanece um factor essencial, mas o facto novo é que estará, mais do que nunca, ao serviço de um conceito amplo de segurança». Desta maneira, fundamentalmente, a Aliança Atlântica torna a definir o seu papel, de acordo com as linhas traçadas pelos USA.

Neste período, Washington olha com preocupação, o que se está a passar no outro lado do Atlântico: a cimeira de Maastricht, em 11 de Dezembro de 1991, decide, de facto, que a nova Europa deverá definir, a par e passo com a unificação económica e política, uma política de defesa comum no quadro da União da Europa Ocidental (UEO). Fundada em 1954, a UEO – à qual aderem os seguintes países: Bélgica, França, Alemanha, Grã Bretanha, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha – tem tido, até este momento, tarefas secundárias. Entretanto, a França e a Alemanha, com a intenção de adquirir maior peso, não só no âmbito europeu, mas também a escala mundial – apoiam calorosamente a rápida formação de uma força armada europeia. O projecto é visto com suspeita e hostilidade pelos Estados Unidos, os quais temem que o nascimento de uma defesa comum europeia possa abrandar a convergência atlântica e, consequentemente, a influência americana na Europa.

4.6 A intervenção da NATO na crise balcânica e a guerra contra a Jugoslávia

O «novo conceito estratégico» da NATO é posto em prática nos Balcãs, onde a crise da Federação Jugoslava, devido aos contrastes entre os grupos de poder e às forças centrifugas das repúblicas, atingiu o ponto de rotura.

Em Novembro de 1990, o Congresso dos EUA aprovaram o financiamento directo de todas as novas formações «democráticas» da Jugoslávia,

encorajando assim as tendências separatistas. Em Dezembro, o Parlamento da República Croata, controlado pelo partido de Franjo Tudjman, difunde uma nova Constituição com o fundamento de que a Croácia é a «pátria dos croatas» (não mais dos croatas e dos sérvios, os povos constituintes da República) e é soberana sobre o seu território. Seis meses depois, em Junho de 1991, além da Croácia, também a Eslovénia proclama a independência. Pouco depois, surgem confrontos entre o exército federal e os independentistas. Em Outubro, na Croácia, o governo Tudjman expulsa 25.000 sérvios da [Eslavónia](#), enquanto as suas milícias ocupam Vukovar. O exército federal responde, bombardeando e ocupando a cidade. A guerra civil começa a estender-se, mas podia ainda ser interrompida. O caminho tomado, é diametralmente oposto: a Alemanha, empenhada em alargar a sua influência económica e política na região balcânica, em Dezembro de 1991, reconhece unilateralmente a Croácia e a Eslovénia como Estados independentes. Como consequência, no dia seguinte, os sérvios da Croácia proclamam a sua autodeterminação, constituindo a República Sérvia da Krajina. Em Janeiro de 1992, primeiro o Vaticano e depois a Europa dos doze reconhecem, além da Croácia, também a Eslovénia. Neste ponto incendeia-se a Bosnia-Erzegovina que, em proporções reduzidas, representa a gama completa dos nós étnicos e religiosos da [Federação Jugoslava](#).

Os capacetes azuis da ONU, enviados para a Bosnia como força de interposição entre as facções em luta, são deliberadamente deixados em número insuficiente, sem meios adequados e sem directivas precisas, acabando por se tornarem reféns, no meio da luta. Tudo concorre para demonstrar a «falha da ONU» e a necessidade de ser a NATO a tomar conta da situação. Em Julho de 1992 a NATO lança a primeira operação de «resposta à crise», para por o [embargo à Jugoslávia](#).

Em Fevereiro de 1994, os aviões da NATO derrubam aviões servo-bósnio que violam o espaço aéreo interdito, sobre a Bósnia. É a primeira acção de

guerra desde a fundação da Aliança. Com essa medida [viola o artigo 5 da sua própria carta constitutiva](#), pois que acção bélica não é motivada pelo ataque a um membro da Aliança e é efectuado fora da sua área geográfica.

Extinto o incêndio na Bósnia (onde o fogo permanece sob as cinzas da divisão, nos Estados étnicos), os bombeiros da NATO correm a lançar gasolina sobre o viveiro do Kosovo, onde está em curso, há anos, uma reivindicação de independência da parte da maioria albanesa. Através de canais subterrâneos em grande parte coordenados pela CIA, um rio de armas e financiamentos, entre o final de 1998 e o início de 1999, vai alimentar o UCK (Exército de Libertação do Kosovo), braço armado do movimento separatista kosovar-albanês. Agentes da CIA declaram, em seguida, ter entrado no Kosovo, em 1998 e 1999, disfarçados de observadores do OSCE, encarregados de verificar o «cessar fogo», fornecendo ao UCK, manuais americanos de treino militar e telefones celulares/telemóveis, para que os comandantes da guerrilha pudessem estar em [contacto com a NATO e Washington](#). O UCK pode, assim, fomentar uma ofensiva contra as tropas federais e contra os civis sérvios, com centenas de atentados e detenções.

Entretanto os encontros entre as forças jugoslavas e as do UCK provocam vítimas de ambos os lados, uma poderosa campanha político-mediática prepara a opinião pública internacional para a intervenção da NATO, apresentada como o único meio para [acabar com a «limpeza étnica» sérvia no Kosovo](#). O alvo principal é o Presidente da Jugoslávia, Slobodan Milosevic, acusado de «crimes contra a Humanidade» pelas operações de «limpeza étnica».

A guerra, denominada «Operação Força Aliada», tem início em 24 de Março de 1999. Enquanto os aviões dos Estados unidos e da NATO lançam as primeiras bombas sobre a Sérvia e sobre o Kosovo, o presidente democrático Clinton anuncia: «No fim do século XX, depois de duas guerras

mundiais e de uma guerra fria, nós e os nossos aliados temos a possibilidade de deixar aos nossos filhos uma Europa livre, pacífica e estável.» Nesta guerra, o papel da Itália foi determinante: o governo D'Alema coloca o território italiano, em particular os aeroportos, à inteira disposição das forças armadas dos Estados Unidos e dos outros países, para exercer, como o Presidente do Conselho define, «o direito de ingerência humanitária». Durante 78 dias, descolando, sobretudo, das bases italianas, 1.100 aviões efectuam 38 mil saídas, lançando 23 mil bombas e mísseis. 75% dos aviões e 90 % das bombas e dos mísseis são fornecidos pelos Estados unidos: Aos EUA pertence a rede de comunicações, de comando, de controlo e dos serviços secretos, através dos quais são conduzidas as operações: «Dos 2.000 objectivos atingidos na Sérvia pelos aviões da NATO – documenta, em seguida, o Pentágono – 1999 foram escolhidos pelos serviços secretos americanos e apenas um, pelos europeus».

Sistematicamente, os bombardeamentos desmantelam as estruturas e as infra-estruturas da Sérvia, provocando vítimas, sobretudo entre os civis. Os danos que decorrem para a saúde e para o ambiente são inqualificáveis. Só da refinaria de Pancevo, sobressaem, devido aos bombardeamentos, milhares de toneladas de substâncias químicas altamente tóxicas (compreendendo a [dioxina](#) e o mercúrio). Outras destruições, na Sérvia e no Kosovo, são provocadas da parte da NATO, pelo emprego maciço de balas de urânio empobrecido, já usadas na guerra do Golfo.

Nos bombardeamentos participam 54 aviões italianos, que perfazem 1.378 saídas, atacando os objectivos indicados pelo comando americano. «Pelo número de aviões fomos secundados apenas pelos Estados Unidos. A Itália é um grande país e não se deve surpreender do empenho demonstrado nesta guerra», declara o Presidente do Conselho, D'Alema, durante a visita feita em 10 de Junho de 1999, à base de Amendola, sublinhando que, para os pilotos que participaram nela, foi «uma grande experiência humana e profissional».

Em 10 de Junho de 1999, as tropas da Federação Jugoslava começam a retirar-se de Kosovo e a NATO põe fim aos bombardeamentos. A resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU dispõe que a presença internacional deve ter uma «substancial participação da NATO» e ser repartida «sob o controlo e comando unificados». O Presidente Clinton esclarece a quem cabe o comando, sublinhando que o acordo sob o Kosovo prevê «o estabelecimento de uma força internacional de segurança, tendo a NATO como núcleo, o que significa uma cadeia de comando unificada da NATO». «Hoje a NATO enfrenta a sua nova missão: a de governar», comenta *The Washington Post*.

Acabada a guerra, são enviados para o Kosovo 60 agentes do FBI, mas não encontraram vestígios de massacres que justificassem a acusação, feita pelos sérvios, de «limpeza étnica». Slobodan Milosevic, condenado a 40 anos de reclusão pelo Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia, morre depois de cinco anos de prisão. O mesmo Tribunal exonera-o, em 2016, da acusação de «limpeza étnica».

O Kosovo, onde os EUA instalam uma grande base militar (Camp Bondsteel), torna-se uma espécie de protectorado da NATO. Ao mesmo tempo, sob a cobertura de «Força da paz», o ex UCK no poder, aterroriza e expulsa mais de 250 mil sérvios, rom/ciganos, judeus, e albaneses «colaboracionistas». Em 2008, com a auto-proclamação do Kosovo como Estado independente, é ultimada a demolição da Federação Jugoslava.

4.7 Campo de testes de bombadeiros de ataque nuclear e uso maciço de armas de urânio empobrecido

A guerra contra a Jugoslávia serve ao Pentágono para tornar alguns sistemas de armas de armas nucleares, ainda mais letais, testando-os em

ataques com armas «convencionais» (não nucleares). Entre estes, os dois bombardeiros estratégicos pesados, de ataque nuclear, o B-2 Spirit e o B-1 Lancer.

O B-2 Spirit recebe o baptismo de fogo em 1999, na guerra contra a Jugoslávia, durante a qual seis destes bombardeiros, partindo da base de Whiteman, no Missouri, efectuam globalmente, 45 ataques, lançando 656 bombas JDAM <https://pt.wikipedia.org/wiki/JDAM> . Estes bombardeiros *stealth* (furtivos) invisíveis ao radar, podem transportar 18 toneladas de bombas em várias combinações: por exemplo, 16 bombas «inteligentes», (com orientação de precisão laser o JDAM) de 900Kg, ou 34 bombas agrupadas, tipo CBU-87, que liberta 200 minas anti-tanques ou anti-pessoas. Mas, além destas bombas «convencionais», o B-2 Spirit pode transportar 16 bombas nucleares B-61 ou 16 mísseis ar-terra AGM-129 com ogivas nucleares.

O B-1 Lancer recebe o baptismo de fogo, em 1998, na operação *Desert Fox*, contra o Iraque, no ano seguinte, na guerra contra a Jugoslávia, durante a qual seis B-1, deslocados na base inglesa de Fairford, efectuam, globalmente, 100 missões de bombardeamento, transportando de cada vez, dezenas de bombas de agrupamento e de orientação de precisão.

O uso destes bombardeiros estratégicos, concebidos para o ataque nuclear, não apenas em guerras simuladas, mas em guerras reais, permite melhorar a eficiência dos aviões e a capacidade dos pilotos também para um emprego eventual, dos mesmos, numa guerra nuclear.

A guerra nos Balcãs, serve, além do mais, para experimentar, pela segunda vez em larga escala, as balas de urânio empobrecido. Das admissões parciais da NATO resulta que foram usadas outras 10 mil na Bósnia e 333 mil na Sérvia e no Kosovo, num total de 15 toneladas. Todavia, dado que a mesma NATO admite ter perdido a conta das balas disparadas, pode-se considerar que a quantidade real seja, pelo menos, dupla. Basta pensar

que um avião A-10, com o seu canhão *Avenger* de sete canos, pode disparar 4.200 balas por minuto.

As consequências sanitárias aparecem nos anos seguintes: análises efectuadas pelo Ministério da Saúde sérvio, mostram um fortíssimo aumento de doenças tumorais e de auto-imunidade e de infertilidade, sobretudo masculina, que cresceu mais de 100 vezes. O cientista britânico, Roger Coghill, efectua uma pesquisa nos Balcãs, encontrando um aumento geral do nível de radioactividade e um incremento dos casos de leucemia e de tumores do cérebro. Começa-se neste ponto, a falar do «síndroma dos Balcãs». Em Itália, em 2000, uma comissão, encarregada pelo Ministério da Defesa, encontra entre os militares envolvidos na Bósnia e Kosovo, um excesso estatisticamente significativo, de casos de linfoma de Hodgkin, mas, assim como outras comissões oficiais internacionais, não relaciona a incidência destas e de outras formas tumorais com a exposição ao urânio empobrecido.

Nos três anos seguintes, ficam enfermos com doenças tumorais, depois de terem estado na Bósnia e em Kosovo, mais de 200 militares, 20 dos quais morrem. Um estudo, efectuado pelos especialistas de oncologia de Modena, sobre tecidos retirados/biópsias aos jovers militares doentes ou mortos pelo linfoma de Hodgkin, revelam a presença de partículas de metais pesados, cuja forma arredondada é atribuída à temperatura superior a 1.200 graus centígrados, que só as armas de urânio empobrecido conseguem desenvolver.

São os primeiros italianos a morrer devido ao efeito das radiações nucleares.

4.8 A superação do Artigo 5 e a confirmação da liderança dos EUA.

Enquanto decorre a guerra contra a Jugoslávia, é convocado em Washington, de 23 a 25 de Abril de 1999, a cimeira que oficializa a

transformação da NATO numa «nova Aliança maior, mais flexível, capaz de empreender novas missões, inclusivamente, [operações de resposta a crises](#)».

Da Aliança que, baseada no Artigo 5 do Tratado de 4 de Abril de 1949, obriga os países membros a assistir também com as suas forças armadas, o país membro que for atacado na área do Atlântico Norte, acaba de ser transformada numa aliança que, fundamentada no «novo conceito estratégico», força os países membros também, a «levar a cabo operações de resposta a crises não previstas no Artigo 5, fora do território da Aliança».

Para evitar dúvidas, o presidente democrático Clinton, explica numa conferência de imprensa, que os aliados norte-atlânticos «reafirmam a sua prontidão em confrontar conflitos regionais para além do território da NATO». À pergunta de qual seria a área geográfica na qual a NATO estaria pronta a intervir, «o Presidente recusa-se a especificar a que distância a NATO tenciona projectar a própria força, dizendo que não é uma questão de geografia». Por outras palavras, a NATO pretende projectar a sua própria força militar para fora das suas fronteiras, não só na Europa, mas também em outras regiões do mundo.

O que não muda, na mutação da NATO, é a hierarquia no interior da Aliança. A Casa Branca diz abertamente, que quer manter na Europa uma grande força militar para apoiar a nossa relação transatlântica vital e conservar a liderança dos Estados Unidos na NATO».

É sempre o Presidente dos Estados Unidos a nomear o Comandante Supremo Aliado, na Europa, que é sempre um general ou almirante americano e não os aliados, que se limitam a ratificar a escolha. O mesmo acontece para os outros comandos-chave da Aliança.

O documento que implica os países membros a agir fora do território da Aliança, subscrito pelos líderes europeus em 24 de Abril de 1999, em Washington, reitera que a NATO «apoia plenamente o desenvolvimento da entidade europeia da defesa, no interior da Aliança». O conceito é claro: A Europa Ocidental pode ter uma «identidade de defesa», mas essa mesma «identidade de defesa», tem de permanecer no interior da Aliança, ou seja, sob o comando USA.

Assim, é confirmada e consolidada, a subordinação da União Europeia à NATO. O Tratado de Maastricht de 1992 estabelece, no Artigo 42, que «a União respeita as obrigações de alguns Estados membros, que consideram que a defesa comum é alcançada através da NATO, no âmbito do Tratado do Atlântico Norte». O mesmo estabelece, no Artº 8, que cada Estado membro «se obriga a não subscrever nenhum compromisso internacional em colisão com este Tratado». E numa confirmação adicional do que é a relação NATO-UE, o protocolo n. 10 sobre a cooperação instituída pelo Artº 42, sublinha que a NATO «permanece o fundamento da defesa» da União Europeia.

4.9 O «Novo Modelo de Defesa» da Itália

Ao participar com as suas bases e as suas forças armadas na guerra contra a Jugoslávia, visto que a mesma não tinha levado a cabo nenhuma acção agressiva, nem contra a Itália, nem contra outros membros da NATO, e responsabilizando-se a conduzir operações não previstas no Artº 5, fora do território da Aliança, a Itália confirma ter adoptado uma nova política militar e, simultaneamente, uma nova política estrangeira. Esta, usando como instrumento a força militar, viola o princípio constitucional, estabelecido no Artº 11, que refere: «A Itália repudia a guerra como instrumento de ofensa à liberdade dos outros povos e como meio de resolução de litígios internacionais».

É o designado «Novo Modelo de Defesa», já adoptado pela Itália, seguindo a reorientação estratégica dos EUA quando, durante o sexto governo Andreotti, ela participa na Guerra do Golfo: em Janeiro de 1991 os Tornados da Aeronáutica Italiana, efectuam 226 saídas, num conjunto de 589 horas de voo, bombardeando os objectivos indicados pelo comando americano. É a primeira guerra em que participa a República Italiana.

Pouco depois da guerra do Golfo, durante o sétimo governo Andreotti, o Ministério da Defesa publica, em Outubro de 1991, o relatório [*Modello di Difesa/Lineamento di sviluppo delle FF.AA. negli anni '90.*](#) O documento reconfigura a colocação geo-estratégica da Itália, definindo-a «elemento central da área geo-estratégica que se estende, principalmente, desde o Estreito de Gibraltar até ao Mar Negro, ligando-se, através do Suez, ao Mar Vermelho, ao Corno de África e ao Golfo Pérsico». Considerada a «significativa vulnerabilidade da Itália», sobretudo para o aprovisionamento petrolífero, «os objectivos permanentes da política de segurança italiana, configuram-se na tutela dos interesses nacionais, nas acções mais alargadas de tais termos, onde for necessário», em particular, os interesses que «incidam directamente sobre o sistema económico e sobre o desenvolvimento do sistema produtivo, como condição indispensável para a conservação e progresso da estrutura política e social actual da nação».

Em 1993 – quando a Itália participava na operação militar lançada pelos EUA na Somália, enquanto o governo de Amato sucede ao de Ciampi – O Estado Maior da Defesa declara que «é necessário estar prontos para nos projectarmos a longo alcance» para defender, em toda a parte, os «interesses vitais», a fim de «garantir o progresso e o bem estar nacional, mantendo a disponibilidade das fontes e vias de abastecimento dos produtos energéticos e estratégicos».

Em 1995, durante o governo Dini, o Estado Maior da Defesa dá um mais um passo em frente, afirmando que «a função das Forças Armadas transcende o estreito âmbito militar para assegurar, também, a medida do estatuto e do papel do país no contexto internacional».

Em 1996, durante o governo Prodi, este conceito é mais desenvolvido na 47ª sessão do Centro dos Altos Estudos da Defesa. «A política da Defesa – afirma o General Angioni – torna-se um instrumento da política de segurança e, assim, da política estrangeira».

Esta política anti-constitucional, introduzida através de decisões aparentemente técnicas, de facto, acaba institucionalizada, passando pelo Parlamento que, na esmagadora maioria, se desinteressa ou não sabe o que realmente está a acontecer.

A seguir:

4.10 A expansão da NATO para Leste, em direcção à Rússia

No mesmo ano – em 1999 – em que lança a guerra contra a Jugoslávia e anuncia querer «conduzir operações de resposta às crises, não previstas no Artigo 5, fora do território da Aliança», [a NATO inicia a sua expansão para Leste](#).

A mesma engloba os três primeiros países do antigo Pacto de Varsóvia: Polónia, República Checa e Hungria.

Em seguida, em 2004, estende-se a outros sete países: Estónia, Letónia, Lituânia (já parte da URSS); Bulgária, Roménia, Eslováquia (já parte do Pacto de Varsóvia; Eslovénia (já parte da Federação Jugoslava). Na cimeira de Bucareste, em Abril de 2008, fica decidida a entrada da Albânia, no ano seguinte (antigo membro do Pacto de Varsóvia) e Croácia (já parte da Federação Jugoslava).

Ao fazê-los entrar na NATO, Washington liga pouco estes países à Aliança, mas, sim, directamente aos EUA. A Roménia e a Bulgária colocam de imediato à disposição dos Estados Unidos, as importantes bases militares de Costanza e Burgas, no Mar Negro.

A República Checa garante a disponibilidade do seu território para deslocação de rampas de mísseis do «escudo anti-missil» USA.

A Lituânia, antes mesmo de entrar na NATO, começa a adquirir armamentos norte-americanos, a partir de 60 mísseis Stinger, num valor de 30 milhões de dólares.

A Polónia compra, em 2002, 48 caças F-16 da empresa bélica americana, Lockheed Martin e, para pagá-los, utiliza um empréstimo feito aos EUA de quase 5 biliões de dólares (com interesses não só financeiros, mas, também, políticos).

Sob a orientação de Washington, a Bulgária procede a uma drástica purga nas suas forças armadas, eliminando milhares de oficiais (considerados não totalmente confiáveis) para substituí-los por 2.000 oficiais jovens e fidedignos, formados por instrutores americanos e capazes de falar um óptimo inglês, de facto, americano.

Deste modo, os EUA reforçam ainda mais, a sua influência na Europa. Dos dez países da Europa Central e Oriental, que entram na NATO, entre 1999 e 2004, sete entram na União Europeia, entre 2004 e 2007: à União Europeia, que se alarga para Leste, os EUA sobrepõem a NATO, que se estende igualmente para Leste, na Europa. O verdadeiro objectivo da operação, é revelado pelos funcionários do Pentágono: os dez países da Europa Central e Oriental entrados na NATO – como eles declaram em 2003 – «estão a assumir posições relevantes pró-EUA – reduzindo eficazmente a influência das potências da velha Europa, como a Alemanha e a França.

Assim, revela-se claramente, o desenho estratégico de Washington: incentivar os novos membros do Leste, para estabelecer na NATO relações de força ainda mais favoráveis aos Estados Unidos e, assim, isolar a «velha Europa» que poderia, um dia, tornar-se autónoma.

A expansão da NATO, para Leste, além do mais, tem outras implicações. Englobando não só os países do Pacto de Varsóvia, mas também as três repúblicas bálticas que, em tempos, fizeram parte da URSS, a NATO chega às fronteiras da Federação Russa. Não obstante as garantias de Washington sobre as intenções pacíficas da NATO, ela constitui uma ameaça, também nuclear, para a Rússia.

Para tranquilizar a Rússia, a NATO afirma «não ter intenções, nem planos, de instalar armas nucleares nos territórios dos novos membros» da Europa Central e Oriental. Quanto vale esse compromisso, demonstra o facto da NATO, depois de ter prometido solenemente, não manter unidades de combate no território dos países da Europa Central e Oriental, no processo de entrar ou já entrados na Aliança, logo a seguir usa a base aérea húngara de Taszar, como o principal centro logístico das forças americanas a operar nos Balcãs.

O compromisso de não instalar armas nucleares nos países da Europa Central e Oriental é desmentido pelo facto de que, entre as armas nucleares mantidas pelos EUA, na Europa, no quadro da NATO, estão «bombas nucleares para aviões de dupla capacidade». Visto que os aviões deste tipo, como os F-16 da Força Aérea dos EUA e os 48 comprados pela Polónia, estão em funcionamento nos países da Europa Central e Oriental que entraram na NATO, a sua presença nestas bases avançadas, constitui uma ameaça nuclear potencial, nas fronteiras da Rússia.

A seguir:

CAPÍTULO 5

A ENCENAÇÃO DO DESARMAMENTO

5.1 As armas nucleares e o «escudo anti-míssil» na reestruturação das forças dos EUA

A fim de permanecer o único Estado com uma força, uma órbita e uma influência realmente global», os EUA decidiram não só manter, mas potenciar, qualitativamente, as forças nucleares estratégicas, ou seja, as que são capazes de atingir qualquer objectivo sobre a face da Terra: «A modernização da nossa tríade de mísseis balísticos baseados em terra, bombardeiros estratégicos e mísseis lançados por submarinos, sublinha a *National Security Strategy of the United States* – será vital para a eficiência do nosso poder dissuasor, no próximo século».

O motivo é explicado na [*National Military Strategy/1992*](#) (Estratégia Militar Nacional/1992) pelo General Colin Powell que, na qualidade de Presidente dos Chefes do Estado Maior reunidos, é o assistente do Presidente e do Secretário da Defesa para a direcção estratégica: «Também na perspectiva mais optimista a respeito da redução nuclear, o simples número das armas restantes é formidável. A antiga União Soviética, que conserva milhares de armas nucleares, deve enfrentar notável instabilidade política e de segurança e tem, pela frente, um futuro incerto. À luz desta situação e da ameaça colocada pelo número crescente de Estados potencialmente hostis, que desenvolvem armas de destruição em massa, manter uma dissuasão estratégica moderna, plenamente capaz e confiável, permanece a prioridade número um da Defesa dos Estados Unidos». Para ser «credível», essa mesma prioridade requer «forças nucleares modernas», unidas à «capacidade e flexibilidade para sustentar uma vasta gama de opções, ou seja, para escolher a segunda situação, de usar forças não-nucleares ou nucleares.

A importância que tiveram as Forças Armadas para a liderança global dos Estados Unidos, é dito sem rodeios pelo General Colin L. Powell, no ensaio

disponível no [*Foreign Affairs*](#): «Não podemos dirigir sem as nossas Forças Armadas. O poder económico é essencial, a capacidade política e diplomática é necessária, a força das nossas convicções e valores é fundamental para qualquer êxito que possamos conseguir. Mas a presença das nossas armas para apoiar os elementos referidos do nosso poder, é crucial. As nossas armas não devem estar em segundo lugar em relação a nenhum deles».

Por este motivo, apesar do fim da guerra fria, as forças nucleares permanecem a «prioridade número um» na estratégia americana. «Temos necessidade de completar o programa dos submarinos Trident, com dezoito unidades e mísseis modernos, que são precisos para assegurar uma força capaz de sobreviver». O bombardeiro B-2 deve ser desenvolvido, para que a flexibilidade tradicionalmente fornecida pela força dos bombardeiros esteja disponível no futuro. [...] Finalmente, devemos prosseguir o desenvolvimento dos mísseis balísticos intercontinentais móveis, para manter abertas, as nossas opções de desenvolvimento», especifica a *National Security Strategy of the United States*.

Para esse fim, está sublinhado no documento presidencial, devemos prosseguir a experimentação: «A experimentação das armas nucleares desempenha uma função-chave para garantir a segurança e a eficiência das nossas forças de dissuasão, [...] é necessária para assegurar a fiabilidade e a eficácia das nossas armas, para individualizar quaisquer questões relativas à segurança e testar qualquer medida de rectificação. Uma paragem das experiências nucleares não eliminaria as armas nem acrescentaria segurança, mas, corroía a confiança na nossa dissuasão e restringiria gravemente a nossa capacidade de fornecer melhoramentos, especialmente no campo da segurança nuclear. [...] Assim, como as nossas armas devem ser seguras, também as instalações que as produzem devem ser seguras, eficientes, económicas, e ambientalmente sãs. As nossas fábricas nucleares actuais estão em curso de renovação e elevados aos

padrões modernos. Simultaneamente, estamos a agir para unificar e reconfigurar o conjunto das instalações actuais, enormes e envelhecidas, com o objectivo de criar um agrupamento mais pequeno, mais flexível e mais eficiente. O nosso complexo produtivo deve estar à altura de responder a exigências potenciais que vão desde a produção acelerada, à retirada acelerada de armas, dependendo da segurança nos próximos anos».

No que diz respeito à defesa anti-mísseis, o documento presidencial, depois de ter afirmado que «as mudanças positivas na Europa Oriental reduziram sensivelmente o perigo de uma guerra na Europa, que poderia atingir o nível nuclear estratégico», conclui que, todavia, «a ameaça colocada pela proliferação global dos mísseis balísticos e de um lançamento accidental ou não autorizado, a seguir a desordens políticas, cresceu significativamente. Assim, os Estados Unidos, as nossas forças e os nossos amigos têm mesmo pela frente, uma ameaça crescente e continuada, proveniente dos mísseis balísticos».

Assim, o documento presidencial anuncia que, em resposta a estas tendências, reorientamos a SDI (*Iniciativa de defesa estratégica, lançada pela Administração Reagan, em 1983, n.d.t italiano*) para a realização de um sistema que forneça protecção global contra ataques limitados (GPALS). Com financiamentos adequados, será possível começar a dispôr, a meio dos anos noventa, sistemas que protegerão melhor as nossas tropas no campo dos ataques com mísseis balísticos e protegerão mesmo, os Estados Unidos, de tais ataques, no final deste século. A GPALS está projectada para fornecer protecção contra um míssil balístico lançado de qualquer lugar contra um alvo, em qualquer parte do mundo. O sistema basear-se-á em tecnologia fornecida pela SDI, mas o desenvolvimento inicial será muito menos oneroso do que originalmente projectado pela SDI. A GPALS oferece muitas vantagens iniciais: os Estados Unidos estarão protegidos contra ataques limitados de mísseis balísticos; as nossas forças

de ordem avançadas estarão melhor defendidas contra ataques limitados de mísseis balísticos; e também os nossos aliados, muitos dos quais se encontram nos limites de zonas turbulentas, poderão estar mais bem protegidos. A prestação dos Patriot contra os Scud iraquianos evidencia o grande potencial da defesa contra os mísseis balísticos, o papel crítico das defesas anti-mísseis e a exigência de melhorar tais defesas».

Deste modo, a Administração Bush relança, em 1991, a escala redimensionada, o projecto Reagan da «Iniciativa de Defesa Estratégica» (SDI), o designado «escudo espacial», que provou ser impraticável. Se, tecnicamente factível, o GPALS teria uma função mais ofensiva do que defensiva, pois permitiria aos EUA, em particular, às suas forças de implantação avançada», e aos aliados (por exemplo, Israel) que «se encontram nos limites de áreas turbulentas», de atacar qualquer país dotado de mísseis balísticos, contando com um «escudo» capaz de neutralizar uma represália eventual. A «modernização» dos armamentos nucleares e o relançamento do projecto «escudo anti-míssil» fazem parte integrante da reestruturação das Forças Armadas americanas, cujas tarefas novas, na reviravolta da situação internacional, estão traçadas desta maneira na *National Military Strategy, 1992*: « A melhoria das relações Leste-Oeste afastou o centro da nossa atenção da ameaça de guerra global para as ameaças regionais que trazem consequências para os interesses vitais dos Estados Unidos. [...] Permanecem ameaças potenciais que, combinadas com um factor de gatilho, como um velho antagonismo, poderiam fazer explodir uma crise, como aconteceu no verão de 1990, quando, num espaço muito curto de tempo, o Iraque invadiu o Kuwait. Por isso, estamos hoje a concentrar os nossos esforços de planificação em regiões de potencial conflito. Devemos estar à altura de projectar ao nosso poder na Europa, no Médio Oriente e na Ásia.

Para a resposta à crise, a *National Military Strategy/1992* prevê o reforço da «presença avançada», quer das forças atlânticas, quer das do Pacífico,

através de uma ordem de «forças pesadas do exército, capazes de prevalecer sobre um adversário armado da mesma maneira; forças navais capazes de estabelecer e manter o controlo marítimo e de projectar o seu poder sobre terra firme; forças anfíbias capazes de conduzir operações de penetração; forças aéreas capazes de atingir os centros de gravidade vitais do inimigo e conseguir a superioridade aérea. [...] Nesta nova era, a capacidade de projectar o nosso poder, apoiará mais do que nunca, a nossa estratégia. Ela requer, estar à altura de transportar homens e material, para o cenário de uma crise, em tempo e quantidade tais que ponham em campo uma força irresistível». No conceito de «por em campo uma força irresistível» está claramente compreendido o uso de armas nucleares.

5.2 Os Tratados START sobre a redução das armas estratégicas

A par e passo com as mudanças das relações de força a escala mundial, diversos sistemas de armas nucleares, além dos mísseis de alcance médio, eliminados pelo Tratado INF, de 1987, já não são úteis aos EUA no cenário geo-estratégico em mudança. Da parte da União Soviética, sangrada da corrida aos armamentos e presa a uma crise económica crescente, há todo o interesse em eliminar os sistemas de armas nucleares análogos e caros, que parecem superados no fim da guerra fria.

Nesta base, depois de cerca de dez anos de complexas negociações, os EUA e a União Soviética estipulam o Tratado sobre a redução e eliminação de armas estratégicas ofensivas ([START I](#)), é assinado em 31 de Julho de 1991 pelo Presidente George Bush e Mikhail Gorbachev. Esse Tratado compromete-se a reduzir, por partes, as forças estratégicas para 1.600 transportadores e 6.000 ogivas nucleares, dentro de sete anos, desde a entrada em vigor do tratado ou seja, até 5 de Dezembro de 2001.

Cinco meses depois do tratado assinado, em Dezembro de 1991, a União Soviética dissolve-se e o antigo arsenal nuclear soviético encontra-se repartido por quatro estados independentes: Federação Russa,

Cazaquistão, Bielorrússia, e Ucrânia. O problema é resolvido, adicionando um protocolo ao START I, que os EUA e os quatro antigos Estados soviéticos, assinam em Lisboa, em 23 de Maio de 1992: baseados no mesmo, os quatro antigos Estados soviéticos aderem ao START I, assinado cinco meses antes pela União Soviética e, ao mesmo tempo, as três Repúblicas não russas da antiga União Soviética, aderem ao Tratado de Não-Proliferação de armas nucleares (1968) e comprometem-se, conseqüentemente, a eliminar ou afastar do seu território, as armas nucleares dos antigos soviéticos.

Mas, já no momento em que é estipulado o START I, os ventos de paz estão a acalmar, enquanto se levantam os ventos de guerra. O tratado é assinado em 31 de Julho de 1991, quando os EUA, aproveitando a dissolução do Pacto de Varsóvia (em 1 de Julho de 1991) e da crise da União Soviética, agora próxima da desagregação, já efectuaram a primeira guerra depois da guerra fria, reforçando a sua presença militar na área estratégica do Golfo.

O facto de que, os Estados Unidos não têm intenção de proceder a um verdadeiro desarmamento nuclear, mas pretendem usar os tratados em função das exigências mudadas da sua doutrina militar, surge claramente na *National Security Strategy of the United States*, que o Presidente Bush apresenta em Agosto de 1991, logo a seguir a ter assinado, com o Presidente Gorbachev, o Tratado sobre a redução e eliminação das armas estratégicas ofensivas. Essa política é facilitada por Boris Yeltsin que, eleito Presidente da Rússia, em Junho de 1991, assume plenos poderes com a demissão de Gorbachev e com a dissolução da URSS, em Dezembro do mesmo ano.

Na declaração conjunta, assinada em 17 de Junho de 1992, em Washington, os Presidentes George Bush e Boris Yeltsin, anunciam ter examinado os «potenciais benefícios de um Sistema de protecção Global

contra ao mísseis balísticos» e de ter «concordado que é necessário iniciar um trabalho, sem demora, para o desenvolvimento desse projecto». Os Estados Unidos começam, assim, a preparar o terreno para a ruína do Tratado ABM, o acordo de 26 de Maio de 1972, que proíbe a instalação de sistemas de mísseis balísticos preparados para interceptar os mísseis balísticos intercontinentais.

Nem sequer um ano e meio depois do START I, os Presidentes Bush e Yeltsin assinam, em 3 de Janeiro de 1993, um segundo Tratado sobre a redução e eliminação das armas estratégicas ofensivas, o [START II](#), que é ratificado pelo Senado dos EUA, em 1996, e pela Duma russa, em 2000. O mesmo estabelece a redução das ogivas nucleares estratégicas, instaladas (ou seja, as que têm um alcance de 5.500 km e prontas a ser lançadas) a 3.800-4.250 unidades para cada parte, na primeira fase e 3.000-3.500 na segunda. Com base num protocolo assinado, em 1997, pelos Presidentes Bill Clinton e Boris Yeltsin, as datas entre as quais devem ser completadas essas reduções e eliminações, é adiada de 1 de Janeiro de 2003 para 31 de Dezembro de 2007.

O **START II** estabelece que, no fim da segunda fase, os mísseis balísticos intercontinentais lançados de terra (ICBM) não poderão estar armados de ogivas múltiplas independentes (MIRV), enquanto essas ogivas podem permanecer nos mísseis balísticos lançados do mar (SLBM). **Isto favorece os Estados Unidos**, cujas ogivas nucleares estratégicas estão instaladas em 28% nos ICBM, em confronto com 60% das russas, e para 72% nos SLBM e nos bombardeiros americanos, em comparação com 40% das ogivas russas.

O START II é, assim, concebido para aumentar a vantagem qualitativa das forças nucleares estratégicas americanas que, sendo constituídas na maior parte por forças navais e aéreas, são mais móveis e menos vulneráveis do que as russas. **Essa vantagem é acrescida pelo**

facto de que, na Federação Russa, a crise económica e política, atinge pesadamente as Forças Armadas, tornando os diversos sistemas de armas, e mesmo as nucleares, frágeis ou irrecuperáveis.

Nos anos noventa, o número global de armas nucleares é reduzido para metade, baixando (segunda as estimativas) de cerca de 50.000 para cerca de 25.000, 95% das quais nos arsenais russo e americano. A que chega depois do fim da guerra fria, **não é, no entanto, uma redução das forças nucleares destinada ao desarmamento, mas uma reestruturação estabelecida para a sua manutenção e poderio, num cenário geoestratégico em mudança. De facto e simultaneamente, essa reestruturação é dirigida pelos Estados Unidos da América, que aumentam a sua vantagem estratégica sobre a Rússia e sobre os outros países.**

5.3 Proibição dos testes nucleares e os testes "sub-críticos"

Ao START I e II segue-se o Tratado para a proibição completa dos testes nucleares ([CTBT](#)) que fica, em 24 de Setembro, aberto para ser assinado em 1996. Entretanto o Tratado para proibição parcial dos testes nucleares (5 de Agosto de 1963) proibia apenas as explosões nucleares experimentais na atmosfera, no espaço exterior e nas profundidades marinhas, o [CTBT](#) estabelece que cada Estado membro se compromete a não efectuar explosões experimentais de armas nucleares (Art. I), nem mesmo, subterrâneas.

O Tratado para a proibição completa das explosões nucleares experimentais – assinado, nos vinte anos seguintes, por 183 Estados e ratificado por 166 – é um instrumento de capital importância para qualquer passo em direcção ao desarmamento. Mas, para entrar em vigor, deve ser ratificado por 44 «Estados com capacidade nuclear», ou seja, por aqueles que

fabricaram ou estão considerados capazes de fabricar, armas nucleares. O mesmo não entra em vigor porque, entre os 44 Estados, a Índia, o Paquistão e a Coreia do Norte não o assinam nem ratificam: Os EUA, Israel, Egito, Irão e China assinam, mas não o ratificam. **Por sua vez, a Federação Russa, depois de tê-lo assinado em 1996, ratifica-o em 2000.**

Além de não ter valor vinculativo, o CTBT, de facto, acaba minado pelos Estados Unidos porque, se bem que estando, formalmente, a seguir o Tratado sem ratificá-lo, continua, a experimentar armas nucleares através de testes «sub-críticos»: experiências nas quais se empregam explosivos químicos de alta potência, para fazer explodir materiais nucleares especiais, entre os quais o urânio 239, sem atingir o ponto crítico da reacção em cadeia nuclear. Os testes subterrâneos «sub-críticos», efectuados no polígono do Nevada, permitem ao Departamento de Energia, responsável pelo fabrico e conservação do arsenal nuclear americano, de mantê-lo em condições de «segurança e de credibilidade» (como o Departamento declara oficialmente). Mas a razão dos testes «sub-críticos», não é apenas a que é oficialmente relatada. Confirma-o um documento interno do mesmo Departamento de Energia, do qual o *National Resources Defense Council* (organização científico-ambientalista com mais de 500 mil membros) consegue, através de uma batalha legal, fazer desclassificar uma parte, em 1997.

«O objectivo principal destas experiências – explica o documento do Departamento de Energia – é fornecer aos laboratórios dados para os programas de projectos de armas nucleares. [...] A capacidade de projecção nuclear será mantida, continuando a aprofundar o estudo da física das armas nucleares e criando o processo de projecção de armas nucleares. [...] Serão utilizadas as capacidades únicas do polígono do Nevada, para levar a cabo experiências, que requerem grandes quantidades de explosivos de grande potência e materiais nucleares

especiais. [...] Quando necessário, serão desenvolvidas projecções de alta credibilidade, sem testes consecutivos, para substituição das armas nucleares. Esses projectos oferecem alternativas para a substituição de ogivas nucleares e para o fabrico de protótipos, que são fundamentais para manter a nossa capacidade de projectar e fabricar novas armas, como requerido no Nuclear Posture Review (*o documento estratégico do Pentágono, de revisão da posição nuclear, n.d.t. italiano*). [...] Os laboratórios de armas nucleares elaboram programas para a realização de protótipos e assim, fornecer projectos de ogivas nucleares para os sistemas da Marinha e da Aeronáutica, para possivelmente substituir no futuro, os actuais. [...] As novas capacidades permitem simular melhor, o rendimento das armas nucleares e servem como atracção e terreno de treino para a próxima geração de peritos nucleares».

O objectivo dos testes «sub-críticos», que o [Departamento de Energia continua a levar a cabo](#), é de projectar e desenvolver novas armas nucleares, mantendo o polígono do Nevada em condições de plena eficiência, assim, de poder usá-lo eventualmente quando os testes «sub-críticos não forem mais suficientes. Isto é juridicamente factível, mesmo da parte dos Estados que ratificaram o CTBT. O Artº IX do Tratado estabelece, no ponto 1, que «este Tratado terá duração ilimitada», mas, no ponto 2, estabelece que «cada Estado aderente tem, no exercício da sua soberania nacional, o direito de afastar-se deste Tratado, se decidir que acontecimentos extraordinários relativos à matéria do Tratado, estiverem a colocar em perigo os seus supremos interesses».

Mas, mesmo que qualquer outro Estado, na posse de armas nucleares ou em processo de fabricá-las, vendo que os Estados Unidos contornam, de facto, o CTBT com os seus testes «sub-críticos» e não tendo o nível tecnológico para fazer testes análogos, pode decidir que «acontecimentos extraordinários relativos à matéria do Tratado tenham posto em perigo os

seus interesses supremos» e, conseqüentemente, afastar-se para retomar ou efectuar pela primeira vez, explosões nucleares subterrâneas.

5.4 O tratado de Moscovo e o novo START

Fundamentalmente, devido à tentativa dos Estados Unidos em aumentar a sua vantagem estratégica sobre a Rússia, os tratados surgem sempre mais desprovidos de verdadeiro conteúdo.

Representativo desta situação é o Tratado sobre a redução de [armas estratégicas ofensivas](#), assinado em Moscovo, em 24 de Maio, pelos Presidentes Bush e Putin. Bush queria concluir o acordo, não por escrito mas com um aperto de mão, como se usa entre cavalheiros. Depois, frente ao pedido de Putin, de colocar o acordo por escrito, preto no branco, consente, dizendo: «Se é necessário lavrá-lo num pedaço de papel, ficarei contente em fazê-lo». Assim, é preparado o «pedaço de papel» que, como sublinha o Secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, «necessitou seis meses de negociações e ocupa apenas três páginas, enquanto o START I, de 1991, requereu 9 anos de negociações e preenche setecentas páginas».

O tempo e papel usado para redigir o Tratado de Moscovo, são proporcionais ao seu valor. Os Estados Unidos e a Federação da Rússia, comprometem-se a reduzir as ogivas nucleares estratégicas em funcionamento (com um alcance superior a 5.500 Km e prontos a ser lançados), assim como «o número dessas ogivas não pode ser superior a 1.700-2.200, para cada parte, em Dezembro de 2012». No entanto, não é estabelecido nenhum mecanismo de verificação e cada uma das duas partes, «no exercício da sua soberania nacional, pode retirar-se do Tratado, notificando a outra parte por escrito, com uma antecedência de três meses».

Além do mais, o Tratado de Moscovo não especifica o que se deve fazer às ogivas nucleares colhidas das plataformas de lançamento, deixando cada uma das duas partes, livres para conservarem as armas desactivadas.

A intenção dos Estados Unidos não só é de manter, mas de potenciar o seu arsenal nuclear, é confirmada pelo Secretário de Estado, Colin Powell: «O Pentágono – declara – tem programado conservar 4.600 ogivas como força de resposta: 1.700-2.200 estarão imediatamente disponíveis e, outras 2.400-2.900 estarão em reserva activa». Que não são apenas palavras, demonstra-o a decisão – anunciada em 1 de Junho de 2002, uma semana apenas, depois da assinatura do Tratado de Moscovo – de construir uma nova fábrica, cujo custo é de 2-4 biliões de dólares, para retomar o fabrico em larga escala dos *pits*, os detonadores de plutónio com os quais se desencadeia a explosão das ogivas termo-nucleares, que a fábrica de Rocky Flats deixou de fabricar em 1989 e o Laboratório de Los Alamos continua a produzir, mas em quantidade limitada. Este mesmo requisito é considerado necessário pelo Departamento de Energia, a fim de manter em plena eficiência e renovar, constantemente, o arsenal nuclear dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, é decidido desenvolver o Pantex Plant, o estabelecimento industrial do Departamento de Energia, perto de Amarillo (Texas), onde se fabricam os explosivos químicos para as ogivas nucleares; se desmontam as armas nucleares retiradas do arsenal e se montam as armas novas. Nessa ocasião, a Pantex Plant dispõe de uma reserva de cerca de 66 toneladas de plutónio para uso militar. Assim, perdem a validade, as cláusulas colocadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros russo, segundo as quais, o Tratado deveria ser «verificável e irreversível, e assim que as armas estratégicas seriam reduzidas, não apenas no papel». Com base no Tratado de Moscovo – sublinha o *Bulletin of the Atomic Scientists* - «muitas, senão a maior parte das ogivas nucleares americanas, em vez de serem desmanteladas, serão colocadas nos depósitos (juntamente com as

outras – cerca de 5.000 – mantidas de reserva) com o objectivo claro de serem reintroduzidas em qualquer circunstância futura. O resultado será que o arsenal nuclear americano, num futuro previsível, ficará ao nível de mais de 10.000 ogivas. Pelo contrário, a Rússia procura um acordo verificável e vinculativo, que garanta a destruição efectiva das armas nucleares americanas e russas, logo que retiradas: uma posição que apoiamos».

O critério do desarmamento imposto por Washington é igual ao de um pistoleiro que, para demonstrar as suas intenções pacíficas, diz querer tirar do tambor do seu revólver, algumas balas, não para as deitar fora, mas para colocá-las na cintura, continuando a ter o adversário debaixo da mira. Desta maneira, os Estados Unidos podem manter praticamente intacto o seu arsenal nuclear e continuar a modernizá-lo com novos tipos de armas, confiando que a Rússia não esteja à altura de fazer o mesmo e, a fim de poupar, seja forçada a desmantelar efectivamente as ogivas nucleares colhidas nas rampas de lançamento.

A respeito dos transportadores das armas nucleares, o Tratado de Moscovo não menciona nada, estabelecendo que «cada parte determinará por si mesma, a composição e a estrutura das suas armas estratégicas ofensivas». Por outras palavras, o Tratado não estabelece a eliminação de nenhum míssil, submarino ou bombardeiro de ataque nuclear.

Baseados neste critério, os EUA desactivam, entre 2002 e 2005, os 50 mísseis intercontinentais MX Peacekeeper, mas conservam-nos para poder tornar a utilizá-los no futuro, enquanto 500 ogivas nucleares W87, de 200 kiloton, colhidas dos MX, são readaptadas para serem utilizadas nos mísseis Minuteman III, que chegam reestruturados e modernizados (com uma atribuição de 6 milhões de dólares). Ao mesmo tempo, enquanto são desactivados os MX, aperfeiçoam-se os submarinos de ataque nuclear,

dotando-os (com uma aplicação de 10 biliões de dólares), de outros 115 mísseis Trident III D-5, com sistemas de orientação aperfeiçoados.

O plano 2002-2007 prevê a redução da frota de submarinos Trident de ataque nuclear, de 18 para 14 unidades, retirando os 4 mais antigos. Esses não são desmantelados, mas convertidos em submarinos para «operações especiais», cada um deles armado de mísseis de cruzeiro Tomahawk de longo alcance, com ogiva convencional. No entanto, no Tratado de Moscovo, nada os impede de serem convertidos, em qualquer momento, em mísseis com ogivas nucleares.

A encenação do desarmamento prossegue com o novo tratado START, que é assinado pelos EUA e pela Rússia, em 8 de Abril de 2010, em Praga. Ele não limita o número de ogivas nucleares em funcionamento, contidas nos arsenais. Estabelece, apenas, um limite para as «ogivas nucleares instaladas», ou seja, um número pouco menos do que o anterior, um número substancialmente inalterado: 800 para cada parte, das quais 700 prontas a ser lançadas a cada momento. Mas, enquanto as ogivas dos mísseis são contadas singularmente/uma a uma, cada bombardeiro pesado é contado como uma simples ogiva, se bem que transporta muitas mais. Um B-52 – recorda o *New York Times* (30 de Março de 2010) – transporta 14 mísseis de cruzeiro e 6 bombas nucleares.

Além do mais, o novo START não estabelece nenhum limite efectivo ao reforço qualitativo das forças nucleares. Nos EUA, os responsáveis pelos laboratórios nucleares advertem o Congresso, de que o programa federal para «prolongar a vida do arsenal nuclear» é insuficiente para garantir a confiança nos próximos decénios. Assim, incitam à criação de uma «nova geração custosa de ogivas nucleares» (*The New York Times*, 26 de Março de 2010). Também ficam fora do Tratado, as questões das armas nucleares «tácticas», que os EUA continuam a manter em 5 países «não-nucleares»

da NATO (Bélgica, Alemanha, Itália, Holanda e Turquia) e noutros, violando deste modo, o Tratado de Não-Proliferação.

Ao mesmo tempo, o novo START não coloca nenhum limite ao novo projecto do «escudo anti-míssil», que os EUA querem expandir na Europa, à volta do território russo: um sistema não de defesa, mas sim, de ataque que, uma vez instalado, permitir-lhes-ia lançar um *first strike*, confiantes na capacidade do «escudo», de neutralizar os efeitos de uma represália. Em Washington asseguram que o «escudo» não está dirigido contra a Rússia, mas contra a «ameaça dos mísseis iranianos» (ameaça inexistente, porque o Irão não possui armas nucleares, nem mísseis que possam ameaçar a Europa ou os Estados Unidos). Pelo contrário, em Moscovo consideram-no uma tentativa de adquirir uma vantagem estratégica decisiva sobre a Rússia. O General Nikolai Makarov adverte que, se os Estados Unidos continuarem a desenvolver o «escudo», o mesmo «conduzirá inevitavelmente, a uma nova fase da corrida aos armamentos, minando a própria essência do Tratado sobre a redução das armas nucleares (Rossiyskaya Gazeta, 23 de Março de 2010). Entretanto, Moscovo não está de braços cruzados: em 2010, Moscovo lança o submarino Yasen de propulsão nuclear, armado com 24 mísseis de cruzeiro de longo alcance e, também, de ogivas nucleares.

5.5. A introdução da Coreia do Norte entre as potências nucleares

Nessa situação, em que um círculo restrito de Estados procura manter o oligopólio das armas nucleares, na qual, quem possui armas nucleares ameaça quem não as tem, é sempre mais provável que os outros procurem obtê-las e sejam bem sucedidos.

O caso da [Coreia do Norte](#) é um bom exemplo, país que possui grandes jazidas de urânio. A meio dos anos sessenta, tinha um programa nuclear civil, abrindo em Yongbyon, um centro de pesquisa sobre energia atómica, em que é instalado um reactor de pesquisa, pela União Soviética. Dez anos

depois, os especialistas norte coreanos, formados na URSS, conseguem, autonomamente, modernizar o reactor soviético e construir um segundo, Assim sendo, nos anos oitenta, construíram um segundo reactor de 200 megawatt, em Taechon e uma fábrica de tratamento em Yongbyon. Segundo estimativas, é produzida uma quantidade de plutónio suficiente para fabricar três ogivas nucleares.

Nesta ocasião, ainda existe a possibilidade de Pyongyang renunciar ao fabrico de armas nucleares. Em 1985, assina o Tratado de Não-Proliferação. Mas depois de ter aderido ao Tratado, a Coreia do Norte, assim como todos os países que não possuem armas nucleares, torna-se consciente de ter permitido que lhe amarrassem as mãos, perante a violação contínua do Tratado pelos Estados Unidos, os primeiros signatários e dos outros países dotados de armas nucleares que, longe de se desarmarem, continuam a aumentar os seus armamentos e a usar a arma nuclear como instrumento de pressão política nos confrontos com os países que não as possuem. Por conseguinte, Pyongyang retoma o programa nuclear militar.

Em 1992, a Agência Internacional para a Energia Atómica declara que a Coreia do Norte transferiu plutónio do program civil para o programa militar. Em 1994, Washington e Pyongyang negociam um [acordo-quadro](#) baseado no qual, a Coreia do Norte se compromete a congelar o programa militar em troca do fornecimento, da parte dos EUA, de dois reactores de água leve e de outras tecnologias civis. No entanto, a negociação falha e a Coreia do Norte, em Janeiro de 2003, retira-se do Tratado de Não proliferação, acusando os Estados Unidos de ameaçá-la com armas nucleares, colocadas na Coreia do Sul.

Em Agosto de 2003, iniciam-se os «colóquios dos seis» sobre o nuclear norte-coreano, entre as duas Coreias, a Rússia, a China, o Japão e os Estados Unidos. Em 2005, é adoptada uma declaração conjunta, pela qual

a Coreia do Norte se obriga a abandonar o programa militar em troca de garantias para a sua segurança e assistência no sector energético.

Mas, depois das tensões crescentes, provocadas pela ofensiva global lançada pelos Estados Unidos a partir de 2001 (*ver capítulo 6*), a Coreia do Norte está sempre mais resistente em obedecer aos acordos dos «colóquios dos seis», os quais abandona definitivamente em 2009.

Em 2006, efectua o seu primeiro teste nuclear subterrâneo com um engenho de potência estimada em 1 kiloton. Em 2009, o segundo teste com um engenho de 2-6 kiloton. Segue-se o terceiro teste em 2013 e o quarto e o quinto em 2016, este último com uma bomba atómica de 20-25 kiloton de potência. Em 2017, a Coreia do Norte efectua o sexto teste, com um engenho de 100 kiloton, que Pyongyang declara ser uma bomba de hidrogénio.

5.6 Outros países habilitados a fabricar armas nucleares

Além dos nove países que possuem armas nucleares, há mais trinta que se acredita serem capazes de construí-las. São os principais países industrializados da Ásia, Europa, América do Norte e Oceania, entre os quais: Japão, Coreia do Sul, Alemanha, Itália, Espanha, Bélgica, Áustria, Finlândia, Noruega, Suécia, Países Baixos, Suíça, Canadá, Austrália; alguns da Europa Central e Oriental e da antiga URSS: Polónia, Hungria, Bulgária, Roménia, Eslováquia, Ucrânia; da Ásia e do Médio Oriente: Taiwan, Indonésia, Irão, Turquia; da América Latina: Brasil, Argentina, México, Colômbia, Peru; da África: África do Sul, (algum tempo na posse de armas nucleares), Egipto, Argélia.

Os países industrialmente mais avançados têm tudo o que é necessário para construir a Bomba, logo que seja tomada essa decisão política. O caso do Japão é emblemático. Aí, existe há algum tempo, uma corrente política

favorável à construção de um arsenal nuclear nacional. Durante a guerra fria, sustentam os apoiantes de tal escolha, o Japão não tinha outra escolha senão a de estar sob a protecção do «guarda-chuva nuclear» dos Estados Unidos (não aceitando, formalmente, a instalação de armas nucleares no seu território), quer por lhe ser proibido desenvolver um programa nuclear militar, quer por não ter podido neutralizar as forças nucleares da super potência soviética. Na nova situação, criada com a queda da União Soviética e com o fim da guerra fria, o Japão poderia apetrechar-se com forças nucleares de modo a contrabalançar as russas e as chinesas, desvinculando-se da «protecção» interessada do aliado-rival americano. Segundo os proponentes da opção nuclear, não existe nenhuma razão para que o Japão, terceira potência económica mundial, depois dos Estados Unidos e da China, não deva fazer parte da elite possuidora de armas nucleares. **O Japão, com uma indústria eléctronuclear desenvolvida, que compreende 42 reactores, tem tudo o que é necessário para construir um arsenal nuclear. Possui cerca de 47 toneladas de plutónio,** 37 das quais estão armazenadas na Grã-Bretanha e em França, onde é reprocessado o combustível nuclear usado nas instalações japonesas. O Japão tem o conhecimento, a tecnologia e os capitais com que poderia iniciar a produção a curto prazo.

Também não se pode prever em que circunstâncias se torna real, [a possibilidade de um governo japonês poder lançar o desafio nuclear](#), saindo do Tratado de Não-Proliferação, ratificado em 1976 e colidir com o forte movimento anti-nuclear existente no país. Uma vez iniciada a produção de ogivas nucleares, o Japão poderia constituir rapidamente a sua própria força estratégica. De facto, possui foguetões potentes para o lançamento de satélites artificiais, que poderiam ser reconvertidos em mísseis balísticos intercontinentais com ogivas nucleares.

5.7 Armas químicas e biológicas

A guerra fria deixa como herança, além dos arsenais nucleares, grandes arsenais de armas químicas: os maiores são os da **Rússia (estimados em

40.000 toneladas e dos Estados Unidos (estimados em 30.000 toneladas). Globalmente, os países que produziram tais armas (quer por tê-las introduzido, quer por tê-las produzido) são 17. A estes juntam-se, pelo menos, outros 10, que provavelmente as produziram.

No fim da guerra fria, em 1990, os Estados Unidos e a União Soviética estipulam um acordo pelo qual os arsenais químicos americanos e russos devem ser reduzidos a 50% até ao final do decénio, mas a sua eliminação procede lentamente visto que leva anos e grandes investimentos para construir os incineradores. Assim, permanece um grande potencial destrutivo: **segundo uma estimativa da Associação Química americana, o arsenal químico dos Estados Unidos, ainda que reduzido a metade, estaria em condições de matar cada habitante da Terra, pelo menos, 5.000 vezes; o russo, tecnologicamente menos sofisticado mas quantitativamente maior, seria capaz de fazer outro tanto.**

Temendo que os países tecnologicamente menos avançados possam fabricar uma arma química rudimentar, mas sempre perigosa, a «bomba atómica dos pobres», os Estados Unidos e outras grandes potências promovem, em 1993, a [Convenção da Destruição das Armas Químicas](#), que entra em vigor em 29 de Abril de 1970 . É assinada por 168 países, 61 dos quais não a ratificam: entre estes, Israel, Ucrânia, Estónia, Lituânia, Cazaquistão, Indonésia, Tailândia, Malásia, Bolívia, Colômbia, Nigéria, Senegal. Outros países – entre os quais o Irão, Iraque, Paquistão e Coreia do Norte – nem mesmo o assinam. Deste modo, as armas químicas continuam a ser uma ameaça, mesmo depois da guerra fria.

Os agentes mais difusos da guerra química (CW) são o gás mostarda e o gás neurotóxico Tabun, Sarin, Soman e VX. O gás Mostarda, empregue pela primeira vez em 1917 pelo exército alemão, é um composto orgânico oleoso, dotado de propriedades vesiculares e tóxicas, que provoca fortes irritações dos olhos e da garganta, dores lancinantes, aparecimento de bolhas em todo o corpo e, nos casos mais graves, a morte por congestão

pulmonar. O gás neurotóxico Tabun – inventado em 1936 pela indústria alemã I.G. Farben (a mesma que produz o Zyklon B, usado nas câmaras de gás dos campos de extermínio nazi), penetra no corpo através da pele e, agindo como inibidor irreversível da enzima que regula a descontração muscular, conduz à morte por asfixia. Outro gás neurotóxico semelhante ao Tabun, mas ainda mais tóxico, é o gás Sarin em 1937, sempre na Alemanha. Um terceiro composto ainda mais letal que o Sarin é o Soman, inventado em 1944. O gás neurotóxico VX, produzido em 1961, nos Estados Unidos com o contributo de pesquisadores alemães, é dez vezes mais eficaz que o Soman: é um líquido oleoso que, depositando-se, conserva a sua acção tóxica durante cerca de três semanas, num clima quente e pouco ventoso, e cerca de quatro meses, num clima frio e sem vento.

A eficácia das armas químicas é notavelmente aumentada com a produção, iniciada nos EUA, em 1987, de armas binárias: trata-se de um projectil de artilharia, bombas de aviação e ogivas usadas em mísseis, que contêm dois componentes químicos separados e, deste modo, relativamente inócuos, os quais, misturando-se durante a trajectória do projectil, combinam-se, resultando uma mistura tóxica. Estas armas oferecem a vantagem de uma segurança e maleabilidade maior, nas operações bélicas.

No que diz respeito à defesa contra as armas químicas, os exércitos modernos têm vários sistemas para revelar a presença de agentes CW: desde pequenos pedaços de papel aderentes aos uniformes, que mudam de cor logo que entram em contacto com agentes químicos, indicando o tipo do tóxico, até detectores sensíveis transportáveis. A protecção do pessoal militar é assegurada com vários tipos de máscaras, dotadas de uma reentrância para beber e de um transmissor da voz e todos com dois estratos relativamente ligeiros que, embora sendo impermeáveis aos agentes CW, permitem a transpiração. Todavia, num ambiente de temperatura superior a 26°C, um soldado com máscara e fato de protecção deve limitar o período de esforço intenso a cerca de uma hora. A

descontaminação, efectuada em aparelhos especiais móveis e grandes quantidades de água, requer 15 minutos para cada soldado.

Também é importante considerar que são objecto de estudo, há algum tempo, substâncias capazes de penetrar através de máscaras e fatos protectores. Logo que um soldado mostra efeitos de um gás neurotóxico, deve fazer-se de imediato uma administração de atropina com uma seringa especial que faz parte do seu equipamento; a atropina, com o seu efeito antiespasmódico, alivia os efeitos imediatos do gás neurotóxico mas, sendo um alcaloide venenoso extraído da beladona, produz efeitos debilitantes que requerem o uso de u outro fármaco. Tal operação é muito mais complexa, no caso do soldado estar ferido.

Deste modo, compreende-se que só um exército moderno possui meios, em medida apreciável, para se proteger de um ataque químico. A população, privada de protecção e também de alguns meios, como máscaras e seringas de atropina, não treinada e portanto, facilmente tomada de pânico, pagaria o mais alto preço em vidas humanas, numa guerra química em larga escala.

Ainda mais complexa é a questão das armas biológicas <https://www.un.org/disarmament/wmd/bio/> devido ao segredo denso que circunda este tipo de pesquisas. Os agentes da guerra biológica (BW) são bactérias e virus que, espalhados por via aérea ou através de transportadores (pulgas, moscas, carraças), têm a possibilidade de espalhar epidemias nos países inimigos. Entre estas, estão a bactéria *Yersinia Pestis*, a causa da peste bubónica (a muito temida «peste negra» da Idade média) e o virus Ebola, contagioso e letal, para o qual não se dispõe de nenhuma terapia. Para ser eficaz, um agente de guerra biológica não só deve ser altamente contagioso e ter um tempo de incubação muito breve, mas deve ser dificilmente identificável pela população a atingir. Para mascarar melhor o ataque, pode ser usado um agente patogénico endémico na população alvo ou capaz de reproduzir uma infecção endémica. Com as técnicas disponíveis presentemente, também é possível produzir novos

tipos de agentes BW para os quais as populações a atingir não teriam defesa, não dispondo de vacinas específicas. Os exércitos modernos estão dotados de sensores capazes de assinalar a presença de agentes patogénicos e dispõem de sistemas de protecção e vacinas. Pelo contrário, a protecção da população civil é praticamente impossível, no caso de um ataque com armas biológicas: para produzir uma vacina e vacinar uma população inteira, são precisos meses.

Há também, sérios indícios sobre a existência de pesquisas finalizadas sobre o desenvolvimento de uma arma biológica capaz de neutralizar o sistema imunitário humano. O mesmo resulta das actas do Congresso dos Estados Unidos. Em 1969, numa audiência de uma subcomissão da Comissão do Congresso encarregada das verbas militares para 1970, o Vice-Director da pesquisa e projecção do Departamento da Defesa, D. M. MacArthur, declarava: «Até hoje, todos os agentes biológicos são expressões de doenças que se verificam naturalmente e assim, são conhecidas pelos cientistas de todo o mundo. Elas estão facilmente disponíveis, da parte dos cientistas qualificados, para a pesquisa, quer ofensiva quer defensiva. [...] A biologia molecular constitui um campo onde se está a alcançar progressos muito rápidos e, biólogos eminentes, crêem que dentro de um período de 5 a 10 anos, será possível produzir um agente biológico sintético, um agente que não existe na natureza e para o qual nenhuma imunidade natural poderá ser adquirida. [...] Entre os próximos 5 a 10 anos, provavelmente será possível produzir um novo microorganismo infeccioso que poderá ser diferente, em certos aspectos importantes, de qualquer outro organismo patogénico conhecido. O mais importante é que poderá ser refractário aos procedimentos imunológicos e terapêuticos sobre os quais nos baseamos para nos podermos manter relativamente imunes às doenças infecciosas. [...] Um programa de pesquisa para investigar a sua viabilidade poderia ser completado aproximadamente em 5 anos, com um custo total de 10 milhões de dólares». Obviamente, não se conhece os resultados desta pesquisa. No entanto, permanece o facto que foi iniciada

nos anos setenta com o objectivo de produzir um novo microorganismo infeccioso, não existente na natureza, «para a qual nenhuma imunidade natural poderia ser adquirida», por outras palavras, uma arma biológica capaz de produzir os mesmos efeitos que a SIDA (AIDS).

Certamente outros 13 países, aos quais se juntam, provavelmente, mais 7, diligenciaram ou estão a aprofundar a pesquisa de armas biológicas, apesar de estarem proibidas pela Convenção internacional, que entrou em vigor em 26 de Março de 1975, à qual aderiram 158 países, entre os quais, as maiores potências militares, excepto Israel. No entanto, a Convenção fica limitada ao papel, sobretudo devido à recusa americana de aceitar inspecções nos seus próprios laboratórios. Por conseguinte, existem condições para uma maior proliferação de armas biológicas, bem como de armas químicas. E visto que um país dotado de armas nucleares, pode responder com elas a um ataque químico ou biológico, acaba por criar-se, uma interacção cada vez mais perigosa entre estas três categorias de armas.

****{N.d.T. - *Em 27 de Setembro de 2017, Vladimir Putin assistiu por vídeo conferência à destruição das últimas armas químicas que permaneciam na Federação da Rússia.***}

Em 28 de Outubro do mesmo ano, no Encontro em Valdai, Vladimir Putin afirma:

Uma massa crítica de problemas está a aumentar o risco da segurança global. Como é sabido, em 2002, os Estados Unidos abandonaram o Tratado de Mísseis Antibalísticos. E, apesar de serem os iniciadores da Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas e de Segurança Internacional, eles iniciaram esse acordo, mas não cumprem os seus compromissos. Permanecem, ainda hoje, como o único e maior detentor dessa forma de armas de destruição em massa. Os EUA também protelaram o prazo para a eliminação das suas armas químicas de 2007 para 2023. Não parece adequado para uma nação que afirma ser a defensora da não proliferação e do controlo de armas.}

Capítulo 6

A NOVA OFENSIVA USA/NATO

6.1 11 de Setembro: maxi-ataque terrorista via satélite.

O esforço bélico renovado chega acompanhado, a Washington, pela redefinição do inimigo a combater. Durante a guerra era absolutamente claro quem era o inimigo dos Estados Unidos: o «Império do Mal», representado pela União Soviética. A certa altura ele cai, deixando esse mesmo país na posição de única superpotência, mas defronte a um grave problema: Quem é agora o inimigo? Sem ter mais a «ameaça soviética», como é que os Estados Unidos poderiam continuar a armar-se e a manter a sua indiscutível liderança nos confrontos dos aliados, sobretudo europeus?

Então é introduzida a «ameaça regional», sobre cujo fundamento são conduzidas as duas primeiras guerras depois da guerra fria: a do Golfo (sob a presidência do republicano George Bush) e a da Jugoslávia (sob a presidência do democrata Bill Clinton), ambas focadas sobre o inimigo número um do momento, primeiro Saddam Hussein; depois Slobodan Milosevic.

Com a primeira guerra, os USA reforçam a sua presença militar e influência política na área estratégica do Golfo, onde está concentrada grande parte das reservas petrolíferas mundiais. Com a segunda, reforçam a sua presença e influência na Europa, no momento crítico em que se estão a tornar a desenhar os activos, e revitalizam a NATO, atribuindo-lhe (com o consentimento dos aliados) o direito de intervir e estendê-la para Leste, nos países do antigo Pacto de Varsóvia.

Porém, o mundo não vai como decidem na Casa Branca. A economia dos EUA, embora sendo a maior, perde terreno sobretudo nos confrontos com a da União Europeia e entra em recessão. Simultaneamente, no mundo árabe há sinais crescentes de intolerância perante o predomínio americano e a presença militar USA, na península árabe, enquanto na Ásia, a reaproximação russo-chinesa promete a possibilidade uma coligação capaz de desafiar os USA.

Exactamente neste momento crítico, o ataque terrorista de [11 de Setembro de 2001](#) a New York e Washington permite ao Estados Unidos lançar a sua ofensiva militar e política. «O Presidente está autorizado a usar toda a força necessária e apropriada contra as nações, organizações ou pessoas que ele determinar terem planificado, autorizado, cometido ou apoiado os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, ou que tenha dado refúgio a tais organizações ou pessoas»: com esta fórmula, o Senado e a Câmara dos representantes dos Estados Unidos conferem plenos

poderes ao Presidente, para conduzir o que Bush define como «uma cruzada contra o terrorismo».

Deste modo, abre-se uma nova fase da situação internacional: o Presidente dos Estados Unidos está autorizado, em nome da luta contra o terrorismo, a conduzir uma guerra não só contra organizações ou pessoas, mas contra nações inteiras, cuja culpabilidade é decretada pelo mesmo Presidente, que lavra a sentença sem processo nem possibilidade de apelo e ordena a execução imediata por meio da guerra.

Esta guerra de novo tipo, em que não existem fronteiras geográficas, não é conduzida contra um inimigo preciso. Ele pode ser identificado, de vez em quando, não só num terrorista ou presumido como tal, mas em quem quer que se oponha à política e aos interesses dos Estados Unidos. A imagem perfeita de um inimigo, intercambiável e duradoura. O Presidente Bush define-o «um inimigo escuro, que se esconde nos cantos escuros da Terra», de onde surge de improviso para executar à luz do sol, acções aterradoras, com um fortíssimo impacto emotivo sobre a opinião pública. O desabar das Torres Gémeas, que provoca a morte a 2.753 pessoas inocentes, é transmitido em directo, via satélite.

A seguir:

6.2 11 de Setembro: as falhas da versão oficial.

A versão oficial dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 que, globalmente, provocaram a morte de 2.977 pessoas, não resiste às investigações técnicas e científicas efectuadas por peritos independentes <https://www.globalresearch.ca/the-911-reader-the-september-11-2001-terror-attacks/5303012> , cujos resultados são suprimidos resolutamente por Washington como «conspiração».

O comportamento das autoridades envolvidas no controlo do espaço aéreo dos Estados Unidos, não parece credível – A Federal Aviation Authority e o North American Aerospace Defense Command – os quais, logo que o desvio

dos quatro aviões foi determinado, têm tempos de reacção inesplicavelmente lentos e, para procurar interceptá-los fazem descolar caças bombardeiros F-15 e F-16, não da base mais próxima, mas da base mais afastada.

Pilotos com grande experiência de vôo e peritos aeronáuticos demonstram que, pilotos apenas saídos de escolas de vôo, não seriam capazes de colocar-se aos comandos de grandes aviões de linha e de levar a cabo manobras complexas, como as que são necessárias para centrar uma torre no interior de Manhattan ou o andar térreo do Pentágono, no qual um grande Boeing (segundo a versão oficial) se introduz, ao nível do solo, abrindo um buraco estreito na estrutura de cimento armado, sem deixar no exterior nenhum fragmento nem nenhum rasto no solo. Também se interrogam por que motivo os terroristas, para atingir as Torres Gémeas de New York, escolhem aviões que partem de Boston, quando poderiam usar os que partem de New York, abreviando o percurso e o risco de intercepção, e avançam a hipótese de que os terroristas teriam feito tale escolh, porque a sociedade responsável da segurança dos aeroportos de Boston era a Huntleigh USA, comprada em 1999 pela empresa israelita, ICTS International. <http://ictsintl.com>

Existem dúvidas sérias, principalmente sobre a a própria dinâmicas da queda das torres. Quando a Sociedade de Engenheiros Civis americanos inicia um inquérito sobre a causa dos desmoronamentos, ela foi impedida de todas as maneiras pela Agência Federal para a gestão de emergências. Alguns engenheiros estruturais criticam a decisão de reciclar rapidamente, as colunas, vigas e treliças de aço, que deveriam ter sido examinadas atentamente pelos investigadores. Pelo contrário, as autoridades fazem remover, rapidamente, 300.000 toneladas de aço das torres desmoronadas, que são exportadas para a Ásia, para serem recicladas.

Nunca nenhuma do tipo das Torres Gémeas se desmoronou devido a um incêndio. O carborante dos aviões, que o 11 de setembro quima, na maior parte, no exterior das torres, não poderim ter desenvolvido um calor tal

que fundice as colunas maciças de aço, tanto que, no interior do ponto de impacto, vêm-se pessoas intactas. A dinâmica das Torres Gémeas e da Torre 7 (que nem mesmo foi atingida pelos aviões) – sustentam vários peritos – recorda uma demolição controlada, provocada por explosivos colocados no interior.

Por ter sustentado esta afirmação, o professor Steven Jones, docente de Física, é expulso da Brigham Young University (Utah). Mas não desiste. Juntamente com uma equipa de que fazem parte outros cientistas de outros países, publica em 2009, na revista *The Open Chemical Physics Journal* (que submete a revisão científica os artigos a publicar), um estudo baseado nas amostras de pó, recolhidas no Ground Zero. Elas revelam a presença de *Térmite* <https://pt.wikipedia.org/wiki/Termite>, substância não explosiva que produz uma reacção química com uma temperatura de 2.50 graus Celsius, capazes de fundir o aço, cortando-o como uma faca quente corta a manteiga. Numa foto vê-se uma coluna de aço cortada em diagonal, com gotejamentos semelhantes aos de uma vela. O estudo do Prof. Steven Jones, baseia-se nesta e noutras provas científicas e ele desafia os cientistas que sustentam a versão oficial, a confrontá-lo. Eles recusam lê-lo, dizendo não terem tempo.

Não se explica, também, como foi possível que os serviços secretos americanos, depois de ter dado prova de uma ineficiência catastrófica, ao deixar-se colher de surpresa por um ataque terrorista, poucas horas depois da derrocada da Torres Gémeas, apuram que o ataque foi organizado por Osama bin Laden e, apenas dois dias depois, publicam as biografias completas dos dezoito sequestradores.

6.3 Afeganistão: o início da «guerra global ao terrorismo»

Os Estados Unidos atacam e invadem o Afeganistão em 2001, com o motivo oficial de dar caça a Osama Bin Laden, indicado como líder do ataque terrorista do 11 de Setembro. Uma figura bem conhecida em Washington: engenheiro e homem de negócios, que pertence a uma família rica, Osama

bin Laden colabora activamente com a CIA, quando, de 1979 a 1989, ele treina e arma o ISI (o serviço secreto paquistanês), mais de 100 mil mujaidin para a guerra contra as tropas soviéticas caídas na «armadilha afegã» (como a define Zbigniew Brzezinsky, precisando que o treino e o armamento dos mujaidin foi iniciado em Julho de 1979, cinco meses antes da invasão soviética do Afeganistão).

Em seguida, Osama bin Laden – cerca de 1988 funda a organização multinacional Al Qaeda (a Base), recrutando militantes muçulmanos em várias partes do mundo – alia-se à organização dos taliban, os quais, treinados e armados nos campos do Paquistão, conquistam Kabul em 1996, onde estão em curso, confrontos entre as diversas facções de mujaidin que a conquistaram em 1992. Osama bin Laden declara-se, nesta altura, hostil aos Estados Unidos. Em 1990-91, depois de ter tentado em vão, impedir que a Arábia Saudita se una aos Estados Unidos contra o Iraque e aceite a presença de tropas americanas no seu território, em 1998, da sua base no Afeganistão, lança um apelo aos muçulmanos para que libertem os lugares santos do Irão, da ocupação americana. Isso não o impede de ter contactos com agentes da CIA, com os quais se encontra, provavelmente, em Julho de 2001, dois meses antes dos ataques terroristas de New York e Washington, quando se estava a tratar no Hospital Americano do Dubai.

O verdadeiro objectivo da intervenção militar USA/NATO, no Afeganistão, é a ocupação desta área de primeira importância estratégica. O Afeganistão está no cruzamento entre o Médio Oriente, Ásia Central, Meridional e Oriental. Nesta área (no Golfo e no Mar Cáspio) encontram-se as maiores reservas petrolíferas do mundo. Encontram-se três grandes potências – China, Rússia e Índia – cuja força está a crescer e a influenciar os activos mundiais. Como o Pentágono tinha advertido no relatório de 30 de Setembro de 2001, «existe a possibilidade de emergir na Ásia, um rival militar com uma formidável base de recursos».

A decisão de deslocar forças para o Afeganistão, como primeiro passo para estender a presença militar americana na Ásia Central, é tomada por

Washington não depois de 11 de Setembro de 2001, mas antes. Revelam fontes fidedignas, segundo as quais «o Presidente Bush, dois dias antes do 11 de Setembro, estava a caminho de assinar um plano detalhado que previa [operações militares no Afeganistão](#)»: já estava na mesa do Presidente, antes do ataque terrorista que, oficialmente, motiva a guerra do Afeganistão, «o plano de guerra que a Casa Branca, a CIA e o Pentágono executam depois do 11 de Setembro».

No período anterior ao 11 de Setembro de 2001, existem fortes sinais na Ásia de aproximação entre a China e a Rússia, que se concretizam quando em 17 de Julho de 2001, o Presidente Jang Zemin e Vladimir Putin assinam, em Moscovo, o Tratado de boa vizinhança e cooperação amigável», definido como um «marco» nas relações entre os dois países. Mas sem declarar, Washington considera a aproximação entre a China e a Rússia, um desafio aos interesses dos Estados Unidos na Ásia, no momento crítico em que os Estados Unidos procuram ocupar, antes de tudo, o vazio que a desagregação da URSS deixou na Ásia Central. Uma posição-chave geoestratégica para o controlo dessa área, é a do Afeganistão.

A guerra inicia-se em 7 de Outubro de 2001, com o bombardeamento do Afeganistão efectuado pela aviação americana e britânica. Anteriormente tinham sido infiltradas no território afegão, forças especiais com o objectivo de preparar o ataque conjunto da Aliança do Norte e de outras formações rivais dos taliban. Debaixo de bombardeamentos maciços e da ofensiva terrestre da Aliança do Norte, as forças taliban, que apoiam voluntariamente, provenientes do Paquistão e de outros países, são forçadas a abandonar Kabul em 13 de Novembro. Nesta altura, o Conselho de Segurança da ONU autoriza, com a resolução 1386 de 20 de Dezembro de 2001, a constituição da ISAF (Força Internacional de Assistência à Segurança). A sua tarefa é ajudar as autoridades afegãs, provisoriamente, em Kabul e arredores. Segundo o Artigo VII, da Carta das Nações Unidas, o emprego das forças armadas colocadas à disposição dos membros da ONU para tais missões, deve ser estabelecido pelo Conselho de Segurança,

coadjuvado pela Comissão do Estado Maior, composto pelos chefes do Estado Maior dos membros permanentes do Conselho de Segurança. Também se essa Comissão não existir, o ISAF permanece até ao fim de Agosto de 2003, uma missão ONU cuja direcção é designada em sucessão à Grã-Bretanha, Turquia, Alemanha e Holanda.

Mas, de repente, em 11 de Agosto de 2003, a NATO anuncia ter «assumido o papel de liderança da ISAF, força com mandato da ONU». É um verdadeiro golpe de mão: nenhuma resolução do Conselho de Segurança autoriza a NATO a assumir a liderança, ou seja, o comando da ISAF. Só depois disso ter acontecido, na resolução 1659 de 15 de Fevereiro de 2006, o Conselho de Segurança «reconhece o empenho continuado da NATO em dirigir a ISAF». Desde Agosto de 2003, não é mais a ONU, mas a NATO a orientar a missão: de facto, o quartel general ISAF é inserido na cadeia de comando NATO, que escolhe de vez em quando os generais para chefiar a ISAF. Como sublinha um comunicado oficial, «a NATO assumiu o comando e a coordenação da ISAF, em Agosto de 2003: esta é a primeira missão fora da área euro-atlântica, na história da NATO». Assim, a missão ISAF é inserida na cadeia de comando do Pentágono. Na mesma cadeia de comando são inseridos os militares italianos designados para a ISAF, juntamente com os helicópteros e aviões, bem como os caça bombardeiros Tornado.

6.4 A segunda guerra contra o Iraque.

O plano dos Estados Unidos e atacar e ocupar o Iraque torna-se evidente quando, depois da ocupação do Afeganistão em Novembro de 2001, o Presidente Bush o coloca, em 2002, no primeiro lugar entre os países que fazem parte do «Eixo do Mal».

Depois da primeira guerra do Golfo, em 1991, o Iraque foi submetido a um férreo embargo que, em dez anos, provocou cerca de um milhão de mortos, dos quais, cerca de meio milhão, eram crianças. Um massacre provocado, mais do que a desnutrição crónica e a falta de medicamentos, pela carência

de água potável e pelas consequentes doenças infecciosas e parasitárias. Os Estados Unidos – demonstram-no documentos vindos à luz sucessivamente – executaram um plano preciso: primeiro bombardearam as instalações de depuração e os aquedutos para provocar uma crise hídrica e, assim, impedir impedir com o embargo, que o Iraque pudesse importar os sistemas de depuração. As consequências sanitárias eram previstas, claramente, desde o início e programadas de modo a acelerar o colapso do Iraque. Outras vítimas são provocadas, nos anos seguintes à primeira guerra, pelos projecteis de urânio empobrecido, usados maciçamente pelas forças americanas e aliadas, quer nos bombardeamentos aéreos, quer nos terrestres. No entanto, a segunda guerra contra o Iraque, <https://www.globalresearch.ca/the-iraq-war-reader-a-history-of-war-crimes-and-genocide-the-unleashing-of-america-s-new-global-militarism/31067> revela-se ainda mais difícil de motivar do que a que foi levada a cabo em 1991. Ao contrário de então, o Iraque de Saddam Hussein não cometeu nenhuma agressão e respeita a Resolução 1441 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, permitindo aos inspectores da ONU entrar em todos os sítios para verificar a existência eventual de armas de destruição em massa (que não foram encontradas. Consequentemente, torna-se mais difícil aos Estados Unidos, criar uma motivação «legal» para a guerra e, nesta base, obter uma aprovação internacional análoga à de 1991.

No entanto, a Administração Bush decide ir até ao fim. Em seguida, apresenta ao Conselho de Segurança da ONU uma série de «provas» recolhidas pela CIA, que depois foram demonstradas serem falsas, sobre a presumível existênciaq de um grande arsenal de armas químicas e bacteriológicas na posse do Iraque, e sobre uma presumíveln capacidade de construir, num breve espaço de tempo, armas nucleares. Visto que o Conselho de Segurança se recusa a autorizar a guerra, a Administração Bush, simplesmente, ignora-o.

A guerra inicia-se em 20 de Março de 2003 com o bombardeamento aéreo de Bagdad e outros centros, pela aviação americana e britânica e com o ataque terrestre efectuado pelos marines, que entram no Iraque pelo Kuwait. Em 9 de Abril, as tropas americanas ocupam Bagdad. A operação, denominada «Iraqi Freedom». É apresentada como «guerra preventiva» e «exportação da democracia». Deste modo, é posto em acção o princípio enunciado na *Quadrennial Defense Review Report, do Pentágono* (30 de Setembro de 2001): «As forças armadas americanas, sob a direcção do Presidente, devem manter a capacidade de impor a vontade dos Estados Unidos a qualquer adversário, incluindo Estados e entidades não estatais, mudar o regime de um Estado adversário ou ocupar um território estrangeiro, enquanto os objectivos estratégicos dos Estados Unidos não estiverem realizados».

Mas, acima da «vontade dos Estados Unidos», está a vontade dos povos de resistir. É o que acontece no Iraque, onde as forças de ocupação americanas e aliadas – compreendendo as italianas, empenhadas na operação «Antiga Babilónia» - encontram uma resistência que não esperavam enfrentar. Para impedi-la, o Iraque é posto a ferro e fogo por outro milhão e meio de soldados, que o Pentágono desloca em rotação, juntamente com centenas de milhares de militares contratados, usando qualquer meio: desde bombas de fósforo contra a população de Falluja às torturas nas prisões de Abu Ghraib. Provocando cerca de um milhão de vítimas civis, juntem-se as da primeira guerra contra o Iraque e as do embargo. Forçando mais de dois milhões de iraquianos a abandonar as suas casas e outros tantos a refugiar-se na Síria e na Jordânia. Uma guerra que deixa o país devastado, com uma desocupação superior a 50%, com metade dos médicos que tinha antes da invasão, com um terço das crianças afectadas por subnutrição, às quais se juntam as crianças atingidas por malformação genética devido às armas de urânio empobrecido e outras usadas pelo Pentágono. Uma guerra que os Estados Unidos pagam com 4.500 mortos e mais de 30.000 feridos entre os militares, 30% dos quais

regressam a casa com problemas psíquicos. Custou 1.000 biliões de dólares, aos quais se juntam cerca de 4 mil biliões de despesas indirectas, como as de ajuda aos veteranos.

Dado que a resistência iraquiana bloqueia a máquina bélica americana e aliada, Washington recorre à política antiga mas sempre eficaz «divide et impera», fazendo concessões a alguns agrupamentos shiitas e curdos para isolar os sunitas. No caso da operação não ser bem sucedida, Washington tem preparado um plano de reserva: desagregar o Iraque (como já fez com a Federação Jugoslava) de modo a poder controlar a zona petrolífera e outras áreas de interesse estratégico, através de acordos com grupos de poder locais. No Curdistão iraquiano, onde operam desde 2003, forças especiais americanas, Washington liga a si o governo regional curdo de Masoud Barzani, com o qual a ExxonMobil conclui um contrato avultado para a exploração petrolífera, contornando o governo de Bagdad.

Baseada nessa estratégia a NATO intervém oficialmente e participa na guerra de facto, com as suas forças e estruturas. Em 2004 é instituída a «Missão NATO de treino», com o objectivo declarado de «ajudar o Iraque a criar forças armadas eficientes.» De 2004 a 2011, são treinados em 2.000 cursos especiais levados a cabo nos países da Aliança, milhares de militares e polícias iraquianos que chegam dotados de armas doadas pelos mesmos países. Ao mesmo tempo, a NATO envia para o Iraque, instrutores e conselheiros, compreendendo os italianos, para «ajudar o Iraque a criar um sector próprio de segurança, com orientação democrática e durável» e para «estabelecer uma parceria a longo prazo, da NATO com o Iraque».

6.5 A guerra contra a Líbia

Factores múltiplos tornam a Líbia importante aos olhos dos Estados Unidos e das potências europeias. Acima de tudo são as reservas petrolíferas – as maiores de África, preciosas pela boa qualidade e baixo custo de extracção – e as de gás natural. Depois de Washington abolir as sanções em 2003, em troca do compromisso de Gaddafi de não produzir armas nucleares nem

outras armas de destruição em massa, as grandes companhias petrolíferas americanas e europeias afluem à Líbia com grande expectativa, permanecendo, no entanto, desiludidas. O governo líbio concede licenças de exploração às companhias estrangeiras que deixam à companhia estatal líbia (National Oil Corporation of Lybia, NOC) a percentagem mais alta dos lucros: dada a forte competição, a mesma chega a 90%. Além do mais a NOC requer, nos contratos, que as companhias estrangeiras recrutem pessoal líbio, mesmo para os cargos dirigentes.

Mais do que o ouro negro, os Estados Unidos e as potências europeias visam o ouro branco líbio: a imensa reserva de água fóssil do aquífero núbio (estimado em 150.000 km²), que se estende sob a Líbia, Egipto, Sudão e Chade. As possibilidades de desenvolvimento que o mesmo oferece foram demonstradas pelo governo líbio, construindo uma rede de aquedutos com 4 mil quilómetros de extensão para transportar a água extraída em profundidade de 1.300 metros no deserto, até às cidades costeiras e o oásis al Khufrah, tornando férteis terras desertas. A estas reservas hídricas, em perspectiva, mais preciosas do que as petrolíferas, querem deitar a mão – através de privatizações impostas pelo FMI – as multinacionais da água, que controlam quase metade do mercado mundial de água privatizada. Para os USA e para a NATO é importante a posição geográfica da Líbia, na intersecção entre o Mediterrâneo, a África e o Médio Oriente. Recorde-se que o rei Idris, em 1953, tinha concedido aos ingleses o uso de bases aéreas, navais e terrestres em Cirenaica e Tripolitania. Um acordo análogo foi concluído em 1954, com os Estados Unidos, que tinham obtido o uso da base de Wheelus Field, às portas de Trípoli. A mesma tinha-se tornado a principal base aérea americana do Mediterrâneo. Abolida a monarquia, a República líbia tinha forçado, em 1970, as forças americanas e britânicas a evacuar as bases militares e, no ano seguinte, tinha nacionalizado as propriedades da British Petroleum e obrigado as outras companhias a pagar ao Estado líbio taxas de lucro muito mais elevadas.

Na mira dos Estados Unidos e das potências europeias estão, também, os fundos soberanos, os capitais que o Estado líbio investiu no estrangeiro. Geridos pela Lybian Investment Authority (LIA), são estimados em cerca de 70 biliões de dólares, que montam a mais de 150 se forem incluídos os investimentos estrangeiros do Banco Central e de outros organismos. Desde que foi constituída, em 2006, a LIA efectuou em cinco anos, investimentos em mais de cem sociedades norte africanas, asiáticas, europeias norte e sul americanas: holding/capitais, banca, propriedades imobiliárias, indústrias, companhias petrolíferas e outras. Em África, a Líbia efectuou investimentos em mais de 25 países, 22 dos quais na África sub-Sahariana, programando aumentá-los, sobretudo, nos sectores dos minérios, manufacturas, turismo e telecomunicações. Os investimentos líbios foram decisivos para a realização da RASCOM (Regional African Satellite Communications Organization) que, entrando em órbita, em Agosto de 2010, permite que os países africanos comecem a tornar-se independentes das redes de satélites americanas e europeias, com uma poupança anual de centenas de milhões de dólares.

Ainda mais importantes foram os investimentos líbios na realização de três organismos financeiros lançados pela União Africana: a Banca Africana de Investimento, com sede em Tripoli; o Fundo Monetário Africano, com sede em Yaoundé (Camarões); a Banca Central Africana, com sede em Abuja (Nigéria). O desenvolvimento destes organismos poderia permitir aos países africanos subtrair-se, pelo menos em parte, ao controlo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, instrumentos de domínio neocolonial, enfraquecendo o dólar e o franco CFA (a moeda que os 14 países africanos, que constituíam as antigas colónias francesas, são obrigados a usar).

Na véspera da guerra de 2011, os Estados Unidos e as potências europeias «congelam», ou seja, sequestram os fundos soberanos líbios, infligindo um golpe mortal em todo o projecto. Os emails de Hillary Clinton (Secretária

de Estado da Administração Obama, em 2011), vindos à luz sucessivamente, depois de 2016, confirmam qual foi o verdadeiro objectivo da guerra: impedir o plano de Gaddafi de usar os fundos soberanos líbios para criar organismos financeiros autónomos da União Africana e uma moeda africana em alternativa ao dólar e ao Franco CFA. É Hillary Clinton – como documentará em seguida o *New York Times* – que faz o Presidente Obama assinar «um documento que autoriza uma operação secreta e o fornecimento de armas aos rebeldes».

São financiados e armados os sectores tribais hostis ao governo de Trípoli e a grupos islâmicos até há poucos meses considerados terroristas. Ao mesmo tempo, são infiltrados na Líbia, forças especiais, entre as quais, milhares de comandos cataras, facilmente, camufláveis. A totalidade da operação procede inteiramente dos Estados Unidos, primeiro através do Comando África, depois [através da NATO sob comando USA](#).

Em 19 de Março de 2011 [começa o bombardeamento aéreo e naval da Líbia](#). Em sete meses, a aviação USA/NATO efectua 30.000 missões, das quais, 10.000 de ataque, com o emprego de 40.000 bombas e mísseis. A Itália participa nesta guerra com as suas bases e forças militares, rompendo o [Tratado de Amizade, Parceria e Cooperação](#) entre os dois países.

Para a guerra da Líbia, a Itália coloca à disposição das forças USA/NATO, 7 bases aéreas (Trapani, Gioia del Colle, Sigonella, Decimomannu, Aviano, Amendola e Pantelleria), assegurando assistência técnica e aprovisionamentos. A Força Aérea Italiana participa na guerra efectuando 1,128 missões, com caças bombardeiros Tornado, F-16 Falcon, Eurofighter 2000, AMX, drones Predator B e aviões cisterna Boeing KB-767 e KC130J. A Marinha Italiana é envolvida na guerra, em várias frentes: desde operações de embargo naval, até actividades de patrulhamento e abastecimento.

Com a guerra USA/NATO, de 2011, é demolido o Estado líbio e assassinado o próprio Gaddafi, atribuindo a imprensa a uma «revolução inspiradora» que os USA se dizem orgulhosos de apoiar. Criando «[uma aliança sem igual contra a tirania e a favor da liberdade](#)», é demolido aquele Estado que, na costa Sul do Mediterrâneo, em frente à Itália, manteve «altos níveis de crescimento económico» (como documenta o próprio Banco Mundial), com um aumento médio do PIB de 7,5% ao ano, e registava «indicadores elevados de desenvolvimento humano», entre os quais o acesso universal à instrução primária e secundária, e para 46%, o acesso à educação de nível universitário.

Apesar da disparidade, o padrão de vida da população líbia era notavelmente mais elevado do que o dos outros países africanos. Isto mesmo é testemunhado pelo facto de que mais de dois milhões de imigrantes, na maioria africanos, encontraram trabalho na Líbia.

A seguir, também são afectados pela guerra, os imigrantes da África subsahariana que, perseguidos sob acusação de terem colaborado com Gaddafi, são presos e obrigados a fugir. Muitos, movidos pelo desespero, tentam a travessia do Mediterrâneo em direcção à Europa. Os que perdem a vida são também vítimas da guerra com a qual a NATO destruiu o Estado Líbio.

6.6. A guerra encoberta contra a Síria e a formação do ISIS

Depois de ter destruído o Estado líbio, no mesmo ano de 2011, tem início a [operação USA/NATO para demolir o Estado sírio](#). **Uma das razões é o facto de que a Síria, o Irão e o Iraque, em Julho de 2011, assinam um acordo para um oleoduto que deveria ligar a jazida petrolífera de South Pars, a maior do mundo, à Síria e, depois, ao Mediterrâneo.** A Síria, onde foi descoberta outra reserva petrolífera perto

de Homs, poder-se-ia tornar, dessa maneira, num eixo de corredores energéticos alternativos aos que atravessam a Turquia e outros percursos, controlados pelas companhias americanas e europeias.

A guerra encoberta inicia-se com uma série de atentados terroristas efectuados, sobretudo, em Damasco e Aleppo. As imagens dos edifícios devastados por explosivos muitíssimo potentes são eloquentes: **obra não de simples rebeldes, mas de profissionais da guerra infiltrada.** Centenas de especialistas das forças da elite britânica SAS e SBS – relata o *Daily Star* – operam na Síria, juntamente com os das forças americanas e francesas.

A força de choque é constituída por uma milícia de grupos islâmicos (até há pouco designados por Washington como terroristas) provenientes do Afeganistão, Bósnia, Chechénia, Líbia e outros países. No grupo de Abu Omar al-Chechen – refere o enviado do *Guardian* em Aleppo – as ordens são dadas em árabe, mas têm de ser traduzidas em checheno, tadjique, turco, dialecto saudita, urdu, francês e outras línguas. Fornecidos de passaportes falsos (especialidade da CIA), os combatentes afluem às províncias turcas de Adana e Hatai, que confinam com a Síria, onde a CIA abriu centros de formação militar. As armas chegam, sobretudo via Arábia Saudita e Qatar que, como na Líbia, também fornecem forças especiais.

O comando das operações está a bordo dos navios NATO, no porto de Alessandretta. Em Istambul é aberto um centro de propaganda onde os dissidentes sírios, formados e financiados pelo Departamento de Estado USA, confeccionam as notícias e os vídeos que são transmitidos por redes de satélites.

Nos centros operacionais específicos, os agentes da CIA providencia a compra de armas com financiamentos (na ordem de biliões de dólares) concedidos pela Arábia Saudita, Qatar e outras monarquias do Golfo; em

seguida organizam o transporte das armas para a Turquia e Jordânia, através de uma ponte aérea; finalmente, fazem-nas chegar, através da fronteira, aos grupos na Síria, já treinados em campos especiais estabelecidos em território turco e jordano.

Nos documentos vindos à luz a seguir, verifica-se qual era a estratégia. A Secretária de Estado, Hillary Clinton, num email de 2012 (desclassificado como «caso número F-2014-20439, Doc No. C05794498») escreve que, dada a «relação estratégica» Irão-Síria, «a destituição de Assad constituiria um benefício imenso para Israel e faria, também, diminuir o compreensível temor israelita de perder o monopólio nuclear».

[Um documento oficial do Pentágono](#), datado de 12 de Agosto de 2012 (desclassificado em 18 de Maio de 2015, por iniciativa do grupo conservador, Judicial Watch), afirma que «os países ocidentais, os Estados do Golfo e a Turquia, apoiam na Síria, as forças da oposição que tentam controlar as áreas orientais, adjacentes às províncias iraquianas ocidentais», ajudando-as a «criar refúgios seguros sob protecção internacional». É a «possibilidade de estabelecer um principado salafita na Síria oriental e é exactamente o que querem as potências que apoiam a oposição, para isolar o regime sírio, a retaguarda estratégica da expansão chiita (Irake e Irão)».

É nesse contexto que, em 2013 se forma o ISIS (ou DAESH), o «Estado islâmico do Iraque e da Síria», que se auto-proclama em seguida, «Estado do Califato Islâmico». Em Maio de 2013, um mês depois de ser fundado o ISIS, Ibrahim al-Badri - o "califa" conhecido pelo nome de batalha de Abu Bakr al-Baghda-di – encontra na Síria o Senador John McCain, líder dos Republicanos, encarregado pelo democrata Obama, de desenvolver operações secretas por conta do governo. O encontro é documentado fotograficamente. O ISIS recebe financiamentos, armas e rotas de trânsito dos aliados mais chegados aos Estados Unidos: Arábia Saudita, Qatar,

Kuwait, Turquia, Jordânia, com base num plano seguramente, coordenado pela CIA. Depois de ter conquistado as suas milícias, grande parte do território sírio, o ISIS lança a ofensiva no Iraque, não por acaso, mas no momento em que o governo, presidido pelo chiita Nouri al-Maliki se afasta de Washington, aproximando-se, cada vez mais, da Rússia e da China. A ofensiva, que incendeia o Iraque, encontra matéria inflamável na rivalidade sunita-chiita. As milícias do ISIS ocupam Ramadi, a segunda cidade do Iraque e, pouco depois, Palmira, na Síria central, matando milhares de civis e forçando à fuga dezenas de milhares dos mesmos.

De facto, o ISIS desempenha um papel funcional na estratégia USA/NATO de demolição dos Estados. O mesmo não significa que a massa dos seus militantes, provenientes de diversos países, esteja consciente disso. Ela é muito heterogénea: fazem parte da mesma massa, quer combatentes islâmicos, formados no drama da guerra, quer militares da época de Saddam Hussein que combateram contra os invasores, quer muitos outros cujas histórias estão sempre ligadas a situações sociais trágicas, provocadas pela primeira guerra do Golfo e pelas guerras seguintes, num espaço de vinte anos. Também fazem parte alguns combatentes estrangeiros provenientes da Europa e dos Estados Unidos, dentro de cujas máscaras se escondem, de certeza, agentes secretos formados propositadamente, para tais operações.

Também é muito suspeito o acesso que o ISIS tem às redes mediáticas mundiais, dominadas pelos colossais corporações mediáticas americanas e europeias, através das quais divulgam as filmagens das decapitações que, suscitando horror, criam uma opinião pública muito vasta, favorável à intervenção no Iraque e na Síria.

A campanha militar «Inherent Resolve», formalmente dirigida contra o ISIS, é lançada no Iraque e na Síria em Agosto de 2014, pelos Estados Unidos e pelos seus aliados: França, Grã-Bretanha, Canadá, Austrália,

Arábia Saudita, Emiratos Árabes Unidos, Bahrain e outros. Se os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha usassem os seus caça-bombardeiros como tinham feito na Líbia em 2011, as forças do ISIS, movendo-se em espaços abertos, seriam um alvo fácil. Pelo contrário, elas podiam avançar imperturbáveis, com colunas de blindados carregadas de homens e explosivos. Os USA tinham-se tornado militarmente impotentes? Não: se o ISIS avança na Síria e no Iraque, é porque em Washington, eles querem isso mesmo. O objectivo de Washington é a destruição da Síria e a reocupação do Iraque.

6.7 O golpe de Estado na Ucrânia

[A operação conduzida pelos USA e pela NATO na Ucrânia](#) inicia-se quando, em 1991, depois do Pacto de Varsóvia, também se desagrega a União Soviética da qual fazia parte. Os Estados Unidos e os aliados europeus movem-se rapidamente para tirar a máxima vantagem da nova situação geopolítica.

A Ucrânia – cujo território de mais de 600 mil km² faz de tampão entre a NATO e a Rússia e é atravessada por corredores energéticos entre a Rússia e a União Europeia – não entra na NATO, como fazem os outros países da antiga URSS e do antigo Pacto de Varsóvia. No entanto, entra para fazer parte do «Conselho de Cooperação Norte-Atlântica» e da «Parceria para a Paz», em 1994, contribuindo para as operações de «peacekeeping» nos Balcãs.

Em 2002, é adoptado o «Plano de Acção NATO-Ucrânia» e o Presidente Kuchma anuncia a intenção de aderir à NATO. Em 2005, na esteira da «revolução laranja» (orquestrada e financiada pelos USA e pelas potências europeias), o Presidente Yushchenko é convidado para a Cimeira da NATO, em Bruxelas. Pouco depois é lançado um «diálogo intensificado sobre a

aspiração da Ucrânia a tornar-se membro da NATO» e, em 2008, a cimeira de Bucareste dá luz verde à sua adesão.

Nesse mesmo ano, o exército georgiano, treinado e armado pelos Estados Unidos através do «Georgia Train and Equip Program» e, ao mesmo tempo, por Israel, através de companhias militares «privadas», ataca a Ossétia do Sul, em luta desde 1991 (quando se desagrega a União Soviética) para tornar-se independente da Georgia. Na noite de Agosto de 2008 a Georgia, apoiada pela NATO, lança uma ofensiva militar (precedida de um ataque de artilharia e lança foguetes) para reconquistar o controlo da região em discussão. Poucas horas depois, a Rússia intervém militarmente, rejeitando a invasão georgiana e a Ossétia do Sul torna-se, para todos os efeitos, independente da Georgia. É o primeiro sinal da ofensiva que a NATO, sob comando USA, está a preparar na frente oriental para forçar a Rússia a reagir.

Na Ucrânia, em 2009, Kiev assina um acordo que permite a passagem no seu território, do abastecimento para as forças da NATO, no Afeganistão. Agora a adesão à NATO parece certa mas, em 2010, Presidente Yanukovych, eleito recentemente, anuncia que, embora continuando a cooperação, a adesão à NATO não está no seu programa de governo. Mas, entretanto, no fim de 1991, a NATO teceu uma rede de ligações no interior das forças armadas ucranianas. Os oficiais superiores participam todos os anos nos cursos da NATO Defense College em Roma e em Oberammergau (Alemanha). No mesmo quadro insere-se a instituição, na Academia Militar ucraniana, de uma nova «faculdade multinacional» com docentes NATO. Também foi notavelmente desenvolvida a cooperação técnico-científica no campo dos armamentos a fim de facilitar, através de uma maior operacionalidade conjunta, a participação das forças armadas ucranianas em «operações conjuntas para a paz», sob a orientação da NATO.

Dado que «muitos ucranianos têm falta de informação sobre o papel e sobre os objectivos da Aliança, e conservam na mente estereótipos ultrapassados da guerra fria», a NATO estabelece em Kiev, um Centro de Informação que organiza encontros, seminários e visitas de «representantes da sociedade civil» ao quartel general de Bruxelas.

E visto que não existe só aquilo que se vê, é evidente que a NATO constrói uma rede de ligações nos ambientes militares e civis, muito mais extensa do que aparenta. Sob a direcção USA/NATO, através da CIA e de outros serviços secretos, são recrutados anualmente, financiados, treinados e armados militantes neonazis. Uma documentação fotográfica mostra jovens militantes nazis ucranianos do UNO-UNSO, treinados em 2006, na Estónia, por instrutores NATO, que ensinam as técnicas de combate urbano e o uso de explosivo para sabotagem e atentados. O mesmo método usado pela NATO, durante a guerra fria, para formar a estrutura paramilitar secreta «Gladio». Activa também em Itália onde, em Camp Darby e noutras bases, são treinados grupos neofascistas, preparando-os para atentados e para um eventual golpe de Estado.

É esta estrutura militar que entra em acção, em 2014, na praça Maidan, em Kiev. Uma manifestação anti-governamental, com reivindicações justas contra a corrupção galopante e o agravamento das condições de vida, torna-se rapidamente transformada num verdadeiro campo de batalha: enquanto grupos armados tomam de assalto os palácios do governo, atiradores de elite (snipers) «desconhecidos» disparam com as mesmas armas de precisão quer sobre os manifestantes, quer sobre a polícia (quase todos atingidos na cabeça).

Em 20 de Fevereiro, o Secretário Geral da NATO, dirige-se em voz de comando, às forças armadas ucranianas, advertindo-os para «permanecerem neutros», pelas «graves consequências negativas para as nossas relações». Abandonado pelas chefias das forças armadas e por

grande parte do aparelho do governo, o Presidente Viktor Yanukovych é forçado a fugir.

Andriy Parubiy – co-fundador do partido nacionalista, constituído em 1991 sob o modelo do Partido Nacional Socialista de Adolfo Hitler, e chefe das formações paramilitares neonazis – é nomeado «Chefe do Conselho de Defesa e Segurança Nacional».

O golpe de Estado violento da Praça Maidan é acompanhado de uma campanha de perseguição, dirigida em particular ao Partido Comunista e aos sindicatos, análoga àquelas que marcaram a chegada do fascismo a Itália e do nazismo à Alemanha. Sedes dos partidos destruídas, dirigentes linchados, jornalistas torturados e assassinados, activistas queimados na Câmara do Trabalho, em Odessa; habitantes desamparados de Ucrânia oriental de origem russa massacrados em Mariupol, bombardeados com fósforo branco em Slaviansk, Lugansk, Donetsk.

Um verdadeiro golpe de Estado, sob a direcção USA/NATO, com a finalidade estratégica de provocar na Europa uma nova guerra fria para separar e isolar a Rússia e reforçar, ao mesmo tempo, a influência e a presença militar dos EUA na Europa.

Perante o golpe de Estado e a ofensiva contra os russos da Ucrânia, o Conselho Supremo da República autónoma da Crimeia – território russo passado à Ucrânia no período soviético de 1954 – vota a favor de ser separada de Kiev e pede a reinserção na Federação Russa, decisão que é confirmada com 97% dos votos, num referendo do povo. Em 18 de Março de 2014, o Presidente Putin assina o tratado de adesão da Crimeia à Federação Russa, com o estatuto de república autónoma.

Nesta altura, a Rússia é acusada pela NATO e pela União Europeia de ter anexado, ilegalmente, a Crimeia e é submetida a sanções. A Rússia

responde com contra sanções que atingem, sobretudo, a economia da União Europeia, estando a economia italiana também compreendida.

Enquanto em Donbass, as auto-proclamadas Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk, apoiadas pela Rússia, resistem à ofensiva de Kiev, que provoca milhares de mortos entre os civis, um roteiro para a cooperação técnica e militar, NATO/Ucrânia, assinada em Dezembro de 2015, integra todos os efectivos das forças armadas e a indústria bélica de Kiev na Aliança, sob orientação USA. Falta, apenas, a entrada formal da Ucrânia na NATO. O Presidente Poroshenko anuncia, para esse fim, um «referendo» em data a definir, anunciando antecipadamente uma vitória clara do «sim», baseada numa «sondagem» já efectuada.

Pela sua parte, a NATO garante que a Ucrânia, «um dos parceiros mais sólidos da Aliança», está «firmemente empenhada em realizar a democracia e a legalidade». Os factos falam por si. A Ucrânia de Poroshenko, o oligarca enriquecido com o saque das propriedades estatais, proíbe o Partido Comunista da Ucrânia, impedindo-o de participar nas eleições.

Ao mesmo tempo, as formações neonazis são incorporadas na Guarda Nacional, treinada por centenas de instrutores USA da 173ª Brigada Aerotransportada, transferidos de Vicenza (Itália) para a Ucrânia, juntando-se a outros da NATO. A Ucrânia de Kiev torna-se assim, num «viveiro» do fascismo remanescente, no coração da Europa. Chegam a Kiev neonazis de toda a Europa (Itália incluída) e dos USA, recrutados sobretudo para a [Pravy Sektor](#) e para o [batalhão Azov](#), cuja sigla nazi é copiada do emblema dos SS Das Reich. Depois de serem treinados e postos à prova em acções militares contra os russos da Ucrânia, em Donbass, são enviados para os seus países com o «salvo-conduto» do passaporte ucraniano.

Ao mesmo tempo, é espalhada na Ucrânia, a ideologia nazi entre as gerações jovens. Ocupa-se do mesmo, em particular, o batalhão Azov, que organiza campos de treino militar e formação ideológicas para crianças e jovens, aos quais se ensina, acima de tudo, a odiar os russos. Isto acontece com a conivência dos governos europeus, no quadro do «Apoio prático da NATO à Ucrânia».

A seguir

6.8 As guerras secretas de rosto humanitário

Além das guerras propriamente ditas, Washington provoca cada vez mais «guerras não convencionais» através de «operações cobertas», ou seja, secretas. Ocupam-se delas a Comunidade dos Serviços Secretos, formada por [17 organizações federais](#). Além da CIA (Agência Central de Inteligência), há a DIA (Agência de Inteligência da Defesa), mas cada sector das Forças Armadas - Exército, Aeronáutica, Marinha, Corpo de Fuzileiros Navais (Marines) - têm o seu próprio serviço secreto. Como também têm o Departamento de Estado e o da Segurança da pátria. Entre estes serviços, em competição azeda, uns com os outros, para agarrar apoios políticos e fundos federais, está a NSA, a Agência de Segurança Nacional.

A NSA é especializada em escutas telefónicas e informáticas, através das quais são espiados não só os inimigos, mas também os amigos dos Estados Unidos, como confirma o «datagate» suscitado pelas revelações do antigo funcionário Edward Snowden. Durante a Administração Obama, a NSA aumentou mais um terço do seu pessoal civil e militar elevando-o para 30.000 funcionários, duplicou o seu orçamento e mais do que triplicou os seus contratantes privados, aumentando-os de 150 para 500. O seu quartel general, em Fort Meade (Maryland), é muito maior do que o Pentágono.

A NSA dispõe de diversos centros, cada um com uma tarefa específica. O centro do Texas, espia a América Central e Meridional; o da Georgia, o

Médio Oriente; o do Hawaii, os países na zona do Pacífico, compreendendo a Rússia e a China; o da Austrália, toda a Ásia. O centro em Inglaterra, espia a Europa, o Médio Oriente e o Norte de África. E no Utah opera um centro para a guerra cibernética, ou seja, para os ataques às redes informáticas dos outros países.

Neste quadro entram as «Psyops» (Operações psicológicas), em que estão envolvidas unidades especiais das Forças Armadas e dos Serviços Secretos USA. As mesmas são definidas pelo Pentágono como «operações planificadas para influenciar, através de determinadas informações, as emoções e as motivações e, portanto, o comportamento da opinião pública, das organizações e dos governos estrangeiros, e assim, induzir ou reforçar atitudes favoráveis aos objectivos prefixados.»

Esse é, exactamente, o objectivo da colossal psyop política e mediática lançada sobre a Síria. Pois que durante cinco anos (o livro foi escrito em 2017) se almeja destruir o Estado sírio, fragmentando-o a partir de dentro, com grupos terroristas armados e infiltrados a partir do exterior e provocando mais de 250 mil mortos. No momento em que a operação militar está a falhar, a seguir à intervenção russa de apoio a Damasco, em 2015, lança-se a operação psicológica para fazer parecer como agressores, o governo e todos os sírios que resistem às agressões. A ponta de lança da psyop é a demonização do Presidente Assad (como foi feito com Milosevic e Gaddafi) apresentado-o como um ditador sádico que gosta de bombardear hospitais e exterminar crianças, com a ajuda do amigo Putin (retratado como o neo-czar do império russo renascido).

No grande âmbito das Psyops coloca-se a criação, em 2011, da obra do Presidente Obama, a Atrocities Prevention Board, uma comissão especial da Casa Branca para a «prevenção das atrocidades». Preside a esta comissão a sua inspiradora, [Samantha Power](#), assistente especial do Presidente e Directora dos Direitos Humanos do National Security Council,

formado pelos conselheiros mais importantes da política estrangeira. A Power é especializada em denunciar presumíveis atrocidades, atribuídas aos que, de vez em quando, os USA marcam como o inimigo número um. Sob as asas do seu patrono, o poderoso financeiro George Soros, contribui para elaborar a doutrina «Responsabilidade de Proteger», que atribui aos Estados Unidos e aos mais tensos aliados o direito de intervir militarmente nos casos em que, de acordo com o seu juízo inquestionável, se estão a cometer «atrocidades em massa».

Psyop gigantesca que, invertendo a realidade, oculta as atrocidades em massa de que está constelada a História dos Estados Unidos, a iniciar com o genocídio da população autóctone norte-americana. Basta recordar, limitando-nos aos últimos cinquenta anos, as guerras contra o Vietnam, Camboja, Líbano, Somália, Iraque, Jugoslávia, Afeganistão, Líbia; os golpes de Estado orquestrados pelos USA na Indonésia, Chile, Argentina, Salvador - milhões de pessoas presas, torturadas e mortas.

Outra tarefa das agências de inteligência (serviços secretos), em particular da NSA, é indicar as pessoas perigosas para os Estados Unidos, de eliminá-las com ataques de drones e acções de comandos. Através de uma rede informática criptografada, a Real Time Regional Gateway, a NSA fornece a lista dos «alvos» e todas as informações necessárias para encontrá-los e eliminá-los com drones ou comandos. Para tal fim dispõe da tecnologia mais avançada, que permite localizar uma pessoa através do telefone móvel/celular, mesmo quando está desligado.

Como documenta o [New York Times](#) durante a Administração Obama, é o próprio Presidente que efectua a «nominação top secret» dos presumíveis terroristas a matar, com ataques de forças especiais ou com drones, A «kill list» - que compreende pessoas de todo o mundo que, julgadas como nocivas para os Estados Unidos e para os seus interesses, são condenadas secretamente à morte sob a acusação de terrorismo - é actualizada todas

as semanas através do «mais estranho dos rituais burocráticos»: a teleconferência, gerida pelo Pentágono, por mais de cem responsáveis da «Segurança Nacional», os quais removem os dados dos mortos e adicionam outros, numa espécie de jogo macabro que um funcionário compara às estatuetas dos campeões de baseball. Assim, a lista é submetida ao Presidente para aprovação. Sobretudo, quando «junto ao terrorista, que será atingido pelo drone, está a família», pertence ao Presidente «a avaliação moral final». Junto à autorização do Presidente, o operador, sentado na consola de comando do drone, nos Estados Unidos, lança os mísseis contra o alvo, por exemplo, uma casa no Paquistão, indicada como refugio do presumível terrorista.

As acções de campo são efectuadas pelo USSOCOM, o Comando das forças especiais, que dispõe de dezenas de milhares de comandos dos quatro sectores das forças armadas. Nascidas como Boinas Verdes, oficializadas pelo Presidente democrata, Kennedy, em 1961 e empregadas na guerra do Vietnam, as forças especiais são promovidas pelo Republicano Reagan, que, em 1987, constitui o comando apropriado das operações especiais, o USSOCOM. Depois de terem sido usadas pelo republicano Bush na «guerra global contra o terrorismo», sobretudo no Afeganistão e no Iraque, com o democrata Obama assumem uma importância adicional. Como surge de um inquérito do Washington Post, as forças das operações especiais estão distribuídas em 75 países.

A sua missão oficial compreende: acção directa para destruir objectivos, eliminar ou capturar inimigos; guerra não convencional conduzida por forças do exterior, treinadas e organizadas pelo USSOCOM; anti-insurreição para ajudar os governos aliados a reprimir uma rebelião.

O uso das forças especiais oferece a vantagem de não necessitar da aprovação do Congresso e de permanecerem secretas, não suscitando reacções da opinião pública. Em geral, os comandos das operações

especiais não usam nenhum uniforme, mas usam como camuflagem, as roupas locais. Os assassinatos e as torturas que levam a cabo, ficam, assim, no anonimato. O «Team Six», a elite da elite dos Fuzileiros Navais/Navy Seals, é tão secreta que, oficialmente, não se admite a sua existência. Segundo um relatório oficial, é esta unidade de forças especiais que, em 2011, mata Osama bin Laden, cujo presumível cadáver é sepultado no mar. Ou é encenada a morte de um Bin Laden já morto e capturado, para reforçar a reeleição do Presidente Obama.

Para a guerra «não convencional», o USSOCOM emprega mesmo companhias militares privadas, às quais é acrescentado um número cada vez maior de funções, antes realizadas pelos exércitos oficiais. Na área do Comando Central USA, que compreende o Iraque e o Afeganistão, os contratados pelo Pentágono são 150 mil. Acrescido daqueles assumidos por outros departamentos e exércitos aliados, cujo número é desconhecido, mas certamente elevado. Esses contratados são fornecidos por um oligopólio de grandes companhias, estruturadas como verdadeiras multinacionais.

Entre as mais qualificadas, a Xe Services Llc (conhecida anteriormente como Blackwater) que fornece «soluções inovadoras» ao governo USA e a outros. A DynCorp International, que se auto define «empresa global multiforme», especializada em «imposição da lei, peacekeeping e operações de estabilidade». Com um pessoal de dezenas de milhares de especialistas, esta sociedade anónima da guerra acumula uma vasta experiência em operações secretas, de quando, nos anos oitenta, ajudava por conta da CIA, Oliver North a fornecer armas aos contras de Nicarágua e, nos anos noventa, sempre por conta da CIA, a treinar e a armar o UCK, no Kosovo. Esta e outras companhias, entre as quais emerge a L-3 Communications, ocupam-se também das comunicações militares, construção de bases, «fornecimento de segurança» e «interrogatórios a prisioneiros». Muitos contractors provêm das forças especiais e dos

serviços secretos; outros cumprem funções de bodyguards, intérpretes e equipas de serviços logísticos. Todos pertencem ao exército sombra privado, que apoia o exército oficial.

A estes junta-se o «exército humanitário» formado por todas as «organizações não-governativas» que, dotadas de avultados meios, são usadas pela CIA e pelo Departamento do Estado, para acções de destabilização interna em nome da «defesa dos direitos dos cidadãos». Neste mesmo quadro insere-se a acção do grupo Bilderberg – que o Magistrado italiano, Ferdinando Imposimato, denuncia como «um dos responsáveis pela estratégia de tensão e de massacres» em Itália – e a da Open Society do “investidor e filantropo, George Soros», artífice das «revoluções coloridas».

A seguir:

Capítulo 7

A EUROPA SUL

FRENTE NUCLEAR

7.1 A Europa no rearmamento nuclear do Prémio Nobel da Paz

Ao mesmo tempo que dá início ao golpe de Estado na Ucrânia, e que a reacção dos acontecimentos em cadeia provoca na Europa um novo confronto com a Rússia, a Administração Obama aprova o maior programa de rearmamento nuclear do fim da guerra fria. Documenta-o, em Setembro de 2014, um amplo artigo do [New York Times](#): A Administração Obama está a investir dezenas de biliões de dólares na modernização e reconstrução do arsenal nuclear e nas instalações nucleares americanas». Mérito do mesmo Presidente Barack Obama, que cinco anos antes, em 2009, foi galardoado com o Prémio Nobel da Paz, graças à «sua visão de um mundo livre de armas nucleares, e ao trabalho desenvolvido por ele nesse sentido, que estimulou poderosamente o desarmamento».

Para a «modernização» do arsenal nuclear foi construído, em Kansas City, uma nova fábrica enorme, maior do que o Pentágono, onde milhares de funcionários, dotados de tecnologias do futuro, desenvolvem armas nucleares novas, testando-as com

sistemas avançados que não requerem explosões subterrâneas. A fábrica de Kansas City faz parte de um «complexo nacional em expansão, para o fabrico de ogivas nucleares», composto de oito fábricas e laboratórios, com um pessoal superior a 40 mil especialistas. Em Los Alamos, no Novo México, é iniciada a construção de uma nova fábrica de grandes dimensões para a produção de plutónio para ogivas nucleares e, em Oak Ridge, no Tennessee, está a edificar-se outra, para a produção de urânio enriquecido para uso militar. No entanto, os trabalhos foram atrasados pelo facto de, em dez anos, o custo do projecto ter subido de 660 milhões para 5,8 biliões de dólares e o de Oak Ridge de 6,5 para 19 biliões de dólares.

A Administração Obama apresentou, na totalidade, 57 projectos de melhoramento de instalações nucleares militares. O custo está estimado em 335 biliões de dólares em dez anos. Mas é, apenas, a ponta do iceberg. Ao custo das instalações junta-se o dos novos transportadores nucleares.

Assim, é iniciado pela Administração Obama, um novo programa de armamento nuclear que, segundo um estudo do Monterey Institute, virá a custar (ao valor actual do dólar) cerca de um trilião de dólares, resultando como despesa no período 2024-2019.

O processo de «modernização» das forças nucleares americanas abrange, inevitavelmente, os países europeus da NATO. A função das armas nucleares na Aliança está esclarecida no «[Conceito Estratégico 2010](#)» que enuncia os objectivos do decénio 2010-2020. O documento afirma que «enquanto existirem armas nucleares, a NATO permanecerá uma aliança nuclear». Sublinha, desta maneira que, «a garantia suprema de segurança da Aliança é fornecida pelas forças nucleares estratégicas da Aliança.»

7.2 Itália: porta-aviões nuclear USA/NATO no Mediterrâneo

De acordo com o relatório oficial do Pentágono, [Base Structure Report](#), as Forças Armadas USA possuem em Itália, mais de 1.500 edifícios, com uma superfície total superior a 1.000.000 (um milhão) de metros quadrados e têm alugados ou como concessão, mais 800 edifícios, com uma superfície de cerca de 900.000 (novecentos mil) metros quadrados. No total, trata-se de 2.300 (dois mil e trezentos) edifícios com uma superfície de cerca de 2.000.000 (dois milhões) de metros quadrados, espalhados por meia centena de locais. Mas, este número refere-se apenas, a uma parte da presença militar dos Estados Unidos da América em Itália.

Às bases militares USA juntam-se as da NATO, sob comando USA, e as italianas à disposição das forças USA/NATO. Estima-se que, no total, sejam mais de cem. A rede completa de bases militares está, directa ou indirectamente, às ordens do Pentágono. Está compreendida na «área de responsabilidade» do United States European Command (EUCOM), o Comando Europeu dos Estados Unidos, chefiado por um general americano que, ao mesmo tempo, ocupa o cargo de Comandante Supremo Aliado, na Europa. A «área de responsabilidade do EUCOM, um dos seis «comandos combatentes unificados» com os quais os USA cobrem o globo, compreende a totalidade da região europeia e toda a Rússia (compreendendo a região asiática), mais alguns países da Ásia Ocidental e Central: Turquia, Israel, Geórgia, Arménia e Azerbaijão.

Na base aérea de Aviano (Pordenone) está estabelecida a *31st Fighter Wing*, a esquadrilha USA de caça-bombardeiros F-16C/D, pronta para o ataque com cerca de 50 bombas nucleares B61 (número estimado pela FAS, Federação dos Cientistas Americanos, no período antecedente a 2020).

Na base aérea de Ghedi (Brescia) está instalado o 6º Esquadrão da Força Aérea Italiana, com caça-bombardeiros Tornado PA-200, prontos para o ataque sob comando USA, com cerca de 20 bombas nucleares B61 (número estimado pela FAS, Federação dos Cientistas Americanos, no período antecedente a 2020).

Como escreve a FAS – os pilotos italianos são treinados para o ataque nuclear, como demonstra a presença em Ghedi da *704th Munitions Support Squadron*, uma das quatro unidades da U.S Air Force deslocada para as bases europeias (além da Itália, estão na Alemanha, Bélgica e Holanda) «onde as armas nucleares USA são destinadas a ser lançadas pelos aviões dos países hospedeiros». Os *Munitions Support Squadrons* – especifica a U.S. Air Force (*Air Force Instruction 21-300, 2 January 2014*) – são «responsáveis, pela recepção, armazenamento, manutenção e controlo das armas nucleares americanas para apoio da NATO e pela sua missão de ataque». Os pilotos dos quatro países europeus e os pilotos turcos estão treinados para o uso de bombas nucleares no Steadfast Noon, o exercício anual de guerra nuclear da NATO. Em 2013, desenrolou-se em Aviano, em 2014 ocorreu em Ghedi.

Às armas nucleares USA, instaladas em território italiano, cujo número real é segredo, juntam-se as que estão a bordo das unidades da Sexta Frota, cuja base principal está

em Gaeta, em Lazio. A Sexta Frota depende do Comando das Forças Navais USA, na Europa, cujo quartel general está em Nápoles – Capodichino.

Estas forças nucleares estão integradas na rede de base, o que torna a Itália numa espécie de porta-aviões do qual são lançadas as operações militares USA/NATO para Sul e para Leste.

Em Vicenza, existe a base da 173ª Brigada Aerotransportada do Exército USA, que fornece forças de intervenção rápida ao Comando Europeu, ao Comando África e ao Comando Central (cuja «área de responsabilidade» compreende o Médio Oriente e Ásia Central, bem como o Egipto). As forças da 173ª Brigada, já utilizadas no Iraque, em 2003, são enviadas rotativamente para o Afeganistão, Ucrânia e outros países da Europa Oriental.

Na área de Pisa/Livorno está Camp Darby, a base logística do Exército USA, que fornece forças terrestres e aéreas, americanas e europeias, à Europa, Médio Oriente e África. Nos seus 125 bunkers estão armazenados, projecteis de artilharia, bombas para os aviões e mísseis, num número que pode ser estimado em mais de 1,5 milhões. Não se pode excluir que, entre as armas aéreas armazenadas em Camp Darby, tenham estado e possam estar bombas nucleares. Junto às munições para a artilharia, estão armazenados nessa base, tanques e outros veículos militares num número estimado em 2.500 unidades, juntamente com mais de 11.000 materiais militares de vários tipos. Camp Darby é o único sítio do Exército USA onde os tanques e outros veículos de combate, estão posicionados junto às munições. Na base está o equipamento completo de dois batalhões couraçados e de duas infantarias mecanizadas, que podem ser enviadas, rapidamente, para uma zona de operações através do aeroporto de Pisa (Hub aéreo militar nacional) e pelo porto de Livorno (onde podem atracar unidades de propulsão nuclear).

Aqui, fazem escala, todos os meses, navios enormes que transportam armas por conta do Pentágono, ligando os portos americanos aos portos do Mediterrâneo, do Médio Oriente e da Ásia.

Em Lago Patria (Nápoles) está a sede do Comando da Força Conjunta Aliada (JFC Naples). O seu novo quartel general, inaugurado em 2012, tem uma superfície coberta de 85 mil metros quadrados, circundado por uma vasta área cercada, predisposta para uma expansão futura. O pessoal, em aumento, é composto mais de 2.500 militares e civis. O JFC Naples da NATO está às ordens de um almirante

americano, que comanda, ao mesmo tempo, as Forças Navais USA, na Europa (das quais depende a Sexta Frota dotada de armas nucleares) e as Forças Navais USA para a África. A tarefa do JFC Naples é «planificar e conduzir operações militares na área de responsabilidade do Comando Supremo Aliado, na Europa e para além dessa área».

A cada dois anos, em rotação com o Comando de Brunssum, na Holanda, o JFC Naples assume o comando operacional da «Força de Resposta NATO» (NRF), uma força conjunta «altamente flexível e capaz» composta de 40 mil homens, que também tem a tarefa de conduzir operações militares na «área de responsabilidade do Comandante Supremo Aliado, na Europa e para além dessa área». A ponta de lança da NRF é constituída pela sua « Task Force Conjunta da Máxima Prontidão Operacional» que, composta de 5 mil homens, pode ser enviada em 2/3 dias, para a área de intervenção «antes de se iniciar a crise».

No quartel general de Lago Patria está em funções, desde Setembro de 2017, o «[Hub da Direcção Estratégica NATO para o Sul](#)» (NSD-S Hub) com a tarefa de recolher informações e analisar uma variedade de questões relativas à destabilização, terrorismo potencial, radicalização e migração». Por outras palavras, um centro de serviços secretos (inteligência), ou seja, de espionagem, «concentrado nas regiões meridionais, compreendendo o Médio Oriente, o Norte de África e Sahel, África subsahariana e áreas adjacentes». Com base nas informações recolhidas (ou fabricadas) pela NSD-S Hub – directo do JFC Naples, na verdade, do Pentágono – a NATO decide as suas intervenções militares nesta vasta área. O centro dos serviços secretos da NATO aproveita-se da colaboração de universidades e think tank internacionais (como a University College London e o Overseas Development Institute), de organizações das Nações Unidas (entre as quais a UNICEF e a Organização Internacional para as Migrações) e de organizações não governamentais (entre as quais a OXFAM e Save the Children). Para além de serem usadas como o rosto «humanitário» do NSD-S Hub, essas organizações arriscam-se a ser envolvidas, através de agentes infiltrados, em acções de espionagem e outras operações secretas do centro de inteligência (serviços secretos) NATO, nos países meridionais e africanos.

Na Sicília, a Naval Air Station (NAS) Sigonella, com um pessoal de cerca de 7.000 militares e civis, constitui a maior base naval e aérea USA e NATO, da região mediterrânea. Além de fornecer apoio logístico à Sexta Frota, a mesma constitui a base de lançamento de operações militares (em grande parte secretas),

principalmente, mas não unicamente, no Médio Oriente e em África. A NAS – lê-se na apresentação oficial - «recebe aviões USA e NATO de todos os tipos». Entre estes, os drones espões RQ-4B Global Hawk, capazes de voar sem abastecimento mais de 16.000 km a uma altitude de 16.000 km a 18.000 km que, de Sigonella efectuem missões de reconhecimento sobrevoando o Médio Oriente, África, Ucrânia Oriental e outras zonas. Para ataques dirigidos (quase sempre secretos) descolam de Sigonella, os drones Predator B/MQ-9 Reaper, armados de mísseis e bombas de orientação laser e via satélite.

A Naval Air Station Sigonella está integrada na base italiana de Augusta, que fornece combustível e munições às bases navais USA e NATO e, no porto de Catania, é capaz de albergar 9 navios de guerra. Para os exercícios de fogos reais, as forças especiais americanas dispõem do polígono de Pachino (Siracusa), concedido para uso exclusivo dos Estados Unidos. Outra instalação importante americana na Sicília é a instalação MUOS de Niscemi (Caltanissetta). O MUOS (Mobile User Objective System) é um sistema de comunicações via satélites militares de alta frequência, composto de quatro satélites e de quatro estações terrestres: duas em território americano, na Virginia e no Hawaii, uma na Austrália e uma na Sicília, cada uma dotada de três grandes antenas parabólicas de 18 metros de diâmetro. Esse sistema permite ao Pentágono, ligar a uma única rede de comando e comunicações, submarinos e navios de guerra, caça-bombardeiros e drones, veículos militares e departamentos terrestres, enquanto estão em movimento, em qualquer parte do mundo onde se encontrem. A estação MUOS de Niscemi, é, de facto, uma instalação de primordial importância para as forças nucleares americanas, e, consequentemente, alvo prioritário na frente nuclear. Em Sardenha estão os maiores polígonos para treino das forças italianas e da NATO: em particular as de Salto di Quirra, Capo Teulada, Capo Frasca e Capo San Lorenzo. Aqui são usadas, nos exercícios de fogos reais, cerca de 80% das bombas, das ogivas de mísseis e dos projecteis empregues nas manobras militares que se desenvolvem na Itália, com consequências dramáticas para a saúde das populações.

Não são apenas estes, os perigos provenientes das bases militares USA/NATO. Demonstra-o a [tragédia do Moby Prince](#), a embarcação que na noite de 10 de Abril de 1991, entra em colisão, na barra do porto de Livorno, com o petroleiro Agip Abruzzo, incendiando-se. O Mayday lançado repetidas vezes não encontra resposta. Morreram 140 pessoas, na embarcação em chamas, depois de terem esperado em vão, por socorros. Durante décadas, apesar de três inquéritos e dois processos, os familiares pedem em vão, a verdade. No entanto, ela surge

incontestavelmente dos factos. Naquela noite, na barra de Livorno está um grande movimento de navios militares e militarizados dos Estados Unidos, que trazem de volta, à base USA de Camp Darby (limítrofe do porto) parte das armas usadas na guerra do Golfo. Estão aí também outros três navios misteriosos. O Gallant II (nome de código Theresa), navio militarizado USA, que, de repente, depois do acidente, deixa precipitadamente a barra de Livorno. O navio 21 Oktoobar II, da sociedade Shifco, cuja frota, dada pela Cooperação italiana à Somália, oficialmente para a pesca, é usada para transportar armas USA e resíduos tóxicos radioactivos na Somália e para reabastecer de armas a Croácia, em guerra contra a Jugoslávia. Por haver encontrado as provas desse trafico, a jornalista Ilaria Alpi e o seu operador, Miran Hrovatin, são assassinados em 1994, em Mogadiscio, numa emboscada da CIA com a ajuda da Gladio e dos serviços secretos italianos.

Com toda a probabilidade, na noite de 10 de Abril, está em curso na barra de Livorno o transbordo de armas USA que, em vez de tornarem a entrar em Camp Darby, são enviadas, secretamente, para a Somália, Croácia e para outras zonas, não excluindo os depósitos da Gladio, em Itália. Quando acontece a colisão, quem dirige a operação – seguramente o comando USA de Camp Darby – procura, rapidamente, apagar qualquer prova, o que explica alguns «pontos escuros»: o sinal do Moby Prince, apenas a duas milhas do porto, que está fortemente perturbado; o silêncio da Rádio Livorno, o gestor público das telecomunicações, que não chama o Moby Prince; o comandante do porto, «que não orienta os socorros e que é forçado a dar atenção a outras comunicações via rádio», que não orienta os socorros e que, a seguir, é promovido a almirante pelos seus méritos; a falta (ou melhor, o desaparecimento) de traços de radar e imagens de satélite, em particular a posição do Agip Abruzzo; a adulteração da embarcação apreendida, donde desaparecem instrumentos essenciais às indagações. Ignora-se que no centro do massacre do Moby Prince está Campo Darby, a mesma base USA inquirida pelo Juiz Casson e Mastelloni na investigação da organização golpista «Gladio». Uma das bases USA/NATO que - escreve Ferdinando Imposimato, Presidente honorário do Supremo Tribunal de Cassação – forneceram os explosivos para os massacres da Piazza Fontana, em Caci e Via d'Amelio. Bases em que «se reuniam terroristas negros, oficiais da NATO, mafiosos, homens políticos italianos e da maçonaria, na véspera dos atentados».

7.3 A B61-12, a nova bomba nuclear USA para a Itália e para a Europa

A nova bomba nuclear B61-12 que, segundo o programa do Pentágono, em 2020, substitui a B61 instalada em Itália e noutros países europeus, [não é uma simples](#)

[versão modernizada](#) da precedente. É uma nova arma nuclear polivalente, que substitui no arsenal nuclear USA, as bombas B61-3, -4-, -7, -10.

A B61-12 tem uma ogiva nuclear com quatro opções de potência seleccionáveis. No momento do lançamento, é escolhida a potência da explosão nuclear segundo o objectivo a atingir: por exemplo, a potência máxima, para destruir completamente uma cidade, tornando uma vasta área radioactiva; a potência mínima, para destruir apenas uma zona, provocando uma radioactividade menor.

A B61-12 também tem a capacidade de penetrar no sub-solo e de atravessar cimento armado, explodindo em profundidade, para destruir os bunkers dos centros de comando e outras estruturas subterrâneas e, assim «decapitar» o país inimigo num *first strike* nuclear. De maneira diferente da B61, lançada na vertical sobre o objectivo, a B61-12 é lançada à distância e, através do kit da cauda, dirige-se para o objectivo guiada por um sistema via satélite.

O perigo desta nova arma, fruto da «modernização» das forças nucleares americanas, é evidenciado pelo General James Cartwright, já na chefia do Comando Estratégico dos Estados Unidos, responsável pelas armas nucleares: «A modernização poderia mudar o modo como os comandos militares valorizam os riscos que derivam do uso das armas nucleares». Por outras palavras, Cartwright e outros peritos advertem que, «as armas nucleares de menor potência e de maior precisão, aumentam a tentação de usá-las, mesmo em primeiro lugar, em vez de usá-las apenas como represália».

Esta afirmação é confirmada pela [FAS, Federação dos Cientistas Americanos](#): «A alta precisão e a possibilidade de usar ogivas menos destrutivas podem levar os comandantes militares a pressionar o botão porque, num ataque, se usarem a bomba nuclear, saberiam que a queda radioactiva (fallout) e o dano colateral seria limitado».

O programa do Pentágono prevê a construção de 500 bombas B61-12, com um custo estimado em 10 biliões de dólares (cada bomba chega a custar o dobro de quanto custaria se fosse construída completamente em ouro). Os múltiplos componentes da B61-12 são projectados e testados nos laboratórios nacionais de Los Alamos e Albuquerque (Novo México), de Livermore (Califórnia), e produzidos em série nas fábricas no Missouri, Texas, Carolina do Sul, Tennessee. Junta-se a estas a secção da cauda para a orientação da precisão, fornecida pela Boeing.

Não se sabe quantas B61-12 serão instaladas na Europa e na Turquia, para substituir as B61, cujo número efectivo foi sempre mantido em segredo. As estimativas aproximadas da FAS indicam 70 B-61 em Itália, 50 na Turquia, 20 respectivamente na Alemanha, Bélgica e Holanda. Não se pode excluir que, dado o crescente confronto militar com a Rússia, as B61-12 destinadas à Europa não sejam mais do que as precedentes B-61.

Fotos via satélite, divulgadas pela FAS, mostram que foram efectuados trabalhos de reestruturação para aumentar a «segurança» das bases de Aviano e Ghedi Torre, tendo em vista a instalação das B61-12. Foram efectuados trabalhos análogos na base aérea alemã de Buchel, e noutras duas bases na Bélgica e na Holanda e na base turca de Incirlic.

Testes efectuados no polígono de Nellis, no Nevada, em 2017, mostram que a B61-12 pode ser lançada de um caça F16C/D, tipo dos que a *31st Fighter Wing*, instalada em Aviano e de caça-bombardeiros Tornado PA-200, tipo dos usados pelo 6º Esquadrão da Força Aérea Italiana, distribuídos em Ghedi (Brescia). Estes aviões permitem lançar a bomba com trajectória balística. Para orientar a bomba através do kit da cauda, são necessários aviões americanos dotados de sistemas digitais especiais: os caças F-35 A, que a Força Aérea Italiana também recebe e o caça F-15E; o bombadeiro B-2 Spirit e o novo bombardeiro B-21.

Não está excluído que as B61-12 sejam instaladas não só em Aviano e Ghedi, mas também noutras bases USA/NATO, em território italiano. Os resultados das inspecções periódicas para controlar como as armas nucleares são geridas, mantidas e supervisionadas são, desde 2017, top secret: decidiu o Pentágono, declarando que desse modo «se impede que os adversários saibam muito a respeito da vulnerabilidade das armas nucleares USA». Na realidade, comentam os peritos da FAS, os relatórios das inspecções até agora divulgados não tinham dados classificados. No entanto, surgiram problemas relativos à segurança das armas nucleares e ao comportamento do pessoal ligado à gestão das mesmas. Assim, hoje ninguém, além de um pequeno círculo no Pentágono, pode ter conhecimento sobre o grau de segurança dos sítios, como Aviano e Ghedi Torre, em que estão distribuídas as armas nucleares americanas. No entanto, o objectivo fundamental da decisão do Pentágono é outro: Não dando conhecimento onde se fazem as inspecções, eles não revelam mais, nem indirectamente, onde estão instaladas as armas nucleares. Isto diz respeito não só às instalações em território americano, mas, sobretudo, às dos outros países, entre os quais a Itália.

O facto de que, nos exercícios de guerra nuclear NATO se realizassem em Ghedi, em 2014, tivessem tomado parte, pela primeira vez, pilotos polacos com caça-bombardeiros F-16C/D, indica com toda a probabilidade, que as B61-12 também vão ser instaladas na Polónia e noutros países de Leste. Caças NATO de dupla capacidade, convencional e nuclear, são deslocados, em rotação, nas repúblicas bálticas, junto às fronteiras da Rússia.

7.4 A escalada USA/NATO na Europa

O ano 2014, para Washington e para a sua Aliança transatlântica, arrisca-se a ser um ano nero, sobretudo em dois cenários: Uma Europa sem guerra onde, não obstante

a expansão da NATO para Leste, estão a reforçar-se as ligações económicas e políticas entre a União Europeia e a Rússia, e onde quase todos os aliados estão relutantes em aumentar a despesa militar ao nível requerido pelo Pentágono; um Mna Síria édio Oriente onde a guerra USA/NATO está a falhar, a Síria e o Iraque estão a distanciar-se dos USA e a aproximar-se da China e da Rússia, cuja aliança é sempre temidda pela Casa Branca. Washington é avisado, cada vez com mais urgência, da exigência de encontrar uma «nova missão» para a NATO. É encontrada pontualmente.

O putsch da Praça Maidan, preparado desde há muito pelo treino das forças neonazis ucranianas, leva a Europa a uma situação análoga à da guerra fria, provocando um novo confronto com a Rússia. A ofensiva do ISIS, preparada com o financiamento e armamento de grupos islâmicos (alguns dos quais eram designados antes como terroristas) acabada a guerra contra a Jugoslávia e a guerra contra a Líbia, permite às forças USA/NATO intervirem no Médio Oriente para destruir, não o ISIS, mas a Síria e para reocupar o Iraque.

A «nova missão» da NATO é oficializada nas Cimeiras de Setembro de 2014, no País de Gales

https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/detalhe/decisoes_da_cimeira_da_nato_obrigam_ao_aumento_da_despesa_militar lançando o «Readiness Action Plan», cujo objectivo oficial é de «responder, rápida e firmemente, aos novos desafios à segurança», atribuídos à «agressão militar da Rússia contra a Ucrânia» e ao «aumento do extremismo e dos conflitos sectários no Médio Oriente e no Norte de África». O plano é definido pelo Secretário Geral da NATO; Jens Stoltenberg, «o maior reforço da nossa defesa colectiva desde o fim da guerra fria».

Em apenas três meses, a NATO quadruplica os caça-bombardeiros, duplica a capacidade convencional e nuclear, implantada na região báltica (antes parte da URSS); envia radares aéreos AWACS na Europa Oriental e aumenta o número dos navios de guerra no Mar Báltico, Mar Negro e Mediterrâneo; instala na Polónia, Estónia, Letónia e Lituânia forças terrestres americanas, britânicas e alemãs; intensifica os exercícios conjuntos na Polónia e nos Países Bálticos, aumentando-os para mais de 200.

A partir desse momento, a pressão USA/NATO sobre a Rússia cresce em progressão geométrica. Em quatro anos, de 2014 a 2018, os EUA gastam 10 bilhões de dólares na «Iniciativa de Segurança da Europa» (ERI), cujo objectivo oficial é «aumentar a nossa capacidade de defender a Europa contra a agressão russa». Quase metade da despesa serve para totenciar o «pré-posicionamento estratégico» USA na Europa, ou seja, os depósitos de armamento que, colocados em posição avançada, permitem «uma rápida deslocação das forças armadas no teatro bélico». Outra grande parte é destinada a «aumentar a presença, em base rotativa, das forças americanas em toda a Europa». As porções restantes servem para o desenvolvimento das infra-estruturas das bases na Europa para «aumentar a prontidão da acção USA», ao potenciamento dos exercícios militares e ao treino para «aumentar a prontidão e a capacidade de interacção das forças da NATO».

Os fundos da ERI – especifica o Comando Europeu dos Estados Unidos- são apenas uma parte dos que estão destinados à «Operação Atlantic Resolve, que demonstra a capacidade USA de responder às ameaças contra os aliados». No âmbito dessas operações, é transferida de Fort Carson (Colorado), para a Polónia, em Janeiro de 2017, a 3ª Brigada couraçada, composta de 3.500 homens, 87 tanques, 18 obuseiros de auto-lançamento, 144 veículos de combate Bradley, mais 400 Humvees (Veículo Automóvel Multifunção de Alta Mobilidade) <https://pt.wikipedia.org/wiki/HMMWV> e 2.000 veículos de transporte. A 3ª Brigada couraçada será substituída a seguir por outra unidade, assim as forças couraçadas americanas são permanentemente deslocadas no território polaco. Daqui, os seus departamentos são transferidos, para treinos e exercícios, para outros países de Leste, sobretudo para a Estónia, Letónia, Lituânia, Bulgária, Roménia e mesmo Ucrânia, ou seja, são continuamente deslocados à volta da Rússia.

Sempre no contexto de tais operações, é transferida para a base de Illersheim (na Alemanha) de Fort Drum (em New York), a 10ª Brigada Aérea de Combate, com mais de 2.000

Homens e uma centena de helicópteros de guerra. De Illersheim, duas task force são enviadas para «posições avançadas» na Polónia, Roménia e Letónia. Nas bases de Ämari (Estónia) e Graf Ignatievo (Bulgária), são distribuídos caça-bombardeiros USA e NATO, compreendendo Eurofighter italianos, para o «patrulhamento aéreo» do

Báltico. A operação prevê, também, «uma presença continuada no Mar Negro», na base aérea de Kogalniceanu (Roménia) e na de treino de Novo Selo (Bulgária).

O General Curtis Scaparrotti, Chefe do Comando Europeu dos EUA e, ao mesmo tempo, Comandante Supremo Aliado na Europa, assegura que «as nossas forças estão preparadas e posicionadas para barrar a agressão russa. » Um contingente USA é posicionado na Polónia oriental, no designado «Suwalki Gap», um trecho de terreno plano com cerca de cem quilómetros de comprimento que, avisa a NATO, «seria uma passagem perfeita para os tanques russos». É, assim, desenterrado o armamento da propaganda da velha guerra fria: <http://www.edizpiemme.it/libri/putinfobia> o dos tanques russos prontos para invadirem a Europa. Afigitando o fantasma de uma ameaça do Leste, que não existe, de facto chegam à Europa os tanques dos Estados Unidos.

O plano é claro. Depois de ter provocado com o golpe de Estado da Praça Maidan um novo confronto com a Rússia, Washington (não obstante a mudança de Administração do Presidente Obama pela do Presidente Trump) segue a mesma estratégia: transformar a Europa na primeira linha de uma nova guerra fria, com vantagem para os interesses dos Estados Unidos e da suas relações de forças com as maiores potências europeias.

Na instalação no flanco oriental – compreendendo forças couraçadas, caça-bombardeiros, navios de guerra e unidades de mísseis nucleares – participam as potências europeias da NATO, como demonstra o envio de tropas francesas e de tanques britânicos para a Estónia. Fala-se, neste período, de «exército europeu, mas no encontro dos Ministros de Defesa da União Europeia, em Abril de 2017, em Malta, o Secretário Geral da NATO; Stoltenberg, escarece em que termos: «Ficou claramente estabelecido, da parte da União Europeia, que o seu objectivo não é constituir um novo exército europeu ou estrutura de comando em competição com a da NATO, mas algo que seja complementar ao que a NATO faz».

O Art. 42 do Tratado da União Europeia estabelece que «a política da União respeita as obrigações de alguns Estados membros, os quais consideram que a sua defesa comum se realiza através da Organização do Tratado do Atlântico Norte». Visto que

são membros da Aliança, 22 dos 28 países da União Europeia (21 em 27 com a saída da

Grã Bretanha da UE), torna-se evidente o predomínio da NATO. Para evitar equívocos, o protocolo nr. 10 sobre a cooperação instituída pelo art. 42 sublinha que a NATO «permanece o fundamento da defesa colectiva» da União Europeia, e que «um desempenho mais forte da União em matéria de segurança e de defesa, contribuirá para a vitalidade de uma Aliança Atlântica renovada». O bastão do comanado permanece, portanto, do Comandante Supremo Aliado na Europa, um general americano nomeado pelo Presidente dos Estados Unidos.

Para reforçar mais ainda, a sua influência na Europa, os Estados Unidos promovem a «Iniciativa dos três Mares», que é lançada em Julho de 2017, na ocasião da visita do Presidente Trump a Varsóvia. A Polónia, definida pela Casa Branca como um país «fiel aliado NATO e um dos mais íntimos amigos da América» é a ponta de lança da estratégia USA/NATO que arrastou a Europa para uma nova guerra fria com a Rússia. Aos olhos de Washington, ela tem todas as características para assumir outra tarefa exigente, a de orientar a «Iniciativa Três Mares», um novo projecto que reúne 12 países compreendidos entre o Mar Báltico, o Mar Negro e o Mar Adriático: Polónia, Lituânia, Letónia, Estónia, Hungria, República Checa, Austria, Bulgária, Roménia, Croácia, Eslováquia e Eslovénia. Estes países são membros da União Europeia e ao mesmo tempo, todos eles, excepto a Austria, são membros da NATO sob comando USA; mais ligados a Washington do que a Bruxelas. O objectivo oficial do novo projecto é «ligar as economias e as infra-estruturas da Europa Central e Oriental, de Norte a Sul, alargando a cooperação nos sectores da energia, dos transportes, das comunicações digitais e, em geral, da economia, para tornar a Europa Central e Oriental mais segura e competitiva». Os EUA pensam isso. No seu discurso na Conferência dos Três Mares, o Presidente Trump «concentra-se no desenvolvimento das infra-estruturas e na segurança energética, evidenciando, entre outras, as primeiras expedições do LNG (gás natural liquefeito) americano para a Polónia.». Um terminal no porto báltico de Swinoujscie, custando cerca de um bilião de dólares, permite à Polónia importar LNG americano na medida inicial de 5 biliões de metros cúbicos/ano. Através deste e de outros terminais, entre os quais um projectado na Croácia, o gás proveniente dos USA ou de outros países através de companhias americanas, será distribuído através de gasodutos especiais para toda a «região dos

Três Mares». O objectivo do plano é claro: atacar a Rússia, fazendo diminuir a sua exportação de gás na Europa (objectivo realizável apenas se a exportação do gás USA, mais cara do que o russo, for incentivado com fortes subsídios estatais) ligar ainda mais aos EUA, a Europa Central e Oriental, não só militarmente, mas também economicamente, em concorrência com a Alemanha e outras potências europeias. Assim, o objectivo do plano, é criar dentro da Europa, uma macroregião (a dos Três Mares) de soberania limitada, directamente sob a influência USA, que acabe, de facto, com a União Europeia e se alargue à Ucrânia e mais além.

7.5 O «escudo» USA sobre a Europa

Em Maio de 2016, na base aérea de Deveselu, na Roménia, é inaugurada a «Aegis Ashore», a primeira instalação terrestre do sistema via satélite Aegis, dos Estados Unidos, em território europeu. O Secretário Geral da NATO, Jens Stoltenberg, agradece aos EUA, visto que com essa instalação, «a primeira do seu género instalado em terra», aumentou consideravelmente, a capacidade de «defender os aliados europeus contra os mísseis balísticos do exterior da área Euro-Atlântica». Anuncia, assim, o início dos trabalhos a realizar na Polónia, em 2018, de outra «Aegis Ashore», análoga à que entrou em funcionamento na Roménia.

As duas instalações terrestres juntam-se aos quatro navios de guerra dotados do radar Aegis e de mísseis SM-3, os quais, deslocados pela U.S. Navy, da base espanhola de Rota, cruzam o Mar Mediterrâneo, o Mar Negro e o Mar Báltico. As Forças Navais Americanas já têm 30 navios deste tipo.

Quer as instalações em terra, quer as que se encontram nos navios, todas elas são dotadas de lançadores verticais Mk 41 da Lockheed Martin, ou seja, esses lançadores são constituídos por tubos verticais (no corpo do navio ou num bunker subterrâneo) de onde são lançados os mísseis interceptores SM-3. É o designado «escudo», cuja função, na realidade, é ofensiva. Se os EUA conseguirem realizar um sistema confiável, capaz de interceptar os mísseis balísticos, poderão manter a Rússia sob a ameaça de um *first strike* nuclear, confiante na capacidade do «escudo» de neutralizar os efeitos das represálias. Na realidade, isso não é possível no estado actual, porque a Rússia e a China estão a adoptar uma série de contra-medidas, que tornam impossível interceptar todas as ogivas nucleares de um ataque de mísseis. Então, para que serve o sistema Aegis instalado na Europa?

O mesmo é explicado pela Lockheed Martin. Ilustrando as características técnicas do sistema de lançamento vertical MK 41, sublinha que o mesmo está apto a lançar «mísseis para todas as missões: anti-aéreas, anti-navios, anti-submarinos e de ataque contra objectivos em terra». Cada tubo de lançamento é adaptável a qualquer tipo de míssil, compreendendo «os maiores, para defesa contra mísseis balísticos e mísseis de ataque de longo alcance». Especificam mesmo os tipos: «o Standard Missile 3 (SM-3) e o míssil de cruzeiro Tomahawk». Este último, nas suas diversas versões, pode ser armado de ogivas convencionais (não nucleares) ou de ogivas nucleares.

Deste modo, não se pode saber quais os mísseis que estão nos lançadores verticais das bases na Roménia e na Polónia e os que estão a bordo dos navios que navegam nos limites das águas territoriais russas. Não podendo controlar, Moscovo toma como certo que são mísseis de ataque nuclear.

A instalação de lançadores verticais Mk41 à volta do território russo pode assinalar o fim do Tratado sobre as forças nucleares intermédias, assinado pelos USA e URSS em 1987, que proíbe a instalação de mísseis sediados em terra e de alcance entre 500 a 5.500 Km.

Capítulo 8

O CENÁRIO DO APÓCALIPSE

8.1 A escalada qualitativa do confronto nuclear

Segundo as estimativas aproximadas da Federação dos Cientistas Americanos (FAS), relativas a 2017, as potências nucleares possuem, globalmente, cerca de 15.000 ogivas nucleares. Destas, 4.150 estão instaladas estrategicamente, ou seja, prontas para ser lançadas por mísseis balísticos e bombardeiros pesados, cujo raio de acção é, aproximadamente, 10.000 km ou mais; juntam-se a estas, mais 150 instaladas não estrategicamente, isto é, as bombas nucleares na Europa, prontas a ser lançadas por caça-bombardeiros com menor raio de acção, mas mais próximas dos objectivos a atingir.

Outras 5.300 ogivas nucleares estratégicas e não estratégicas, são mantidas de reserva em depósitos, prontas a serem instaladas em mísseis e bombardeiros. Adicionando a estas, mais 5.300 ogivas retiradas de uso operacional, mas ainda intactas e, portanto, prontas a ser utilizadas, o número global de ogivas nucleares é cerca de 15.000.

Pertencem aos Estados Unidos e à Rússia, 92% das ogivas nucleares – cada um destes países possui cerca de 7 mil. Os outros países que possuem ogivas nucleares são: França (300), China (270), Grã-Bretanha (215), Paquistão (120-130), Índia (110-120) Israel (80), Coreia do Norte (10-20). Outros 5 países – Itália, Alemanha, Bélgica, Holanda e Turquia - têm, globalmente, cerca de 150 ogivas nucleares americanas não estratégicas, instaladas nos seus territórios.

O número estimado de ogivas nucleares, também constitui uma medida significativa das forças nucleares de um determinado país, não basta para determinar qual seja a sua capacidade nuclear militar. Por exemplo e sempre segundo a FAS, os Estados Unidos possuem, no total, cerca de 7.000 ogivas nucleares, mais 20.000 núcleos de plutónio ou partes internas de reactores nucleares com os quais podem construir outras tantas ogivas nucleares e produzem continuamente novos núcleos de plutónio, no Los Alamos National Laboratory, para assim poderem construir rapidamente novas ogivas nucleares.

A corrida aos armamentos desenvolve-se não na quantidade, mas cada vez mais, na qualidade das armas nucleares: ou seja, sobre o tipo de plataformas de lançamento (de terra, mar, ar e provavelmente também do Espaço exterior) e sobre a capacidade ofensiva das ogivas nucleares.

Os Estados Unidos, tendo mais ou menos o mesmo número de ogivas do que a Rússia, estão em vantagem como número de «armas estratégicas ofensivas», ou seja, de ogivas nucleares que, transportadas por mísseis balísticos e bombardeiros pesados, são capazes de atingir objectivos distantes de mais de 10 mil quilómetros: segundo as estimativas da FAS relativas a 2017, os Estados Unidos têm mais de 3.800 ogivas nucleares estratégicas em comparação com as 2.460 russas.

Têm, juntamente a esta, uma outra vantagem: mais de metade das ogivas nucleares estratégicas americanas – 52% - está instalada em mísseis balísticos lançados de submarinos (SLBM), em comparação com 31% das russas. Isto significa que os Estados Unidos têm mais 1.980 ogivas nucleares estratégicas SLBM em comparação com as 770 russas. A vantagem consiste no facto de que, os submarinos de ataque nuclear, sempre mais silenciosos e mais rápidos, são dificilmente localizáveis e, deste modo, relativamente invulneráveis; além do mais, podem avizinhar-se dos objectivos, contra os quais podem lançar os mísseis balísticos, permanecendo imersos. Estão

capacitados para lançar de qualquer ponto dos oceanos e também, do Oceano Glacial Ártico, emergindo do gelo.

A maior parte das ogivas nucleares estratégicas russas – 44% em comparação com 21% das americanas - pelo contrário, está instalada em mísseis balísticos intercontinentais, lançados de terra (ICBM). Assim, são mais facilmente localizáveis e vulneráveis a um ataque nuclear de surpresa. Em termos numéricos, a Rússia tem quase 1.100 ogivas nos ICBM em comparação com as 800 dos EUA.

Os Estados Unidos estão em vantagem sobre a Rússia também em número e percentagem de ogivas nucleares estratégicas, transportadas por bombardeiros pesados: as dos EUA são mais de 1.000, correspondem a 27% do total; as russas são pouco mais de 600 e correspondem a 25% do total.

A vantagem dos EUA é acrescida pelo facto de que, as suas forças nucleares estão integradas nas de outras duas potências nucleares da NATO, França e Grã-Bretanha. As forças nucleares da NATO (americanas, francesas e britânicas), segundo as estimativas da FAS relativas a 2017, dispõem de mais de 7.300 ogivas nucleares, das quais 2.200 estão prontas para ser lançadas, em comparação com as 7.000 russas das quais 1.950 estão prontas para lançamento. Cerca de 550 ogivas nucleares estratégicas e não estratégicas da NATO – americanas, francesas e britânicas – prontas para lançamento, estão instaladas na Europa, na proximidade do território russo. É como se a Rússia instalasse no México centenas de ogivas nucleares apontadas para os Estados Unidos. Outra vantagem é constituída pelo facto de que, todas as ogivas nucleares britânicas e grande parte das francesas, estão instaladas em mísseis balísticos lançados de submarinos.

Às forças nucleares USA/NATO juntam-se as de Israel, a única potência nuclear no Médio Oriente, ligada à NATO através do «Programa de cooperação individual» (2008). Baseadas nesta circunstância, as forças israelitas envolvidas numa grossa manta de sigilo e silêncio, são estimadas pela FAS, em 2017, como possuindo cerca de 80 ogivas nucleares, mais plutónio suficiente para construir outras 100-200; outras fontes estimam o arsenal israelita em 100-300 ogivas nucleares. Israel também produz, seguramente, trítio, gás radioactivo com que fabrica armas nucleares de nova geração. Entre estes mini-nukes, para usar num teatro bélico restrito, estão as armas de neutrões, que provocam uma contaminação radioactiva menor, mas uma mortalidade mais elevada pela forte emissão de neutrões velozes: os mais adaptados contra objectivos não muito distantes de Israel.

As ogivas nucleares israelitas estão prontas para lançamento em mísseis balísticos que, com o Jericho 3, atingem 8-9 mil quilómetros de alcance. A Alemanha forneceu a Israel (como presente ou a preços promocionais), quatro submarinos Dolphin modificados: em cada um, há seis tubos de lançamento de mísseis de cruzeiro de curto alcance, foram adicionados quatro para os Popeye Turbo, mísseis nucleares com um alcance de cerca de 1.500 km. Os submarinos israelitas 'made in Germany', silenciosos e capazes de permanecer imersos durante uma semana, navegam no Mediterrâneo Oriental, Mar Vermelho e Golfo Pérsico, prontos vinte e quatro horas sobre vinte e quatro, para o ataque nuclear. Os Estados Unidos, que já forneceram a Israel mais de 350 caça-bombardeiros F-16 e F-15, estão empenhados em fornecê-los, pelo menos, 75 caças F-35, esses com uma dupla capacidade nuclear e convencional. O Pentágono, que mantém secretos os códigos de acesso ao software dos F-35, mesmo aos países (como a Itália) que participam na sua construção, fornece-os a Israel para que assim, possa integrar o F-35 nos seus sistemas de guerra electrónica. Também dá prioridade ao treino de pilotos israelitas, preparando-os para o ataque nuclear com estes caças da quinta geração.

A vantagem nuclear dos Estados Unidos sobre a China é irrefutável. Eles possuem um número de ogivas 25 vezes superior e uma nítida superioridade de plataformas de lançamento. Além do mais, segundo estima a FAS em 2017, 70% das ogivas nucleares chinesas estão instaladas em bases em terra, sendo assim, mais vulneráveis e só 50-70 destes mísseis têm um alcance intercontinental de modo a alcançar os Estados Unidos. No entanto, a China tem a capacidade tecnológica e industrial para aumentar e modernizar rapidamente as suas forças nucleares, recorrendo, também, à crescente cooperação na Rússia.

O Paquistão possui 120-130 ogivas nucleares. Como plataformas de lançamento, não tem (em 2017) mísseis balísticos intercontinentais nem submarinos de ataque nuclear, mas tem mísseis balísticos e de cruzeiro, de curto e médio alcance (máximo de 2.750 km) de ogivas múltiplas independentes, a que se juntam caça-bombardeiros de capacidade nuclear. O Paquistão também está empenhado em aumentar e modernizar o seu arsenal, Poderá ter, em 2025, 220-250 ogivas nucleares. A Arábia Saudita, que financia 60% do programa nuclear paquistanês, poderia ter recebido em troca, do Paquistão, algumas armas nucleares ou mesmo, a possibilidade de usá-las. Em 2015 Ryadh mostrou a intenção de comprar armas nucleares. Em 2016, o analista político, Daham al-Anzi, de facto, porta-voz da Riyadh, declarou numa entrevista «Nós temos bombas nucleares». A Arábia Saudita possui mais de 250 caça-bombardeiros

de dupla capacidade, convencional e nuclear, fornecidos pelos EUA e pelas potências europeias. Desde 2012, ela faz parte da «NATO Eurofighter and Tornado Management Agency», a agência NATO que gere os caças europeus Eurofighter e Tornado, os quais foram comprados pela Riyadh à Grã-Bretanha, duas vezes mais do que a própria Royal Air Force. No mesmo quadro entra o fornecimento ao Kuwait, aliado da Arábia Saudita, de 28 caças Eurofighter Typhoon, construídos pelo consórcio do qual faz parte a Finmeccanica (renomeada Leonardo, em 2016) juntamente com as indústrias da Grã-Bretanha, Alemanha e Espanha.

A Índia, que possui 110-120 ogivas nucleares, baseia as suas forças nucleares em caça-bombardeiros, mas possui também, mísseis balísticos com base em terra de alcance intermédio, como o Agni-5 de produção nacional, capaz de transportar uma ogiva nuclear a 5.000 kms. Em 2016, tornou operacional o seu primeiro submarino de ataque nuclear, armado com 12 mísseis balísticos, tornando-se assim, o sexto país (depois dos Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha, França e China) com capacidade de construir unidades deste tipo. Os mísseis balísticos instalados no primeiro submarino são de alcance curto, mas a Índia tem um programa para construir SLBM de longo alcance. A Coreia do Norte, estima a FAS em 2017, tem material físsil suficiente para produzir 10-20 ogivas nucleares, mas não há provas disponíveis que esteja capaz de torná-las operacionais para serem transportadas por mísseis balísticos, em cujo desenvolvimento alcançou progressos notáveis. **Tudo isto é ignorado pelos jornais e telejornais, que denunciam a Coreia do Norte como única fonte de ameaça nuclear.** Ignora-se também a lição que, em Pyongyang, dizem ter aprendido: **Gaddafi – recordam – tinha renunciado totalmente a todo o programa nuclear, permitindo inspeções da CIA, no território líbio. Porém, isso não o salvou, quando os USA e a NATO decidiram destruir o Estado Líbio. Se ele tivesse armas nucleares, pensam em Pyongyang, ninguém teria tido coragem para atacá-lo. Esse raciocínio também pode ser feito por outros: na actual situação mundial é melhor ter armas nucleares do que não tê-las.**

N.d.T.: A geoestratégia e a geopolítica alteraram-se após o discurso do Presidente da Rússia, [Vladimir Putin, em 1 de Março de 2018.](#)

A seguir:

8.2 A preparação para o first strike nuclear

A doutrina nuclear USA para o séc. XXI, é enunciada em 2001, no relatório do Pentágono *Nuclear Posture Review*. O texto do relatório não é publicado oficialmente, ao ser submetido ao Congresso e, desse documento, são [filtradas cópias das quais](#)

são extraídos e publicados alguns excertos. Desses mesmos extractos, compreende-se como está articulada a nova doutrina nuclear: enquanto a precedente não deixava outra opção se não a de desencadear ou provocar a guerra mundial, a nova doutrina prevê uma gama de opções que permite escolher, de vez em quando, se usar uma arma não nuclear ou uma nuclear. Por conseguinte, a probabilidade do uso de armas nucleares, não diminui, mas aumenta.

Confirma-o a publicação, em Dezembro de 2002, de um documento de 6 páginas, extraído de uma directiva secreta assinada pelo Presidente Bush, em Maio de 2002. Afirma que «Perante o emprego de armas de destruição em massa contra os USA, contra as nossas forças no estrangeiro, contra os nossos amigos e aliados, os Estados Unidos reservam-se o direito de responder de uma maneira avassaladora, compreendendo o recurso a todas as nossas opções», entre as quais, precisa um funcionário da Administração, «está incluída a opção nuclear». Por outras palavras, «Os Estados Unidos estão prontos a responder com armas nucleares a um ataque químico ou biológico, contra o seu próprio solo ou contra as suas próprias tropas no exterior».

Além da publicada, há uma parte classificada em que - revela o *Washington Post* - «se autorizam ataques preventivos contra Estados que estejam preparados para comprar armas de destruição em massa». Vem assim confirmada a estratégia do «ataque preventivo», enunciada na *National Security Strategy of the United States*, publicada pela Casa Branca, em 20 de Setembro de 2001: «A América agirá contra estas ameaças emergentes antes que elas estejam completamente formadas. Para antecipar ou prevenir actos hostis da parte dos nossos adversários, os Estados Unidos irão agir, se necessário, de maneira preventiva».

Com base nessa doutrina, os EUA apontam para dotar as suas forças nucleares de capacidades crescentes de *'first strike'*, ou seja, de primeiro disparo nuclear. O programa de modernização das Forças Nucleares USA – escreve em 2017, Hans Kristensen, Director do Nuclear Information Project da Federação dos Cientistas Americanos (FAS) – permitiu realizar novas tecnologias revolucionárias que triplicam, aproximadamente, a capacidade destrutiva dos mísseis balísticos USA. É como se estivesse a planificar, ter a capacidade de combater e vencer uma guerra nuclear, desarmando o inimigo com um primeiro golpe de surpresa».

A tecnologia que mais contribui para aumentar a capacidade destrutiva dos mísseis balísticos USA é a «super-espoleta», um dispositivo que faz detonar a ogiva nuclear

no momento mais oportuno para conseguir o efeito máximo sobre o objectivo. Antes da introdução desta tecnologia, mesmo as ogivas nucleares mais precisas não eram capazes de assegurar a destruição de objectivos reforçados, como silos de mísseis balísticos intercontinentais (ICBM), explodindo sobre eles ou na vizinhança. A probabilidade de destruir esses objectivos com ogivas nucleares de mísseis balísticos lançados de submarinos, era de cerca de 50%. Agora, dotados da nova espoleta, as mesmas ogivas nucleares são capazes de explodir, na maior parte, sobre ou nas proximidades dos objectivos reforçados. A probabilidade de destruí-los é superior a 85 %.

«Como consequência, a força dos submarinos dos EUA é muito mais capaz do que era antes contra alvos reforçados como os silos dos ICBM russos. Há dez anos, só cerca de 20% das ogivas nucleares dos submarinos USA tinha capacidade de destruir objectivos reforçados; hoje, todas as ogivas têm essa capacidade» - [escreve Kristensen](#) em 2017 Graças à potência destrutiva acrescida dos seus mísseis balísticos, os submarinos americanos navegam agora, com um número de ogivas três vezes superior ao necessário para destruir a totalidade da força russa de mísseis balísticos nos seus silos, instalados em terra.»

Da estratégia da «destruição mútua assegurada» (cuja sigla é MAD, equivale à palavra inglesa 'louco') – adoptada durante a guerra fria quando, cada uma das duas super-potências sabia que, se tivesse de atacar a outra com armas nucleares, seria destruída, por sua vez – o Pentágono passa à estratégia do '*first strike*', procurando adquirir a capacidade de desarmar a Rússia com um ataque de surpresa.

Seria efectuado, principalmente, por submarinos USA de ataque que, avizinhandose da costa do inimigo, poderia destruir com as suas ogivas nucleares dotadas de 'super-espoletas' os silos de mísseis balísticos intercontinentais russos com base em terra. Cada submarino da classe Ohio tem capacidade para lançar, em menos de um minuto, 24 mísseis balísticos Trident armados com 120-190 ogivas nucleares, cuja potência explosiva é mais do dobro do que a de todos os explosivos não-nucleares usados na Segunda Guerra Mundial. O tempo empregado pelas ogivas nucleares para atingir os objectivos seria tal, que não deixaria à Rússia tempo de reagir. Neste ponto, se a Rússia decidisse efectuar a represália com as forças nucleares que restassem, os USA incendiariam as suas cidades com os seus mísseis balísticos intercontinentais e, com os seus mísseis anti-mísseis, reduziriam os efeitos do contra ataque russo. Isto não é um cenário teórico simulado num 'war game' (jogo de guerra), mas o plano estratégico no qual o Pentágono está a trabalhar.

Como contra medida, a Rússia está a transferir parte dos seus mísseis balísticos intercontinentais dos silos, vulneráveis em caso de *'first strike'*, instalando-os em plataformas lançadoras móveis, mantidas em constante movimento para fugir aos satélites militares e a um eventual ataque surpresa de mísseis nucleares. Por exemplo o Topol-M (SS-27, no nome de código da NATO) – míssil balístico intercontinental de propulsor sólido, com o comprimento de 22 metros, 2 metros de diâmetro e alcance de 11.000 quilómetros, existe na versão de silo, e na versão de lançador móvel. Dos 78 Topol-M prontos a ser lançados, vinte e quatro horas sobre vinte e quatro, em 2017, 60 estão instalados em silos e 18 em lançadores em movimento contínuo, no vasto território russo. A plataforma móvel do Topol-M e do míssil Yars – um autocarro especial de 16 rodas que têm em cima um tubo contendo os mísseis (que no momento do lançamento é colocado em posição vertical) – pode lançar de qualquer lugar, em qualquer momento.

Ainda mais potente é o novo míssil balístico intercontinental russo Sarmat (RS-28) de 100 toneladas, com um alcance de 18.000 km, capaz de transportar 10-16 ogivas nucleares que, ao tornar a entrar na atmosfera a velocidade hipersónica (mais de 10 vezes a velocidade do som), manobram para fugir aos mísseis interceptores, furando o «escudo».

Como plataforma de lançamento do Sarmat, informa a [Pravda](#), em 2017, estão previstos comboios especiais Barguzin que, camuflados como comboios de passageiros ou de mercadorias, irão circular continuamente em cerca de 90.000 km da rede ferroviária russa para fugir aos satélites militares e a um eventual ataque surpresa de mísseis. Recebida a ordem, cada comboio será capaz de lançar seis mísseis balísticos intercontinentais com 60-96 ogivas nucleares.

8.3 Armas electromagnéticas, armas laser e 'robots' aéreos espaciais para a guerra nuclear

No imaginário colectivo, o raio da morte e as armas laser, assim como os veículos robóticos de combate espacial, existem apenas nos filmes de ficção científica. Não compreendem, que se tornaram reais, porque na comunicação mediática quase ninguém fala deste assunto. Já se produziram armas de energia directa. Elas atingem o objectivo não com balas, bombas de fragmentação ou com a onda de choque de uma explosão, mas com formas de energia não cinética: radiações

electromagnéticas, plasma de elevada energia, raios laser. William Arkin antes, analista do Pentágono e agora do Washington Post, afirma que estamos perante uma mudança de época: das armas cinéticas estamos a passar para as armas de energia directa.

Os Estados Unidos produziram uma nova arma, a ADS (Active Denial System) de impulsos electromagnéticos. Instalada num veículo especial, ela emite um raio de micro ondas que provoca, dentro de 2-3 segundos, numa pessoa distante a mais de 500 metros, uma sensação de calor insuportável. A ADS, distribuída aos Marines USA e já usada no Iraque e noutros teatros bélicos, é apresentada como uma arma não letal e anti-motins. Na realidade, aumentando a potência do raio de micro ondas e a duração da exposição, uma arma deste tipo pode matar. Podem ser usadas também para desactivar outras armas de energia directa, como o *Pulsed impulsive kill laser*. Testada sobre um alvo de gelatina (com sensores no interior) reproduzindo o corpo humano, sob uma camurça molhada a reproduzir a pele humana e sob vestuário de diversos tecidos, este laser killer demonstrou poder provocar «efeitos anti-pessoa de tipo letal ou inferior ao tipo letal» e de poder destruir veículos com impulsos que «literalmente mastigam o material sem causar queimaduras».

Uma das armas laser – o *Mobile tactical high energy laser* (MTHEL) – foi desenvolvida conjuntamente por uma equipa orientada pela Northrop Grumman e por um israelita que compreende várias indústrias: Electro-Optic Industries, Israel Aircraft Industries, Rafael, Tadiran. Em alguns testes o MTHEL demonstrou ser capaz de destruir projectéis de argamassa e foguetes antes de chegar ao solo. Armas de tal potência podem ser usadas não só para fins defensivos mas também para ataque.

O Exército dos EUA está a experimentar armas laser capazes de derrubar aviões, abater visores e de cegar os soldados inimigos; a U.S. Navy instalou um canhão laser sobre um navio de guerra, aguardando o momento de usá-lo «num combate real»; a U.S. Force anuncia que, em 2022, irá armar com laser os seus caça-bombardeiros.

Ao mesmo tempo há um desenvolvimento impressionante no sector dos drones, tipo Predator B/MQ-9 Reaper americano, para também abastecer a Força Aérea italiana, usado nas guerras, no Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria, Yemen, Somália e noutros países. O Reaper (Ceifeiro, obviamente, de vidas humanas), com o comprimento de 10 metros e com uma abertura de asas de 20 metros, está armado com mísseis AGM-114 Hellfire (Fogo do Inferno) e de bombas de orientação laser GBU-12 Paveway II ou GBU-38 JDAM, de orientação via satélite. Os telepilotos, sentados na frente dos

monitores das consolas, a milhares de quilómetros de distância, logo que seja identificado o «alvo», transmite aos sensores electro-ópticos e a outros sistemas do drone, comandam com o joystick (controlo do video game) o lançamento dos mísseis e das bombas. É a nova maneira de fazer a guerra, apresentada como intervenção «cirúrgica». No entanto os «danos colaterais» são frequentes: para matar um único «alvo» humano, os drones assassinos destroem uma casa na totalidade, matando mulheres e crianças, ou o telepiloto troca um grupo de pessoas num casamento por um grupo armado perigoso e lança o «Fogo do Inferno» de ogiva termobárica ou de bomba de fragmentação, ou lança-o porque está sob stress devido aos turnos fatigantes na consola.

Enquanto se modernizam os drones teleguiados (está em estudo um sistema de propulsão nuclear para aumentar a autonomia), experimentam-se aviões de ataque completamente robotizados, como o avião americano X-47B, pronto a levantar voo, efectuar a missão de ataque, abastecer-se em voo de um avião cisterna e regressar à base, numa pista dum aeroporto ou num porta aviões.

Os robots aéreos, armados com ogivas nucleares, têm a mesma função dos mísseis nucleares de cruzeiro com base em terra que, depois de terem sido instalados em Comiso, foram eliminados com o fundamento no Tratado INF. Além do mais, os robots aéreos – sendo facilmente transportáveis (um avião de carga C-17 pode transportar 6, com as asas desmontadas, que se montam em meia hora) – podem ser aproximados dos alvos a abater.

Da guerra robotizada à guerra espacial, o passo é curto. Nesta esfera, ajustam-se as missões ‘top secret’ do [shuttle robóticoX-37B](#) da U.S. Air Force, capaz de manobrar no espaço e regressar à basa autonomamente. Segundo o parecer dos peritos, ele serve para destruir os satélites dos adversários e «cegar», deste modo, o inimigo no momento em que esse é atacado. Para este fim, também estão em fase de desenvolvimento, armas laser anti-satélite.

Para os estrategas do Pentágono, deter a superioridade no espaço significa ter a capacidade de atacar um adversário militarmente forte, paralisar as suas defesas, atingi-lo também com armas nucleares e, no caso de que também o inimigo tenha essas armas, neutralizar a sua resposta com o «escudo anti-míssil». O Comando Estratégico (USSTRATCOM) é responsável pelos sistemas espaciais militares americanos e, ao mesmo tempo, é responsável pelas armas nucleares e pelas armas cibernéticas. «Temos forças espaciais e ciber-espaciais que são fundamentais para

o estilo de guerra americano em cada teatro de guerra, em todo o globo», escreve o Comandante do USSTRATCOM, sublinhando que «as nossas forças nucleares estão garantidas e preparadas em qualquer momento» e que «se a dissuasão falhar, estamos prontos para usá-las».

Armas nucleares, sistemas espaciais, aviões robotizados e armas cibernéticas estão integradas, juntamente com os meios de guerra electrónica e no «escudo anti-míssil» na «gama completa da capacidade global de ataque», seja na Terra como no Espaço, sob um único super comando com uma força de 185.000 homens, em cujo emblema está retratada a mão couraçada de um guerreiro que, do espaço como fundo da Terra, agarra três raios, «símbolos de velocidade e letalidade», e um ramo de oliveira para «recordar que a missão do Comando é assegurar a paz».

Neste campo os Estados Unidos estão em vantagem, mas outros países, sobretudo a Rússia e a China, estão a desenvolver tecnologias militares análogas. Em 2008, Moscovo e Pequim propuseram um acordo internacional para impedir a colocação de armas no Espaço, mas, primeiro a Administração Bush e depois a Administração Obama, recusaram-se a abrir um acordo nesse sentido. Assim, acelera-se, sob pressão dos EUA, a corrida à militarização do Espaço funcional para a preparação da guerra nuclear.

Todas as potências nucleares e em particular as maiores, que o declaram ou não, estão preparadas para «lançar sob ataque», ou seja, ao lançamento dos seus mísseis nucleares antes da chegada dos mísseis do país agressor. O tempo que leva um míssil balístico intercontinental dos EUA a atingir a Rússia ou a chegar aos Estados Unidos, a partir da Rússia, é cerca de 30 minutos. Ainda menos, se o míssil balístico for lançado de um submarino que se avizinha da costa inimiga.

Logo que o alarme for activado, os operadores devem fazer uma série de verificações, então o alarme deve subir a cadeia de comando até ao Presidente. O tempo para decidir e ordenar o «lançamento de contra-ataque», reduz-se a quase menos de 10 minutos. Dado o tempo muitíssimo restrito para avaliar a situação e decidir o lançamento de contra-ataque, essas operações, a par e passo com a introdução de tecnologias cada vez mais sofisticadas, está cada vez mais confiada a uma espécie de super cérebro electrónico: um «Presidente Robot» com faculdade de decidir a guerra nuclear.

A seguir:

8.4 A ameaça mortal do plutónio e o aviso não escutado de Fukushima

A potências nucleares, sobretudo as cinco maiores – Estados Unidos, Rússia, França, China e Grã-Bretanha – possuem, segundo estimativas aproximadas relativas a 2015, 240 toneladas de plutónio e 1.330 toneladas de urânio altamente enriquecido (HEU) para uso militar directo, suficientes para fabricar 80.000 armas nucleares.

Juntam-se a estes cerca de 2.400 toneladas de plutónio proveniente, juntamente com 40 toneladas de HEU, dos reactores nucleares para a produção de electricidade, situados em 33 países. Este plutónio é suficiente para fabricar 300.000 armas nucleares (com base no cálculo de que são necessários 8 kg por ogiva nuclear) e aumenta quase 50 toneladas por ano. A parte mais facilmente utilizável para fins militares é constituída por plutónio não irradiado: 275 toneladas, equivalentes a cerca de 12% da quantidade total, suficiente para fabricar mais 34.000 armas nucleares. O plutónio não irradiado aumenta cerca de 2 toneladas por ano, suficiente para fabricar 250 novas ogivas nucleares.

Continua-se, desta maneira, a produzir plutónio, existente na natureza só como vestígios em minerais de urânio, recuperando-lo e separando-lo do urânio, nas operações de tratamento do combustível nuclear. Acumula-se, assim, criando-o artificialmente, um potencial destrutivo capaz, pela primeira vez na História, fazer desaparecer a espécie humana da face da Terra. Bastariam poucas centenas de quilogramas de plutónio, distribuídos convenientemente, para provocar cancro do pulmão em toda a população humana. E o plutónio permanece perigoso durante 240.000 anos.

A crescente quantidade de plutónio disponível permite aos países que já possuem armas nucleares, aumentar o seu número a qualquer momento e, ao mesmo tempo, permite aos outros países, abastecer-se de armas nucleares visto que, no ciclo de exploração do urânio, não existe uma linha nítida de demarcação entre o uso civil e militar do material físsil.

Mas não é só este perigo que se origina. As instalações nucleares está sujeitas a graves acidentes, como já aconteceu. Como possam ser essas consequências, demonstra-o o acidente ocorrido na central nuclear japonesa de Fukushima.

Em 11 de Março de 2011, o nordeste do Japão é atingido por um violento terremoto com o epicentro no fundo marinho do Pacífico, que provoca um tsunami com ondas da altura de 10-15 metros. Quando elas atingem a costa, quatro dos seis reactores da central nuclear de Fukushima ficam submersos. As bombas param de funcionar, bloqueando o arrefecimento dos reactores, e os dispositivos de segurança não entram em funcionamento. Após o bloqueio dos sistemas de refrigeração, verifica-se a fusão dos núcleos dos três reactores.

A causa decisiva é natural, mas no acidente de Fukushima – como os que foram verificados em 1979, em Three Mile Island, na Pennsylvania (USA) e, em 1986, em Chernobyl, na Ucrânia (URSS) – as responsabilidades humanas são determinantes. Acima de tudo a escolha de construir uma central nuclear sobre uma costa com a altura de, apenas, 4 metros acima do nível do mar e protegida por quebra-mares de pouco mais de 5 metros, numa zona sujeita a tsunami.

Surgem também graves faltas no controlo e na manutenção das instalações da parte da TEPCO (*Tokyo Electric Power Company*), a sociedade privada de gestão da central. Depois do acidente, a mesma sociedade é forçada a admitir a insuficiência dos controlos às instalações. Por exemplo, as válvulas da temperatura de um reactor, não eram verificadas há 11 anos, enquanto as verificações espaçadas para precisão eram aproximadas e faltavam inspecções aos dispositivos de reserva de arrefecimento. Além do mais, imediatamente após o bloqueio dos reactores, a TEPCO atrasa, conscientemente, as intervenções para arrefecer com água do mar, os reactores onde está em curso a fusão do núcleo. O uso da água do mar pode baixar a temperatura dos reactores, reduzindo os riscos de explosões imediatas e de fugas radioactivas, mas, ao mesmo tempo, danifica os reactores tornando-os inutilizáveis: coisa que a TEPCO procura, até ao fim, evitar para não ter perdas económicas posteriores.

As responsabilidades são, igualmente, do Governo japonês e da Agência Internacional da Energia Atómica, que procuram, de maneiras diversas, diminuir a gravidade do acidente. Em 12 de Março, o dia seguinte ao acidente, o Governo declara que dos reactores não se espalhará uma grande quantidade de radiação e que a população residente num raio de mais de 20 km não será afectada. Duas semanas depois, o governo pede à população que vive entre 20 a 30 km da central, para evacuar a zona e, no fim de Abril, estende a zona de evacuação até 50 km. O número de deslocados sobe a quase meio milhão.

Seis anos depois do acidente, em 2017, a situação ainda é dramática. **Para arrefecer o combustível derretido dos três reactores, demasiado quente e radioactivo para ser removido, chega água bombeada através dos reactores, vinte e quatro horas sobre vinte quatro, cerca de 400 toneladas por dia. A água usada, que se tornou radioactiva, é tratada numa instalação de descontaminação, cujos filtros, no entanto, não podem remover toda a radioactividade absorvida. A água ainda radioactiva é armazenada no interior da central em grandes reservatórios, que em 2017 já contêm cerca de um milhão de toneladas.** Não sabendo durante quantos anos se deverá bombear a água nos reactores derretidos, e sendo praticamente impossível continuar a armazená-la em reservatórios, **a TEPCO e as autoridades governamentais pensam diluir a água radioactiva e descarregá-la no mar.** Mas os pescadores e os habitantes da zona opõem-se vigorosamente a esta «solução». É ao mesmo tempo, o problema insolúvel, de como impedir que a água fortemente radioactiva no interior dos reactores, contamine as reservas hídricas e a água marinha. **O «muro de gelo» subterrâneo, realizado em 2016, colocando à profundidade de 30 metros em volta dos reactores mais de 1.500 tubos através dos quais passa uma solução salina a -30°C, revela-se ineficaz.**

Além da água há o problema do lodo radioactivo, que se acumula nos filtros das instalações de descontaminação: em seis anos encheram 3.500 contentores e continuam a aumentar. Também se acumularam em seis anos, 65 mil metros cúbicos de roupas de protecção e 80 mil metros cúbicos de resíduos florestais que se tornaram radioactivos. Juntam-se a estes mais 200 mil metros cúbicos de destroços e 13 milhões de metros cúbicos de solo radioactivo. Além do mais, **há cerca de 1.600 barras de combustível nuclear, ainda radioactivo,** que a TEPCO, em vez de transferi-las para um sítio adequado, **tinha armazenado no interior da central, para poupar nos custos.**

O Governo japonês comunica, em 2017 que, para dismantelar a central de Fukushima e beneficiar a zona, seria necessário 4 décadas e uma despesa de quase 200 biliões de dólares, visto que os níveis elevados das radiações, abrandam as operações. No entanto, ao mesmo tempo, nos seus relatórios avaliados pela Agência Internacional de Energia Atómica, continua a sustentar que, salvo qualquer caso esporádico, não haveria vítimas por causa das radiações do acidente de Fukushima. **O balanço das mortes foi apenas atribuído o tsunami,** que em 11 de Março de 2011, matou mais de 18.500 pessoas. **Sobre as consequências das radiações, a médio e a longo prazo, é colocado uma capa de silêncio.** Ao mesmo tempo, pressionam-se os deslocados (muitos dos quais, sobretudo os idosos, vivem

em condições de grande desconforto) para que se instalem, novamente, nas suas aldeias, não obstante, hajam [níveis de radiações perigosos](#). A TEPCO, a sociedade responsável pela catástrofe de Fukushima, é autorizada em 2017, a reactivar dois reactores na central nuclear Kashiwazaki-Kariwa, **a maior do mundo**, no reactor 3 de Fukushima, onde o combustível nuclear derramado se misturou com o metal derretido.

O reactor 3 é o mais perigoso visto que, na central de Fukushima, é único carregado com MOX, contendo plutónio. O MOX, um misto de óxido de urânio e plutónio, sendo muito mais instável e radioactivo, aumenta o risco de acidentes nucleares e, em caso de derrame, é extremamente perigoso. O reactor 3 de Fukushima foi carregado com este combustível de plutónio em Agosto de 2010, depois do Governador da Prefeitura de Fukushima ter dado a aprovação. Outros dois reactores, nas centrais de Kyushu Genkai e Shikoku Ikata, já tinham sido carregados com MOX, em Novembro de 2009 e Março 2010, no âmbito de um programa que previa expandir o uso deste combustível.

O MOX para os reactores japoneses é produzido em França, utilizando escórias nucleares enviadas do Japão. Das instalações de processamento de AREVA, na Normandia, o combustível com plutónio é transportado por mais de um milhar de quilómetros, em autocarros, das instalações Melox, de Marcoule, onde são fabricadas as barras de combustível. Elas são novamente transportadas para a fábrica de Beaumont-Hague, para preparar a expedição. Assim, os contentores são transportados ao porto de Cherbourg e embarcados em navios que, tendo a bordo homens armados, em ambiente de guerra, zarpam para o Japão.

[Greenpeace denuncia os perigos do transporte deste combustível de plutónio](#) por terra ou por mar, percorrendo dezenas de milhares de quilómetros, se bem que ninguém possa prever o que seria em caso de acidente. Denuncia, também, que o MOX favorece a proliferação das armas nucleares, dado que o plutónio se pode extrair dele mais facilmente. Quase nenhum governo presta atenção ao alarme lançado pelo Greenpeace. O governo irlandês tinha procurado, em vão, dirigindo-se, em 2003, ao Tribunal de Arbitragem de Haia, fechar a instalação de Sellafield, em Inglaterra: a fábrica, da qual ainda se serve o Japão, é a fonte de um inquinamento radioactivo perigoso do Mar de Irlanda e do Atlântico Norte.

Não é dada grande atenção ao alerta, lançado em 2017, em França, pela Autoridade sobre a Segurança Nuclear (ASN) a respeito da AREVA, de Beaumont-Hague.

Segundo a ASN, a protecção do local contra o risco de explosão tornou-se insuficiente. Estas instalações concentram a maior quantidade de plutónio e de outros materiais radioactivos da Europa. Um acidente provocaria consequências catastróficas para a totalidade da região europeia.

Informação complementar: <http://www.prohealthytips.com/2016/05/ten-most-radioactive-places-on-earth-mapped-out-%E2%98%A2-graphic/> .

8.5 A ameaça do terrorismo nuclear

Em 2017, a Greenpeace apresenta um relatório sobre a [segurança das centrais nucleares francesas e belgas](#), redigido por um grupo de sete peritos internacionais depois de ano e meio de indagações. As conclusões são inquietantes. As 19 centrais nucleares francesas, que têm na totalidade, 58 reactores, estão mal protegidas perante um risco de ataque exterior.

O calcanhar de Aquiles destas centrais nucleares é constituído pelas «piscinas», os tanques de arrefecimento nos quais são armazenadas as barras de combustível nuclear que, depois de serem usadas nos reactores, ainda irradiam calor e são altamente radioactivas. Acontece que as barras são continuamente arrefecidas com água, durante alguns anos, para evitar que a sua radioactividade se liberte na área e se transmita ao ambiente. Cada uma das 58 piscinas dos reactores nucleares franceses contém centenas de toneladas de material radioactivo, uma quantidade duas ou três vezes superior àquela contida no núcleo do reactor.

Se uma piscina fosse danificada por um ataque do exterior, perdendo a água do sistema de arrefecimento, a radioactividade do material que se encontra no seu interior espalhar-se-ia na área, com consequências gravíssimas.

Um ataque do exterior é considerado possível, pelos sete peritos, porque, enquanto os edifícios dos reactores são dotados de protecções reforçadas, as piscinas são mal protegidas. Para demonstrar qual seria a sua vulnerabilidade, alguns activistas do Greenpeace penetraram, em 12 de Outubro de 2017, no interior do perímetro da central nuclear de Cattenom, na Mosella, lançando fogo de artifício, perto de um tanque de arrefecimento de combustível nuclear.

Para garantir uma segurança relativa às 58 piscinas dos reactores nucleares franceses – presumem os sete peritos – dever-se-ia gastar uma cifra compreendida

entre 1,6 e 2,26 biliões de euros. Também, para cada uma das quatro piscinas da Central de La Hague, seria necessário entre 11,6 a 22,6 biliões de euros. Seria também necessário reforçar as protecções dos 58 reactores, gastando para cada um, entre 2,7 a 3,8 biliões de euros. A despesa total chegaria a 140-222 biliões de euros, o que é três a cinco vezes superior à despesa prevista para prolongar a vida das centrais nucleares francesas que, envelhecidas, apresentam mal funcionamento crescente e, assim, estão maioritariamente expostas aos acidentes. O estado precário destas centrais nucleares, a maior parte das quais já devia ter sido desmantelada, constitui um perigo não só para a França, mas também para os outros países europeus.

A possibilidade de um ataque terrorista a uma central nuclear em França ou noutro país, ou pior ainda, a um centro de tratamento de combustível nuclear tipo do que existe em La Hague e Sellafield, é real. Confirma-o o facto de que, em 2017, Greenpeace decide fornecer o relatório integral, apenas às autoridades francesas, em sete cópias e de divulgar uma versão «aligeirada» onde estão apagados todos os dados sensíveis, fornecidos pelos sete peritos, que poderia ser útil para a planificação de um ataque terrorista. No entanto, não é necessário ser um perito para compreender como poderia ser efectuado um ataque terrorista contra uma central nuclear. O mesmo seria, caso os camiões que transportam o MOX de La Hague, fossem explodidos ou se um navio carregado de combustível de plutónio fosse explodido no cais ou na água.

Existe uma situação análoga de risco de incêndio ou de ataque terrorista nos EUA, onde as ogivas nucleares, plutónio e urânio enriquecido são transportadas continuamente nas estradas por uma frota de 42 camiões articulados, gerida pelo «Ministério dos Transportes Seguros», uma agência no interior do Departamento de Energia, cuja actividade se esconde sob uma capa de secretismo. Os milhares de armas nucleares americanas, cada uma constituída por cerca de 6.000 componentes, necessitam de controlos periódicos e de intervenções de manutenção. Para realizar essas operações, são enviadas para a [Pantex Plant](#), perto de Amarillo, no Texas, procedentes de diversas instalações militares: pelos silos de mísseis balísticos intercontinentais de Wyoming, Colorado, Montana, Nebraska e North Dakota; pelas bases de submarinos de ataque nos Estados de Washington e Georgia; pelas bases dos bombardeiros estratégicos na Louisiana, North Dakota e Missouri. Na Pantex Plant, as ogivas nucleares são desmontadas e os diversos componentes são transportados, sempre em camiões articulados, para outras fábricas: por exemplo, os componentes de urânio e plutónio vão para o Tennessee e para o Novo México; os

cilindros de gás radioactivo vão para a Carolina do sul; as espoletas para o Missouri. Dessas instalações nucleares, os componentes são reenviados para o Texas, onde tornam a ser montados na Pantex Plant. No final, as ogivas nucleares são transportadas, sempre em camiões articulados, para as respectivas bases.

Os 42 camiões articulados, carregados com ogivas nucleares e componentes de plutónio, percorrem todos os anos nos Estados unidos - 5 milhões de quilómetros através de zonas desabitadas, autoestradas e metrópoles super povoadas. Cada camião acompanhado por dois ou três veículos, tendo a bordo uma dezena de agentes armados e os mesmos camiões estão dotados de um sistema de segurança, entre os quais se contam eixos das rodas que explodiriam se um grupo terroristas, eliminada a escolta, tentasse levar o camião articulado. No entanto, este também poderia ser atacado com armas anti-tanque de ogivas penetrantes. Há também dúvidas fundamentadas sobre a fiabilidade do pessoal dos comboios nucleares, na maior parte constituído por antigos comandos das forças especiais e veteranos das guerras do Iraque e do Afeganistão. Como revela um [inquérito, efectuado em 2017 pelo Los Angeles Times](#), estes «correios nucleares», submetidos a turnos extenuantes e treinos esforçados, são afectados por distúrbios do sono e irritabilidade e, em geral, estão descontentes com o seu trabalho, que é mal pago. Um inquérito efectuado em 2010, pelo inspector geral do Departamento de Energia, apurou problemas alcoólicos espalhados entre os «correios nucleares», alguns dos quais são detidos por embriaguês. Os comboios nucleares do «Departamento dos transportes Seguros» são tudo menos seguros.

Efeitos análogos aos de um ataque a uma instalação ou a um comboio nuclear poderiam também ser provocados, ainda que a uma escala menor, por uma arma radiológica, habitualmente designada como «bomba suja»: um engenho explosivo comum embalado com material radioactivo, feito detonar numa zona densamente povoada. Uma arma radiológica é muito mais fácil de construir do que uma arma nuclear, que requer conhecimentos, tecnologia e material físsil (plutónio ou urânio altamente enriquecido) dificilmente disponível, também se não exclui que possa ser fabricado um engenho nuclear rudimentar. Pelo contrário, não é difícil procurar os materiais necessários para fabricar uma bomba suja: as substâncias radioactivas utilizáveis para tal fim (cobalto-60, cézio-137, irídio-192, amerício-124 e outros) são empregues em diversos sectores civis, como na medicina, na indústria e na pesquisa científica, [em quase cem países](#). Segundo os dados da [Agência Internacional para a Energia Atómica](#), desde o fim dos anos 90, os furtos de materiais radioactivas aumentaram muito, em alguns casos também o urânio altamente

enriquecido e o plutónio, que voltam a ser vendidos, clandestinamente, aos traficantes internacionais.

A possibilidade de realizar uma arma radiológica depende não só da disponibilidade dos materiais radioactivos, mas também dos conhecimentos tecnológicos de quem pretende usá-los. Existe, além do mais, uma vasta gama de possibilidades de usar os materiais radioactivos para ataques terroristas, desde os mais rudimentares aos mais sofisticados. Uma arma radiológica não é uma arma nuclear: esta última tem uma potência explosiva milhões de vezes maior e espalha radioactividade numa área muito mais vasta. O uso de uma arma radiológica para fins terroristas teria, no entanto, efeitos devastadores: ao explodir, provocaria o mesmo número de mortos e feridos de uma bomba convencional mas, nas horas seguintes, observar-se-ia também, que as pessoas que tivessem ficado ilesas na área circundante, seriam atingidas pelas radiações. As consequências seriam proporcionais à quantidade e ao tipo de substâncias radioactivas empregadas. A IAEA classifica os materiais radioactivos em cinco categorias: se bem que os da categoria 5 tenham um grau de perigo relativamente baixo, os da categoria 1 são de tal maneira perigosos que, basta uma exposição de poucos minutos para provocar um resultado fatal. Desta maneira, o efeito desejado estaria assegurado: a notícia da bomba radioactiva provocaria o terror e o caos. Além de fabricar uma bomba suja, as substâncias radioactivas poderiam ser usadas para envenenar o ar, a água potável e os alimentos. A primeira referência desse uso das substâncias radioactivas, encontra-se num [memorandum](#) redigido em 1943, pelo General Leslie Groves, Director do Projecto Manhattan, que permitirá aos EUA construir, em 1945, as bombas atómicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki. Ele especifica: «A quantidade de material radioactivo necessário para provocar a morte de uma pessoa que o inala, é extremamente pequena. Foi estimado que um milionésimo de um grama que se acumulasse no corpo de uma pessoa seria fatal. Não são conhecidos métodos de tratamento para esse envenenamento. Não pode ser identificado pelos sentidos. Pode ser espalhado sob a forma de pó ou fumo, finamente pulverizado para penetrar o filtro de uma máscara antiga. Os materiais radioactivos podem ser usados contra grandes cidades, para causar o pânico e provocar vítimas entre a população civil. Os poços e as reservas hídricas poderiam ser contaminados e a alimentação envenenada com um efeito semelhante ao derivado pela inalação do pó. O material radioactivo produzido em quatro dias poderia contaminar 3,7 milhões de litros de água a tal nível, que um litro de água bebida num dia causaria, provavelmente, a incapacidade completa ou morte, no espaço de um mês».

Na primeira metade dos anos quarenta, enquanto estava em curso o Projecto Manhattan, o plano que prevê o uso de armas radiológicas é mantido afastado dos estratégias americanos, caso se demonstrasse impossível realizar armas de fissão nuclear. Por outras palavras, eles planificaram um ataque maciço com armas radiológicas, em particular, contra o Japão. A realização das armas nucleares fez superar esse plano. Posteriormente, as substâncias radioactivas foram usadas para homicídios seleccionados. São como exemplo, as provas científicas de que o líder Yasser Arafat tivesse sido assassinado pelos serviços secretos israelitas, contaminando a água ou os alimentos com uma substância radioactiva. Depois de ter jantado, em 12 de Outubro de 2004, no seu quartel general sediado em Ramallah, Arafat é atingido por uma doença misteriosa e devastadora, que o mata no espaço de um mês (o mesmo tempo previsto pelo General Leslie Groves para provocar a morte de uma pessoa, contaminando a água potável com uma substância radioactiva). Em 2013, uma equipa de cientistas suíços, depois de ter efectuado uma série de análises aos restos de Arafat, [publica um relatório de 100 páginas](#) na qual demonstra ter encontrado níveis elevados da substância radioactiva, plutónio-210. Não se pode excluir que o plutónio-210, ou outro material radioactivo, possa ser usado, com fins terroristas, para um envenenamento em massa.

Não podemos sequer excluir, entre os cenários possíveis, um «11 de Setembro nuclear»: um avião dirigido que, com um piloto a bordo ou teleguiado, atingisse uma central ou uma instalação nuclear tipo as de La Hague e Sellafield ou a Pantex Plant, com consequências bem mais graves do que o ataque às Torres Gémeas. O objectivo terrorista de tal alcance seria o de espalhar o pânico a uma escala sem precedentes, provocando um grande número de vítimas das radiações e tornando um vasto território inabitável. O seu objectivo poderia também ser o de criar um «efeito 11 de Setembro» ampliado, aproveitando a reacção da opinião pública internacional para desencadear uma «represália», também nuclear, contra o país acusado de ser responsável do ataque terrorista.

8.6 As nano-armas: potenciais detonadoras da guerra nuclear

Depois das armas nucleares da primeira e segunda geração (atómicas e de hidrogénio) e de terceira geração (bombas de neutrões), começou-se a fabricar as armas da quarta geração, sempre mais pequenas, de menor potência mas mais eficientes. A par e passo prevalece a ideia que, em determinadas situações, se pode fazer um uso limitado sem com isso desencadear uma guerra nuclear de grandes proporções. É exemplificador, o relatório publicado pelo Defense Science Board

https://www.acq.osd.mil/dsb/reports/2010s/Seven_Defense_Priorities.pdf, a comissão dos conselheiros do Pentágono em Dezembro de 2016, sobre questões técnicas e científicas. Considera que os EUA devem ter «uma organização nuclear mais flexível que possa tornar possível, se necessária, uma oposição nuclear rápida, calibrada por um uso limitado, se outras opções não-nucleares ou nucleares se demonstrassem inadequadas». Para tal fim – sublinha o Defense Science Board – são necessárias armas nucleares de «menor potência». A «opção nuclear rápida e calibrada» poderia ser estabelecida não só com ogivas de «potência menor» transportadas por mísseis ou bombardeiros, mas também com mini-engenheiros nucleares feitos explodir directamente no interior do território inimigo. Que seja possível miniaturizar engenheiros de fissão é provado pelo facto de que, durante a Guerra Fria, o Exército Americano distribuiu na Europa, ogivas nucleares de peso e dimensões reduzidas, com potências variáveis de menos de um quiloton a alguns megaton. Entre estas a W-54 Davy Crockett, uma ogiva nuclear oval com 23kgs de peso e dimensões de 27 x 40 cm, com uma potência equivalente a 10-20 toneladas de TNT, cuja primeira explosão experimental é efectuada em 1962, no Polígono de Nevada.

Apesar da sua potência fraca, em comparação as ogivas nucleares transportadas por mísseis ou bombardeiros, estas pequenas armas nucleares são, de longe, mais perigosas do que as armas terrestres convencionais, porque o seu uso tornaria vastas áreas do território europeu, em áreas radioactivas. Podem ser empregadas quer como projecteis de artilharia e como ogivas de mísseis de curto alcance, quer como munições portáteis de demolição atómica. Em Itália, durante a Guerra Fria, foram instaladas pelo Exército americano (segundo estimativas aproximadas) 120 como ogivas de mísseis de curto alcance (120-140km), 55 como projecteis de artilharia, 22 como munições de demolição atómica. Comandos das forças especiais americanas são treinados para se infiltrarem ou serem lançados de paraquedas no território inimigo, carregando munições de demolição atómica para fazer detonar não só perto de instalações militares, mas também em zonas industriais e em cidades.

<http://foreignpolicy.com/2014/01/30/the-littlest-boy/>

Ogivas nucleares miniaturizadas, provavelmente são construídas também na União Soviética, sempre durante a Guerra Fria. Segundo algumas testemunhas, na situação caótica criada depois da desagregação da USRR, perde-se o rasto de grande parte destes engenheiros. Em 1997, o general russo Aleksander Lebed <http://nuclearweaponarchive.org/News/Lebedbomb.html> lança o alarme. Baseado nos resultados de um inquérito efectuada quando era conselheiro para a Segurança

Nacional do Presidente Yeltsin, ele declara numa entrevista realizada em 7 de Setembro pela CBS: « Num número estimado de 250 bombas deste tipo, mais de 100 não estão sob o controlo das Forças Armadas russas. Não se sabe onde estão, se foram destruídas ou conservadas, se foram vendidas ou roubadas ». A seguir, no dia 1 de Outubro de 1997, numa audição perante uma comissão do Congresso americano, ele especifica que se trata de bombas nucleares de 60 x 40 x 20 cm, que podem ser transportadas e detonadas por uma pessoa.

Os progressos tecnológicos realizados durante o meio século seguinte ao fabrico dos primeiros engenhos nucleares miniaturizados, como a W-54 Davy Crocket, permitem construir ogivas nucleares, de longe, mais pequenas e potentes.

Os maiores desenvolvimentos nesse campo destacam-se com as aplicações militares da nanotecnologia, que consiste em manipular a matéria ao nível de simples átomos. É algo que ainda se faz limitadamente, mas que, no futuro, poderá revolucionar os processos industriais e conduzir a aplicações que, neste momento, ainda são impensáveis, na Medicina e noutros campos. Para tal, nos países tecnologicamente mais avançados, investem-se cada vez, recursos na pesquisa da nanotecnologia. Sobre essas pesquisas, concentram-se cada vez mais, os laboratórios militares e as indústrias bélicas, que utilizam ao mesmo tempo, os resultados das pesquisas civis para aplicações militares. A nanotecnologia já é empregada para produzir novos explosivos químicos, com uma potência dez vezes superior à dos convencionais, e também no fabrico de materiais mais resistentes e ligeiros para uso bélico.

No futuro a nanotecnologia poderá tornar possível a produção de nanoarmas com componentes de dimensões inferiores a cem nanómetros. Um Nanómetro (nm) é a unidade de medida de comprimento correspondente a um milionésimo de milímetro. Para fazer-se ideia de tais dimensões, basta pensar que um cabelo têm uma espessura de 70,000 nm.

«Acredito que as mais terríveis nanoarmas fabricadas dentro em pouco, sejam as mini-nukes». Escreve o físico Louis Del Monte

<https://www.amazon.com/Nanoweapons-Humanity-Louis-Del-Monte/dp/1612348963>, executivo da IBM e Honeywell no campo da micro electrónica – Se bem que a tecnologia específica seja mantida secreta, grande parte da ciência que está na base dos mini-nukes é de domínio público. Por exemplo, um laser de alta potência podia disparar uma pequena explosão de fusão nuclear, usando uma mistura de trítio e deutério. Com a nanotecnologia poder-se-ia realizar laser e materiais de fusão

extremamente pequenos, para construir uma bomba que entraria facilmente no bolso de um casaco. A potência dessa bomba estaria compreendida entre uma a cem toneladas de explosivos convencionais».

Del Monte acredita que os mini-nukes constituiriam «uma categoria de armas completamente nova» e que, pelas suas características (difíceis de individualizar, grande potência, fallout relativamente reduzido), «são provavelmente aquelas que possam tornar reais o uso deste tipo de armas nucleares na guerra». Os países em fase mais avançada na pesquisa dos mini-nukes e de outras novas armas são os EUA, a Rússia, a China, Israel e a Alemanha. Del Monte deduz «visto que os EUA iniciaram a pesquisa em 2002, é provável que já existam mini-nukes».

É possível também que já esteja a realizar uma «categoria inteiramente nova», a das nanoarmas. As pesquisas e os testes eventualmente efectuados são 'top secret'. Mas, embora até agora não haja provas, existem sérios indícios a tal respeito: por exemplo, as mortes misteriosas provocadas, em 2006, pelos ataques israelitas em Gaza e no Líbano. Os testemunhos dos médicos são unânimes: em dezenas de anos de trabalho em hospitais, nunca viram nada semelhante às condições em que foram encontradas muitas das vítimas (quase todas civis). Corpos sem feridas externas, com o fígado e os ossos carbonizados. Corpos intactos que no interior apresentavam milhares de finíssimos cortes, mas nos quais não se encontrava gravilha (lascas de materiais). Braços e pernas atingidos por fragmentos não visíveis aos raios X, que devitalizam os tecidos e coagulam o sangue, provocando depois da amputação, uma necrose rápida que se estende ao resto do corpo. A hipótese mais fiável é que essas mortes foram provocadas por armas de um novo tipo».

No mesmo ano de 2006, é dada a notícia de que «Israel está a usar a nanotecnologia para criar um robot não maior que um vespão, capaz de perseguir, fotografar e matar os seus alvos» <https://www.smh.com.au/news/World/Israel-developing-killer-bionic-hornet/2006/11/17/1163266777092.html> O Vice Primeiro Ministro Shimon Peres (já condecorado em 1994 com o Prémio Nobel da Paz «pelos seus esforços para criar a Paz no Médio Oriente») declara: «A guerra no Líbano demonstrou que temos necessidade de armas ainda mais pequenas. Não é lógico enviar um avião cujo custo é 100 milhões de dólares contra um terrorista suicida. Para isto, estamos a criar armas futurísticas» <http://www.spiegel.de/international/bionic-hornets-israel-looks-at-the-next-generation-of-warfare-a-449171.html>

Estão em fase de pesquisa e desenvolvimento nos EUA, em Israel <http://edizioniepoke.it/prodotto/la-guerra-contro-il-popolo/> e noutros países, mini-drones com a forma e dimensões de mosquitos, utilizáveis não só como drones espias capazes de causar sons e imagens, mas também como drones-Killer capazes de injectar veneno. Propõem-se cenários de guerra que hoje parecem de ficção científica: segundo as hipóteses científicas de Dal Monte, poderiam ser realizados nano robots que, penetrando como grandes enxames de vespas no país inimigo, atacariam instalações militares e industriais, provocando envenenamentos em massa e epidemias.

Os mini-nukese os nano-robots de ataque não substituem, mas integram as armas nucleares, as quais serão sempre mais miniaturizadas e eficazes. Se um país tecnologicamente superior, dotado, quer de armas nucleares, quer de nano-armas, atacassem com estas últimas, um país tecnologicamente inferior, mas na posse de armas nucleares, se bem que menos avançadas, lançaria uma represália nuclear e seria, por sua vez, atacado com armas nucleares. Portanto, as nano-armas fariam de detonadores da guerra nuclear. Não é um cenário de ficção científica, mas a realidade que está a preparar o uso, cada vez mais frequente, da ciência para fins militares.

A seguir:

Corrigido com um rato novo

Capítulo 9

O DIA ANTERIOR, ENQUANTO ESTAMOS A TEMPO

Ocidente

9.1 A estratégia do Império Americano do Ocidente - Parte 1

Um vasto arco de tensões e conflitos estende-se da Ásia Oriental à Ásia Central, do Médio Oriente à Europa, da África à America Latina. Os «pontos quentes» ao longo deste arco intercontinental – Península Coreana, Mar da China Meridional, Afeganistão, Síria, Iraque, Irão, Ucrânia, Líbia, Venezuela e outros – têm histórias e características geopolíticas diferentes, com factores específicos sócio-económicos internos, mas, ao mesmo tempo, estão ligados por um único factor: a estratégia com a qual os Estados Unidos da América procuram manter a sua posição de super potência dominante.

Os Estados Unidos ainda são a primeira potência económica do mundo, sobretudo graças aos capitais e aos mecanismos com que dominam o

mercado financeiros global, às multinacionais com que exploram os recursos humanos e materiais de cada continente, à alta tecnologia e às patentes relacionadas na sua posse, ao papel penetrante dos seus grupos de multimedia que influenciam as opiniões e os gostos de biliões de utentes à escala planetária.

Basta pensar que a NYSE, a principal Bolsa de Valores do mundo (conhecida como Wall Street), com sede em Nova York, incorporou a Euronext, em 2007, criando a NYSE-Euronext e esta, por sua vez, é comprada em 2013 pela Intercontinental Exchange, um grupo americano que gere outras 10 Bolsas prestigiosas, com um valor de acções que totaliza o dobro do produto interno bruto mundial. Basta pensar que a Apple, a multinacional americana número um do mundo no sector dos produtos informáticos, tem uma rede de mais de 800 fábricas em trinta países, com mais de um milhão e meio de operários e técnicos que produzem os componentes simples, os quais são enviados a 18 instalações de montagem final, de onde saem os produtos finais para serem distribuídos pela rede de vendas a escala global. Basta pensar que, entre os 10 grupos mediáticos mais destacados do mundo, nove são americanos. O grupo Time Warner é composto por mais de 300 sociedades, entre as quais a Warner Bros que produz filmes e telefilmes difundidos em todo o mundo, a CNN, cujo noticiário é transmitido vinte e quatro horas sobre vinte e quatro em todo o mundo, a Time Inc. e outras casas editoras que publicam mais de cem revistas internacionais. A compra da Time Warner pela AT&T, a empresa gigantesca americana dos telefones móveis e da Internet, cria um grupo multimédia de dimensões ainda mais colossais.

Com estes e outros instrumentos, os Estados unidos permanecem a principal potência económica do mundo. A sua supremacia é posta em perigo ao emergir novas entidades estatais e sociais. Salienta-se a [Cimeira do BRICS](#) (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), ocorrida em 2017, em Xiamen, na China. Os BRICS exigem a revisão das quotas e, portanto, dos votos atribuídos a cada país, no interior do Fundo Monetário Internacional: os USA, por si, detêm mais do dobro dos votos totais dos 24 países da América Latina (México incluído) e o G7 (EUA, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Itália e Canadá) detêm o triplo dos votos do grupo dos BRICS. Dando voz às «preocupações do BRICS sobre a injusta arquitectura económica e financeira global, que não tem em consideração

o peso crescente das economias emergentes, o [Presidente russo Putin](#) sublinha a necessidade de «superar o domínio excessivo do número limitado das moedas de reserva». A referência ao dólar USA é clara, que constitui a moeda dominante nas moedas de reserva e no comércio mundial, em particular aquela com que se faz a avaliação do preço internacional do petróleo.

Porém, em 2016, o yuan chinês entra para fazer parte do cesto de moedas de reserva do Fundo Monetário Internacional juntamente com o dólar, o euro, o yen e a libra esterlina. Um ano depois, a Venezuela começa a indicar o preço do petróleo, não em dólares mas em yuan chineses. É a resposta de Caracas às sanções emanadas em 2017, pela Administração Trump, mais duras do que as impostas em 2014, pela Administração Obama: elas impedem a Venezuela de sacar os dólares da venda do petróleo aos Estados Unidos, dólares utilizados para importar para a Venezuela bens de consumo como produtos alimentares e medicamentos. As sanções também impedem a compra venda de títulos emitidos pela PDVSA, a companhia petrolífera estatal venezuelana. Washington tem em vista, desta maneira, um duplo objectivo: aumentar a penúria de bens de primeira necessidade na Venezuela e assim, o descontentamento popular, para fomentar a oposição interna, espalhada e sustentada pelos USA) para derrubar o governo bolivariano; manter o Estado venezuelano em default, impedindo-o de pagar as parcelas da dívida externa, ou seja, para levar à falência o Estado com as maiores reservas petrolíferas do mundo, quase dez vezes mais do que os Estados Unidos.

No mesmo período em que Caracas começa a quotizar o preço da venda do petróleo, não em dólares USA, mas em yuan chineses, espalha-se a notícia que Pequim tenciona lançar contratos 'futuros' de compra e venda de petróleo em yuan, convertíveis em ouro. «Se os novos contratos futuros se impuserem, destruindo mesmo parcialmente o poder excessivo do petrodólar, seria um golpe enorme para a economia americana», comenta o [Sole 24 Ore](#).

A ser submetido a discussão pela Rússia, China e outros países não só o poder excessivo do petrodólar (moeda de reserva obtida pela venda do petróleo), mas a própria hegemonia do dólar. O seu valor é determinado não pela capacidade real económica dos Estados Unidos, mas pelo facto de

que ele constitui quase dois terços das reservas das moedas mundiais e a moeda com que se estabelece sobre o mercado mundial, o preço do petróleo, do ouro, de outras matérias primas e, em geral, das mercadorias. Isso permite à Reserva Federal, ao Banco Central (que é um Banco privado), estampar milhares de biliões de dólares com o qual é financiado o colossal débito público USA – cerca de 23 triliões de dólares – através da aquisição de obrigações e de outros títulos emitidos pelo Tesouro. Nesse âmbito, a decisão venezuelana de retirar o preço do petróleo do dólar provoca um choque que, do epicentro sul americano, faz tremer todo o palácio imperial alicerçado no dólar. So o exemplo da Venezuela se espalhasse, se o dólar cessasse de ser a moeda dominante do comércio e das moedas de reserva internacionais, uma quantidade enorme de dólares entraria no mercado fazendo cair o valor da moeda americana.

Washington observa, sobretudo a parceria russo chinesa com preocupação crescente: o intercâmbio entre os dois países está em forte crescimento: ao mesmo tempo, aumentam os acordos de cooperação russo-chineses no campo energético, agrícola, aeronáutico, espacial e no das infraestruturas. O fornecimento de gás russo à China , cerca de 38 biliões de metros cúbicos por ano, através do gasoduto Sila Sibiri, a partir de 2019, abre a exportação energética russa para Oriente, enquanto os Estados Unidos procuram bloqueá-la para Ocidente, para a Europa.

Na «guerra dos gasodutos» os Estados Unidos conseguiram bloquear o South Stream em 2014, o gasoduto que, segundo um acordo entre os governos, deveria ter ligado a Rússia à Itália através do Mar Negro (em águas territoriais russas, búlgaras e turcas) e via terra, através da Bulgária, Sérvia, Hungria. Eslovénia e Itália até Tarvisio (Udine). Fazendo pressão, sobretudo, sobre a Bulgária, a Administração Obama, com a colaboração da União Europeia, conseguiu enterrar um projecto já começado, de grande importância para a mesma União Europeia. Para contornar a Ucrânia, corredor sempre mais inseguro para os gasodutos russos, Moscovo procura vias alternativas com a duplicação do North Stream, através do Mar Báltico, a realização do Turk Stream através do Mar Negro, até à Turquia e com o seu prolongamento, o Poseidon, através da Grécia até Itália.

No Médio Oriente, a «guerra dos gasodutos» ainda é mais explosiva quando se transpõe para a realidade. A intervenção militar russa na Síria, em 2015,

de apoio às forças governamentais, derruba o destino do conflito. Os caças bombardeiros russos destroem, uma após outra, as fortalezas do ISIS, abrindo caminho para as forças de Damasco. Os Estados Unidos, deslocados, jogam a carta da fragmentação da Síria, apoiando os independentistas curdos e outros. Moscovo usa ao mesmo tempo instrumentos económicos, estipulando em 2017, acordos com o Irão para a realização de infraestruturas ferroviárias e energéticas, entre as quais um gasoduto através do Irão e da Índia, fortemente oposto pelos EUA. Washington responde com um movimento previamente concordado com Israel: o Presidente Trump ataca violentamente o Irão, acusando-o de violar o espírito do «acordo» sobre a questão nuclear estipulado em Teerão, em 2015, com o Grupo 5 + 1 (USA, Grã Bretanha, França, Alemanha, China e Rússia). Não obstante que a própria Agência Internacional para a Energia Atómica garanta que o Irão está a cumprir o acordo e que não está a tentar fabricar armas nucleares, ao contrário do que o Presidente Trump afirma, a questão é reaberta artificialmente, originando um processo perigoso cujos resultados são imprevisíveis. O ataque de Washington é dirigido não só ao Irão, mas contra a Rússia que está a reafirmar a sua presença no Médio Oriente.

10.«Moscovo – escreve o [*New York Times*](#) - tenta, através da gigantesca companhia petrolífera estatal, Rosneft, ganhar influência nos lugares onde os Estados Unidos tropeçaram. Os seus esforços também são devidos à necessidade, visto que as sanções americanas e europeias forçaram a Rosneft a encontrar novos parceiros e investimentos noutros lugares, em áreas turbulentas onde os interesses americanos estão em risco. A aposta maior para a Rosneft é a Venezuela. Em três anos, a Rússia e a Rosneft forneceram a Caracas a ajuda financeira de 10 biliões de dólares, ajudando a Venezuela a evitar falhar o pagamento sob o peso de um débito de 150 biliões de dólares. A Rússia usa sempre o petróleo como instrumento, espalha a sua influência no mundo e desafia os interesses dos Estados Unidos».

Ao mesmo tempo, um desafio crescente aos interesses dos Estados Unidos vem da China. Como receita nacional bruta, ela subiu ao segundo lugar mundial, depois dos Estados Unidos e regista taxas de crescimento económico superiores às dos Estados Unidos. A sua agricultura, que assegura as necessidades internas, ocupa o primeiro lugar no mundo, em

muitas produções (incluindo arroz, trigo e algodão). A sua indústria, que constitui o principal sector económico, é muito desenvolvida e diversificada: desde actividades extractivas (cobalto, alumínio, ouro, carvão fóssil, das quais o país é o primeiro produtor mundial até às manufacturas de todos os tipos. Os seus serviços vão desde o sector financeiro às telecomunicações e aos transportes (a China tem mais de 20.000 km de vias férreas de alta velocidade, mais do que todos os outros países do mundo juntos). O seu nível tecnológico aumenta em todos os campos, incluindo o espacial. Tem mais de 2.800 universidades chinesas, nas quais obtêm diplomas mais de 7 milhões de estudantes por ano e formam-se a cada ano, mais de 600 mil engenheiros.

A China – a «fábrica do mundo» - na qual investem e produzem também muitos grupos americanos de destaque (como a Apple) – é o primeiro exportador do mundo de mercadorias, seguida pelos Estados Unidos, Alemanha e Japão. O porto de Ningbo, símbolo eloquente deste crescimento, ocupa o primeiro lugar no mundo com cerca de um bilião de toneladas de mercadorias. Por sua vez, a China efectua cada vez mais investimentos no estrangeiro. Os seus maiores grupos económicos (em geral estatais, com participação estatal ou, de qualquer maneira, orientados pelas políticas estatais) efectuam investimentos crescentes, quer nos Estados Unidos e na União Europeia, quer na África, Ásia e América Latina. As empresas chinesas estão particularmente empenhadas na realização de infraestruturas (caminhos de ferro, estradas, pontes, túneis, canais, oleodutos e gasodutos): em África construíram, através de contratos com os governos locais, cerca de 6.000 km de linhas férreas e estradas pavimentadas.

O projecto mais ambicioso, lançado pela China em 2013 e partilhado pela Rússia, o de uma nova Rota da Seda: uma rede de estradas e de caminhos de ferro que liga a China à Europa através da Ásia Central e Ocidental e através da Rússia, grosso modo, o percurso da antiga Rota da Seda. O projecto, já em fase de realização, prevê, juntamente com a via terrestre, uma via marítima através do Oceano Índico, Mar Vermelho e Mar Mediterrâneo. Para as infraestruturas viárias e ferroviárias, que deverão atravessar e ligar 60 países, prevê-se um investimento de um trilião de dólares. O projecto, que não inclui componentes militares, não é apenas, económico. Se fosse realizado segundo a ideia original, ele remodelaria a

arquitetura geopolítica de todo o continente Euro-asiático, criando sobre a base de conveniências recíprocas, uma nova rede de relações económicas e políticas entre os Estados do continente.

«O Presidente chinês, Xi Jinping – escreve o [*New York Times*](#) – pretende usar a riqueza e o know-how industrial da China para criar um novo tipo de globalização que abandone as regras das instituições envelhecidas dominadas pelo Ocidente. O objectivo é remodelar a ordem económica global».

O impulso para remodelar a ordem económica global não vem apenas das grandes entidades estatais, como a China e a Rússia, que querem um mundo que não seja mais unipolar, mas multipolar. Ele chega, em múltiplas formas e graus de consciência, de imensas entidades sociais, biliões de seres humanos que, em cada continente, sofrem as consequências da ordem económica global actual. Uma globalização económica a girar em torno do máximo lucro a qual, enquanto de um lado abate fronteiras para que os capitais e a produção possam circular livremente, por outro lado ergue fronteiras, invisíveis mas não menos concretas, que excluem a maioria das populações mundiais dos benefícios daquele crescimento económico construído com os recursos humanos e materiais de todo o mundo.

A seguir:

9.1 A estratégia do Império Americano do Ocidente - Parte 1

Um vasto arco de tensões e conflitos estende-se da Ásia Oriental à Ásia Central, do Médio Oriente à Europa, da África à America Latina. Os «pontos quentes» ao longo deste arco intercontinental – Península Coreana, Mar da China Meridional, Afeganistão, Síria, Iraque, Irão, Ucrânia, Líbia, Venezuela e outros – têm histórias e características geopolíticas diferentes, com factores específicos sócio-económicos internos, mas, ao mesmo tempo, estão ligados por um único factor: a estratégia com a qual os Estados Unidos da América procuram manter a sua posição de superpotência dominante.

Os Estados Unidos ainda são a primeira potência económica do mundo, sobretudo graças aos capitais e aos mecanismos com que dominam o mercado financeiros global, às multinacionais com que exploram os recursos humanos e materiais de cada continente, à alta tecnologia e às patentes relacionadas na sua posse, ao papel penetrante dos seus grupos de multimedia que influenciam as opiniões e os gostos de biliões de utentes à escala planetária.

Basta pensar que a NYSE, a principal Bolsa de Valores do mundo (conhecida como Wall Street), com sede em Nova York, incorporou a Euronext, em 2007, criando a NYSE-Euronext e esta, por sua vez, é comprada em 2013 pela Intercontinental Exchange, um grupo americano que gere outras 10 Bolsas prestigiosas, com um valor de acções que totaliza o dobro do produto interno bruto mundial. Basta pensar que a Apple, a multinacional americana número um do mundo no sector dos produtos informáticos, tem uma rede de mais de 800 fábricas em trinta países, com mais de um milhão e meio de operários e técnicos que produzem os componentes simples, os quais são enviados a 18 instalações de montagem final, de onde saem os produtos finais para serem distribuídos pela rede de vendas a escala global. Basta pensar que, entre os 10 grupos mediáticos mais destacados do mundo, nove são americanos. O grupo Time Warner é composto por mais de 300 sociedades, entre as quais a Warner Bros que produz filmes e telefilmes difundidos em todo o mundo, a CNN, cujo noticiário é transmitido vinte e quatro horas sobre vinte e quatro, em todo o mundo, a Time Inc. e outras casas editoras que publicam mais de cem revistas internacionais. A compra da Time Warner pela AT&T, a gigantesca empresa americana dos telefones móveis/celulares e da Internet, cria um grupo multimédia de dimensões ainda mais colossais.

Com estes e outros instrumentos, os Estados Unidos permanecem a principal potência económica do mundo. A sua supremacia é posta em perigo ao emergir novos elementos/personagens estatais e sociais.

Salienta-se a [Cimeira do BRICS \(Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul\), ocorrida em 2017, em Xiamen, na China](#). Os BRICS exigem a revisão das quotas e, portanto, dos votos atribuídos a cada país, no interior do Fundo Monetário Internacional: os USA, por si, detêm mais do dobro dos votos totais dos 24 países da América Latina (México incluído) e o G7 (EUA, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Itália e Canadá) detêm o triplo dos votos do grupo dos BRICS. Dando voz às «preocupações do BRICS sobre a injusta arquitectura económica e financeira global, que não tem em consideração o peso crescente das economias emergentes, o Presidente russo Putin sublinha a necessidade de [«superar o domínio excessivo do número limitado das moedas de reserva»](#). A referência ao dólar USA é clara, pois que constitui a moeda dominante nas moedas de reserva e no comércio mundial, em particular aquela com que se faz a avaliação do preço internacional do petróleo.

Porém, em 2016, o yuan chinês entra para fazer parte do cabaz de moedas de reserva do Fundo Monetário Internacional juntamente com o dólar, o euro, o yen e a libra esterlina. Um ano depois, a Venezuela começa a indicar o preço do petróleo, não em dólares mas em yuan chineses. É a resposta de Caracas às sanções emanadas em 2017, pela Administração Trump, mais duras do que as impostas em 2014, pela Administração Obama: elas impedem a Venezuela de sacar os dólares da venda do petróleo aos Estados Unidos, dólares utilizados para importar para a Venezuela bens de consumo como produtos alimentares e medicamentos. As sanções também impedem a compra e venda de títulos emitidos pela PDVSA, a companhia petrolífera estatal venezuelana. Washington tem em vista, desta maneira, um duplo objectivo: aumentar a penúria de bens de primeira necessidade na Venezuela e assim, o descontentamento popular, para fomentar a oposição interna, espalhada e sustentada pelos USA) para derrubar o governo bolivariano; manter o Estado venezuelano em default, impedindo-o de pagar as parcelas da dívida externa, ou seja, para levar à falência o Estado

com as maiores reservas petrolíferas do mundo, quase dez vezes mais do que os Estados Unidos.

No mesmo período em que Caracas começa a quotizar o preço da venda do petróleo não em dólares USA mas em yuan chineses, espalha-se a notícia que Pequim tenciona lançar contratos 'futuros' de compra e venda de petróleo em yuan, convertíveis em ouro. [«Se os novos contratos futuros seimpuserem, destruindo mesmo parcialmente o poder excessivo do petrodólar, seria um golpe enorme para a economia americana»](#), comenta o *Sole 24 Ore*

A ser submetido em discussão pela Rússia, China e outros países não só o poder excessivo do petrodólar (moeda de reserva obtida pela venda do petróleo), mas a própria hegemonia do dólar. O seu valor é determinado, não pela capacidade real económica dos Estados Unidos, mas pelo facto de que ele constitui quase dois terços das reservas das moedas mundiais e a moeda com que se estabelece sobre o mercado mundial o preço do petróleo, do ouro, de outras matérias primas e, em geral, das mercadorias. Isso permite à Reserva Federal, ao Banco Central (que é um Banco privado), imprimir milhares de biliões de dólares com o qual é financiado o colossal débito público USA – cerca de 23 triliões de dólares – através da aquisição de obrigações e de outros títulos emitidos pelo Tesouro. Nesse âmbito, a decisão venezuelana de retirar o preço do petróleo do dólar provoca um choque que, do epicentro sul americano, faz tremer todo o palácio imperial alicerçado no dólar. Se o exemplo da Venezuela se espalhasse, se o dólar cessasse de ser a moeda dominante do comércio e das moedas das reservas internacionais, uma quantidade enorme de dólares entraria no mercado fazendo cair o valor da moeda americana.

Washington observa, sobretudo a parceria russo-chinesa com preocupação crescente: o intercâmbio entre os dois países está em forte crescimento: ao mesmo tempo, aumentam os acordos de cooperação russo-chineses no

campo energético, agrícola, aeronáutico, espacial e no das infraestruturas. O fornecimento de gás russo à China , cerca de 38 biliões de metros cúbicos por ano, através do gasoduto Sila Sibiri, a partir de 2019, abre a exportação energética russa para Oriente, enquanto os Estados Unidos procuram bloqueá-la para Ocidente, para a Europa.

Na «guerra dos gasodutos» os Estados Unidos conseguiram bloquear o South Stream em 2014, o gasoduto que, segundo um acordo entre os governos, deveria ter ligado a Rússia à Itália através do Mar Negro (em águas territoriais russas, búlgaras e turcas)e via terra, através da Bulgária, Sérvia, Hungria, Eslovénia e Itália até Tarvisio (Udine). Fazendo pressão, sobretudo, sobre a Bulgária, a Administração Obama, com a colaboração da União Europeia, conseguiu enterrar um projecto já começado de grande importância para a mesma União Europeia. Para contornar a Ucrânia, corredor sempre mais inseguro para os gasodutos russos, Moscovo procura vias alternativas com a duplicação do North Stream, através do Mar Báltico, a realização do TurkStream através do Mar Negro, até à Turquia e com o seu prolongamento, o Poseidon, através da Grécia até Itália.

No Médio Oriente, a «guerra dos gasodutos» ainda é mais explosiva enquanto se transpõe para a realidade. A intervenção militar russa na Síria, em 2015, em apoio às forças governamentais, derruba o destino do conflito. Os caça-bombardeiros russos destroem, uma após outra, as fortalezas do ISIS, abrindo caminho para as forças de Damasco. Os Estados Unidos, deslocados, jogam a carta da fragmentação da Síria, apoiando os independentistas curdos e outros. Moscovo usa ao mesmo tempo instrumentos económicos, estipulando em 2017, acordos com o Irão para a realização de infraestruturas ferroviárias e energéticas, entre as quais um gasoduto através do Irão e da Índia, fortemente oposto pelos EUA. Washington responde com um movimento previamente concordado com Israel: o Presidente Trump ataca violentamente o Irão, acusando-o de violar o espírito do «acordo» sobre a questão nuclear estipulado em Teerão,

em 2015, com o Grupo 5 + 1 (USA, Grã-Bretanha, França, Alemanha, China e Rússia). Não obstante a própria Agência Internacional para a Energia Atômica garantir que o Irão está a cumprir o acordo e que não está a tentar fabricar armas nucleares, ao contrário do que o Presidente Trump afirma, a questão é reaberta artificialmente, originando um processo perigoso cujos resultados são imprevisíveis. O ataque de Washington é dirigido não só ao Irão, mas contra a Rússia, que está a reafirmar a sua presença no Médio Oriente.

EM FALTA

1«Moscou – escreve o *The New York Times* <https://www.nytimes.com/2017/10/29/business/energy-environment/russia-venezuela-oil-rosneft.html> - tenta, através da gigantesca companhia petrolífera estatal, Rosneft, ganhar influência em lugares onde os Estados Unidos tropeçaram. Os seus esforços são devidos também, à necessidade, pois que as sanções americanas e europeias forçaram a Rosneft a encontrar novos parceiros e investimentos noutros lugares, em áreas turbulentas onde os interesses americanos estão em risco. A aposta maior para a Rosneft é a Venezuela. Em três anos, a Rússia e a Venezuela forneceram a Caracas, assistência financeira num total de 10 biliões de dólares, ajudando a Venezuela a evitar o default, sob um peso de um débito de 150 biliões de dólares. A Rússia está a usar cada vez mais o petróleo como instrumento, a espalhar a sua influência no mundo e a desafiar os interesses dos EUA».

2.Um desafio crescente aos interesses dos Estados Unidos chega, em simultâneo, da China. Como renda nacional bruta, a China subiu ao segundo lugar mundial, depois dos Estados Unidos e regista taxas de crescimento económico superiores às dos Estados Unidos. A sua agricultura que assegura os requisitos internos, está no primeiro lugar do mundo em muitas produções (entre as quais, o arroz, o trigo e o algodão. A sua indústria, que constitui o sector económico condutor, é muito desenvolvida e diversificada: desde as actividades extractivas (cobalto, alumínio, ouro,

carvão fóssil, do qual o país é o primeiro produtor mundial) às manufacturas de todos os tipos. Os seus serviços vão desde o sector financeiro às telecomunicações e transportes (a China tem mais de 20.000 km de linhas férreas de alta velocidade, mais do que todos os outros países do mundo juntos). O seu nível tecnológico aumenta em todos os campos, compreendendo o sector espacial. De mais de 2.800 universidades chinesas, em que são graduados 7 milhões de estudantes por ano, saem todos os anos, 600 mil engenheiros.

3.A China - «a fábrica do mundo» na qual investem e produzem também muitos grupos americanos gigantescos (como a Apple) – é o primeiro exportador mundial de mercadorias, seguida pelos Estados Unidos, Alemanha e Japão. Símbolo eloquente desse crescimento é o porto de Ningpo, no primeiro lugar do mundo com cerca de um bilião de toneladas de mercadorias. À sua volta, a China efectua investimentos crescentes no estrangeiro. Os seus grupos económicos mais importantes (em geral, estatais, com participação estatal ou ainda orientados por políticas estatais) efectuam investimentos crescentes, quer nos Estados Unidos e na União Europeia, quer em África, Ásia e América Latina. Aí, as sociedades chinesas estão particularmente empenhadas na realização de infraestruturas (caminhos de ferro, estradas, pontes,túneis, canais, oleodutos e gasodutos): em África construíram, através de contratos com os governos locais, cerca de 6.000 km de linhas férreas e estradas pavimentadas.

4.O projecto mais ambicioso, lançado pela China, em 2013 e partilhado com a Rússia, é o da nova Rota da Seda: uma rede de estradas e caminhos de ferro que liguem a China à Europa, através da Ásia Central e Ocidental, e através da Rússia, grosso modo, ao longo da antiga Rota da Seda. O projecto, já em fase de realização, prevê, unida à terrestre, uma via marítima através do Oceano Índico, do Mar Vermelho e do Mediterrâneo. Para a infraestrutura rodoviária e ferroviária, que deverá atravessar e ligar 60 países, prevêem-se investimentos superiores a 1 trilião de dólares.O

projecto, que não inclui componentes militares, não é simplesmente económico. Se fosse realizado segundo a ideia original, remodelaria a arquitectura geopolítica de toda a Eurásia, criando sobre a base de conveniências recíprocas, uma nova rede de relações económicas e políticas entre os Estados do continente.

5. «O Presidente da China, Xi Jinping – escreve o *The New York Times* <https://www.nytimes.com/2017/05/13/business/china-railway-one-belt-one-road-1-trillion-plan.html> tenciona usar a riqueza e o know-how industrial da China para criar um novo tipo de globalização que abandone as regras das instituições envelhecidas dominadas pelo Ocidente. O objectivo é remodelar a ordem económica mundial».

6. O propósito de remodelar a ordem económica global não surge só de grandes actores estatais, como a China e a Rússia, que não querem mais um mundo unipolar, mas sim, multipolar. Essa mesma ordem económica global chega, de variadíssimas formas e graus de consciência, de imensos assuntos sociais, biliões de seres humanos que, em cada continente, sofem as consequências da ordem económica actual. Uma globalização económica a gravitar na procura do lucro máximo, a qual, enquanto de um lado derruba fronteiras para que os capitais e os produtos possam circular livremente, invisíveis mas não menos concretos, que excluem a maioria da população mundial dos benefícios desse crescimento económico construído com os recursos humanos e materiais de todo o mundo.

<https://www.youtube.com/watch?v=njeZ29umqVE>

Tal sistema cria no mundo uma polarização crescente entre a riqueza e a pobreza. Um [estudo](#), publicado em 2016, indica que 86% da riqueza global (em termos de dinheiro e propriedade) está concentrado nas mãos de 8% da população adulta mundial. Os restantes 92% possuem, apenas, 14% da riqueza global. Excluído o extracto intermédio, a situação pior é a do extracto inferior, composta por 3 biliões e meio de pessoas, que

representam quase 3/4 (três quartos) da população adulta mundial: globalmente menos de 2,5% da riqueza global. A faixa mais pobre não possui nada ou quase nada. Mais de dois biliões de pessoas em África, Ásia e América Latina, sobretudo nas zonas rurais, vivem na pobreza ou em condições de gravíssimas restrições económicas. Entre estas, cerca de um bilião encontram-se em pobreza extrema, ou seja, numa condição social caracterizada pela desnutrição crónica, situação de habitação e de higiene desastrosas, alta incidência de doenças infecciosas e parasitárias, grande mortalidade, sobretudo infantil, duração média de vida reduzida, analfabetismo, falta de poder de decisão, dependência, marginalização, vulnerabilidade e insegurança constante. Das aldeias da África subshariana até aos 'bidonville' asiáticos e latino-americanos, os pobres vivem o mesmo drama, provocado pelas mesmas causas de fundo.

Basta pensar no facto de que, enquanto é produzida no mundo uma quantidade de alimentos que seria suficiente para assegurar um bom nível nutritivo a cada habitante da Terra, sofrem de fome (ou seja, são afectadas de subalimentação crónica) cerca de 800 milhões de pessoas – um número equivalente à população de 13 países da dimensão da Itália – e cerca de 2 biliões de pessoas são afectadas pela má nutrição, devido à carência de ferro e vitaminas na alimentação. Como consequência da subalimentação e da má nutrição, morrem todos os anos milhões de pessoas entre as quais três milhões de crianças de idade inferior a cinco anos. A causa fundamental da fome é a pobreza originada pelos mecanismos económicos que prejudicam os pequenos agricultores. Nos países em que grande parte da população é subalimentada, vastas extensões de terra fértil são reservadas, não ao cultivo destinado à alimentação interna, mas ao cultivo para exportação, produzido em grande parte por pequenos agricultores, que obtêm uma renda muito baixa, visto que as redes comerciais são controladas por um oligopólio de multinacionais. O problema da fome é agravado pelo aumento dos preços dos géneros alimentares, devido em grande parte ao facto de que na Bolsa de mercadorias os operadores

financeiros compram e vendem através de contratos *futuros* quantidades enormes de produtos alimentares, ganhando se o preço aumenta em relação ao acordado aquando a estipulação do contrato.

Esta é a ordem económica mundial que os Estados Unidos procuram por todos os meios conservar e controlar. Não tendo a força económica para fazê-lo, lançam sobre o prato da balança a espada da sua força militar e pressão política. O objectivo político perseguido por Washington é claro: afastar do caminho qualquer Estado ou movimento político/social que possa prejudicar os interesses fundamentais políticos, económicos e militares dos Estados Unidos da América, colocando em risco a sua supremacia. Nesta estratégia, são acompanhados pelas potências europeias da NATO e outras, como Israel e Japão, as quais, apesar de ter contrastes de interesses com os USA, alinham-se sob a liderança dos Estados Unidos, quando se trata de defender a ordem económica e política dominada pelo Ocidente.

Confirma-o a '*psyop*' lançada pelos dispositivos político-mediáticos de todo o Ocidente contra a Síria. Depois de, durante cinco anos ter procurado derrubar o Estado Sírio, esmagando-o a partir do interior, com grupos terroristas armados e infiltrados do exterior e provocando mais de 250.000 mortos, no momento em que as operações estão a fracassar devido à intervenção russa de ajuda às forças sírias que apoiam o governo, lança-se a operação psicológica para fazer parecer como agressor, o Governo e todos os sírios que resistem à agressão. O objectivo da *psyop* é a demonização do Presidente Assad (como foi feito a Milosevic e Gaddafí), apresentado-o como um ditador sádico que goza a bombardear hospitais e a exterminar crianças, com a ajuda do amigo Putin, retratado como o novo Czar do império russo renascido.

A pressão militar USA no Mar da China Meridional e na Península Coreana, dirigida contra a China, a guerra USA/NATO no Afeganistão, Médio Oriente e África, o empurrão USA/NATO na Ucrânia e o consequente confronto com

a Rússia, caem na mesma estratégia de contraste à parceria russo-chinesa e à sua tentativa de remodelar a ordem económica e política global. Na mesma estratégia está o plano de minar os BRICS a partir de dentro, elevando a direita ao poder em Brasília e em toda a América Latina. É confirmado pelo comandante do US Southern Command, cuja área de operações compreende a América do Centro e Sul: numa [audiência no Senado](#) acusa a Rússia e a China de exercer uma «influência maligna» na América Latina, para também fazer avançar aí «a sua visão de uma ordem internacional alternativa».

Num [memorando](#) transmitido em Outubro de 2017 às Forças Armadas dos Estados Unidos, o Secretário da Defesa, Jim Mattis, faz uma verdadeira declaração de guerra: «Somos um Departamento em guerra. Devemos estar preparados para enfrentar uma situação de segurança global cada vez mais complexa, caracterizada por um declínio acelerado da gestão da ordem internacional baseada em regras. A Rússia violou as fronteiras das nações vizinhas e quer ter poder de veto sobre as decisões económicas, diplomáticas e de segurança dos seus vizinhos. A China é um adversário estratégico a longo prazo, que atemoriza os seus vizinhos enquanto aumenta as tensões no mar da China Meridional. Para a segurança e a estabilidade global, é necessário que as nossas Forças Armadas permaneçam a força de combate mais potente do mundo. Devemos dar prioridade a um dissuasor nuclear seguro e fiável, colocar em campo uma força convencional decisiva e manter uma capacidade fundamental de conduzir uma guerra não-convencional». No final da proclamação, antes da assinatura, o Chefe do Pentágono escreve à mão, em letras maiúsculas, «CHARGE!» («CARREGAR!»).

9.2 O sistema bélico planetário dos Estados Unidos da América

1Na «geografia do Pentágono», o mundo está dividido em «áreas de responsabilidade», cada uma confiada a um dos seis Comandos

Combatentes Unificados dos Estados Unidos: O Comando norte, cobre a América do Norte; o Comando Sul, o Centro e a América do Sul; o Comando Europeu, a região que compreende a Europa e toda a Rússia, o Comando África, o continente africano (salvo o Egipto, que se alia no Comando Central); o Comando Central, o Mediterrâneo e a Ásia Central; o Comando Pacífico, a região da Ásia/Pacífico.

2. Cada um dos Comandos Combatentes Unificados é composto por comandos de diversos componentes das Forças Armadas USA, naquela área. Por exemplo, o Comando Europeu dos Estados Unidos é formado por: Exército USA na Europa, Forças Aéreas USA na Europa, Forças Navais USA na Europa, Forças Marines USA na Europa, Comando de Operações Especiais USA na Europa. O comando de cada força está articulado, por sua vez, numa série de sub-comandos e unidades. Por exemplo, o Exército USA, na Europa, tem 22.

3. Aos seis comandos geográficos juntam-se-lhes três operativos à escala global: o Comando Estratégico, responsável pelas forças nucleares terrestres, aéreas e navais, das operações militares no espaço e ciberespaço, do ataque global, da guerra electrónica e da defesa missilística; o Comando para as Operações Especiais, com um comando específico em cada uma das seis áreas mais um na Coreia, responsável pela guerra não-convencional, pelas operações contra-insurreições, pela operações psicológicas e de quaisquer outras missões ordenadas pelo Presidente ou pelo Secretário da Defesa; o Comando para o Transporte, responsável pela mobilidade dos soldados e armamentos por terra, ar e mar, a nível mundial. Os Estados Unidos da América são o único país a ter uma presença militar à escala global, em cada continente e região do mundo. O Pentágono é directamente proprietário de 4.800 bases e outras instalações militares, quer nos USA, quer no estrangeiro, compreendendo 560.000 edifícios e estruturas compreendendo mais de 560.000 edifícios e estruturas (tipo, ferroviárias, oleodutos e pistas de aeroportos)

<https://www.acq.osd.mil/eie/downloads/bsi/base%20structure%20report>

[%20fy15.pdf](#) Segundo os dados oficiais do Pentágono, os Estados Unidos têm cerca de 800 bases e outras instalações militares em mais de 70 países, sobretudo em volta da Rússia e da China, muitas mais em uso ou secretas. Essas bases servem para uma rotação contínua de forças que são aumentadas rapidamente e são transferidas das bases dos Estados Unidos para concentrá-las em determinados teatros bélicos. Os países em que são distribuídas tropas americanas, compreendendo aqueles que não têm bases militares, são mais de 170. Entre militares, empregados civis e familiares, o Pentágono mantém permanentemente no estrangeiro cerca de meio milhão de cidadãos americanos. <http://download.militaryonesource.mil/12038/MOS/Reports/2015-Demographics-Report.pdf>

4. Como termos de comparação, a Rússia tem apenas 9 bases militares no estrangeiro, nas suas antigas repúblicas soviéticas; a China tem uma em Djibuti, onde fazem escala os seus navios militares e civis. Compreendendo 13 bases britânicas e francesas e algumas mais, todos os outros países do mundo têm na totalidade 30 bases no estrangeiro em comparação com as 800 bases americanas <https://www.amazon.com/Base-Nation-Military-America-American/dp/1627791698>

5. Como número de militares em serviços activos (1,3 milhões sempre a aumentar) os Estados Unidos são o terceiro lugar mundial depois da China (2,2 milhões) e da Índia (1,4 milhões). Mas, tendo os USA uma população equivalente a cerca de um quarto da China ou da Índia, o número dos seus militares em relação aos dos habitantes é superior. Comparado com a Rússia, que tem pouco mais de 800 mil militares em serviço activo, os Estados Unidos têm uma nítida superioridade numérica.

6. Comparado com outras grandes potências, os Estados Unidos são superiores não só como forças nucleares mas, em geral, como tipo de armamentos e forças de deslocação e ataque rápido <https://www.nytimes.com/interactive/2017/03/22/us/is-americas-military-big-enough.html> . Têm cerca de 2.200 caça-bombardeiros, entre

os quais 1.400 da U.S. Air Force, todos da quarta e quinta geração. Em relação com os 850 da Rússia e 500 da China (quase todos da quarta geração). Têm também cerca de 160 bombardeiros pesados, 700 drones e 800 helicópteros de ataque.

7. Os USA têm em 2017, 275 navios de superfície e submarinos - mais do que qualquer outro país e que a Administração Trump quer aumentar para 350. Sobretudo, têm unidades navais adaptadas para projecções de forças militares em teatros bélicos distantes, ao ataque de objectivos terrestres e ao desembarque em território inimigo. Mais de 68 submarinos armados de mísseis, têm 10 porta-aviões enormes, que a Administração Trump quer aumentar para 12. Para ter uma ideia da relação de forças, basta pensar que, no mundo, em 2017, há 18 porta-aviões, dos quais 10 pertencem aos Estados Unidos, 2 à Itália e 1 respectivamente à China, Rússia, França, Índia, Espanha e Tailândia. Os porta-aviões americanos de propulsão nuclear, com 330 metros de comprimento, têm a bordo cada um, 75 caça-bombardeiros e uma equipagem de 5.000 homens.

8. Os Estados Unidos têm também 31 navios anfíbios poderosos de assalto, num total de 45 existentes à escala mundial, dos quais 6 pertencem à Grã-Bretanha, 4 à China, 1 à Índia. Os navios americanos de assalto anfíbio têm uma ponte de voo, com 250 metros de comprimento e 30 de largura, do qual partem 30 helicópteros de ataque e caças de descolagem vertical; têm embarcações de desembarque enormes sobre almofadas de ar, cada um capaz de transportar à velocidade superior a 30 nós, acima da costa, tropas e cargas de 60 toneladas. Uma única nave de assalto anfíbio pode desembarcar 2 mil marines, dotados de helicópteros, e aviões de descolagem vertical, artilharia de grande calibre e tanques.

9. Esta máquina bélica, a mais potente jamais vista na História, requer uma despesa militar de longe superior à de todos os outros países. O orçamento do Pentágono para o ano fiscal de 2018 sobe a 700 biliões de dólares, mais do que gastam os outros nove países que figuram na lista dos dez com

as maiores despesas militares co mundo: China, Arábia Saudita, Rússia, Grã-Bretanha, Índia, França, Japão, Alemanha e Coreia do Sul.

10. Para a aprovação do orçamento do Pentágono é decisivo o voto por unanimidade da Comissão dos Serviços Armados, formada por 14 senadores républicanos e 13 democratas. A Comissão sublinha que «os Estados Unidos devem reforçar a dissuasão da agressão russa: a Rússia continua a ocupar a Crimeia, a criar instabilidade na Ucrânia, a minar os nossos aliados NATO, a violar o Tratado INF de 1987 sobre as forças nucleares de raio intermédio e a apoiar o regime de Assad na Síria». Acusa, também a Rússia de condzir «um ataque sem precedentes aos nossos interesses e valores fundamentais», em particular, através de «uma campanha dirigida a minar a democracia americana». Com tais motivações a coligação dos dois partidos justifica a reforço de toda a máquina bélica americana <https://www.congress.gov/115/crpt/hrpt200/CRPT-115hrpt200.pdf> .

11. Para o orçamento do Pentágono referente a 2018, o Congresso autoriza 60 biliões a mais do que o que foi pedido pela Administração Trump. Adicionando outros orçamentos de carácter militar entre os quais o do Departamento para os Assuntos dos Veteranos (que se ocupa dos militares na reserva) e o das armas nucleares, inscrito no Departamento da Energia – as despesas militares totais dos Estados Unidos é de cerca de 1 trilião de dólares, ou seja, um quarto do orçamento federal.

12. Estes são alguns dos elementos/tópicos das despesas abrangidas pelo orçamento do Pentágono no ano fiscal de 2018: 10.6 biliões de dólares para comprar 94 caças F-35, 24 mais do que a quantidade requisitada pela Administração Trump; 17 biliões de dólares para o «escudo anti-míssil» e para as actividades militares espaciais, 1,5 a mais do que a verba requerida pela mesma Administração; 25 biliões para construir 13 navios de guerra, mais 5 do que os propostos pela Administração Trump.

13. Dos 700 bilhões do orçamento de 2018, 640 são destinados, principalmente, à manutenção e às actividades das Forças Armadas, à compra de novos armamentos e aos salários do pessoal militar, que são aumentados, elevando o custo anual a mais de 145 bilhões; 60 bilhões são designados para as operações bélicas na Síria, Iraque, Afeganistão e noutras regiões. Também são disponibilizados 1,8 bilhões de dólares para treino e equipamento de formações armadas sob comando USA, na Síria e no Iraque, e 4,9 bilhões de dólares para o «Fundo das Forças de Segurança Afegãs». Para a «Iniciativa de Segurança da Europa», lançada em 2014, pela Administração Obama depois da «agressão revanchista russa na Ucrânia», são concedidos em 2018, 4,6 bilhões: esses servem para aumentar a presença das forças couraçadas americanas e o «preposicionamento estratégico» de armamentos Usa na Europa. Também são fornecidos 500 milhões de dólares para fornecer «assistência letal» (ou seja, armamentos) à Ucrânia.

14. O orçamento do Pentágono, dispendo de 125 bilhões de dólares por ano (a verba de 2018 em aumento contínuo) para a compra de armamentos e 85 bilhões (esta quantia também sempre em aumento continuado) para a pesquisa e desenvolvimento de novos armamentos, alimenta a indústria bélica mais poderosa do mundo. Entre os dez maiores produtores mundiais de armamentos <https://www.defensenews.com/top-100/> (com base na facturação de 2016), seis são americanos: Lockheed Martin, Boeing, Raytheon Company, Northrop Grumman, General Dynamics, L3 Technologies. Os outros são a firma britânica BAE Systems, a franco-holandesa Airbus, a francesa Thales e a italiana Leonardo (antes Finmeccanica), na nona posição.

15. Em primeiro lugar no mundo está a firma americana, Lockheed Martin, produtora de armamentos aeroespaciais e missilísticos, robótica militar e armas de energia dirigida: tem um quadro de pessoal de 97.000 indivíduos, entre eles 49.000 engenheiros, cientistas e profissionais de tecnologias de informação; uma rede de mais de 16.000 fornecedores nos USA e 1.500

em 65 países; uma facturação em aumento contínuo (em 2016 mais de 47 biliões de dólares, dos quais 73% de vendas nos USA e 27% de vendas ao estrangeiro; uma cotação na bolsa em forte crescimento, com um rendimento que aumentou 84% no período 2014-2016).

16. Um dos programas de ponta da Lockheed Martin é o do F-35 Lightning II, definido como «o caça mais avançado multifunções do mundo, que fornece às forças armadas capacidades incomparáveis». Produzem-se três modelos: de descolagem e aterragem convencional (A), de descolagem e aterragem vertical (B) e uma variante para porta-aviões (C). Para a sua produção e aquisição participam oito 'partner' estrangeiros: Austrália, Canadá, Dinamarca, Grã-Bretanha, Itália, Noruega, Holanda e Turquia. Outros compradores, em 2017, são: Israel, Japão e Coreia do Sul. Nos Estados Unidos a rede produtora compreende mais de 1.400 empresas em 46 estados e em Puerto Rico, que produzem milhares de componentes dos caças. O custo do programa está em crescimento contínuo: em 2017 estima-se que, para produzir 2.456 caças F-35 nas três versões; são precisos 400 biliões de dólares, a que se adicionam 1.100 biliões de custos operacionais em 20 anos, elevando o total a 1,5 triliões de dólares <http://www.thefiscaltimes.com/2017/07/13/F-35-Total-Costs-Climb-Past-15-Trillion-How-High-Will-They-Go> . Haverá também compras, ainda não quantificáveis, para as actualizações contínuas a realizar no decorrer dos anos, aos caças e aos seus armamentos. Isso torna o F-35 no mais custoso sistema de arma da História.

17. A Lockheed Martin e outras indústria bélicas de vanguarda, em competição azeda umas com as outras para agarrar os contratos chorudos do Pentágono (em 2016 mais de 2.400, abrangendo 230 biliões de dólares), não são apenas empresas produtoras de armamentos. Elas estão intimamente integradas com o Pentágono, e com diversos sectores das Forças Armadas e com os Serviços Secretos, com a classe política república e democrática, quer em Washington, quer em cada um dos 50 Estados. O Pentágono tem, em geral, um escritório/departamento com

peçoal próprio, no interior das indústrias bélicas mais importantes. Estes, por sua vez, fornecem executivos para o Pentágono, para posições de responsabilidade no sector de Defesa. Ao mesmo tempo, muitas alta patentes das Forças Armadas, logo que vão para a reserva, entram nos conselhos das administrações das indústrias bélicas. Yambém as indústria bélicas mais importantes, tendo instalações próprias e milhares de empresas subcontratadas em todo o território nacional, podem influenciar a escolha dos parlamentarres e dos governadores em qualquer Estado e a escolha dos representantes no Congresso e no Senado. Também é fortíssiam a influência das indústria bélicas nos sectores da ciência e da tecnologia: estima-se que cerca de 30 % dos pesquisadores e dos engenheiros estejam, de várias maneiras, ligados ao sector militar.

18. Esta trama extensa e profunda de interesses forma o complexo militar-industrial americano, cujos lucros e poderes aumentam na medida em que aumentam as tensões e as guerras. Confirma-o o facto de que, enquanto os seus lucros eram diminutos, depois do fim da Guerra Fria, cresceram fortemente após o 11 de Setembro. O complexo militar-industrial influi em todos os níveis, desde a Casa Branca aos simples Estados, sobre as escolhas políticas que conduzem à guerra, Escolhas que, na realidade, são feitas em grupos restritos representativos dos poderes máximos (económico-financeiros, políticos, militares), verddeiras cúpulaas acima ds instituições, que se reúnem informal e secretamente para discutir e decidir a estratégia. Através das suas ligações estreitas com a Comunidade dos Serviços Secretos (Inteligência), o complexo militar-industrial tem na mão todos os instrumentos para provocar tensões internacionais e consequentes intervenções militares, com o apoio das grandes cadeiaqs de comunicação social mediática e da consequente maioria da opinião pública interna e internacional. Em poucas palavras, o complexo militar-industrial é um organismo tentacular que, para viver e desenvolver-se, tem necessidade como oxigénio, da guerra. E visto que a força militar é necessária aos grandes grupos financeiros e às multinacionais para manter a sua

supremacia no mundo, não é só o complexo militar-industrial, mas todo o sistema económico e financeiro dominante, no qual se baseiam os Estados Unidos da América, a ter necessidade da guerra, em ultima análise, também da guerra nuclear.

19. Os Cientistas Atómicos Americanos confirmam qual é o resultado: O ponteiro do «Relógio do Apocalípse», o relógio simbólico que, no seu boletim, indica a quantos minutos estamos da Meia Noite da Guerra nuclear, foi colocada mais à frente: de 3 minutos para a meia noite, em 2015 para 2, 5 minutos da meia noite em 2017: Um nível de alarme mais alto do que o da metade dos anos Oitenta, no cúmulo da tensão entre os USA e a URSS.

9.3 A atracagem da Itália à máquina de guerra USA/NATO

Para empreender qualquer iniciativa real, em Itália, contra a ameaça crescente da guerra nuclear, é necessário, em primeiro lugar, ser conhecedor do que o Primeiro Ministro Gentiloni define (quando, em 2017 é recebido pelo Presidente Trump) como «o atracamento histórico» da Itália aos Estados Unidos, « pilar da nossa política extena». A atracagem da Itália aos Estados Unidos, fundamentalmente através da NATO, sob comando USA, implica não só a concessão do nosso território nacional como base avançada das armas nucleares americanas e da projecção de forças americanas para o Sul e para Leste, mas também uma remodelação contínua da política militar e das Forças Armadas Italianas, de acordo com as exigências da estratégia americana.

Desde o «Novo Modelo de Defesa», adoptado em 1991 de acordo com a nova orientação estratégica USA depois da primeira Guerra do Golfo, chega-se ao [«Livro Branco para a Segurança Internacional e Defesa»](#) elaborado pela Ministra da Defesa, Roberta Pinotti e institucionalizado em 2017, com um desenho especial da lei, que adequa mais a política militar e a estrutura das Forças Armadas Italianas à

estratégia através da qual os Estados Unidos procuram manter o seu domínio num mundo em mudança.

O Livro Branco atribui às Forças Armadas Italianas, quatro missões, que deturpam completamente a Constituição. A defesa da Pátria, estabelecida no Artº 52, é reformulada, na primeira missão, como defesa dos «interesses vitais do País». Daí a segunda missão: baseando-se no «contributo para a defesa colectiva da Aliança Atlântica e para a manutenção da estabilidade nas áreas incidentes no mar Mediterrâneo, a fim de proteger os interesses vitais ou estratégicos do país». O repúdio da guerra como instrumento de ofensa à liberdade dos outros povos e como meio de resolução das controvérsias internacionais, estabelecido no Artigo 11, é substituído na terceira missão pela «gestão das crises fora das áreas de intervenção prioritária», com o fim proclamado de «garantir a paz e a legalidade internacionais».

Deste modo, o Livro Branco vem demolir os pilares constitucionais da República Italiana, que é reconfigurada como uma potência que se arroga o direito de intervir militarmente nas áreas que contornam o Mediterrâneo – Norte da África, Médio Oriente e Balcãs – para apoio dos seus interesses económicos e estratégicos, e em qualquer parte do mundo onde estejam em jogo os interesses do Ocidente, representados pela NATO sob comando USA. Prático e cómodo para tudo isto, é a Lei do Enquadramento, que entrou em vigor em 2016, que institucionaliza as missões militares no estrangeiro (em 2017, foram realizadas 30 missões em 20 países), constituindo, para o seu funcionamento, um fundo específico no Ministério da Economia e das Finanças.

Finalmente, como quarta missão, confiam-se às Forças Armadas, a «salvaguarda das instituições livres», com «deveres específicos em casos de necessidade e urgência extraordinárias». As mesmas são compostas por profissionais da guerra, capazes de usar as novas tecnologias e de combater em países longínquos nas condições ambientais mais diversas. «Temos necessidade de soldados jovens – explica a Ministra Pinotti – a

chave está em alistar indivíduos de 19-20 anos, oferecer-lhes um pacote informativo importante para sete anos das suas vidas, ensinando-lhes línguas e profissionalidade. Se se encontrarem no mercado de trabalho aos 26-27 anos não será difícil encontrar outra ocupação, porque também nos empenhamos em construir novas oportunidades de trabalho nas actividades legislativas». Numa situação de desocupação e precariedade, oferece-se assim aos jovens, o modo de ganhar e ter uma colocação segura: a guerra. E aos profissionais da guerra, às ordens do Pentágono italiano, também é assegurada a «salvaguarda das instituições livres» com «tarefas específicas em caso de necessidade e urgência extraordinária», fórmula vaga que se presta a medidas autoritárias e a estratégias subversivas.

No âmbito da «revisão do modelo operacional das Forças Armadas», institucionalizada pelo Livro Branco, está inserida a decisão de reunir as cúpulas de todas as Forças Armadas numa única estrutura, segundo o modelo operacional do Pentágono americano. O «Pentágono italiano», anuncia a Ministra Pinotti, em 2017, irá surgir na zona do aeroporto de Centocelle, em Roma, onde há espaço para construir outros edifícios e infraestruturas (sem se preocupar com o impacto ambiental no parque arqueológico e na sua área verde). Para a sua construção foi efectuada uma primeira atribuição de 2,6 biliões de euro, desviados da Lei da Estabilidade, sob o título "Habitação pública, incluindo educação". Em Centocelle, donde foi transferida a Direcção Geral dos Armamentos com o pessoal, totalizando 1.500 pessoas, onde já está o comando operacional das cúpulas de todas as forças, em 2017, através do qual o Chefe do Estado Maior da Defesa, comanda todas as operações das Forças Armadas.

O Livro Branco aumenta imenso os poderes do Chefe do Estado Maior da Defesa, também do ponto de vista técnico-administrativo e, ao mesmo tempo, abre as portas das Forças Armadas aos «dirigentes provenientes do sector privado» que possam exercer as funções de Secretário Geral, responsável pela área técnico-administrativa da Defesa, e do Director

nacional dos armamentos. Tarefas-chave que permitem aos grupos poderosos da indústria bélica de entrar com funções dirigentes no Ministério da Defesa e de conduzir as escolhas segundo os seus interesses ligados à guerra. A centralização da Direcção Geral dos armamentos e das cúpulas das Forças Armadas numa única cidadela, o «Pentágono Italiano» facilita, por trás dos altos muros do sigilo militar, o entrelaçamento subterrâneo de interesses e poderes segundo o modelo do complexo militar-industrial dos EUA.

A indústria militar é definida no Livro Branco como sendo o « pilar do Sistema do País », visto que « contribui, através da exportação, para o equilíbrio da balança comercial e para a promoção dos produtos da indústria nacional nos sectores de alta remuneração ». Não faltam resultados: a Leonardo (antes Finmeccanica) – a maior indústria militar italiana, de quem o Ministério da Economia e Finanças é o principal accionista com uma quota de 30% - coloca-se no nono lugar do ranking mundial, na classificação de 2017 das cem maiores indústrias bélicas, com vendas anuais de cerca de 9 biliões de dólares de armamentos, em 2016. Sobretudo, graças à venda ao Kuwait, em 2016, de 28 caças Eurofighter Typhoon de nova geração, construídos pelo consórcio de quem faz parte a Leonardo, juntamente com indústrias da Grã-Bretanha, Alemanha e Espanha. Um contrato de 8 biliões de euros, o maior jamais assinado pela Finmeccanica, em cujos cofres entra cerca de metade dessa quantia. Os Eurofighter Typhoon, que o Kuwait usa para matar civis no Yemen, na guerra conduzida pela coligação com orientação saudita, também podem ser armados com bombas nucleares que, provavelmente, já estão na posse da Arábia Saudita. O treino da equipagem é fornecido pela Aeronáutica Italiana.

Prosperam assim, os negócios da Leonardo que, em 2016, obtêm 84% da sua facturação através da venda de armas. Para apoiar cada vez mais a produção militar, foram vendidas por cerca de 900 milhões de euro aos japoneses da Hitachi duas fábricas da Finmeccanica, a Ansaldo Sts e a Ansaldo Breda, empresas líderes mundiais na produção ferroviária.

A Leonardo – que se autodefine «empresa global de alta tecnologia nos sectores Aeroespacial, Defesa e Segurança, com mais de 45.600 funcionários, presente com escritórios e instalações industriais em 180 locais em todo o mundo» - tem uma presença industrial particularmente relevante, além da Itália, nos Estados Unidos, na Grã Bretanha e na Polónia. Deste modo, está integrada estreitamente no complexo militar-industrial americano e com as suas principais fortalezas na Europa. Nos Estados Unidos, a Leonardo fornece produtos e serviços não só às Forças Armadas e às empresas da Defesa, mas também às agências de serviços secretos.

Ao mesmo tempo, em Itália, a Leonardo gere as instalações FACO di Cameri (Novara), na qual são montados os caças F-35 da empresa americana Lockheed Martin destinados à Força Aérea e à Marinha Italiana e partes dos mesmos encomendadas pela Holanda. As empresas em Foggia e Nola, fabricam as partes complexas e metálicas da caixa da asa, da qual a Leonardo é a segunda produtora também para as Forças Armadas americanas. Numa segunda fase, Cameri tornar-se-á o centro de apoio para os F-35, instalados em toda a área europeia e mediterrânica.

A adesão da Itália ao programa F-35, como um parceiro de segunda categoria, fortalece a atracagem aos Estados Unidos, integrando ainda mais o complexo industrial militar italiano no gigantesco complexo militar industrial americano. Portanto, a decisão de participar no programa F-35 é uma escolha política, feita com base no bipartidarismo. Depois da assinatura do primeiro memorando do acordo, por parte do Governo D'Alema, em 1998, é o Governo Berlusconi a assinar, em 2002, o acordo que faz entrar a Itália no programa, como parceira de segunda categoria. Em 2007, o Governo Prodi aperfeiçoa o acordo e sugere a compra de 131 caças. Em 2009, o Governo Berlusconi delibera sobre a aquisição. Em 2012, o Governo Monti «reajusta» o número de caças, de 131 para 90, para demonstrar que, perante uma crise, todos devem 'apertar o cinto'. Em 2013,

o Governo Letta e, em 2014, o Governo Renzi confirmam o empenho da Itália no programa F-35.

O custo real dos 90 caças F-35 é, em 2017, ainda mais inquantificável. É certo que, pelo menos, supera os 10 biliões de euro, a que se juntam os custos (também inquantificáveis) das actualizações contínuas, acrescidas das operacionais. Como termo de comparação, cada um dos 96 caças Eurofighter Typhoon das Forças Aéreas Italianas custa mais de 100 milhões de euro e, cada hora de voo custa cerca de 40.000 euro, o equivalente ao salário anual de um trabalhador. Custos que saem dos cofres públicos, aumentando uma despesa militar que, no ano de 2017, sob para cerca de 70 milhões de euro por dia, destinadas a chegar aos 100 milhões de euro/dia, como foi requerido pela NATO.

Como reconhecimento da sua função, a Itália é o primeiro país a receber, depois dos USA, o novo caça da quinta geração: o primeiro F-35 chega à base de Amendola (Foggia), em 12 de Dezembro de 2016. Dá início à instalação em Itália, dos novos caças americanos projectados para usar a nova bomba nuclear americana B61-12. Os pilotos italianos e europeus são treinados para pilotar os caças F-35 em três centros nos EUA: na base da U.S. Air Force de Eglin, na Florida e Luke no Arizona, e na dos Marines em Beaufort, na Carolina do Sul. O orçamento do Pentágono para 2018, traz rumores de despesas menores, mas não menos importantes; estabelece 27 milhões de dólares para a base de Aviano, para obras de ampliação, devido à instalação dos F-35 e das bombas nucleares B61-12.

No orçamento do Pentágono para 2018, estão também atribuídos 65 milhões de dólares para o programa de pesquisa e desenvolvimento de um «novo míssil com base em terra, de raio intermédio, para começar a reduzir a lacuna de capacidade provocada pela violação russa do Tratado INF». Por outras palavras, os Estados Unidos têm um programa para instalar na Europa, mísseis nucleares análogos aos Pershing II e aos mísseis de cruzeiro dos anos oitenta, estes últimos também instalados em Itália, em Comiso.

9.4 A desatracagem da Itália da máquina de guerra USA/NATO, para uma Itália soberana e neutra, liberta de armas nucleares

1A Itália assinou, em 1969 e ratificou, em 1975, o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares que, no Artigo 2 estabelece: «Cada um dos Estados militarmente não nucleares, que seja Parte do Tratado, compromete-se a não receber, de quem quer que seja, armas nucleares ou outros dispositivos, nem o controlo sobre essas armas e engenhos explosivos nucleares, directa ou indirectamente».

2. Esse compromisso é iludido pelo facto da Itália fazer parte da NATO, a qual, no Conceito Estratégico de 2010 https://www.nato.int/cps/ic/natohq/topics_82705.htm , adoptado pela Cimeira de Lisboa, estabelece: « A garantia suprema da segurança dos Aliados é fornecida pelas forças nucleares estratégicas da Aliança, particularmente, as dos Estados Unidos; as forças nucleares estratégicas independentes do Reino Unido e da França, que têm a sua própria função de dissuasão, contribuem para a dissuasão e para a segurança total dos Aliados».

3. Dentro da NATO, a Itália faz parte do Grupo de planificação nuclear, formado pelos Ministros da Defesa de todos os países membros, excepto a França, que se encontram regularmente para discutir e decidir (sempre à porta fechada) sobre as questões específicas da política nuclear da Aliança.

4. Ao mesmo tempo, a Itália faz parte, no interior da NATO, do grupo de países que «fornecem à Aliança, aviões de dupla capacidade, disponíveis para as funções nucleares». A NATO especifica que «na sua função nuclear, estes aviões estão equipados para transportar bombas nucleares e o pessoal instruído para esse fim», mas que «os Estados Unidos mantêm o controlo absoluto e a guarda das armas nucleares associadas» https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50068.htm . Deste modo, a NATO admite, oficialmente, que os Estados Unidos fornecem armas nucleares aos países membros da Aliança não nucleares, violando o Tratado

de Não-Proliferação das Armas Nucleares, assinado pelos Estados Unidos em 1968 e ratificado em 1970, cujo Artigo 1 estabelece: «Cada um dos Estados militarmente nucleares, que seja Parte do Tratado, compromete-se a não transferir a quem quer que seja, armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos ou o controlo dessas armas e engenhos explosivos, directa ou indirectamente».

5. O facto de que os pilotos italianos são treinados para o ataque nuclear sob comando USA – segundo confirma a FAS – é demonstrado pela presença em Ghedi do *704th Munitions Support Squadron*, uma das quatro unidades da U.S. Air Force deslocada nas bases europeias (além disso, em Itália, na Alemanha, Bélgica e Holanda) «onde as armas nucleares USA estão destinadas a ser lançadas pelos aviões dos países hospedeiros». Os pilotos dos quatro países europeus e os pilotos turcos, já peritos no uso da B-61, são agora preparados nos centros de treino, nos EUA, para usar a B61-12. A sua preparação é completada com a *Steadfast Noon*, o exercício anual da NATO de guerra nuclear, ocorrido em 2013, em Aviano e em 2014, em Ghedi.

6. A Itália – que não só faz parte do Grupo de planificação Nuclear, mas é um dos países que fornecem à NATO, aviões e pilotos para o ataque nuclear – não pode tomar decisões autónomas, em contraste com o Conceito Estratégico 2010, que ela própria aprovou na Cimeira de Lisboa. O Conceito Estratégico estabelece que «as armas nucleares constituem uma componente fundamental da capacidade de dissuasão e defesa da NATO, juntamente com as forças convencionais e de defesa missilística». O mesmo «compromete a NATO a lutar pelo objectivo de criar as condições para um mundo sem armas nucleares, mas confirma que, enquanto houver no mundo armas nucleares, a NATO permanecerá uma aliança nuclear» https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50068.htm .

7. Isto explica a posição assumida pela Itália a respeito do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares <https://www.un.org/disarmament/wp-content/uploads/2017/10/tpnw-info-kit-v2.pdf> , votado pela maioria, nas

Nações Unidas, em 7 de Julho de 2017. Expressando profunda preocupação pelas consequências humanitárias catastróficas de qualquer uso de armas nucleares e reconhecendo a necessidade consequente de eliminar completamente essas armas, o Tratado compromete os Estados aderentes a não produzir nem possuir armas nucleares, a não usá-las, nem ameaçar usá-las, a não transferi-las nem a recebê-las, directa ou indirectamente. Este é o ponto fundamental de força do Tratado, que visa criar «um instrumento juridicamente vinculativo para a proibição das armas nucleares, que conduza à sua eliminação total».

8. O tratado é votado em 2017 por uma maioria de 122 Estados, entre os quais a Austria, Bangladesh, Bolívia, Brasil, Cuba, Indonésia, Irão, Iraque, México, Myanmar, Nigéria, Nova Zelândia, Peru, África do Sul, Suécia, Suíça e Venezuela. O Tratado - que para entrar em vigor tem de ser assinado e ratificado por 50 Estados - é apenas vinculativo para os Estados que aderem ao mesmo e não os proíbe de fazer parte de alianças militares com Estados que possuem armas nucleares. Além do mais, cada um dos Estados aderentes «tem o direito de retirar-se do Tratado se decidir que acontecimentos extraordinários relativos à matéria do Tratado possam colocar em perigo os supremos interesses do próprio país» Fórmula vaga que permite em qualquer momento a qualquer Estado Aderente romper o acordo, dotando-se de armas nucleares.

9. O maior limite consiste no facto de que não adere ao Tratado nenhum dos Estados que possuem armas nucleares: os Estados Unidos e as duas outras potências nucleares da NATO, França e Grã-Bretanha, que possuem globalmente 7.000 ogivas nucleares; a Rússia que possui outro tanto; China, Israel, Índia, Paquistão e Coreia do Norte, com arsenais menores mas nem por isso, desprezíveis. Não aderem ao Tratado os outros membros da NATO, em particular a Itália, a Alemanha, a Bélgica, a Holanda e a Turquia, que albergam bombas nucleares dos Estados Unidos da América. A Holanda, depois de ter participado nas negociações, exprime um parecer contrário no momento da votação. Não aderem ao tratado,

globalmente, 73 Estados membros das Nações Unidas, entre os quais surgem os principais parceiros dos USA/NATO: Ucrânia, Japão e Austrália.

10. Não obstante esses limites, o Tratado das Nações Unidas sobre a Proibição das Armas Nucleares, constitui um marco sobre a única maneira viável de acabar no baralho da guerra nuclear. «Pelo seu empenho em chamar a atenção sobre as catastróficas consequências humanitárias de qualquer uso de armas nucleares e pelos seus esforços inovadores para uma proibição dessas armas com base num tratado», a *International Campaign to Abolish Nuclear Weapons* (ICAN), uma coligação de organizações não-governamentais de uma centena de países, é distinguida com o Prémio Nobel da Paz, em 2017.

11. O Tratado é aberto às assinaturas, no Palácio de Vidro em New York, em 20 de Setembro de 2017. No dia anterior, na Câmara dos Deputados, em Roma, é aprovada uma moção <http://www.camera.it/leg17/410?idSeduta=0853&tipo=sommario> que compromete o governo a «continuar a perseguir o objectivo de um mundo sem armas nucleares através da centralidade do Tratado de Não-Proliferação, avaliando, de forma compatível com as obrigações assumidas na Aliança Atlântica, a possibilidade de aderir ao Tratado para vetar as armas nucleares, aprovado pela Assembleia Geral da ONU». O Governo exprime «parecer favorável» sobre a moção, mas no dia seguinte, com os outros 28 membros do Conselho do Atlântico Norte, rejeita na totalidade, e ataca o Tratado sobre a Proibição das Armas Nucleares.

12. O Conselho do Atlântico Norte, na Declaração de 20 de Setembro de 2017 https://www.nato.int/cps/ua/natohq/news_146954.htm, sustenta que «um Tratado que não compromete nenhum dos Estados possuidores de armas nucleares não será eficaz, não aumentará a segurança nem a paz internacionais, mas arrisca-se a fazer o oposto, criando divisões e divergências». Também esclarece, sem meias palavras, que «não aceitaremos nenhum argumento contido no Tratado». Anuncia, igualmente que «iremos intimidar os nossos parceiros e todos os países que tencionarem

apoiar o Tratado, para refletirem seriamente nas suas implicações» (leia: entraremos em contacto para que não o assinem nem o ratifiquem).

13. O Conselho do Atlântico Norte desautoriza, portanto, os parlamentos nacionais dos países membros, privando-os da soberania de decidirem autonomamente se devem aderir ou não, ao Tratado das Nações Unidas sobre a Abolição das Armas Nucleares.

14. Isto coloca em termos muito claros a questão essencial: como é possível fazer qualquer coisa, em Itália, para desactivar a escalada nuclear e contribuir para a eliminação completa das armas nucleares, permanecendo uma Aliança que vos priva da soberania de decidir sobre uma questão de fundamental importância e confia a nossa «segurança» à «garantia suprema fornecida pelas forças nucleares estratégicas da Aliança, particularmente as dos Estados Unidos»?

15. Em essência, levanta a questão da Itália pertencer à NATO. Há quem diga que se pode permanecer na NATO, mantendo a sua autonomia de escolha, ou seja, tendo a possibilidade de decidir, de vez em quando, no parlamento nacional, se deve participar ou não, numa determinada iniciativa da Aliança Atlântica. Ilusão ou pior ainda. No Conselho do Atlântico Norte, estabelecem as normas da NATO, «Não há voto nem decisão maioritária», mas «as decisões são tomadas por unanimidade e de comum acordo», ou seja, de acordo com os Estados Unidos da América, a quem pertence por direito, o cargo de Comandante Supremo Aliado na Europa e os outros comandos chave, compreendendo o do Grupo de Planificação Nuclear da NATO. Entre as muitas variantes de tal ilusão é a dos F-35 americanos, aviões projectados para o ataque nuclear, sobretudo com as bombas B 61-12, para cujo uso estão já a preparar-se os pilotos italianos, possam ser usados pela Itália, com uma espécie de segurança que impeça o uso de armas nucleares.

16. No grande espectáculo mediático da política, os ilusionistas e os funâmbulos exibem-se, participando em marchas pela paz e assinando

apelos para um mundo sem armas nucleares, ou seja, para algo que actualmente é impossível, mas não fazem nada para realizar o que hoje seria possível: uma batalha decidida para libertar a Itália das armas nucleares, que não servem a nossa segurança mas que nos expõem a riscos crescentes. É o único modo, através do qual, em Itália, se pode realmente contribuir para desarmar a escalada que conduz à guerra nuclear, concretizando um verdadeiro passo em frente para a eliminação total das armas nucleares.

17. Para fazê-lo, é necessário bater-se em campo aberto, para que a Itália cesse de violar o Tratado de Não-Proliferação. Impondo aos EUA para que removam imediatamente as suas armas nucleares do nosso território nacional e, ao mesmo tempo, para que a Itália, libertando-se, adira ao Tratado das Nações Unidas sobre a proibição das Armas Nucleares. Mesmo que não houvesse tratado vinculativo, este seria o objectivo pelo qual lutar.

18. Os princípios da Constituição italiana e os verdadeiros interesses nacionais tornam indispensável a remissão do nosso território nacional não só das armas nucleares, mas das bases USA e as da NATO sob comando USA, as quais, além de ter a função de projectar forças convencionais em acções ofensivas para o SUL e para Leste, têm a função de poder lançar um ataque nuclear das posições avançadas, situadas no nosso país, tornando-o um alvo prioritário de uma inevitável retaliação nuclear.

19. Por outras palavras, deve-se quebrar o Grande Tabú que domina o mundo político e institucional, indicando claramente o objectivo a atingir: a saída da Itália da NATO e da NATO de Itália, para contribuir para a dissolução da Aliança Atlântica e de qualquer outra aliança militar. Objectivo considerado louco pelos que acreditam que a Aliança Atlântica é qualquer coisa sagrada e intocável; considerado perigoso por quem sabe que, colocando-se contra a NATO, põe em risco a sua carreira política; considerado impossível por quem pensa que não pode existir uma Itália soberana e neutra.

20. Os obstáculos que se interpõem à realização desse objectivo são gigantescos. O Poder dominante baseia a sua força não só nos instrumentos políticos, económicos e militares, mas sobre o controlo da mente, propósito possível através de um aparelho mediático globalmente difundido que, sobretudo através da televisão, induz a acreditar que existe apenas aquilo que se vê e não existe o que não se vê.

21. O controlo da mente através do aparelho mediático dominante permite, por um lado, tranquilizar a opinião pública escondendo as ameaças reais, por outro lado, alarmá-la, fazendo abrir, de vez em quando, hologramas de inimigos perigosos (hoje novamente o russo, personificado por Putin), para, deste modo, justificar políticas de rearmamento, operações militares e guerras. E, sempre em função do controlo da mente, acreditar-se no espectáculo de que, depois de ter sustentado as guerras que demolindo Estados na totalidade (o último, o Estado da Líbia), provocaram êxodos de massas, hoje estão na primeira fila para acolher de braços abertos, as vítimas dessas mesmas guerras.

22. A grande maioria não sabe mesmo nada ou quase nada, dos mecanismos que determinam a sempre, cada vez mais rápida escalada de guerra, tornando sempre mais real o cenário da terceira (e última) guerra mundial <https://store.globalresearch.ca/store/towards-a-world-war-iii-scenario-the-dangers-of-nuclear-war/> : a guerra termonuclear. Fala-se nos círculos restritos dos «viciados no trabalho», no «sal e cinza» (em referência à cor do cabelo) dos quais os jovens estão em grande parte ausentes. Trata-se de sair do fechado, encontrando formas e idiomas para fazer compreender que o tempo está a esgotar-se, que é necessário movermo-nos enquanto estamos a tempo. Por outras palavras, levar as pessoas a reagir, como baseados no instinto de sobrevivência reagiriam os habitantes de um condomínio se vissem que alguém acumula explosivos no porão de arrumos comum. Pelo contrário, quase ninguém reage, porque a maioria não sabe ou não sabe do que se trata, enquanto os Estados Unidos acumulam explosivos nucleares debaixo dos nossos pés.

O que devemos fazer está nas mãos de cada um de nós. É necessário que cada um faça qualquer coisa, mesmo que seja pequena, mas que seja real, para trazer de volta o relógio do Apocalipse. É o caminho obrigatório através do qual passa cada escolha para o futuro. O relógio do Apocalipse está a assinalar, apenas, as horas de um mundo sem futuro.

APÊNDICE

A voz da Ciência e da Cultura

O período crucial entre o fim dos anos setenta e início da década de 1990, compreendendo a última fase do confronto nuclear NATO-Pacto de Varsóvia e a abertura do depois da Guerra Fria com a primeira guerra do Golfo, viu em Itália, uma grande mobilização pacifista em que participavam personalidades notáveis da ciência e da cultura. Relatamos nestas páginas algumas das suas tomadas de posição, cuja leitura oferece ideias de extrema actualidade: o Apelo sobre a instalação iminente de mísseis nucleares de cruzeiro em Itália, lançado pelo filósofo da Ciência, Ludovico Geymonat; a apresentação do Prémio Nobel Daniel Bovet e Carlo Rubbia e do Prof. Alberto Malliani, documentos científicos sobre os efeitos da guerra nuclear; a reflexão do Padre Ernesto Balducci sobre o significado da primeira guerra do Golfo.

Apelo contra a instalação de mísseis nucleares em Itália (20 de Novembro de 1979)

1Uma nova ameaça recai sobre o nosso povo: o «Grupo de Planificação Nuclear» da NATO exprimiu um parecer positivo a respeito do plano americano de distribuir em vários países europeus, entre os quais Itália, os mísseis de cruzeiro e os Pershing II de ogiva nuclear. É uma decisão gravíssima. A instalação no nosso continente de tais armas, que não são tácticas e defensivas, mas estratégicas e ofensivas, faria da Europa ocidental a primeira linha de um eventual conflito nuclear. Em particular a

Itália, que tem uma posição subordinada também no campo militar, seria apenas uma plataforma de lançamento e um alvo.

2. Como relatado pela imprensa internacional, os USA têm no continente europeu 7.000 ogivas atômicas (1.500 em Itália), cuja potência equivale a duas toneladas de explosivos por cada habitante dos países da NATO. Neste verdadeiro barril de pólvora nuclear, Washington quer introduzir outros mísseis ainda mais perigosos.

3. O povo italiano, os povos da Europa e do mundo não podem assistir, como simples espectadores, à escalada de tal «equilíbrio de terror». É necessário quebrar esta lógica fatal, o mais rápido possível.

4. Seja o povo italiano – milhões de trabalhadores, jovens e mulheres – a dar o exemplo, impedindo que sejam instalados no nosso país estes instrumentos de morte. Nasça nas fábricas, em todos os lugares de trabalho e de estudo, nos bairros, um movimento popular em defesa da paz e da independência nacional.

5. Cada força realmente decidida a bater-se por estes objectivos, cada progressista é chamado a assumir uma responsabilidade precisa: a de fazer todo o possível para impedir que o governo italiano dê o consentimento à instalação de mísseis no nosso país, para que faça acontecer iniciativas a nível europeu e mundial, destinadas a conseguir um desarmamento nuclear generalizado. Devemos fazer com que o nosso povo não repita a experiência trágica da guerra mundial, que não seja envolvido num conflito nuclear.

6. Não às armas nucleares no nosso país. Não a uma escolha que, inevitavelmente, aumentaria a tensão. Sim às negociações, a uma política que quebre a corrida armamentista. Defendamos a nossa vida, tomemos o nosso destino nas nossas mãos.

Ludovico Geymonat, Professor de Filosofia da Ciência na Universidade de Milão

Nino Pasti, Senador da Esquerda Independente

Enzo Enriques Agnoletti, Director da revista «Il Ponte»

Giovanni Pesce, medalha de ouro de valor militar da guerra partidária

Filippo Paone, Magistrado governador de Roma

Eleonora Turziani, oficial da 3ª Divisão partidária «Giustizia e Libertà»

Antonio Cardilli, membo da Coordenação Nacional dos Conselhos, da Fábrica do Grupo Ansaldo

Giuseppe Semerari, Professor de Filosofia Teórica na Universidade de Bari

Manlio Dinucci, Director da revista «Lotta per la Pace»

As consequências da guerra nuclear*

Daniel Bovet, Prémio Nobel da Medicina

Carlo Rubbia, Prémio Nobel da Física

1.Com a conquista das imensas forças que estão contidas no núcleo atómico, pela primeira vez a sua História, o Homem adquiriu a possibilidade concreta de destruir os seus semelhantes à escala planetária e assim, de dar um golpe mortal à vida em todo o nosso planeta. Esta corrida ao desenvolvimento de armas cada vez mais potentes, iniciada em 1942 com o começo do «Projecto Manhattan» e com o holocausto nuclear das cidades de Hiroshima e Nagasaki, é prosseguida nos anos Cinquenta e no começo da década de 1960 através das fases de explosões experimentais, na atmosfera e na superfície, de engenhos cada vez mais destrutivos.

2. Não há qualquer dúvida que hoje, um conflito nuclear generalizado, mais do que destruir directamente a maior parte da população do nosso planeta, causaria, durante meses seguidos, o escurecimento da luz solar e uma diminuição dramática da temperatura do nosso globo, o designado

«inverno nuclear». Devido a temperaturas sub-polares extinguir-se-iam, definitivamente, um enorme número de formas de vida vegetal e animal do nosso planeta, não excluindo também a espécie humana.

3. Um grupo de médicos reunidos na associação apolítica internacional - *International Physicians for the Prevention of Nuclear War* (I.P.P.N.W.) <http://www.ippnw.org> procura há anos, sensibilizar a opinião pública sobre as consequências atroz de um conflito nuclear, mesmo que seja limitado. Em caso de ataque nuclear não haveria tratamentos, nem hospitais, nem médicos, nem enfermeiros, nem ambulâncias, nem farmácias para acalmar a agonia atroz de milhões de pessoas sujeitas à radiação, feridas, queimadas, cegas ou, simplesmente, esfomeadas e em estado de choque.

4. Mas, neste momento, temos necessidade de homens que sintam a responsabilidade de dar conhecimento aos outros homens sobre o problema das consequências da guerra nuclear e de ter a coragem de enfrentá-lo, aberta e cientificamente.

*Excerto da apresentação do volume de Herbert L. Abrams e AAVV, *Le implicazioni mediche e sociali della guerra nucleare* /Edizione GB, 1988

A prevenção da guerra nuclear*

Alberto Malliani, Professor de Patologia do Hospital Médica L. Sacco, Universidade de Milão

Os médicos, que têm a responsabilidade da vida dos seus pacientes e da saúde da comunidade, devem começar a explorar uma nova área da medicina preventiva, a prevenção da guerra nuclear. Visto que esta última epidemia não pode ser curada, mas apenas prevenida.

2. O que devem tentar? Tudo. Tudo o que a consciência e a cultura aconselhem a tentar. Neste sentido, os trabalhos científicos da IPPNW parecem ter tirado a tampa de um monstruoso vaso de Pandora, contendo todos os males espalhados pela Terra, mas agora sob a forma de pesadelos alucinantes.

3. Nesses trabalhos científicos resultam sinistramente evidentes, os possíveis efeitos de uma guerra nuclear sobre o género humano, sobre a biosfera. Poder-se-ia pensar que se trata de noções óbvias, facilmente disponíveis para qualquer um. Não é assim. Às vezes, o óbvio é mantido escondido mais do que qualquer segredo, com a cumplicidade de todos que não querem saber não querem pensar. Que preferem afastar tudo das suas consciências porque é «absurdo», sem perceber que agora, o absurdo é factível. Pelo contrário, é assustadoramente provável: porque um conflito nuclear pode ser desencadeado por engano ou pela insanidade dos que detêm essas armas. Dizendo de uma maneira mais simples, porque o Homem criou um sistema de morte tão perfeito que requer um controlo perfeito. Mas a perfeição nos controlos não existe: por definição, antes ou depois, o controlo irá falhar.

4. Na História da Humanidade as armas foram sempre usadas, antes ou depois. Quanto a imaginar um conflito limitado é um pouco como pretender a explosão de meio reservatório de gasolina. A IPPNW demonstra que são impensáveis, uma guerra nuclear limitada ou uma defesa civil limitada. Em breve a Terra seria povoada sobretudo ou apenas, por insectos.

* Excerto da introdução do volume dos Internacional Physicians for the Prevention of Nuclear War, L'ultimo aiuto /Le dimensioni mediche della guerra nucleare, Gabriele Mazzotta Editore, 1983

A ideia da guerra tornou-se de novo um projecto operacional*

Padre Ernesto Balducci

Einstein tinha mesmo razão: a bomba atómica mudou tudo, excepto a nossa maneira de pensar. E, de facto – os meses da guerra do Golfo fizeram-no perceber – sobrevivemos aos esquemas mentais e significativos da idade moderna, enquanto a realidade à qual eles tradicionalmente se referem, já mudou.

2. Se a maior parte dos intelectuais do Ocidente, os que têm na mão a grande hereditariedade da cultura laica de tipo iluminado e estão alienados com a estratégia militar dos USA, é porque eles permaneceram no interior do paradigma antropológico e político ocidental, cuja função prática é a remoção do ponto de vista dos outros, quero dizer, dos povos e das culturas que são estranhas ao perímetro em que as glórias e o nefasto da modernidade ocorreram.

3. A ideia da guerra, que permaneceu ibernada durante o longo conflito ideológico entre o Oriente e o Ocidente, tornou-se, de novo, um projecto operacional com todos os selos da legalidade. Os generais de todo o mundo, ameaçados há um ano de aposentadoria definitiva, estão rejuvenescidos com o beijo da História. Se algum deles teve dúvidas sobre a legalidade de uma verdadeira guerra, é banido pela desaprovação pública. Se os magistrados levantam dúvidas sobre a legalidade constitucional da presença das tropas italianas nas operações militares do Golfo, o Presidente da República, guardião dessa legalidade, indigna-se e exorta os audazes a demitirem-se, em vez de abrir a mente para alguma dúvida saudável.

4. As conquistas jurídicas que conduziram a Humanidade à certeza razoável de que agora a guerra deveria ser relegada às memórias do passado, são evitadas por hipocrisia ou cinicamente renegadas; os homens a favor da paz são demonizados como se fossem terroristas das Brigadas Vermelhas https://pt.wikipedia.org/wiki/Brigadas_Vermelhas com nova pele.

5. As razões da guerra ultrapassaram a função mundial da ONU e entregaram o destino da Humanidade a uma única potência, que é aquela em que se concilia ao máximo a fusão entre os poderes tecnológicos, militares e industriais.

6. Se bem que o vulcão já não fumeque, no subsolo da História continuarão a agir os impulsos irreprimíveis que ameaçam o futuro.

*Extracto do prefácio de *Tempestade no Deserto* de Daniel Bovet e Manlio Dinucci, Edizione Cultura della Pace, febbraio 1991

Nota da Redação

Em 12 de Junho de 1901, o físico francês, Henri Becquerel, identificou e quantificou pela primeira vez, a radiação proveniente de uma amostra de urânio. O fenómeno será classificado, sucessivamente, por outra cientista francesa, Marie Curie, como radioactividade.

2. Esta descoberta, no principio da década de 1900, abre a estrada para um futuro inimaginável, ao progresso nos campos médico e energético, a descobertas que anunciavam riqueza e felicidade para toda a Humanidade. Mas abria, também, o caminho para o desenvolvimento da radioactividade no campo militar e, em seguida, ao uso da ameaça nuclear como supremacia política. A um século de distância, a maravilha científica é substituída pelo temor difuso de um perigo furtivo e permanente.

3.A Associação dos Cientistas Atômicos Americanos, responsável pelo desenvolvimento extraordinário do nuclear e, consciente da sua responsabilidade, mudou o ponteiro do Relógio do Apocalipse, o assinalador do tempo simbólico do risco nuclear, de 3 minutos para a meia noite em 2015, para 2,5 minutos para a meia noite em 2017.

4. Manlio Dinucci, com o seu livro 'Guerra Nuclear – O Dia Anterior', explica com precisão documentada, a História dos últimos setenta anos de convivência com o nuclear e denuncia quem são os que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a usam sem receio no que respeita à segurança dos seres vivos e como eles querem nos levar à catástrofe, ao deserto nuclear.

5. Tudo começou em Agosto de 1945. O Presidente dos Estados Unidos, Henry Truman, tomou uma decisão terrível: a de lançar uma bomba atómica sobre o Japão, para pôr um fim à guerra, já terminada na Europa. Ordenou ao Comandante da Força Aérea Americana no Pacífico, Carl Spaaz, de lançar um engenho sobre uma cidade de tamanho médio. Foram escolhidas quatro cidades mediante a importância e a localização. No fim o destino recai sobre duas delas, Hiroshima e Nagasaki, em parte, por razões

metereológicas. Uma imensa bola de fogo envolveu a cidade, transformando-se numa enorme núvem de fumo em forma de cogumelo. Esta forma característica tornar-se-á a imagem clássica da catástrofe nuclear tão temida. O bombardeamento causará a morte imediata de, pelo menos, de cem mil pessoas no perímetro de 1,5 km do epicentro da explosão. As radiações atingiram dezenas de milhares de pessoas que continuaram a morrer ao longo dos anos. Tinha sido libertado um monstro que não se podia conter, invísivel e altamente mortal.

6. Será que o Presidente Truman tinha escolhido, realmente, lançar o engenho, unicamente, para pôr fim à guerra no Pacífico? Talvez as coisas não sejam assim. É sabido agora, que o Japão tinha oferecido, através de diversos canais diplomáticos, a sua rendição, mas impunha a condição não renunciável da intocabilidade da figura do Imperador. A minoria da esquerda nos USA, era contrária a exonerar o maior responsável pelo militarismo japonês da sua responsabilidade e Truman, de repente, sensível ao pedido da esquerda, fortaleceu-se com esta recusa para, deste modo, rejeitar as diligências da diplomacia japonesa. Será possível que o Presidente americano, ao atingir o Japão, quisesse na realidade, ameaçar e redimensionar o papel dos Soviéticos, os verdadeiros vencedores do nazismo na Europa? (Gian Luigi Nespoli e Giuseppe Zambon, Hiroshima-Nagasaki, Zambon Editore, Verona 1997).

7. As primeiras reportagens da cidade bombardeada deixaram as pessoas petrificadas perante esta enorme força desconhecida. A monstruosa quantidade de mortos e feridos de patologias desconhecidas e não curáveis causadas pelas radiações, impressionou o mundo inteiro, entregando aos Estados Unidos o troféu de nação invencível.

8. Em seguida, o Pentágono continuará a financiar os estudos sobre o nuclear e, no final da presidência de Eisenhower, o Complexo militar/industrial começará a influenciar a política americana, exarcebando o perigo do comunismo e de uma possível invasão soviética da Europa. Este estado de guerra não declarada encorajava uma corrida ao armamento que

fazia andar a toda a velocidade as fábricas, enquanto os aliados europeus, a Grã-Bretanha e a França, por sua vez, se esforçavam para dotar-se da bomba atômica e poder, assim, aceder à mesa dos poderosos. A URSS, obviamente tentou recuperar o tempo do atraso tecnológico que a afastava dos USA. Assim, o nuclear entrava na cena política internacional como dissuasão entre as forças em oposição durante a *Guerra Fria*.

9. Durante muitos anos, temeu-se que um erro furtuito na sala dos botões pudesse terminar a existência da Humanidade. Só depois da dissolução da União Soviética e com os diversos tratados para o controlo do rearmamento nuclear, nos anos seguintes, é que se acreditou que não se devia temer o nuclear. Mas como demonstra o livro de Dinucci, tratava-se de um falso sentido de segurança, porque, em silêncio, continuou a pesquisa e a produção de novas armas muito sofisticadas.

10. Hoje estamos novamente perante os Estados Unidos que desafiam a Rússia, com um olhar para a China, uma situação semelhante à da *Guerra Fria*, mas muito mais temível, porque ao contrário da década de 1970, quando os antagonistas tinham concordado com um último telefonema através do famoso telefone vermelho antes de qualquer acção definitiva, actualmente todos os adversários sabem que só obtém a vitória, quem lançar o primeiro míssil.

10. Revela o Washington Post *que se autorizam ataques preventivos contra os Estados que estejam quase a comprar armas de destruição em massa*. Em plena sintonia com a teoria do PNAC (*Project for a new American Century, Projecto para um novo século americano*) formulado pelos neo-conservadores e cada vez mais aplicada à política americana: *A História do Sec. XX deveria ter ensinado que é importante plasmar as circunstâncias antes que as crises surjam e enfrentar a ameaça nuclear e enfrentar as ameaças antes que se tornem trágicas. A História deste século deveria ter ensinado a abraçar a causa de uma liderança americana... estabelecer uma presença estatégica militar em todo o mundo através de uma revolução tecnológica no contexto militar, desencorajar o aparecimento de qualquer*

super potência competitiva, lançar ataques preventivos contra quaisquer poderes que ameacem os interesses americanos.

11. Da narrativa do nascimento da bomba e da aniquilação das duas cidades japoneas até há corrida renovada aos armamentos, com um percurso de nove capítulos densos de informação e pormenores documentados, Manlio Dinucci introduz o leitor no mundo do nuclear e da política que o acompanhou sobre o fundo de um cenário internacional em mudança. O autor revela acidentes nucleares desconhecidos, o risco das centrais atómicas obsoletas e os atentados às mesmas, o uso do urânio empobrecido nos bombardeamentos na Jugoslávia e no Iraque, as guerras escondidas, as guerras comissionadas, as guerras no Médio Oriente, o nascimento do ISIS, a inquietante cumplicidade americana no armamento dos terroristas islâmicos, a NATO e a CIA a trabalhar na Ucrânia, a perigosa expansão da NATO nos países de Leste em direcção à Rússia.

12. A política estrangeira americana parece dividir a Europa em duas entidades: de um lado a *nova* Europa, constituída pelos antigos países satélites da União Soviética – Repúblicas dos Balcãs, Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Bulgária, Roménia e, do outro lado, a parte fundadora da União Europeia. A primeira é considerada a aliada mais firme, onde fazer fluir financiamentos, armas, soldados e bases de mísseis para instalar contra a Rússia; a segunda é mantida sob controlo, para que não ouse conspirar económica e financeiramente com a Rússia ou outras nações inscritas no livro negro dos EUA, penalidades pesadas, ameaças de sanções e crises bancárias. Quase toda a Europa é membro da NATO e alberga grande número de bases militares que armazenam armas e bombas nucleares em Itália, Bélgica, Holanda e Alemanha. É evidente que a Europa está numa posição de sujeição aos Estados Unidos e é considerada a parte fraca das forças em campo.

13. Um capítulo do livro descreve as novas armas e abre uma antevisão da guerra estelar: a mudança das armas cinéticas em armas de energia dirigida. Não usam mais balas, mas impulsos electromagnéticos, ondas de

calor, armas cibernéticas e outras diabruras de ficção científica que só tínhamos visto em filmes e como tal, pensávamos ser pura fantasia. Hoje são uma realidade terrível, como os drones miniaturizados com as mais diversas utilizações, como matar por comando remoto ou transportar mini-nukes, que espalham epidemias ou mais simplesmente, mosquitos espias. Igualmente incrível é o desenvolvimento dos sistemas espaciais e dos aviões robotizados para destruir os satélites das comunicações dos adversários e para enviar armas para o espaço.

14. No final desta extraordinária cavalgada ao longo da história dos nossos anos mais recentes, o livro explica a posição actual do poder americano, reivindicando a defesa do amargo fim dos seus privilégios antes do aparecimento de outros poderes. Para este fim a pressão militar americana aumenta em todos os continentes. O Pentágono controla directamente, 4.800 bases e outras instalações militares. O mundo está dividido em seis áreas, cada uma das quais está submetida ao controlo de outros tantos Comandos Combatentes Unificados dos Estados Unidos. A estes Comandos juntam-se três operacionais à escala global que presidem as forças nucleares terrestres, navais e as operações no espaço e ciber espaço, a guerra electrónica e missilística; as operações especiais e as operações psicológicas; o transporte, a mobilidade e o abastecimento dos exércitos.

15. Dinucci conta com precisão as funções de cada uma e o panorama descrito é impressionante, porque se desenvolve paralelamente ao nosso quotidiano, na quase total ignorância do público, que é tido deliberadamente na ignorância do facto de que as bases constituem o primeiro objectivo destinado a receber o contra ataque.

Jean Toschi Marazzani Visconti

We need volunteer translators for these languages

**AL, DE, BG, HR, NSP, SK, SI, EE, GR, NL, HU, ISL, LT, LU, NO, PL, CZ, TR,
RU, ZH**

Contact:

luisavasconcellos2012@gmail.com

NO WAR NO NATO

[SIGN THIS PETITON](#)

<https://www.pandoratv.it/category/opinioni/manlio-dinucci-opinioni/>